

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE LETRAS E ARTES
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM URBANISMO – PROURB
MESTRADO EM URBANISMO**

**APROPRIAÇÃO E GESTÃO
DE PÁTIOS CENTRAIS EM QUADRAS RESIDENCIAIS:
DOIS EXEMPLOS CARIOCAS**

Ana Paula Garcia de Medeiros

Dissertação de Mestrado submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo – PROURB, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro como parte dos requisitos necessários para a obtenção do grau de Mestre em Urbanismo

Orientadora: Prof. Dra. Rachel Coutinho Marques da Silva

Rio de Janeiro, Brasil
Setembro de 2004

**“Les choses ne sont pas difficiles à faire,
ce qui est difficile, c’est de nous mettre en état de les faire”
(Brancusi)**

**APROPRIAÇÃO E GESTÃO DE PÁTIOS CENTRAIS
EM QUADRAS RESIDENCIAIS: DOIS EXEMPLOS CARIOCAS**

Ana Paula Garcia de Medeiros

Dissertação submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Urbanismo

Aprovada por:

Professora Rachel Coutinho Marques da Silva, Ph. D. (orientadora)
Cornell University

Professora Lúcia Maria Sá Antunes Costa, Ph. D.
University College London

Professor Cristóvão Fernandes Duarte, Doutor
IPPUR/UFRJ

Rio de Janeiro, Brasil

2004

Palavras-chave: Espaço público; pátio; forma; gestão; apropriação; Selva de Pedra;
Lauro Müller

M488

Medeiros, Ana Paula Garcia de,
Apropriação e gestão de pátios centrais em quadras
residenciais: dois exemplos cariocas/ Ana Paula Garcia de
Medeiros. – Rio de Janeiro: UFRJ/FAU, 2004.
xvi, 253 f. : il. , 30 cm.

Orientadora: Rachel Coutinho Marques da Silva.
Dissertação (Mestrado) – UFRJ/PROURB/Programa de Pós-
Graduação em Urbanismo, 2004.
Referências bibliográficas: p.224-231.

1. Arquitetura de habitação. 2. Espaço (arquitetura). I.
Silva, Rachel Coutinho Marques da. II. Universidade Federal do
Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo,
Programa de Pós-Graduação em Urbanismo. III. Título.

CDD 728

RESUMO

MEDEIROS, Ana Paula Garcia de. Apropriação e gestão de pátios centrais em quadras residenciais: dois exemplos cariocas. Orientadora: Rachel Coutinho Marques da Silva. Rio de Janeiro: PROURB/UFRJ, 2004. (Mestrado em Urbanismo)

Este trabalho procura entender as relações entre forma e uso em quadras residenciais com pátio central, do ponto de vista de sua percepção e apropriação pelos usuários, a partir do estudo de dois exemplos na cidade do Rio de Janeiro, sendo um no Leblon, na quadra conhecida como Selva de Pedra, e o outro no limite entre os bairros da Urca e Botafogo. A pesquisa partiu do princípio de que são três os principais fatores que agem sobre essa apropriação: a forma, a gestão e a rede de relações sociais que se estabelecem entre os diversos usuários, e entre esses e o espaço. A abordagem metodológica privilegiou a observação participativa, sem desconsiderar a aplicação de questionários com os moradores das quadras e a condução de algumas entrevistas com personagens-chave para a compreensão da dinâmica de usos desses locais. Os resultados finais apontam para a importância do projeto, em sua dimensão formal, na concepção de espaços com essa tipologia, bem como para a necessidade de investimento em formação de novos gestores locais, por ser a gestão uma dimensão fundamental para a criação e o fortalecimento dos laços sociais que sustentam a vida pública nestes espaços da cidade.

ABSTRACT

MEDEIROS, Ana Paula Garcia de. Apropriação e gestão de pátios centrais em quadras residenciais: dois exemplos cariocas. Orientadora: Rachel Coutinho Marques da Silva. Rio de Janeiro: PROURB/UFRJ, 2004. (Mestrado em Urbanismo)

This work aims to understand the relations between form and use in residential blocks with inner courtyards, considering its perception and apprehension by users, from the study of two examples in Rio de Janeiro, one of them being the block known as Selva de Pedra, in Leblon, and the other being a block between Urca and Botafogo districts. The research assumes that three major factors act upon this appropriation: form, management, and the network of social relations established amongst the various users, and between these users and space itself. The methodological approach privileged participant observation, without disregarding the administration of standardized questionnaires among the residents, and the carrying out of interviews with some characters which are a key to the full comprehension of the dynamics of use in these places. The ultimate results point out to the importance of the project, in its formal dimension, in conceiving spaces following this typology, as well as to the need to invest in the formation of new local managers, since management comprises a fundamental perspective to the creation and strengthening of the social bonds that sustain public life in these urban spaces.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora, Rachel, com quem eu já trabalhei antes e espero poder trabalhar outras vezes. Nossas agendas nem sempre são fáceis de conciliar, mas eu sempre aprendo muito com ela. Aos outros professores e colegas do PROURB, que também foram fundamentais, porque me ajudaram a amadurecer, tanto no plano pessoal quanto profissional. Entre eles quero destacar a amizade e o carinho de Lúcia Costa, em cujo gabinete entrei muitas vezes aflita e chorando, e de onde sempre saí reconfortada e com novas idéias na cabeça.

A meus amigos da FAU (muitos e queridos, não vou dar os nomes todos...), também merecedores do meu reconhecimento, assim como os amigos recentes do grupo de estudos, Rodrigo, Andréa e Luís Felipe. A troca de idéias, os planos de trabalhar juntos, as risadas, as festas, o chopp, a presença constante, tudo isso também foi um tremendo incentivo.

Agradeço ainda a todos os que possibilitaram a realização do trabalho, especialmente aos moradores e usuários das duas quadras pesquisadas, que responderam ao questionário, contribuindo com comentários e depoimentos tão ricos. Àqueles que entrevistei, por sua atenção e gentileza, meu muito obrigada. Muitas outras pessoas forneceram informações, imagens, textos, dicas de bibliografia, ou facilitaram o acesso a essas informações, ou ainda me puseram em contato com outras pessoas que poderiam ajudar. Sou grata a todos eles.

Por fim, e talvez mais importante que tudo, agradeço aos meus pais, que me legaram a disposição para estudar e crescer, e que sempre se orgulharam de mim; e aos amores da minha vida: meu marido Décio, com seu apoio muitas vezes silencioso, mas sempre constante, sólido e incondicional, e meus filhos Pedro e Gabriel, por quem tudo vale a pena.

SUMÁRIO

Resumo	v
Abstract	vi
Agradecimentos	vii
Lista de siglas e abreviaturas	xi
Lista de figuras e plantas	xii
Lista de tabelas e gráficos	xv
1 – Introdução	1
1.1 Objetivos	4
1.2 Hipóteses iniciais	4
1.3 Caracterização do objeto de estudo	6
1.3.1 Parque General Leandro	8
1.3.2 Praça Milton Campos	13
1.4 Revisão de literatura e justificativa	16
1.4.1 A escolha dos estudos de caso	21
1.5 Estrutura geral	22
2 – Referencial teórico-metodológico	24
2.1 Forma, percepção, apropriação e outras categorias de análise	24
2.2 Espaço público e espaço privado	32
2.3 Nome e identidade	33
2.4 Pressupostos teóricos: dos pátios europeus a Agache e o Modernismo	36
2.5 Questões metodológicas	44
2.5.1 Aplicação dos métodos escolhidos	52
2.5.2 Levantamento documental e iconográfico	56
2.5.3 Observação de campo	56
2.5.4 Entrevistas informais e semi-estruturadas	57
2.5.5 Questionários	58
3 – Antecedentes históricos	60
3.1 Lauro Müller	60
3.1.1 Opções formais e parâmetros urbanísticos	68

3.1.2	Legislação urbanística	69
3.2	Selva de Pedra	70
3.2.1	Opções formais e parâmetros urbanísticos	77
3.2.2	Legislação urbanística	80
3.2.3	Outras questões construtivas	82
3.3	Quadro-resumo comparativo	83
4 – Análise morfológica		84
4.1	Lauro Müller	84
4.1.1	O entorno	84
4.1.2	A quadra e o lote	87
4.1.3	Os edifícios	93
4.1.4	O pátio central	97
4.2	Selva de Pedra	101
4.2.1	O entorno	101
4.2.2	A quadra e o lote	105
4.2.3	Os edifícios	110
4.2.4	O pátio central	112
4.3	Outros elementos morfológicos observados nas duas áreas	117
4.4	Quadro-resumo comparativo	119
5 – Análise das relações sociais e culturais		120
5.1	Etnografia	120
5.1.1	Perfil da população moradora e usuária do lugar	120
5.1.2	A auto-percepção dos moradores	130
5.1.3	Relações entre nome e identidade do lugar	132
5.1.4	As relações sociais estabelecidas	137
5.1.5	Os indesejáveis	140
5.2	Percepção ambiental	146
5.2.1	A questão dos territórios	146
5.2.2	A praça como quintal: a idealização do discurso	148
5.2.3	Outras percepções	149
5.3	O uso do lugar	151
5.3.1	A memória na construção do passado e do presente	152
5.3.2	Usos atuais: atividades e eventos realizados	154

5.3.3	Usos atuais: o dia-a-dia das praças	162
5.4	Quadro-resumo comparativo	179
6	– Análise do elemento gestão	180
6.1	As associações de moradores	181
6.1.1	A ALMA	181
6.1.2	A ADESPE	183
6.1.3	A percepção das Associações pelos moradores	186
6.2	Gestão e conservação	192
6.3	Gestão e segurança: o policiamento	193
6.4	Conflitos e negociações	198
6.4.1	Conflitos entre moradores e não-moradores	198
6.4.2	Conflitos entre os moradores	201
6.5	Quadro-resumo comparativo	215
7	– Conclusão	216
7.1	Sugestões para pesquisas futuras	223
	Referências bibliográficas	224
Anexo A	O questionário aplicado	232
Anexo B	Reflexões preliminares sobre o questionário aplicado	238

Lista de siglas e abreviaturas

AABB – Associação Atlética do Banco do Brasil
ADESPE – Associação dos Moradores da Selva de Pedra
ALMA – Associação dos Moradores da Lauro Müller e Adjacências
AMORABASE – Associação de Moradores do Bairro de São Sebastião do Leblon
AMOVILA – Associação de Moradores da Vila Benjamin Constant
APA – Área de Proteção Ambiental
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BNH – Banco Nacional da Habitação
CB – Centro de Bairro
CBPF – Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas
CEPE – Comissão Executiva de Projetos Específicos
COBAL – Companhia Brasileira de Alimentação
COMLURB – Companhia Municipal de Limpeza Urbana
CONCAL – Conde Caldas Construtora
C.R. Flamengo – Clube de Regatas Flamengo
ECEME – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército
FPJ – Fundação Parques e Jardins
IBC – Instituto Benjamin Constant
IME – Instituto Militar de Engenharia
PA – Projeto Aprovado de Alinhamento
PAL – Projeto Aprovado de Loteamento
PEU – Plano de Estruturação Urbana
PM – Polícia Militar
PUC – Pavimento de Uso Comum
RIOLUZ – Companhia Municipal de Energia e Iluminação
SEPE – Superintendência Executiva de Projetos Especiais
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
ZR – Zona Residencial

Lista de figuras e plantas

No.	Título	Página
1.1	Vista aérea da quadra estudada e principais edificações do entorno	8
1.2	O conjunto, com o Rio Sul, visto da Enseada de Botafogo	9
1.3	A praça, vista da torre do Rio Sul	10
1.4	Um dos edifícios em construção	11
1.5	O outro prédio em construção	11
1.6	O <i>Redondo</i> em dia de oficina de artes	12
1.7	Vista aérea da Selva de Pedra com as principais edificações do entorno	13
1.8	Selva de Pedra	13
1.9	Visão dos prédios a partir da calçada	14
1.10	Aparência bucólica da praça interna	15
1.11	Manhã de sol	16
2.1	Croquis relacionando a forma dos espaços com as percepções que cada uma favorece	25
2.2	Croquis relacionando o tamanho dos espaços com o grau de liberdade de movimento e privacidade permitido às pessoas	26
2.3	Quarteirões berlinenses	37
2.4	Exemplo de tipologia berlinense de 1805	37
2.5	Pátio principal em Päsila	39
2.6	Pátio menor em Päsila	39
2.7	Cópia do croquis de Whyte ilustrando a situação	40
2.8	Plaza Real, Barcelona, 1848	41
3.1	Bairro Itapemirim antes do loteamento	61
3.2	Vista da Urca no início do século XX	61
3.3	Chaminé no interior da praça, hoje	62
3.4	Cópia do projeto original do Bairro Itapemirim	64
3.5	Desenho sobre PAL atual da Lauro Müller	65
3.6	Praia do Pinto na década de 50	72
3.7	Cópia do projeto original da Selva de Pedra	74
3.8	Desenho sobre PAL atual da Selva de Pedra	75

4.1	Campus da UFRJ	85
4.2	Instituto Benjamin Constant	85
4.3	Entrada da Vila Benjamin Constant	85
4.4	Áreas institucionais e comerciais no entorno da rua Lauro Müller	86
4.5	Ruas entre os prédios	88
4.6	Corte esquemático da rua Lauro Müller	89
4.7	Comércio no térreo dos prédios	90
4.8	Quiosque de flores no caminho para o Rio Sul	90
4.9	Distribuição de mobiliário e comércio na área	91
4.10 e 4.11	Estacionamento e oficinas clandestinas	92
4.12	Disparidade de altura de alguns edifícios	94
4.13	Faixa de circulação junto à entrada dos fundos dos edifícios	95
4.14	Edifício do final da década de 60	97
4.15	Edifício do início da década de 90	97
4.16	Estacionamento ao longo da rua Lauro Müller	98
4.17	Quadra de esportes gradeada	99
4.18	Jogo de cartas no sábado de manhã	99
4.19	Resultado do jogo do bicho	100
4.20	Alguns brinquedos da praça	101
4.21	Áreas institucionais e comerciais no entorno da Selva de Pedra	103
4.22	Igreja dos Santos Anjos e Teatro Scala	103
4.23	Delegacia de Polícia	104
4.24	Clube Monte Líbano	104
4.25	Selva de Pedra ainda sem as grades	106
4.26	A quadra da Selva de Pedra hoje	107
4.27	Única praça lateral não gradeada	108
4.28 e 4.29	Outras praças laterais	108
4.30 e 4.31	Alguns edifícios da Selva de Pedra	109
4.32	Corte esquemático da Selva de Pedra	110
4.33	Quadra que virou caixa de brinquedos	111
4.34	Posto de observação	112
4.35	Menino andando de patins na ciclovia	112
4.36	Cabine da PM e telefone público	113
4.37	Aspecto geral da praça	113

4.38	Distribuição de mobiliário na praça	113
4.39 e 4.40	Comércio ambulante na praça	114
4.41	Quadra de futebol da Praça Cláudio Coutinho	116
4.42	Mesas de jogos na Praça Cláudio Coutinho	116
4.43	Cercado para crianças pequenas	118
5.1	Máscara asteca	137
5.2	Crianças jogado bola no <i>Redondo</i>	146
5.3	Estacionamento como ponto de encontro	147
5.4	Folheto de propaganda do novo edifício da rua Ramon Castilla	151
5.5 e 5.6	Baile de Carnaval infantil	156
5.7	Festa das mães	157
5.8	Ônibus do "Sacolão" às quintas-feiras	157
5.9	Presidente da ALMA ensaiando a quadrilha das crianças	158
5.10	Banda de forró no palco do <i>Redondo</i>	158
5.11 e 5.12	Cenas da Festa Junina	158
5.13	A pista de dança para o forró	158
5.14 e 5.15	Personagens da festa	159
5.16 e 5.17	Reinauguração da Praça Cláudio Coutinho	159
5.18	Kombi de verduras na Selva de Pedra	159
5.19	Mapa de usos da Lauro Müller	164
5.20	Mapa de usos da Selva de Pedra	168
5.21	Senhoras conversando	171
5.22	Idosos em cadeira de rodas	171
5.23 e 5.24	Grupos de moradores conversando	174
5.25	Vista da janela de um apartamento do 5o.andar na Selva de Pedra	175
5.26	Quadra de esportes ao lado do Rio Sul	176
5.27	Restos do churrasco na Selva de Pedra	178
5.28	Lugar onde ficava a pista de skate	178
6.1	Guarita de acesso às ruas internas	196
6.2	Croquis do projeto de cancela para a rua Lauro Müller	197
6.3	Campanha da ALMA pela limpeza da praça	206

Lista de tabelas e gráficos

Tabelas

No.	Título	Página
2.1	Base da matriz a ser preenchida	55
2.2	Quantidade total de residências pesquisadas	59
5.1	Distribuição da população por sexo	120
5.2	Distribuição da população por faixa etária	122
5.3	Distribuição da população por tempo de residência	123
5.4	Distribuição da população por estado civil	124
5.5	Distribuição da população por tipo de ocupação	126
5.6	Distribuição da população por faixa de renda	127
5.7	Distribuição da população por tipo de residência	129
5.8	Festas e eventos comunitários	160
5.9	Tipo de festas e eventos	161
5.10	Outras alternativas de festas	162
5.11	Regularidade de uso	169
5.12	Outros freqüentadores da mesma residência	170
5.13	Horários de uso da praça	172
5.14	Finalidades de uso da praça	172
6.1	Conhecimento sobre a existência da Associação de Moradores	187
6.2	Avaliação da ALMA 2003	190
6.3	Avaliação da ALMA 2004	191
6.4	Opinião dos entrevistados sobre alguns aspectos da praça	207
6.5	Aspectos da praça que mais agradam	211
6.6	Aspectos da praça que mais desagradam	212
6.7	Itens citados em "outras alternativas"	213
6.8	Prioridades da ALMA	214
6.9	Quadro-resumo comparativo	215

Gráficos

No.	Título	Página
5.1	Distribuição da população por sexo	120
5.2	Distribuição da população por faixa etária	123
5.3	Distribuição da população por tempo de residência	124
5.4	Distribuição da população por estado civil	125
5.5	Distribuição da população por tipo de ocupação	126
5.6	Distribuição da população por faixa de renda	127
5.7	Distribuição da população por tipo de residência	130
5.8	Festas e eventos comunitários	160
5.9	Tipo de festas e eventos	161
6.1	Conhecimento sobre a existência da Associação de Moradores	188
6.2	Opinião dos respondentes sobre a limpeza na praça	208
6.3	Opinião dos respondentes sobre a segurança na praça	208
6.4	Opinião dos respondentes sobre o conforto na praça	209
6.5	Opinião dos respondentes sobre o estado de conservação da praça	209
6.6	Opinião dos respondentes sobre o tipo de freqüentadores da praça	210
6.7	Opinião dos respondentes sobre o tamanho na praça	210
6.8	Opinião dos respondentes sobre o convívio com os vizinhos	211
6.9	Aspectos da praça que mais agradam	212
6.10	Aspectos da praça que mais desagradam	213

1 – INTRODUÇÃO

"A criatividade surpreende-nos sempre; por isso não podemos contar com ela e não ousamos acreditar nela até que aconteça. Por outras palavras, não ousamos conscientemente assumir tarefas cujo sucesso pressupõe que a criatividade ocorra. Daí, que a única maneira de podermos contar com as nossas capacidades criativas é a de avaliar erradamente a natureza da tarefa, considerando-a, para nós próprios, mais rotineira e menos exigente em criatividade do que será o caso... Como subestimamos necessariamente a nossa criatividade, é desejável que subestimemos igualmente e na mesma medida as dificuldades das tarefas que enfrentamos, de modo a sermos enganados por ambas as avaliações erradas e assim empreendermos as tarefas que doutra maneira não ousaríamos empreender."
(Albert Hirschman, *in* SOUZA SANTOS, 1989:39)

Esta dissertação pretende estudar espaços livres públicos, e as relações entre forma e uso neles existentes .

A partir de observações e experiências iniciais, verifico que alguns espaços, por mais bem projetados, segundo cânones de *design* e programas bem estudados e aplicados, não produzem nenhum sentido. Assim, pessoas que poderiam usar esses espaços, seja porque moram perto, seja porque passam por ali a caminho de trabalho, não o fazem, e esses espaços vivem vazios, sem movimento, acabando, muitas vezes, por se cristalizar no imaginário das pessoas como um lugar perigoso ou degradado.

Por outro lado, há outros espaços que despertam um sentimento de identidade, um vínculo muito forte em muitas pessoas. Esses lugares têm vida, estão sempre ocupados, com uma variedade de gente e atividades que freqüentemente extrapola o programa imaginado no projeto do espaço¹. Alguns espaços podem até não estar cheios de gente o tempo todo, mas têm uma força simbólica tal que

¹ Há espaços, inclusive que nem sequer foram projetados, mas surgiram espontaneamente, através da sobra de terrenos de urbanização, ou da demolição de edificações, ou outros mecanismos, e que são apropriados pela população, que os preenche de usos e significados.

mobiliza a comunidade ao redor. São espaços que costumam estar mais bem cuidados e se tornam referência muito facilmente.

Neste sentido, esta dissertação propõe estudar, através de dois estudos de caso, as relações entre forma e uso, procurando analisar a vitalidade de certos espaços públicos e os elementos de projeto que favoreçam essa atribuição de sentido e identidade. O interesse é contribuir para o projeto dos espaços livres, estudando as variáveis que interferem nas relações entre forma e uso. Os estudos mais recentes sobre esse tema apontam outras questões, além do projeto, que devem ser consideradas ao se tentar compreender o uso e o significado dos variados espaços na cidade.

Turkienicz e Malta sustentam que:

"a experiência mostra que diferentes morfologias apresentam desempenhos diversificados, entendendo por desempenho a maneira como os objetos materializados (estruturas morfológicas) correspondem a metas/objetivos/expectativas/parâmetros etc, desenvolvidos a partir de teorias/hipóteses/sistemas de valores etc..." (TURKIENICZ e MALTA, 1986:26)

Este raciocínio traz implícita a noção de que há desempenhos melhores ou piores, segundo o grau em que correspondam aos parâmetros estabelecidos. Ou seja, "as morfologias em si não têm unívoca e inequivocamente desempenhos bons ou ruins, mas diversificados em relação aos vários aspectos/dimensões avaliados" (*Ibid*).

Já William Whyte observou pessoas usarem pequenos espaços abertos e parques em Nova York, na tentativa de descobrir por que alguns lugares públicos funcionam melhor que outros. Entre outras descobertas, sua pesquisa mostrou que os lugares mais utilizados são os que encorajam as trocas sociais.

Tendo por ponto de partida o estudo de espaços livres públicos, torna-se imprescindível, primeiramente, caracterizar esses espaços, definindo o conceito adotado por *livre*. Lynch entende por espaço livre público aquele espaço – planejado

ou não – aberto, não edificado, de acesso desimpedido e garantido a todos livremente, dedicado prioritariamente ao lazer de seus usuários, podendo isto significar atividades várias, como brincadeiras e jogos, encontros, descanso, contemplação, eventos sociais, ou simplesmente como lugar de passagem segura e agradável, conectando espaços diferentes (LYNCH, 1990:63). Para ele:

*"(...) o espaço livre público tem muitos **significados** no planejamento das cidades. A uma quantidade variada de tipos de lugares e áreas se conecta uma quantidade de usos e propósitos: conservação e contato com a natureza, recreação, saúde mental e social. Ou seja, os espaços livres estão abertos a muitos tipos de atividades e movimentos, o que caracteriza uma definição não-formal, não funcional desses espaços, mas **comportamental**."* (LYNCH, 1990:64)

Considero que os espaços públicos na cidade, especialmente os livres, são espaços políticos por excelência. Nele se realizam trocas sociais importantes, e, por estarem submetidos ao olhar de todos, aí se revelam conflitos e se ensaiam soluções de convivência.

No entanto, observa-se atualmente uma tendência cada vez mais freqüente da primazia do privado e individual sobre o público e coletivo conforme já indicou Ferreira dos Santos em 1981: "A ausência de diversidade e a busca de transparência, são eles mesmos elementos de um sistema de valores. Formam um paradigma da vida urbana que *ênfatisa o indivíduo, sua privacidade e sua autonomia com relação aos outros...* daí decorrendo a *abdicação da responsabilidade coletiva*, a falta de vida pública" (FERREIRA DOS SANTOS, 1981:132)

Escolhi como estudos de caso dois espaços livres públicos na cidade do Rio de Janeiro: o **Parque General Leandro**, localizado numa área de limite entre a Urca e Botafogo, e a **Praça Milton Campos**, situada no interior do conjunto residencial conhecido como Selva de Pedra, no Leblon. Em ambos os casos, pretende-se analisar, sob o enfoque formal, social e cultural as especificidades, as relações sociais ali construídas e suas dinâmicas de usos, conflitos e apropriação existentes. Nos dois casos, trata-se de quadras residenciais que contêm um pátio central, que se apresenta como espaço livre público de lazer, sob as designações oficiais de **parque**,

num caso (Parque General Leandro, na Urca) e **praça**, no outro (Praça Milton Campos, no Leblon). O método comparativo auxiliará na compreensão do que é particular e do que é universal na análise desses espaços.

1.1 Objetivos

Conforme dito anteriormente, esta pesquisa se propõe investigar as relações entre forma e uso, analisando a apropriação e utilização de determinados espaços públicos, e em particular como se desenvolve o vínculo das pessoas com um lugar específico, e como esse vínculo interfere não só na percepção que as pessoas têm deste lugar, mas também no uso que dele fazem. Esta dissertação pretende estudar também o papel dos usuários destes espaços na configuração de seu significado.

1.2 Hipóteses iniciais

Segundo Zeisel, “pesquisadores não abordam os problemas com a mente vazia” (ZEISEL, 1984:22). O que pressupõe a existência de pré-conceitos, idéias – ou palpites - prévias, que podem até ser úteis, se explicitados como primeiro passo, a fim de serem eventualmente usados como pontos de referência para observações futuras. Por outro lado, discutindo questões metodológicas, o mesmo Zeisel cita um outro trabalho cujo autor esclarece que “não tinha nenhuma hipótese rigorosa a testar em seu estudo, e que, de fato, suas descobertas eram, elas mesmas, hipóteses” (ZEISEL, 1984:60).

Iniciei esta pesquisa com alguns palpites que foram se configurando em hipóteses. A primeira era de que a morfologia dessas quadras, em forma de pátio central, favorecia a percepção da área como espaço privativo daquela comunidade, por parte da maioria dos não-moradores, e portanto, esta forma desempenhava um forte papel na construção da imagem e dos usos destes pátios. O fato de o pátio estar confinado, ter pouca visibilidade para quem está externo à quadra, e ter sido

concebido prioritariamente para o lazer dos moradores, era o motivo principal, nesta primeira abordagem, para explicar suas formas de utilização e apropriação.

A partir desta primeira hipótese, e com as pesquisas exploratórias e as leituras subseqüentes, fui percebendo que o desenho, exclusivamente, não esgotava a análise. Pelo contrário, apenas abria a porta para um universo de outras indagações e palpites. Há sempre a questão do cenário sócio-cultural. Afinal, são os lugares, tomados em seu conjunto, que importam, e não projetos, simplesmente. De acordo com Whyte, "para realmente funcionar como lugares de coesão, espaços públicos têm que ser projetados com pessoas e usos em mente" (WHYTE, 1980:5). Dito de outra forma, isto quer dizer que um dado espaço na cidade, por si só, tomado apenas em sua dimensão física, de forma e desenho, não é nada. "São as pessoas que dão utilidade aos espaços, emprestam-lhe valor, e fazem dele um sucesso, ou então não os usam e os condenam ao fracasso". (JACOBS, 1961:97).

Assim sendo, incorporei novas questões à pesquisa: quem são as pessoas que aí vivem? Como usam efetivamente o espaço para elas projetado? Além delas, que outras pessoas usam também este espaço? Que relações são aí estabelecidas entre estes usuários? E entre eles e o espaço que partilham? Uma nova hipótese, portanto, se juntava à primeira, e segundo essa nova hipótese, esses grupos sociais, com seus valores culturais e suas interrelações, também contribuiriam para entender o funcionamento dos espaços estudados.

Por fim, ao iniciar os levantamentos primários e as primeiras entrevistas, um terceiro fator se revelou fundamental para a pesquisa: o elemento gestão. É interessante notar que esta é uma dimensão ainda pouco avaliada nos estudos que envolvem as análises de forma e uso. Alguns autores, como Lynch e Zeisel, tangenciam o tema, mas não se aprofundam nele. Hertzberger, por sua vez, não só associa o uso do espaço à **gestão**, como dá a este conceito a definição que adotamos aqui, quando diz que:

"o caráter de cada área dependerá em grande parte de quem determina o guarnecimento e o ordenamento do espaço, de quem está encarregado, de quem zela e de quem é ou se sente responsável por ele" (HERTZBERGER, 1999:22)

Assim formulei a hipótese que busquei comprovar na pesquisa de campo: existem três fatores que se conjugam para dar vitalidade e conformação aos espaços livres públicos aqui enfocados: a forma, as relações sócio-culturais aí estabelecidas, e a maneira como ele é gerido. Minha análise se centra, nessa pesquisa, em descobrir como estes fatores se imbricam e como influenciam uns aos outros.

1.3 Caracterização do objeto de estudo

A premissa desta pesquisa foi, desde o início, trabalhar com espaços livres públicos de pequena dimensão, inseridos em áreas residenciais, e usados primordialmente pelos moradores locais.

A primeira área, objeto desta pesquisa, é o Parque General Leandro. Esta área se caracteriza por se localizar no centro da quadra delimitada pelas ruas Lauro Müller e Ramon Castilla, e está encravada numa área residencial existente em meio a características geográficas peculiares e um consolidado uso institucional e comercial, representado pelas presenças marcantes do shopping Rio Sul, numa ponta, e pelo campus da Universidade Federal do Rio de Janeiro na outra. São 16 edifícios, além de mais dois em construção, numa área total de aproximadamente 36.000 m², que integram um projeto de loteamento aprovado em 1945, mas que teve o auge de sua implementação a partir de fins da década de 60.

A segunda área é a Praça Milton Campos, inserida no conjunto da Selva de Pedra. Esta área residencial surgiu a partir do loteamento da área resultante da remoção da favela da Praia do Pinto, ocorrida no final dos anos 60, segundo uma prática de urbanização então bastante usual. Numa área de cerca de 92.000 m², delimitada pela Av. Afrânio de Mello Franco e pelas ruas Gilberto Cardoso, Fadel Fadel e Humberto de Campos, foram construídos 40 prédios, com um interior de quadra

igualmente destinado à construção de uma praça, cuja finalidade primordial era o lazer dos moradores.

À semelhança do projeto construído para a rua Lauro Muller, esta praça central foi desenhada como um espaço rigorosamente público, embora ambigüamente percebida pelos traseuntes e não freqüentadores da área como um espaço "semi-privado". Da mesma maneira, também se identifica um uso institucional e comercial bastante forte no entorno imediato do conjunto, exemplificado pelos clubes Paissandu, Flamengo, Monte Líbano e Associação Atlética do Banco do Brasil, bem como pelo mercado da Cobal.

A escolha do Parque General Leandro foi viabilizada, em parte, pelo fato de ser, eu mesma, moradora da rua Lauro Müller, e usuária contumaz da praça. Digo em parte porque, longe de ser uma condicionante da escolha, o fato de ser usuária tão somente me facilitou o acesso a um espaço que, de outra forma, talvez eu nem chegasse a conhecer. Além disso, o uso assíduo e de longa data me possibilitou observar uma série de aspectos que não só me intrigaram como despertaram a curiosidade pela investigação. Esses aspectos, já mencionados aqui, dizem respeito à dinâmica de usos da área, ao vínculo afetivo estabelecido pelos moradores locais, e à imbricação desses elementos com o desenho do parque, a percepção que dele têm seus usuários e a maneira como este espaço interfere na intrincada rede de relações sociais aí desenvolvidas.

Quanto à Praça Milton Campos, sua escolha resultou da necessidade sentida, dentro do próprio âmbito da pesquisa, de se estabelecer uma análise comparativa que tentasse consolidar e melhor fundamentar as observações feitas e testar a estrutura teórico-metodológica adotada. Neste caso específico, a visão "de fora" vai permitir um confronto crítico capaz de balizar, de certa forma, a visão "de dentro" em relação ao Parque General Leandro.

Os projetos de loteamento apresentam algumas semelhanças imediatas, a partir de observação preliminar, tais como semelhanças de desenho e usos ou programas. Ambos são loteamentos residenciais, de edificações multifamiliares

voltadas ao atendimento de uma classe média, e ocupam uma quadra cujo centro foi resguardado para a existência de uma praça pública, que atendesse a um programa fundamentalmente voltado ao lazer dos moradores adjacentes. Entretanto, enquanto o loteamento da rua Lauro Muller é originalmente um projeto da década de 40, na esteira das propostas elaboradas para a Urca pelo engenheiro e professor José Octacílio de Saboya Ribeiro, posteriormente retomado e executado praticamente sem modificações, o projeto de loteamento que deu origem à Selva de Pedra data de fins dos anos 1960 e é fruto de um pensamento urbanístico que envolvia a remoção de favelas (reassentadas em outros conjuntos residenciais construídos na periferia da cidade) como parte de um processo de urbanização e solução dos problemas urbanos. A autoria do projeto é do arquiteto Marcos Konder Netto.

Assim, estudar as semelhanças e diferenças entre estes projetos, através do método comparativo, e estudar as mudanças ocorridas desde sua implementação até hoje, possibilita um aprofundamento da análise das premissas que embasam esta pesquisa.

1.3.1 Parque General Leandro

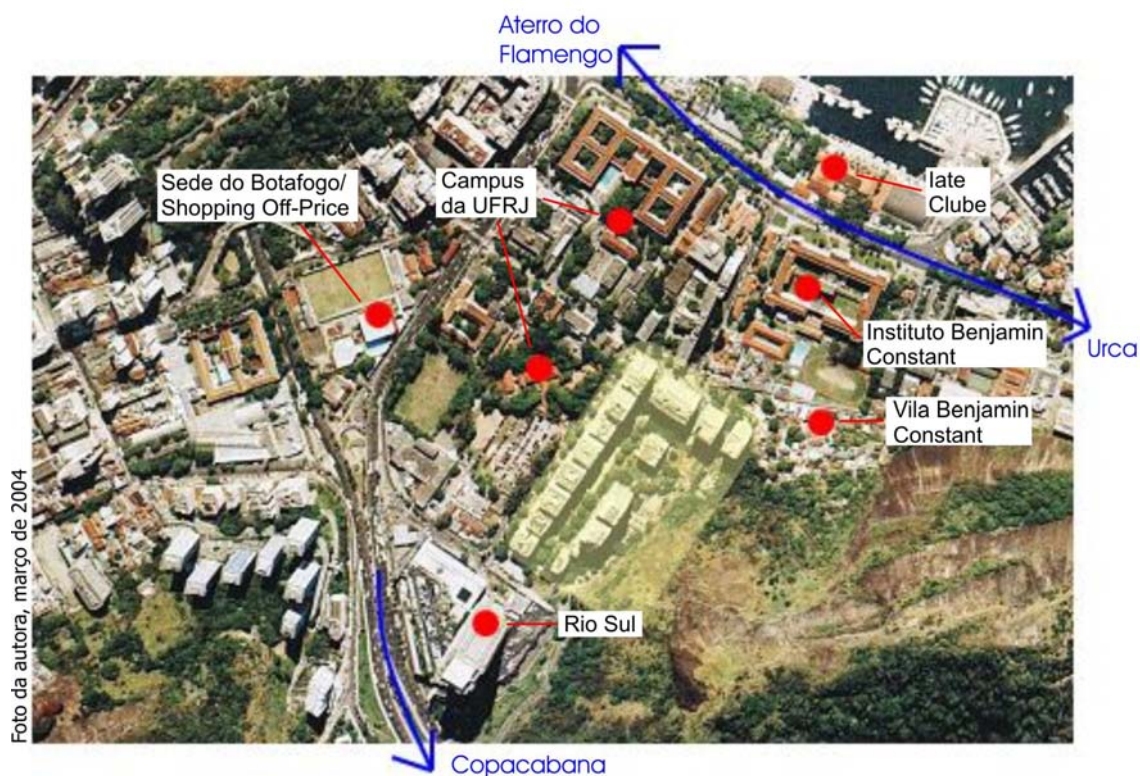


Figura 1.1: Vista aérea da quadra estudada e principais edificações do entorno



Figura 1.2: O conjunto, com o Rio Sul, visto da Enseada de Botafogo

O Parque General Leandro é um espaço em centro de quadra, situado numa área residencial existente no limite entre Botafogo e Urca. Dadas as características topográficas (a área da praça está acima do nível da rua Lauro Müller, cerca de três metros) e a própria conformação dos edifícios que o envolvem, o caráter público do parque assume uma certa ambigüidade, podendo parecer, aos olhos dos não-conhecedores da área, como espaço de uso privativo dos prédios residenciais. Esta “confusão” é, de certa forma, prezada pelos moradores locais, que identificam na localização pouco visível da área, na ausência de tráfego de automóveis (restrito ao acesso às garagens) e no fato de os edifícios todos terem suas janelas voltadas para a praça, um certo valor de “resguardo”, caracterizado pelo uso de termos como “tranquilo”, “sossegado” ou “protegido”, na descrição do local por residentes.

Supunha-se, inicialmente, que os moradores valorizassem também a oportunidade de maior controle sobre os eventos aí ocorridos e conseqüentemente, maior segurança. Esta hipótese, entretanto, não se comprovou ao longo da pesquisa, e o sossego ou tranqüilidade associados à praça foram creditados mais imediatamente à ausência de trânsito intenso de outros usuários, ou seja, à constatação de que aí impera um ritmo mais doméstico e menos urbano, se se pode chamar assim, por comparação a outras praças mais expostas aos ritmos frenéticos da cidade.



Figura 1.3: A praça vista da torre do Rio Sul

Os únicos outros usuários que partilham costumeiramente deste espaço são outros moradores de comunidades muito próximas, como os da vila residencial da rua Xavier Sigaud e os da favela Vila Benjamin Constant, localizada atrás do Instituto de mesmo nome, além dos transeuntes mais ou menos freqüentes, que utilizam o parque como passagem entre a Universidade Federal do Rio de Janeiro, cujo campus da Praia Vermelha se encontra em uma das pontas do conjunto, e o Rio Sul, com sua concentração de pontos de ônibus em frente, localizado na ponta oposta.



Foto da autora, junho/2003

Figura 1.4: Um dos edifícios em construção

A quadra residencial em si possui um total de 16 edifícios, estando mais dois atualmente em fase final de construção. Todos os edifícios têm uma fachada voltada para a rua, por onde se faz o acesso social, e outra fachada com a entrada de serviço, voltada para a praça. Na prática, essa distinção de frente e fundos se desvaneceu, e em muitos casos, os apartamentos de “fundos”, com vista para a praça, são bem mais valorizados.



Foto da autora

Figura 1.5: O outro prédio em construção, em dois momentos: à esquerda, em junho de 2003, e à direita, em julho de 2004, quase pronto

O pátio central tem a forma de um “L” e tem na articulação de suas duas “pernas” uma plataforma circular de concreto, que intercepta um outro círculo que serve de gola a um ficus enorme. Esse lugar especial é conhecido como *Redondo*, e faz as vezes de palco para uma série de eventos sociais organizados pela Associação de Moradores local, ao longo de um vasto calendário cultural que preenche todo o ano.

Foto da autora, outubro/2002



Figura 1.6: O *Redondo*, em dia de oficina de artes

1.3.2 Praça Milton Campos



Figura 1.7: Vista aérea do conjunto com as principais edificações do entorno



Figura 1.8: Selva de Pedra vista da esquina da Av. Borges de Medeiros com Rua Gilberto Cardoso

A Praça Milton Campos é o miolo da quadra conhecida como Selva de Pedra, no Leblon. Assim como na Lauro Müller, a percepção deste espaço também é ambígua, no que diz respeito ao seu caráter público. Sendo que, aqui, a pouca

visibilidade que se tem da praça é agravada pelo fato de que o loteamento se constitui num quadrilátero com dois anéis de edifícios, dispostos alternadamente, como se vê na Figura 1.7, o que praticamente impede que o transeunte se dê conta da existência da praça interna.

Um pequeno vislumbre é possível da entrada das ruas de acesso, mas o fato de elas serem guardadas por cancelas de controle (que apenas inibem o estacionamento dos carros nos pequenos pátios de estacionamento internos, mas não interferem no fluxo de pedestres) reforça ainda mais esta percepção do espaço público como privado.



Foto da autora, maio/2004

Fig. 1.9 Visão que se tem dos prédios a partir da calçada

O loteamento da Selva de Pedra é composto por 40 edifícios, de usoexclusivamente residencial, conforme determinado em seu projeto, o que restringe a diversidade de usos e fluxos que normalmente se encontra em áreas de uso misto. Apesar disso, como há muito comércio, clubes e escolas em torno, verifica-se um intenso trânsito de pessoas que cruzam a praça diagonalmente, indo e vindo das várias atividades que florescem ali ao redor. A maior parte desses transeuntes é de moradores do próprio conjunto, porém, os moradores da Cruzada também usam a praça como atalho, bem como outros freqüentadores que conhecem o local por trabalhar próximo, ou por indicação de terceiros. Os principais destinos deste trânsito são a Cobal, as escolas próximas e os pontos finais de várias linhas de ônibus, localizados na Av. Afrânio de Melo Franco, ao longo do muro do Clube Paissandu.

Foto da autora, março de 2003

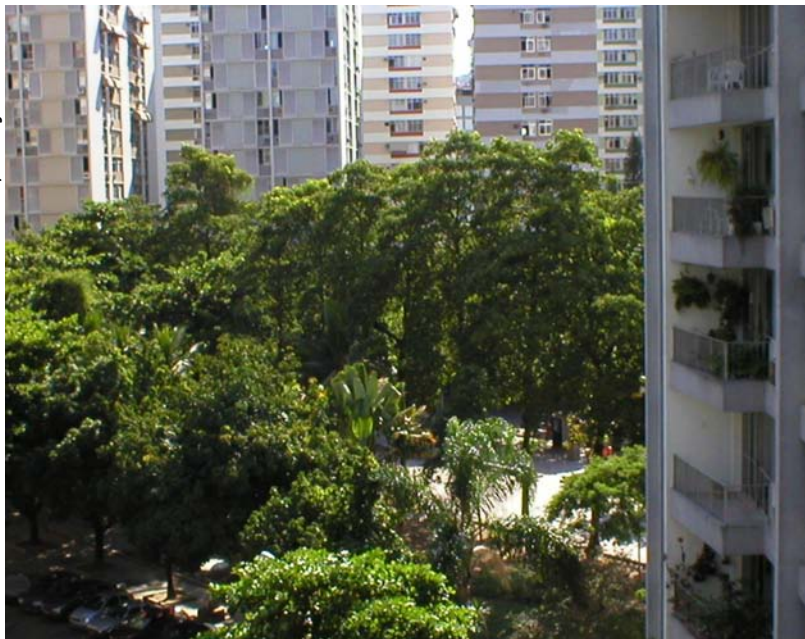


Figura 1.10: aparência bucólica da praça interna

Os moradores relatam haver alguma atividade social na praça, algumas organizadas por movimentos religiosos, mas como se vai ver adiante, de forma geral desconhecem a atuação da Associação de Moradores local.



Figura 1.11: Uma manhã sossegada na pracinha

1.4 Revisão de literatura e justificativa

A pesquisa proposta nesta dissertação considera a paisagem como conceito cultural e ideológico. Estudos sob esta abordagem têm sido feitos de trinta anos para cá (GROTH, 1997; MEINIG, 1979). Anteriormente, os estudos da paisagem urbana tendiam a ignorar ou subestimar as diferenças e o contexto em que se dava a fruição destes espaços, como se os valores e significados fossem universais e coincidentes com o do grupo hegemônico a habitar um determinado espaço. Os estudos culturais e fenomenológicos da paisagem trouxeram à cena acadêmica os conceitos de vínculo afetivo com o lugar, mas também as noções de conflito e território, inerentes à diversidade de visões existentes a cada instante a respeito de cada espaço. (HEIDEGGER, 2002; BACHELARD, 2000; TUAN, 1974; LERUP, 1977)

Também no Brasil essas diferenças de enfoque têm se feito notar. Antes da década de 70 predominavam os estudos formais, negligenciando a organização social; durante a década de 70 surgiram discussões sobre a cidade, enfocando processos e problemas sociais urbanos, todavia sem grande atenção às questões de desenho. Desde então, vários autores vêm tentando estabelecer metodologias para um estudo mais global dos espaços, a fim de chegar a uma compreensão aprofundada e

sistematizada das interrelações entre as várias dimensões de vivência e análise desses espaços (COSTA, 1993; FERREIRA DOS SANTOS, 1981).

Além destas considerações, outro aspecto que também reveste de importância o caráter desta dissertação, é o de tentar discutir a questão dos espaços livres públicos como sendo uma oportunidade privilegiada de vivência de diversos aspectos da vida urbana. Com características muito distintas das que ocorrem no interior de outros equipamentos urbanos, nos espaços livres públicos se manifestam e resolvem conflitos, se criam e dissolvem tensões, se encontra e se desencontra todo tipo de gente, de jeito e de atuação. É o lugar da diferença, e por conseguinte, das trocas sociais e da negociação constante, muda ou deflagrada, cordial ou belicosa.

Ferreira dos Santos chega a falar em “pedagogia da rua” como um dos meios de elaboração da cidadania e da civilidade (FERREIRA DOS SANTOS, 1981:131). Enquanto isso, Lerup, falando de quaisquer lugares onde haja grupos distintos e mais de uma pessoa ou grupo a tomar decisões, defende que “toda construção de sentido, definição de território, produção de bens e troca de informações é feita através de variados níveis de negociação” (LERUP, 1977:29).

Na verdade, os espaços livres públicos cumprem importante função na organização social e na estruturação formal urbana desde as cidades antigas. Hoje, essas funções se ampliaram muito, e as formas e nomenclaturas assumidas por esses espaços são as mais diversificadas. Entretanto, vários autores continuam reconhecendo o valor dos espaços livres públicos na afirmação da vida urbana, em contraposição aos que profetizam seu declínio e conseqüente morte das cidades (JACOBS, 1961; LYNCH, 1960; LEFEBVRE, 1999; SENNETT, 1998). É nesses espaços que se dá a vida pública e cotidiana das cidades. Se a cidade é o lugar, por excelência, da diferença e da diversidade, os espaços livres públicos são um dos principais palcos dessas atividades; são o lugar da troca, da realização dos pactos que possibilitam a coesão social, seja através do conflito ou da celebração.

Vários autores tratam de alguns dos temas que serão abordados nessa pesquisa. Considerando as modificações por que passam os espaços livres públicos,

Argan (1984:75) entende a forma desses espaços como um de seus componentes e como o "resultado de um processo, cujo ponto de partida não é a própria forma".

Lynch (1990:60) lista várias razões pelas quais os espaços livres são valiosos²:

- Amplia a gama de **escolhas** individuais e permite às pessoas a busca direta de suas satisfações;
- Oferece a oportunidade ao indivíduo de demonstrar o **domínio** sobre o espaço natural e enfrentar desafios;
- Alivia a quantidade e intensidade de **estímulos** a que o ser humano está submetido no restante da cidade, oferecendo, em contrapartida, estímulos novos;
- Promove o estabelecimento de novas **relações sociais** e a chance de desempenhar novos papéis;
- Expande o **entendimento** de si mesmo e do ambiente à sua volta;
- Contribui com a dimensão do "controle" na comunidade, pois abrem espaço para o **crescimento e a mudança**, conferindo um grau de adaptabilidade futura à comunidade³.

Porém, tudo isso só faz sentido se o espaço livre for considerado no contexto geral de um ambiente urbano, já que nenhuma dessas qualidades existem no espaço em si mesmo; e nenhum desses efeitos pode ser entendido sem referência às pessoas e grupos que usam esses espaços.

Lynch, de certa forma, propõe uma resposta a uma das questões inicialmente levantadas nesta pesquisa: "Há algum elemento de projeto que favoreça essa atribuição de sentido e identidade?" Segundo ele:

*"(...) deve haver, portanto, **variedade e plasticidade** no projeto desses espaços. Mas a escolha deve estar ao alcance – o que coloca a questão do ACESSO, tomado tanto em*

²Os grifos são meus

³ O conceito de controle como uma das dimensões de análise da forma urbana será estudado mais adiante.

sua dimensão de conexão psicológica quanto física. Os espaços devem estar fisicamente próximos de seus usuários. Uma rede de pequenos espaços espalhados pela cidade funciona melhor que um grande espaço fora da cidade". (LYNCH, 1990:61)

E prossegue:

*"Políticas públicas devem privilegiar os grupos mais carentes dessa possibilidade de escolha. Os espaços livres públicos servem como locus, por excelência, para contatos sociais novos, inesperados, e livres de muitas das restrições da rotina diária. Se nós valorizamos a **mobilidade social** e nos perturbamos com a **segregação**, devemos ter por política localizar espaços livres ativamente utilizados entre ou igualmente acessíveis a **diferentes grupos sociais**, promovendo a APROXIMAÇÃO que for possível entre eles". (LYNCH, 1990:61)*

Argan analisa as contribuições de Lynch, apontando que este faz uma teorização de sentido ecológico, dando como superada a concepção racionalista do urbanismo como subdivisão, distribuição, organização e construção do espaço. A idéia de espaço foi sucedida pela de ambiente, que se concretiza em "um conjunto de relações e interações entre realidade psicológica e realidade física". (ARGAN, 1984:216)

Ainda de acordo com Argan, a diferença fundamental entre *ambiente* urbano e *espaço* urbano é que "o espaço é projetável, é o produto de um projeto. O ambiente pode ser condicionado, mas não estruturado ou projetado" (ARGAN, 1984:216). Em sua análise de Lynch, Argan valoriza sua descoberta do significado psicológico do ambiente urbano, mas questiona a capacidade desta descoberta para servir também de base a uma atividade projetística.

Antecipando aspectos mais tarde considerados mais detalhadamente por estudos antropológicos, Lynch afirma que "a criação da imagem ambiental é um processo duplo entre observador e observado. Aquilo que se vê é baseado na forma exterior, mas a forma como isso se interpreta e organiza e como se dirige a atenção afeta, por sua vez, o que é visto". E lembra o papel social desempenhado pela paisagem: "O *ambiente* identificado, conhecido de todos, fornece material para

lembranças comuns e símbolos comuns, que unem o grupo e permitem a comunicação dentro dele” LYNCH (1961:140;144).

O conceito de *lugar* é definido por Relph como sendo o espaço ao qual se atribui sentido e, portanto, é fortemente ligado à experiência humana. Lugares têm uma identidade que não é só intrínseca à sua constituição formal e material, mas também profundamente relacionada à “identidade que uma pessoa ou grupo tem com aquele lugar”, ao contrário do espaço, que ele toma mais genericamente, como porção do território. (RELPH, 1976:45)

Se os lugares são construídos por intenções e emoções humanas, o indivíduo se projeta no espaço, conferindo-lhe um valor que pode ser pessoal ou compartilhado por outros, o que pressupõe um estudo que abarque as questões de ordem cultural. Quem melhor sintetiza esse aspecto da nossa análise é Argan:

“É nesse ponto que encontra seu lugar a questão do espaço urbano histórico, o qual, por ser histórico, não é, necessariamente, antigo. De fato, tudo o que se oferece como fato histórico no contexto urbano é interpretável, suscetível de atribuição de valor, objeto de juízo. Interessa-nos menos que àqueles objetos seja conservado ou imposto o valor que lhes é reconhecido pelos especialistas do que a possibilidade de serem continuamente reavaliados, reinterpretados pela comunidade urbana.” (ARGAN, 1984:220)

No que é corroborado por Ferreira dos Santos:

“o espaço contínuo (amorfo) não é passível de utilização. Não tem sentido. Para que venha a tê-lo, é preciso que se lhe atribuam determinados valores e categorias.(...) Para simplificar: um sistema de espaços só existe em conexão com um sistema de valores, ao passo que ambos são impensáveis sem a correlação necessária com um sistema de atividades. Na verdade, as três coisas não existem a não ser em conjunção, da qual não podem ser extraídas senão por artifício analítico.” (FERREIRA DOS SANTOS, 1981:68)

Reiterando a relevância da escolha dos nossos estudos de caso, Groth afirma que a partir dos anos 90 muitas pesquisas passaram a considerar os espaços do dia-a-dia, embora singelos e sem representatividade aparente na cidade como um todo, como muito importantes:

"Paisagens comuns e cotidianas são importantes e dignas de estudo. No centro dos estudos culturais da paisagem há uma questão direta: como podemos entender melhor os ambientes mais ordinários como forjadores de significado cultural e experiência do ambiente? Uma palavra chave nesta formulação é ordinário. A experiência do dia a dia é essencial para a formação dos significados humanos. Quando apenas monumentos ou projetos de alto estilo são levados a sério, o ambiente cotidiano é desprezado e subestimado" (GROTH, 1997:3)

Muitos estudos sugerem que o uso é um importante aspecto na construção do sentido de lugar e seus significados. Numa praça, como é o tipo de espaço público de que estamos tratando, uso é sinônimo de gente. Whyte entende que as praças mais bem utilizadas são "lugares sociáveis, com muitas pessoas em grupos, encontrando outras pessoas ou trocando cumprimentos" (WHYTE, 1980:7), concluindo que o que mais atrai as pessoas, no fundo, são outras pessoas.

É importante ressaltar que todas essas visões não são excludentes. Cada uma delas se apropria de conceitos desenvolvidos anteriormente, procurando enfrentar as novas questões com um arcabouço teórico ainda mais completo, e buscando ampliar o número e a qualidade dos aspectos considerados na análise da paisagem urbana.

1.4.1 A escolha dos estudos de caso

A escolha desses espaços se deu pelo insólito de sua apresentação e inserção nos respectivos bairros, visto haver, em ambos os projetos, especificidades que os tornam singulares na paisagem urbana da cidade do Rio de Janeiro. As características dos vários elementos de desenho destas duas praças – aí incluídas as categorias formais e particularidades geográficas de cada caso, além da abordagem que procura mesclar elementos de ordem formal, cultural, e de gestão, tornam o caso destas

áreas pertinente para se estudar as relações entre forma e uso, como pretendido neste trabalho.

Além disso, segundo levantamento preliminar, não existem até o momento, outros estudos comparativos para estas mesmas áreas. Tomados isoladamente, ou em outras comparações, não foram descobertos quaisquer estudos que contemplem o Parque General Leandro. Por outro lado, a Selva de Pedra já foi alvo de algumas análises e estudos, o mais importante deles sendo de Ferreira dos Santos, em seu livro "*Quando a rua vira casa*", em que adota a Selva de Pedra como "contraponto de controle" à sua análise do Catumbi. Nenhum desses estudos, entretanto, abarca essa tripla perspectiva formal/ambiental, cultural e gerencial. No caso de Ferreira dos Santos, o enfoque era o "pressuposto da diferença radical dos processos de apropriação do espaço de uso comum em áreas urbanas cujo desenvolvimento tivesse sido "espontâneo" e naquelas que eram inteiramente planejadas" (FERREIRA DOS SANTOS, 1981:111).

Para estudos de usos de praças, foi encontrada uma dissertação⁴, com o tema "A criança e suas interações com a mãe durante o período de lazer na praça pública". A pesquisa aborda questões de caráter técnico bastante específicos da área de psicologia e não contribui com o enfoque aqui adotado. Outras pesquisas, como a apresentada por Mariana Dias Vieira ao PROURB/UFRJ em 2001, com o título "A Poética do Largo", se detêm sobre espaços públicos de outra natureza, no caso, o Largo da Carioca, com escala, usos e significados distintos dos que podem ser alcançados por espaços de uso eminentemente residencial. Ou abordam aspectos arquitetônicos, paisagísticos ou mesmo de inserção urbanística, sem, porém, conciliar as perspectivas que estamos adotando.

1.5 Estrutura geral

Esta dissertação está estruturada em sete capítulos. No capítulo 1, apresento os objetivos da pesquisa, as premissas sobre as quais construí a investigação, o ⁴BRITO, Maria Auxiliadora Melo de. *A criança e suas interações com a mãe durante o período de lazer na praça pública*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Instituto de Psicologia da UERJ, 1991.

panorama teórico no qual se insere a abordagem adotada, e a caracterização das duas quadras que serão alvo dos estudos de caso. O capítulo 2 analisa os principais conceitos utilizados na pesquisa. Além disso, este capítulo dedica-se também aos aspectos metodológicos da pesquisa. Após avaliar algumas das alternativas de métodos de pesquisa, apresentarei aqueles que foram escolhidos para a condução da análise dos estudos de caso, explicando os motivos pelos quais foram escolhidos e a maneira como foram conduzidos. Um estudo tipológico dessa configuração de praça em área residencial será também apresentado, mostrando que pátios, praças e outros espaços de uso comum, públicos ou não, têm sido consistentemente utilizados e estudados há bastante tempo. O capítulo termina analisando os pressupostos teóricos que fundamentam a concepção de ambos os projetos.

Os capítulos seguintes já se dedicam ao tema específico da dissertação. O capítulo 3 narra a constituição histórica dos dois loteamentos. O capítulo 4 analisa a morfologia de cada um, desde o seu entorno, passando pelo desenho da quadra e dos lotes, bem como dos parâmetros urbanísticos sobre eles incidentes, até as relações formais entre os edifícios, a rua e o pátio central, que também será detalhadamente analisado.

O capítulo 5 enfoca a segunda perspectiva da pesquisa, que é o estudo do cenário social e cultural existente no espaço, através de uma análise etnográfica, de percepção ambiental e dos usos do lugar. A terceira perspectiva, que aborda a questão da gestão, é contemplada no Capítulo 6, em que se discutem o papel das associações de moradores nessas comunidades, e questões que vão da segurança e controle de acesso, até a administração, tanto da conservação de canteiros e mobiliário quanto dos conflitos cotidianos.

Por fim, o Capítulo 7 procura resumir os temas levantados e apresentar uma conclusão sobre o papel que esses três fatores, forma – usos – gestão, podem ter no funcionamento dos espaços estudados.

2 – REFERENCIAL TEÓRICO METODOLÓGICO

O processo de investigação é, para o cientista, um processo de autoconvencimento, ou seja, um processo argumentativo em que ele, por assim dizer, encarna a comunidade científica cujo juízo antecipa. Mas o cientista (...) sabe que se instaurou uma duplicidade e que, por isso, os expedientes que usa não têm de coincidir exatamente com aqueles que podem convencer a comunidade científica. Por isso, (...) adota as medidas necessárias para que os resultados a que chega sejam tão convincentes à luz dos expedientes privados (a consciência de valor de uso dos resultados) como à luz dos expedientes públicos (a consciência de valor de troca dos resultados). É esse o sentido profundo do oportunismo metodológico de que falava Einstein.

(SOUZA SANTOS, 1989:105)

2.1 Forma, percepção, apropriação e outras categorias de análise

As qualidades formais de um espaço foram analisadas por alguns autores. Argan considera que o espaço é produto de um projeto. Ele pode ser projetado, desenhado, dotado de contornos e características, portanto percebido ou apreendido sensorialmente (ARGAN, 1984:216)

Whyte, quando pesquisou que fatores fazem as pessoas usarem mais uma praça do que outra, investigou características como a insolação, a arborização, a estética (que a praça fosse em maior ou menor grau agradável visualmente), o tamanho (quantidade de espaço disponível) e a disponibilidade de espaço para sentar. Estabeleceu relações de proporção entre esses aspectos e descobriu que todos tinham a sua importância na determinação do uso, mas não eram suficientes para explicar as diferenças (WHYTE, 1980:24).

Considerou então a forma do espaço, que os urbanistas, segundo ele, acreditavam ser extremamente importante para apoiar os "rígidos critérios de proporção e posicionamento", mas, posta desta maneira, sua supremacia na explicação dos usos do espaço também não se confirmou.

Zeisel também se concentra, inicialmente, nos aspectos físicos da análise, listando alguns elementos a serem observados, para situar o cenário da ação no espaço, tais como barreiras (elementos físicos que afastam ou reúnem as pessoas, em qualquer das dimensões sensoriais – visualmente, auditivamente, olfativamente, taticilmente ou simbolicamente) e as próprias características do campo, que incluem sua forma, orientação, tamanho e condições ambientais.

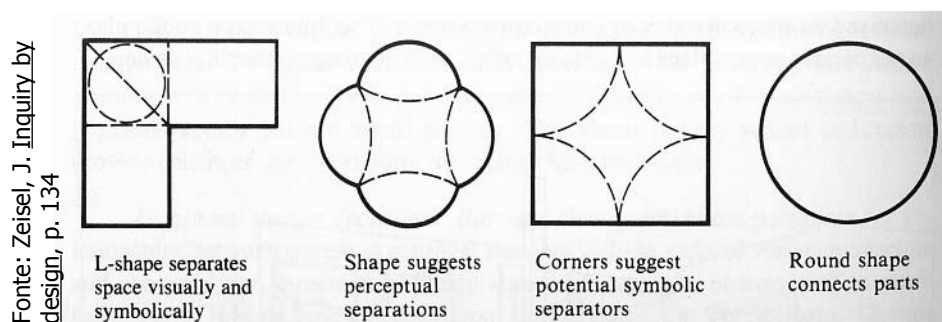


Figura 2.1: Croquis relacionando a forma dos espaços com as percepções que cada uma favorece. A praça da Lauro Müller estaria mais identificada com a forma em “L”, da esquerda, que, segundo o autor, separa o espaço visualmente e simbolicamente. A praça da Selva de Pedra, em seu formato octogonal, seria uma combinação das formas quadrangular e circular, com cantos que sugerem separações simbólicas em potencial.

A forma afeta primariamente as relações visuais e de percepção do espaço. A orientação (maneira de dois lugares estarem dispostos um em relação ao outro) pode maximizar ou minimizar o potencial de contato e encontro entre as pessoas que os usam. O tamanho de um lugar oferece oportunidades às pessoas de colocarem (ou não) alguma distância entre si, igualmente favorecendo ou dificultando contatos (ZEISEL, 1984:134).

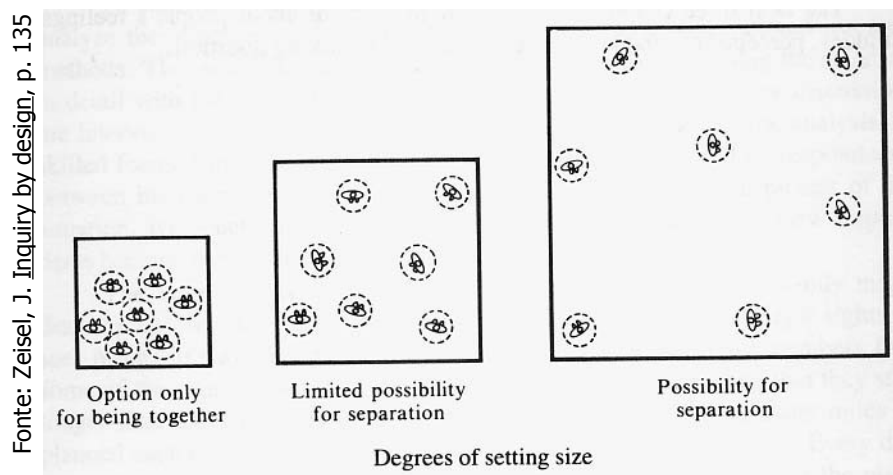


Figura 2.2: Croquis relacionando o tamanho dos espaços com o grau de liberdade de movimento e privacidade permitido às pessoas.

Todavia, como também já vimos, não faz sentido reduzir o espaço a um recipiente neutro. Pelo contrário. O espaço, como produto de um desenho – e um uso – humanos, é profundamente cultural e ideológico. Ele provoca reações, tem qualidades que o fazem influenciar a dinâmica dos usos de que vai ser cenário. Que qualidades são essas? Para Lynch, “a qualidade de um espaço se deve ao efeito conjunto do local e da sociedade que o ocupa” (LYNCH, s/data:111).

Voltamos, inescapavelmente, a associar espaço e pessoas. Por isso mesmo, para explicar a cidade como um fenômeno espacial, Lynch lista três teorias possíveis. A primeira ele chama de teoria do planejamento, que reivindica explicar como são ou deveriam ser tomadas as decisões públicas relativas ao desenvolvimento da cidade. A segunda seria uma teoria funcional, que tenta mostrar por que as cidades assumem a forma que assumem e como essa forma funciona. E a terceira, que ele adota, é a teoria normativa, que trata das ligações generalizáveis entre os valores humanos e a forma dos aglomerados. (LYNCH, s/ data:43)

Nesta breve apresentação, vemos que entra em cena uma outra idéia poderosa que é a **forma**. O que é forma, num estudo urbanístico? Alguns autores, como Lamas, preferem se circunscrever aos aspectos de aparência ou configuração exterior, ou seja, ao universo dos fenômenos físicos, objeto de estudo da morfologia. Para ele, a morfologia urbana é o estudo dos aspectos exteriores do meio urbano e

suas relações recíprocas (LAMAS, 2000:37) E toma emprestado de Aldo Rossi o conceito de forma urbana como “a maneira como se articula e organiza a arquitetura da cidade” (ROSSI *apud* LAMAS, 2000:41)

Nesta pesquisa, haverá oportunidade para a análise dos aspectos morfológicos das quadras estudadas, mas preferimos acrescentar uma dimensão humana e social à questão, adotando, para a forma, o conceito de Lynch, segundo o qual

“forma é a disposição espacial das pessoas a desenvolverem atividades, os fluxos espaciais resultantes de pessoas, produtos e informações, e as características físicas que modificam o espaço de modo significativo para essas ações”. (LYNCH, s/data:52)

Lynch diz ainda que há determinadas dimensões de análise e vivência da cidade que se devem prioritariamente às suas características espaciais. Essas dimensões seriam atributos formais da cidade, e ele propõe a existência de cinco dimensões básicas, das quais duas são fundamentais para a compreensão da perspectiva social e cultural que estamos adotando no estudo das duas quadras em questão, e uma terceira aponta, ainda que não se aprofunde, para o tema da gestão, que também queremos enfocar.

Estes cinco atributos são: a *vitalidade* (grau em que a forma suporta as funções vitais da população ali residente e protege a sobrevivência da espécie), o *acesso* (capacidade do aglomerado de alcançar outras pessoas, atividades, recursos, serviços, informações ou locais, incluindo a quantidade e diversidade de elementos que podem ser alcançados), o *sentido* (clareza com que o aglomerado pode ser apreendido e mentalmente diferenciado e estruturado no espaço e no tempo por seus residentes), a *adequação* (grau em que a forma e a capacidade dos espaços e equipamentos correspondem ao padrão e à quantidade de ações em que as pessoas normalmente se envolvem ou desejam se envolver), e o *controle* (grau em que a utilização e o acesso a espaços e atividades, sua criação, reparação, modificação e gestão são controlados por aqueles que os usam e neles trabalham ou residem). (LYNCH, s/data:117)

Desses cinco, os dois primeiros não se constituem em problemas fundamentais nas comunidades analisadas, porém os três últimos merecem uma atenção mais demorada.

Para Lynch, perguntar que **sentido** um lugar tem para nós é perguntar que correspondência existe entre o ambiente, nossas capacidades sensoriais e nossas construções culturais, isto é, ele conecta a forma com os processos humanos de percepção e cognição; as qualidades espaciais com a "cultura, o temperamento, o estatuto, a experiência e o objetivo do observador" (LYNCH, s/data:127). O aspecto mais imediato do sentido é a atribuição de **identidade** a um lugar, identidade sendo "o nível a que uma pessoa consegue reconhecer ou recordar um local como sendo distinto de outros, com um caráter próprio vívido e particular" (*Ibid*). Não é necessário que a forma tenha um caráter especial ou grandioso para despertar sentido ou para ter identidade. A familiaridade com um lugar também cria o mesmo efeito.

A dimensão da **adequação** também liga a forma aos padrões culturais, mas agora, não mais através da percepção e cognição, e sim do comportamento, da ação das pessoas num local, por isso também é fundamental para nossa análise. Lynch diz que o termo adequação "está vagamente relacionado com palavras como conforto, satisfação e eficácia" (LYNCH, s/data:145). Ele sugere duas maneiras para observar se determinada forma é ou não adequada, ou seja, se comporta ou não os usos propostos ou desejados por uma comunidade para um local. A primeira maneira é observar a ação das pessoas, buscando sinais de incongruências entre utilização e forma, congestionamento ou falta de uso, entre outros. A segunda é perguntar diretamente aos usuários pelo grau de conforto, satisfação e/ou as dificuldades que encontram. Ele alerta, porém, para o choque entre as intenções de distintos intervenientes, que podem não ser compatíveis. A solução formal por ele apontada é a compartimentação da área em cenários menores (*ibid*, p.153). Neste trabalho, embora analisemos a formação espontânea de determinados territórios, segundo espaços ou horários, que atenuam esses confrontos, estamos mais interessados nas possibilidades de negociação que as comunidades conduzem (ou não) na solução de seus conflitos espaciais.

Este aspecto do território nos conduz à terceira dimensão proposta por Lynch para a análise formal da cidade, que é o **controle**. Ele afirma que, como animal territorial, o homem "reivindica direitos sobre o território e usa o espaço para gerir seus intercâmbios pessoais" (LYNCH, s/data:195). Logo, a primeira categoria de controle do espaço é a propriedade. Nesta análise, o autor se detém mais demoradamente na discussão dos direitos espaciais em relação a espaços privados, tais como o de determinar que pessoas podem ou não freqüentar o espaço, restringir os tipos de uso e ação, mediante limites explícitos ou controles informais e modificar o espaço para adequá-lo a novas necessidades.

Nesse momento, fazendo ressonância a algumas outras indagações de Lynch, perguntamo-nos: em que grau os usuários e habitantes reais dessas quadras as controlam efetivamente? Quais as vantagens de se buscar esse controle coletivo? O termo controle assume, nesse caso, uma conotação policialesca e restritiva. Assim, eu prefiro adotar a noção da **gestão**, que lida com questões como a responsabilidade pelo ordenamento do espaço, por sua conservação e bom funcionamento.

Zeisel chega bem perto dessas questões, quando diz que para analisar uma situação, deve-se levar em conta os aspectos físicos, comportamentais e administrativos envolvidos. Pelos aspectos físicos, ele considera os objetos, espaço (com todos os seus atributos), as relações entre os espaços (distância, formas de conexão ou segregação etc), bem como as qualidades do espaço, das quais ele lista como exemplos a luz e o som. Pode-se entender que ele queira aí englobar as condições ambientais, que Lynch agruparia dentro dos atributos da forma. Os aspectos comportamentais definem o que diz respeito às características das pessoas ou grupos, suas atividades no ambiente e as relações que estabelecem entre si. Quanto aos aspectos administrativos, ele inclui as regras formais de gerenciamento do uso, arranjos contratuais e outros procedimentos. Também incluídas estão as normas informais, como códigos de grupo que definam subliminarmente o que é apropriado ou não de se fazer num determinado lugar (ZEISEL, 1984:180).

Reelaborando, então, quais as vantagens de se buscar esse gerenciamento coletivo do espaço? Segundo Lynch, melhora a adequação, já que as pessoas

encarregadas são mais familiarizadas com o uso do local e, supostamente, mais motivadas para o melhorar. Por desdobramento, isso traria mais segurança, satisfação e liberdade. Porém, em face da realidade que desmente, tantas vezes, essa teoria, pergunta-se: será que estes usuários são competentes para exercer este controle, ou, em nossos termos, essa gestão?

“Com alguma freqüência a própria escala dos problemas num local transcende a capacidade dos usuários para os resolverem”, prossegue o autor (LYNCH, s/data: 199). De fato, podemos considerar que, na abordagem de toda problemática urbana, há diversos níveis ou escalas de análise e de decisão. Para Lefebvre, estes níveis, que estão inextricavelmente ligados e relacionados, são o nível global, das relações mais gerais e abstratas, e no qual se exerce o poder do Estado; o nível misto, ou intermediário, que é o nível da cidade, tanto em seu domínio edificado quanto não edificado, com suas formas, funções e estruturas; e o nível privado, do habitar, que ele considera equivocadamente negligenciado (LEFEBVRE, 1999:80). Vale, portanto, apostar na competência dos usuários para a solução de determinados problemas segundo os níveis envolvidos em cada questão. Naturalmente, questões que envolvam decisões de escala mais global estarão fora da alçada imediata da gestão local, à qual só restarão os artifícios de pressão disponíveis nas organizações democráticas, se for o caso.

Em seu texto, Lynch aponta algumas maneiras usuais de se tentar minorar os conflitos espaciais: a primeira seria alargar o consenso social acerca dos direitos no espaço, para que as pessoas se adaptem às normas e ao poder estabelecido; a segunda seria a tolerância, ou seja, a busca de coexistência no espaço e no tempo, procurando manter a indiferença relativamente a ações estranhas dos vizinhos. Não funcionando essas instâncias, parte-se para a compartimentalização do espaço para evitar o confronto, ou então busca-se a intermediação da autoridade policial (LYNCH, s/data:203). Para Lynch,

“o controle verdadeiramente cooperativo requer um dispêndio muito grande de energia nas comunicações e decisões do grupo, além de habilidade política. Seu preço é a educação, as discussões e a manutenção incansável da organização política.” (Ibid)

Outros autores também contribuem com a reflexão sobre os atributos formais do espaço. Zeisel recomenda que se observe como as pessoas percebem os ambientes e que significados lhe atribuem. Para ele, a **percepção** é a “maneira com que as pessoas selecionam e organizam aquilo de que estão cientes numa dada situação através de seus sentidos”, e o **significado** é a interpretação que dão aos dados que percebem (ZEISEL, 1984:181).

Zeisel fala de percepção tanto do espaço, através de seus atributos físicos, como do ambiente. Argan define ambiente em contraposição ao espaço, como já vimos. Para ele, enquanto o espaço é produto de um projeto, o **ambiente** não é projetável; é no máximo, condicionável. O que quer dizer isso? Que o ambiente é o espaço acrescido de qualidades psicológicas, sociais. É um dado abstrato, subjetivo. Um mesmo espaço físico pode ser percebido como um ambiente mais ou menos agradável, de acordo com quem faz a avaliação.

Essa percepção ambiental, que até pode ser favorecida por algumas características do espaço, depende portanto dos padrões culturais e sociais vigentes, e vai por sua vez influenciar a forma com que esse espaço é apropriado e utilizado pelas pessoas. A **apropriação** é uma categoria muito bem definida por Hertzberger:

*“Quanto mais influência pudermos exercer pessoalmente sobre as coisas à nossa volta, mais nos sentiremos emocionalmente envolvidos com elas, mais atenção daremos a elas e mais inclinados estaremos a tratá-las com cuidado e amor. (...) Todo esse cuidado e dedicação faz com que o objeto pareça precisar de nós, não apenas no sentido de que podemos decidir em grande parte o que acontece a ele, mas também no sentido de que o objeto passa a ter um lugar na nossa vida; esse tipo de relacionamento também pode, evidentemente, ser considerado um processo de **apropriação** mútua. Quanto mais uma pessoa está envolvida com a forma e o conteúdo do seu ambiente, mais esse ambiente será apropriado por ela, e assim como toma posse do seu ambiente, o ambiente se apossa dela.” (HERTZBERGER, 1999:170)*

2.2 Espaço público e espaço privado

O que define se um espaço é público ou privado? Por qual viés se estabelece uma ambigüidade nessa percepção? Segundo Hertzberger, os conceitos de “público” e “privado” podem ser interpretados como a tradução, em termos espaciais, de “coletivo” e “individual”. Para ele, duas variáveis são determinantes nessa conceituação: acesso e responsabilidade pela manutenção:

"num sentido mais absoluto, podemos dizer que pública é uma área acessível a todos a qualquer momento; a responsabilidade por sua manutenção é assumida coletivamente. Privada é uma área cujo acesso é determinado por um pequeno grupo ou por uma pessoa, que tem a responsabilidade de mantê-la". (HERTZBERGER, 1999:12)

A idéia de acesso traz, para ele, uma idéia correlata que é a da gradação do acesso, o que pode ser uma questão de legislação, ou exclusivamente, uma questão de convenção. Ter o acesso restringido, ainda que apenas visualmente, ou simbolicamente, faz com que o espaço público não seja percebido como tão público assim. Whyte distingue especificamente, nesse sentido, os espaços públicos abertos e espaços públicos confinados, onde, segundo ele, os domínios público e privado se confundem (WHYTE, 1980:79).

A apropriação de um espaço público por residentes, como se fosse “privado”, também fortalece a demarcação por parte do usuário desta área aos olhos dos outros, o que confere uma dimensão extra ao espaço público (HERTZBERGER, 1999:17).

O problema, é bom que fique claro, não está na valorização do espaço privado, em si mesmo, mas que isso seja feito em detrimento do espaço público, isto é, que eles sejam colocados em confronto, como se a importância de um esvaziasse a importância do outro. Hertzberger acredita que a oposição extrema entre público e privado, da mesma maneira que entre coletivo e individual são sintomas de uma desintegração das relações humanas mais básicas, expressada pela polarização entre a individualidade exagerada, com a supervalorização da dimensão privada do espaço,

por um lado, e a coletividade exagerada, com a consideração hegemônica do espaço público, por outro. Porém, ele prossegue, nenhuma relação humana que nos interesse como arquitetos se concentra exclusivamente numa dimensão ou na outra, e há nuances e gradações que têm sido subestimadas. “É sempre uma questão de pessoas e grupos em inter-relação e compromisso mútuo, isto é, sempre uma questão de coletividade e indivíduo, um em face do outro” (*ibid*).

2.3 Nome e identidade

Praça, pátio ou parque? Por que em alguns momentos nos referimos à Selva de Pedra e em outros à Praça Milton Campos? De que maneira devemos nos referir à quadra que circunda o Parque General Leandro? É *Parque* General Leandro ou *Praça* General Leandro? Essas são apenas algumas das perguntas que expõem a confusão generalizada que envolve a nomenclatura desses espaços.

Na verdade, essa confusão se dá em três níveis diferentes: primeiramente, envolve os conceitos urbanísticos existentes para cada uma dessas tipologias – praça, parque ou pátio. Vamos ver que cada um desses termos designa espaços diferentes, que estabelecem diferentes relações com a cidade, e que, segundo esses conceitos, os espaços centrais de ambas as quadras se configuram em pátios, e não praças ou parques. A despeito disso, temos o segundo nível de confusão, que é o causado pela nomenclatura oficial adotada pela administração municipal. O terceiro nível, mais complexo, envolve a noção de identidade que é dada pelo ato de nomear alguma coisa, ou de se nomear de alguma forma. Como os usuários dessas áreas, moradores ou não, se referem a elas? O que isso demonstra sobre a maneira como eles se percebem? Por fim, precisamos definir de que maneira nós vamos nos referir a esses espaços, aqui, e com base em que critérios.

Vamos começar pelos conceitos. Em seu livro *Urban Space*, Rob Krier identifica a praça como um dos dois elementos básicos constituintes do espaço urbano, o outro sendo a rua. Ele não vê características geométricas diferenciadas

entre eles, mas apenas diferenças nas dimensões dos muros que os circundam e nos padrões de funções e circulação que os caracterizam (KRIER, 1991:17).

Segundo Krier, a praça é a primeira maneira que os homens encontraram de utilizar o espaço urbano, sendo produzida pelo "agrupamento de casas em torno de um espaço aberto". Esse arranjo permite um alto grau de controle do espaço interno, e se presta especialmente à atribuição de valores e significados simbólicos, tendo sido escolhido como modelo para a construção de numerosos lugares sagrados.

Para Garcia Lamas, a praça é um "elemento morfológico das cidades ocidentais e distingue-se de outros espaços, que são resultado acidental de alargamento ou confluência de traçados, pela organização espacial e intencionalidade de desenho" (LAMAS, 2000:100). Ele faz distinção entre praças, largos, adros, terreiros e outros espaços vazios porque, ao contrário destes espaços, a praça tem funções estruturantes na cidade. Na definição de Lamas, a praça implica, como a rua, na estreita relação do vazio (espaço de permanência) com os edifícios, seus planos marginais e as fachadas, que definem os limites da praça e caracterizam-na.

Whyte também enfatiza que o espaço-chave para uma praça não está nela mesma, mas na rua. Segundo ele, a relação com a rua é fundamental e é de longe o fator de desenho mais crítico para uma praça (WHYTE, 1980:54).

Macedo é um pouco mais abrangente e diz que "praças são espaços livres públicos urbanos, destinados ao lazer e ao convívio da população, acessíveis aos cidadãos e livres de veículos" (MACEDO, 2002:17). Ele identifica a gênese da praça nos largos, terreiros e pátios coloniais, dos quais ela se diferenciou por apresentar, ao contrário daqueles, um programa social. Ele reconhece, entretanto, que a abrangência do termo gera algumas distorções quanto à terminologia dos espaços urbanos, pois algumas áreas batizadas de praças não o são.

De acordo com estas definições, o espaço central das quadras em estudo não poderia ser uma praça porque não se relaciona com a rua e a cidade, mas tão somente com os edifícios que o circundam. Ele seria um sub-elemento morfológico

daquela quadra, não tendo, em si mesmo, função estruturante sequer para a vizinhança ou o bairro.

Quanto aos parques, Costa diz que “são certamente os lugares, na cidade, onde podemos encontrar uma representação da natureza em sua totalidade, trazendo uma variedade de cheiros, sons e cores à nossa experiência urbana” (COSTA, 1993:14). A relação imagética dos parques com a Natureza é tão forte que, durante muito tempo, no século XIX, foram considerados os “pulmões da cidade”, pequenos trechos de verde e ar puro interrompendo o tecido caótico e enegrecido da cidade industrial.

Foi somente com o advento do Modernismo que essa visão se modificou, ampliando o espectro das funções que o parque exerce na cidade. Segundo os preceitos da Carta de Atenas, o parque não tem mais apenas as funções estéticas e sanitárias presentes na ideologia do século XIX, mas um papel utilitário, relacionado com sua importância social, a saber, congregar as atividades coletivas e fornecer um cenário favorável à prática de esportes e jogos nas horas de lazer (*ibid*).

Mas que outros elementos podem caracterizar os parques urbanos contemporâneos? Macedo considera parque

“todo espaço de uso público destinado à recreação de massa , qualquer que seja o seu tipo, capaz de incorporar intenções de conservação, e cuja estrutura morfológica é auto-suficiente, isto é, não é diretamente influenciada em sua configuração por nenhuma estrutura construída em seu entorno” (MACEDO, 2002:14)

Para ele, muitas vezes, espaços de lazer de pequeno porte são denominados parques apenas porque são cercados, contêm instalações de lazer e alguma vegetação. Aí estão alguns elementos formais que ajudam no entendimento da definição deste equipamento urbano. Os parques são *cercados, contêm instalações de lazer e vegetação*. E estrutura morfológica auto-suficiente, segundo a definição acima.

No capítulo 5 retomaremos essa questão, analisando como elas repercutem na percepção que os moradores das áreas de estudo têm de si mesmos e dos conjuntos em que moram. Por enquanto, para simplificar, vamos nos referir à quadra do Leblon sempre como Selva de Pedra, e à quadra da Urca/Botafogo como Lauro Müller, usando de uma metonímia ao tomar o todo por uma parte, mas aproveitando uma forma consolidada de se referir ao lugar. Quanto aos pátios centrais, também por comodidade e para adotar o uso consagrado da terminologia, vamos nos referir a eles, doravante, como praças, resguardadas as ressalvas aqui discutidas.

2.4 Pressupostos teóricos: dos pátios europeus a Agache e o Modernismo

Para fazer uma análise tipológica, vamos começar trazendo à tona o conceito de tipo, definido por Aldo Rossi como o elemento que deve servir de regra ao modelo, “algo permanente e complexo, um enunciado lógico que está antes da forma e a constitui.” (ROSSI, 1992:40).

Rossi analisa a tipologia de praça de centro de quadra a partir da questão residencial. Em Berlim, por exemplo, ele identifica três tipos fundamentais na estrutura dos aglomerados residenciais: a) as construções em bloco; b) os corpos livres; e c) as casas unifamiliares. Desses tipos, nos interessam seus comentários sobre o primeiro. Ele explica que as construções em bloco derivam originalmente do regulamento de polícia de 1851, e seguintes, constituindo uma das formas mais integrais de exploração do solo urbano, também largamente exploradas em Hamburgo e Viena. São conjuntos constituídos por diversos pátios dispostos perpendicularmente à fachada que dá para a rua.

Fonte: Rossi, Aldo. A Arquitetura da Cidade. p. 95



Figura 2.3: Quarteirões berlinenses construídos de acordo com o Regulamento Policial de Edificações de 1887 (o de cima) e 1925 (os de baixo), com pátios internos.

Fonte: Rossi, Aldo. A Arquitetura da Cidade, p. 93

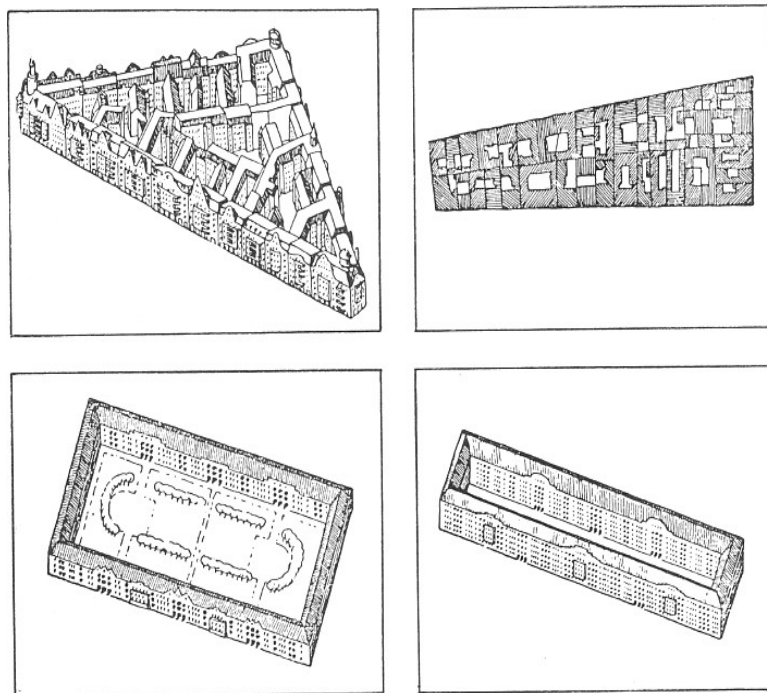


Figura 2.4: Exemplo de tipologia berlinense de 1805, com pátios dispostos perpendicularmente à fachada.

A forma da construção com pátio representa, segundo Rossi, uma solução típica da Europa Central, ainda adotada por muitos arquitetos. Mais recentemente, os pátios se transformaram em grandes jardins, incluindo creches e quiosques de vendas.

Nos Estados Unidos, muitas dessas questões foram levantadas por Dolores Hayden, especialmente quando analisa os problemas criados pelo modelo de subúrbio americano e a necessidade de estudar outras tipologias residenciais. Segundo ela, a aldeia e o claustro eram os modelos estéticos alternativos para uma estratégia de implantação de vizinhança e estavam entre os precedentes para o projeto de habitação coletiva com pátio central (HAYDEN, 1986:125)

Ao longo da segunda metade do século XIX apareceram muitos planos com arcadas e pátios centrais nos Estados Unidos. Ainda hoje, esta tipologia é utilizada, especialmente em Los Angeles, que “continua sendo a cidade americana com o mais interessante conjunto de habitações multi-familiares seguindo o modelo de pátio central”. (HAYDEN, 1986:132). A autora aponta ainda para o sucesso desse modelo em várias cidades da Europa, como Copenhague e Amsterdam. Em Helsinque, na década de 80, surgiram alguns projetos de assentamentos residenciais, baseados na tipologia dos pátios centrais⁵. É o caso de Päsila, ao norte do centro da cidade, que usa uma hierarquia de quarteirões com blocos soltos ao redor de pátios que vão dos mais amplos e públicos aos menores e mais percebidos tacitamente como de uso privativo dos moradores do entorno.

⁵Essas informações foram obtidas em visita pessoal à cidade, e confirmadas em consulta ao *Architectural Map Guide* de Helsinque, folheto publicado por *The Finnish Association of Architects*, e distribuído pelo Centro de Informações Turísticas municipal.

Foto da autora, agosto/2004



Figura 2.5: Pátio principal em Päsila, em torno do qual se dispõem as outras quadras

Foto da autora, agosto/2004



Figura 2.6: Pátio menor, no interior de uma das quadras que compõem o grande projeto de Päsila, em Helsinki.

Ainda falando de tipologias de aglomerados residenciais, também William Whyte, em livro de 1972, levanta a questão:

“para desenhar um conglomerado residencial há várias possibilidades. A que mais agrada ao projetista e urbanizador é dispor as casas em fileiras ao redor de um pátio comum. Um traçado tão econômico seria evidentemente o mais lucrativo de todos e representaria uma compra muito boa para os interessados em adquirir moradia. Não haveria espaço aberto privado, exceção feita ao pátio traseiro, que seria muito utilizável, e o campo comum circundado seria um arranjo funcional para famílias com crianças”. (WHYTE, 1972:127)

Fonte: Whyte, William. El paisaje final, p. 127)

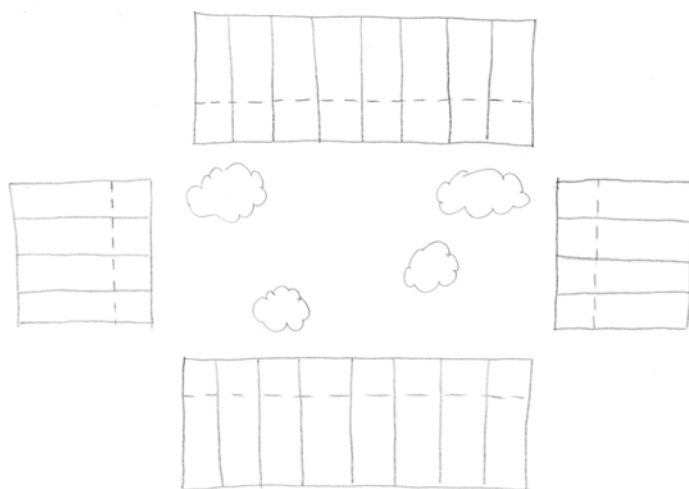


Figura 2.7: Cópia do croquis de Whyte que ilustra a situação descrita acima

Voltando ao conceito de praça como um dos mais importantes elementos do desenho urbano, Moughtin ressalta que é ao mesmo tempo uma área emoldurada por edifícios e uma área feita para exibir esses edifícios da melhor forma possível, tendo se prestado, ao longo da história, a grandes composições cívicas (MOUGHTIN, 1999:88).

Do ponto de vista de uma análise mais formal, Moughtin salienta que muitas tentativas já foram feitas para classificar as formas que uma praça pode ter e duas das teorias mais influentes foram formuladas por Paul Zucker e Camillo Sitte. Ambos elencam variados tipos de praça, e entre eles, sempre, a praça encerrada, ou enclausurada.

A partir dessas definições, Moughtin faz sua própria análise tipológica, começando exatamente pela praça enclausurada, que segundo ele, guarda um profundo sentido de lugar, de centro. A chave para o encerramento de uma praça está no tratamento dado às esquinas, mas outras importantes qualidades da praça em si e dos edifícios circundantes afetam seu grau de enclausuramento, tais como o gabarito dos edifícios em relação ao tamanho da praça, a presença ou ausência de um tema arquitetônico unificador e a forma geral do espaço em si.

Fonte: Krier, Rob. Urban Space, p.35

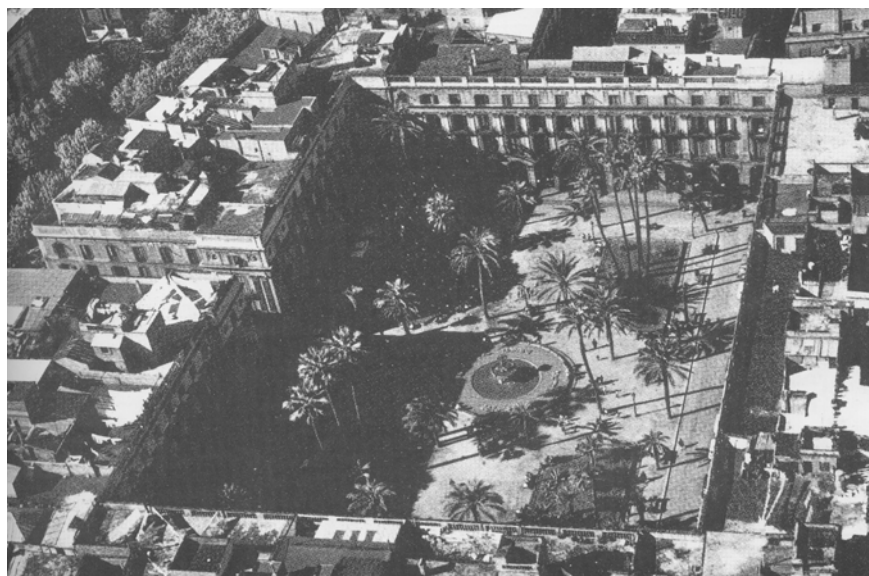


Figura 2.8: Plaza Real, Barcelona, 1848

Mais recentemente, em artigo escrito para um *site*, na internet⁶, Tahchieva considerou útil e necessário reintroduzir a construção de quadras perimetrais no vocabulário urbano da cidade. Ela lembrou que há precedentes históricos desses tipos de construção no centro de São Paulo, em Buenos Aires, e até na perspectiva idealizada do Rio de Janeiro que Alfred Agache delineou na década de 1920. Ela defende que essa tipologia permite uma melhor configuração das quadras urbanas, em contraponto ao modelo modernista de torres soltas, que se verifica, por exemplo, em grande parte da Barra da Tijuca. Segundo Tahchieva, as áreas internas destas quadras podem acomodar, entre outras possibilidades, estacionamentos de superfície ou pátios e instalações recreativas para os componentes residenciais (TACHIEVA, 2002).

⁶http://www.spsitecity.com.br/english/megalopole/e_intern_c.htm. Acesso em julho/2004

O Plano Agache, mencionado por ela, foi o primeiro plano diretor elaborado para a cidade do Rio de Janeiro, entre os anos de 1926 e 1930, sob coordenação do arquiteto francês Alfred Hubert Donat Agache. De acordo com Rezende:

"No período posterior à sua entrega, o Plano Agache irá inspirar vários decretos e projetos urbanísticos. Sua marca pode ainda ser sentida na área central da cidade, a Esplanada do Castelo, nas quadras dotadas de pátio central e no traçado de várias vias da cidade". (REZENDE, 1999:44)

Pode-se vislumbrar a influência de Agache sobre Saboya Ribeiro na elaboração do projeto para o Bairro Itapemirim, na década de 40. O professor vinha dedicando, desde 1939, bastante atenção ao seu plano, na qualidade de catedrático do curso de urbanismo que, desde então, fazia parte do ensino do curso de arquitetura da Escola Nacional de Belas Artes, como disciplina distinta. E o vínculo de Saboya Ribeiro com o arquiteto francês é ainda anterior. Como o Plano Agache previsse a Praia Vermelha como local de implantação da Cidade Universitária, Saboya Ribeiro aproveita a mesma área e, em 1935, dá continuidade ao projeto, realizando um novo estudo que o ampliava até Botafogo. Mais tarde, alguns anos após a elaboração do projeto do Bairro Itapemirim, Saboya se dedicou a estudos também para a Urca, prevendo aterros e a expansão do bairro nos moldes preconizados por Agache em seu plano (*Ibid*).

Mas traços do movimento moderno também podem ser identificados no loteamento da rua Itapemirim. Os blocos soltos, sem definição de lotes, praticamente configuravam uma quadra aberta, apesar de alinhados rigidamente ao longo da rua, e de se assentarem solidamente no piso, sem os pilotis tão prezados por Le Corbusier. Marcos Konder Netto, autor do projeto da Selva de Pedra, critica a ausência de lotes no projeto de Saboya, e estranha que, sendo ele "anti-modernista, acadêmico", criasse um projeto com tintas tão modernas (KONDER NETTO, 2004)

A referência ao vocabulário modernista não é casual. Basta lembrar que, na década de 20, tanto Le Corbusier quanto Agache estiveram no Rio de Janeiro (e em

outras cidades do Brasil e da América Latina), elaborando estudos e planos urbanísticos. As idéias de Le Corbusier sobre o urbanismo, que seriam sistematizadas solidamente na Carta de Atenas, de 1933, já estavam bem delineadas. Em *Urbanismo*, ele diz:

"Trata-se então de estudar bem a célula, ou seja, o alojamento do homem, fixar-lhe o módulo, e de passar para a execução em séries uniformes. O quadriculado monótono e tranqüilo assim formado de inumeráveis células se estenderá em grandes movimentos de arquitetura, movimentos diferentes da indigente rua-corredor: o urbanismo abandonará a rua-corredor atual pelo traçado de loteamentos novos, criará, numa escala muito mais vasta, a sinfonia arquitetural que se trata de realizar". (LE CORBUSIER, 1992:68)

Entre outras recomendações, ele preconiza o aumento da densidade do centro das cidades e o aumento das superfícies arborizadas. Isso se conseguiria aumentando o gabarito, de forma a fazer torres que ocupassem pequena projeção no solo, mas abrigando grande quantidade de unidades, e liberando o solo, através do uso do pilotis.

O pátio, por outro lado, passa por uma releitura no repertório modernista. Por uma questão de escala, os edifícios são preferencialmente abertos para parques. Segundo Le Corbusier, "o apartamento da cidade pode ser construído sem pátio e longe das ruas, com as janelas dando para parques extensos: loteamentos com reentrâncias e loteamentos fechados". (LE CORBUSIER, 1992:158)

O projeto da Selva de Pedra segue vários desses preceitos em sua concepção original: as torres com grande quantidade de unidades, o pilotis que liberava o pavimento térreo todo para lazer, a separação das circulações de pedestres e automóveis, a ausência de diversidade nos usos, num critério de zoneamento que estabeleceria a exclusividade do uso residencial na quadra.

Para Ferreira dos Santos, não havia dúvidas:

"A Selva de Pedra seguia os princípios modernos de planejamento, tal como foram professados por algumas das personalidades mais destacadas da arquitetura e do urbanismo cariocas. Resultava, além do mais, de uma intervenção racionalizadora da vida urbana, apoiada pelo poder público, com todos os meios institucionais necessários para impor um projeto dessa envergadura"(FERREIRA DOS SANTOS, 1981:111)

O próprio autor do projeto, porém, faz ressalvas a esta filiação incondicional, e aponta algumas rupturas que ele teria introduzido em relação aos cânones modernistas. Para começar, ele acredita que um modernista convicto teria feito blocos padronizados, enquanto em seu projeto há liberdade relativa nos gabaritos e acabamentos. Para Konder Netto, sua geração já estava rompendo com a rigidez de alguns daqueles preceitos, mas algumas idéias foram aproveitadas, como por exemplo, isolar a praça central do fluxo de automóveis, para oferecer mais conforto e segurança às crianças que descessem para brincar (KONDER NETTO, 2004)

2.5 Questões metodológicas

Pesquisar é mais do que simplesmente buscar e reunir informações sobre dado tema, o que pode ser muito fortuito, ou mesmo mais do que apenas resolver problemas, algo meramente pragmático. Segundo Zeisel, o que os pesquisadores querem fazer é sistematicamente usar sua experiência para aprender alguma coisa que identifique e ajude a resolver novos problemas (ZEISEL, 1984:19).

Além disso, Souza Santos nos alerta para o fato de ser necessário o pesquisador se interrogar "em que medida é que a sua simpatia para com um dado grupo distorce ou invalida seus resultados", trazendo à tona a questão da reflexividade em pesquisa social (SANTOS, 1989:80). Ele ressalva que não se trata de distorcer conscientemente os dados, mas daquelas situações em que o pesquisador usa competente e honestamente os instrumentos de investigação social. E neste caso, ele diz, "os manuais de metodologia não oferecem qualquer ajuda, pois, se nos dizem como usar bem as técnicas, não nos dizem como nos certificarmos de que as usamos

bem. (...) É necessário que o cientista advirta o seu público de que lado ou qual ponto de vista adotou no seu estudo" (*Ibid*).

Portanto, para partilhar os resultados de uma pesquisa, precisamos não só explicitar os métodos utilizados, mas a maneira com que foram usados, e as conclusões que foram obtidas a partir deles.

Para começar, Zeisel nos aconselha a definir um desenho de pesquisa, ou seja, qual a maneira com que vamos abordar nosso problema. Para ele,

"O tipo de desenho de pesquisa que um investigador escolhe para estudar um problema depende da forma como o problema é definido, o que o investigador quer saber, a natureza do objeto estudado, conhecimento prévio sobre o qual se baseia o estudo e tipo de resultados pretendido". (ZEISEL, 1984:65)

Uma das possibilidades é adotar um estudo de caso, por exemplo, quando se quer desenvolver um conhecimento intensivo sobre um objeto complexo, o que se adequa bem a nossa situação. Ainda de acordo com Zeisel, estudos de caso são usados para "descrever e diagnosticar objetos singulares e internamente complexos: indivíduos, edifícios, episódios, instituições, processos, sociedades" (*Ibid*). Em estudos de caso, os pesquisadores delimitam limites ao objeto e então observam coisas como os elementos aí compreendidos, as relações entre esses elementos, o desenvolvimento do objeto e suas influências contextuais.

Para isso, ele conclui, "técnicas de pesquisa múltiplas, especialmente a observação participativa, são freqüentemente necessárias para obter dados suficientes sobre diferentes aspectos do objeto" (*Ibid*).

Estando definido que usaremos um desenho de pesquisa de estudo de caso, utilizando múltiplas técnicas, resta saber como isso será feito, e que técnicas serão essas. Segundo Lefebvre, a compreensão de um fenômeno urbano depende, primeiramente, de métodos descritivos, eles próprios variados. Ele menciona a ecologia como descrição das áreas habitadas, unidades de vizinhança, formas de

relações; a descrição fenomenológica, que se ocupa dos laços entre as pessoas e os lugares; e a descrição empírica, que enfatiza a morfologia, procurando dar conta do que vêem e fazem as pessoas num contexto urbano (LEFEBVRE, 1999:51).

Entretanto, mais adiante, ele mesmo percebe que

"A partir de um certo ponto, a descrição, mesmo apurada, não é mais suficiente. Os limites da morfologia e da ecologia são atingidos. A descrição não alcança determinadas relações sociais, aparentemente abstratas em relação ao dado e ao vivido, os quais parecem concretos, mas são apenas imediatos". (LEFEBVRE, 1999:52)

Logo, ele conclui, é preciso passar da fenomenologia à análise, bem como da lógica à dialética. E para isso, recomenda proceder por "níveis e patamares, avançando em direção ao global" (*Ibid*). Metodologicamente, Lefebvre aconselha a começar a abordagem pelas propriedades formais do espaço antes de estudar as contradições do espaço e os seus conteúdos, ou seja, de empregar o método dialético.

Corroborando nossa opção, portanto, por um método descritivo, recorreremos a Zeisel, que acrescenta que estudos descritivos (ou diagnósticos, como ele também os chama) ajudam a aprofundar a compreensão de uma situação: eles fornecem evidências sugestivas num amplo universo, mais do que "salvaguardas rigorosas da confiabilidade e especificidade das descobertas"; eles dão um panorama sobre a estrutura e dinâmica de uma situação global, identificando seus propósitos, suas partes e as relações entre elas (ZEISEL, 1984:60).

Em nosso caso, além de descritivo, o método será comparativo, visto que serão levantados dados de dois espaços distintos, que precisarão ser analisados criticamente, na tentativa de compreender suas semelhanças e diferenças em cada um dos vieses estudados: morfológicos, sócio-culturais e gerenciais. Esses dados, por sua vez, poderiam privilegiar aspectos quantitativos ou qualitativos do problema. Optamos por recorrer a uma combinação de métodos qualitativos e quantitativos (ZEISEL, 1984; COSTA, 1993; WHYTE, 1980). A triangulação de métodos permite uma

melhor complementação e análise dos dados coletados, facilitando a conexão dessas informações com a estrutura teórica subjacente.

Sobre esta questão dos métodos quantitativos e qualitativos, Souza Santos também nos diz que

"No paradigma da ciência moderna o conhecimento é feito de distância e proximidade, uma tensão controlada e expressa na distinção sujeito/objeto. Os métodos quantitativos criam distância porque reservam para o sujeito o universo das qualidades e reduzem o objeto à sua expressão (distorção) quantitativa. Pelo contrário, os métodos qualitativos criam proximidade porque envolvem tanto o sujeito quanto o objeto no mesmo universo de qualidades. (...) Existe, pois, um juízo qualitativo sobre o objeto subjacente aos métodos quantitativos com que se pretende conhecê-lo" (SOUZA SANTOS, 1989:109)

Dentre as técnicas de pesquisa que adotamos estão o levantamento documental e iconográfico dos estudos de caso em questão, na intenção de situar historicamente os objetos de estudo, no que concerne à sua constituição e à legislação sobre eles incidente; a observação de campo, que procurou analisar tanto os traços físicos do espaço quanto os usos e comportamentos aí observados; a condução de algumas entrevistas e, ao final, a aplicação de um questionário estruturado. Este questionário visou, inicialmente, a subsidiar as observações de campo com dados fundamentados estatisticamente que ilustrassem as conclusões apontadas pela observação ou apontassem para aspectos ainda não percebidos ou inteiramente compreendidos. Contudo, ele funcionou mais do que como técnica quantitativa, agregando qualidade ao estudo, através das inúmeras contribuições espontâneas dos respondentes, sob a forma de relatos e depoimentos escritos, como será detalhado mais adiante.

Com relação ao embasamento teórico para a aplicação destas técnicas, podemos dizer que Whyte, por exemplo, em seu estudo sobre os pequenos espaços urbanos, subdivide sua análise em tópicos, propondo a observação de aspectos físico-ambientais, tais como insolação, luz, arborização; aspectos morfológicos, como forma, quantificação e qualificação dos espaços disponíveis para sentar, e presença ou não

de água no projeto; além de aspectos sócio-econômicos, por exemplo, existência de comida, comércio, e observação dos frequentadores das áreas que estuda. Ele não fala dos aspectos de gestão, limitando-se, neste quesito, a questões de controle e acesso.

Já Zeisel divide sua explanação sobre as técnicas de observação em observação do espaço físico (o que estaria contido dentro da nossa análise morfológica) e observação de comportamento (que se enquadra, nesta pesquisa, na análise dos aspectos sócio-culturais).

Observar traços físicos, para Zeisel, significa "procurar sistematicamente reflexos de uma atividade prévia não produzida para ser medida por pesquisadores" (ZEISEL, 1984:89). Por estes traços o pesquisador começa a inferir como um ambiente chegou a ser como é, que decisões os projetistas e construtores tomaram sobre o lugar, como as pessoas realmente o usam, como se sentem em relação ao entorno, e geralmente como aquele ambiente particular atende às necessidades de seus usuários. Essa técnica tem, para ele algumas qualidades, entre as quais:

- é rica em imagens: ao observar um traço físico, deve-se procurar descobrir o que o causou, e o que se pretendia com isso, sem cair na tentação de inferir antecipadamente intenções e processos. É importante também que o observador se treine para ver traços que não se destacam, como a ausência de determinados objetos que seriam esperados. A pergunta certa muitas vezes é "o que está faltando?" mais do que "que coisas eu vejo?".
- é não-obstrusiva: não influencia o comportamento que causou os traços observados. Isso tem um valor especial quando se está juntando dados sobre os quais os respondentes são sensíveis, e é particularmente útil para descobrir coisas sobre o comportamento de grupos que não podem ser entrevistados.

No que diz respeito à observação de traços de comportamento, isto significa, essencialmente, assistir às pessoas enquanto usam seus ambientes: indivíduos, casais, pequenos grupos, e grandes grupos. O que eles fazem? Como as atividades se

relacionam espacialmente? E como as relações espaciais afetam os usuários? Ao mesmo tempo, prossegue o autor, os observadores têm a chance de ver como um dado ambiente físico suporta ou interfere com o que nele acontece, especialmente os efeitos colaterais que o lugar tem sobre as relações entre indivíduos ou grupos (ZEISEL, 1984:111)

Observar comportamento em ambientes físicos gera dados sobre as atividades das pessoas e as relações necessárias para sustentá-los; sobre a regularidade dos comportamentos; sobre usos esperados e novos usos de um lugar; e sobre oportunidades e/ou constrangimentos de comportamento que um lugar oferece. Segundo Zeisel, há uma importante dimensão espacial na comunicação humana.

Novamente, ele nos apresenta algumas das principais qualidades desta técnica:

- é empática, quer dizer, especialmente na observação participativa, o pesquisador consegue “sentir” um determinado lugar, isto é, entender nuances que somente os usuários daquele lugar sentem. Entretanto, há que se ter cuidados para não generalizar impressões a partir de suas próprias expectativas e sentimentos, e não subestimar as diferenças entre as pessoas, assumindo os motivos pelos quais agem desta ou daquela forma;
- é direta, quer dizer, permite observar comportamentos que as pessoas normalmente não relatariam numa entrevista direta, seja por considerá-los triviais demais para serem levados em consideração, seja por saberem ser comportamentos desviantes da norma. Por isso mesmo, é necessário estar atento para as discrepâncias entre os discursos e as atitudes observadas no campo;
- é dinâmica, quer dizer, dá uma dimensão das mudanças na vida daquele lugar ao longo do tempo. Dá a possibilidade de observar atividades que se repetem em locais determinados, ou seja, a existência de padrões de comportamento.

Zeisel recomenda observar as pessoas, suas atividades, as relações que se estabelecem tanto entre as pessoas quanto entre estas e o espaço, e finalmente, em que contexto sócio-cultural tais atividades se desenvolvem. Ele adverte que as

peças tendem a considerar que os outros vêem as coisas da mesma forma que elas, e cabe ao observador identificar de que maneira o contexto cultural constrói a maneira com que elas interpretam suas próprias ações e as dos outros. Segundo Zeisel, "os significados que as pessoas atribuem às relações sociais determinam, em grande parte, como elas reagirão aos vários aspectos do ambiente", numa dupla perspectiva em que se imbricam o ambiente em si e as características pessoais de quem reage a ele, como sua posição nesse ambiente, sua idade, sexo, ocupação, sua história e experiências pregressas etc. (ZEISEL, 1984:153)

Por fim, mas não menos importante, ele volta à dimensão física, enfatizando que, mesmo na observação de comportamento, não se deve perder de vista o espaço onde a ação se desenvolve. O foco aqui é de que maneira o espaço, em seus atributos de forma, participa, como cenário mais ou menos convidativo, nas atividades de seus usuários. Mais uma vez, a dimensão da gestão não é considerada. Mas já agrega os aspectos sócio-culturais, que Whyte apenas tangencia.

A aplicação de entrevistas é outra das técnicas adotadas neste trabalho. Fazer perguntas, numa pesquisa, significa sistematicamente colocar questões que tentem descobrir o que as pessoas pensam, sentem, fazem, sabem, acreditam e esperam, o que é particularmente adequado quando se está interessado em reações a ambientes específicos. As respostas dos entrevistados podem ser usadas para testar, refinar, confirmar ou modificar a análise. Ou ainda, quando algumas entrevistas são feitas no início do processo de pesquisa, para sondar questões que deverão ajudar a estruturar o trabalho posterior.

As entrevistas colaboram também na interpretação de dados reunidos por outros métodos. Enquanto a observação dos aspectos físicos e comportamentais em determinada situação pode dizer ao pesquisador muitas coisas sobre como os fatos acontecem e suas conseqüências, só as entrevistas podem esclarecer sobre quais as intenções dos atores envolvidos naquelas atividades (ZEISEL, 1984:138).

E finalmente, os questionários são usados para descobrir regularidades entre grupos de pessoas. Devem ser precedidos pela pesquisa preliminar de diagnóstico, o

que pode envolver métodos de observação e a aplicação de entrevistas estruturadas. Para Zeisel, a análise quantitativa dos dados dos questionários não só confere precisão ao conhecimento, mas pode tornar a pesquisa mais convincente. Entretanto deve sempre ser acompanhada de dados qualitativos obtidos por outros métodos (ZEISEL, 1984:160).

Com relação aos questionários, cumpre explicitar com que rigor, e segundo quais critérios, a técnica foi conduzida. Para começar, o questionário foi aplicado sobre uma amostra aleatória da população total de cada loteamento. Babbie diz que

"um princípio básico da amostragem probabilística é: uma amostra será representativa da população da qual foi selecionada se todos os membros da população tiverem oportunidade igual de serem selecionados para a amostra. Amostras com essa qualidade são freqüentemente rotuladas de amostras MIPSE, que quer dizer Método de Igual Probabilidade de SEleção" (BABBIE, 2003:121).

Zeisel acrescenta que fazer uma pesquisa por amostragem significa que não é possível pesquisar todos os indivíduos ou grupos daquele universo, e então escolhe-se uma parte deles para generalizar a partir dela e estender as conclusões a todo o grupo. A amostra deve ser aleatória para evitar que se escolha uma parcela muito homogênea ou particular dentro do grupo, caso em que a generalização seria tendenciosa. Porém, o fato de ser aleatória não significa que a escolha da amostra não seja sistemática (ZEISEL, 1984:29).

Como então, proceder a esta escolha? Podemos selecionar uma amostra de cem usuários de uma praça, por exemplo, indo a campo e entrevistando os usuários que passam por ali. Para Babbie, esse tipo de método de amostragem, embora empregado com demasiada freqüência, tem problemas muito sérios, pois há o perigo dos vieses pessoais do pesquisador afetarem a amostra selecionada (BABBIE, 2003:119).

Ele nos instrui, então, a definir, antes de mais nada, uma moldura de amostragem, que é a lista de elementos a partir da qual é selecionada a amostra

sistemática, o que, no nosso caso, correspondia à lista total de apartamentos de cada edifício em cada uma das quadras. A partir daí, cada k° elemento na lista total, por exemplo, cada 5° elemento, é escolhido para inclusão na amostra. Chama-se amostra sistemática de início aleatório quando o primeiro elemento da lista é escolhido aleatoriamente, e a partir daí, os outros seguindo um intervalo pré-determinado. Isto foi feito para cada um dos edifícios.

2.5.1 Aplicação dos métodos escolhidos

Como explicado, um primeira etapa da pesquisa foi documental, realizada em bibliotecas e arquivos, com o intuito de recolher dados históricos que permitissem compreender o processo de formação de cada uma das áreas de estudo. A pesquisa iconográfica paralela subsidiou com a coleta de imagens, plantas cadastrais e projetos das referidas áreas, bem como fotografias atuais e antigas, ilustrando tanto o processo de evolução morfológica quanto as formas de apropriação desses espaços.

Para a compreensão dos aspectos formais, sociais, de percepção, dos usos e significados atribuídos ao local foi usado o método da observação participativa. Foram realizadas também algumas entrevistas e aplicados questionários com os usuários, com o intuito de conhecer melhor as formas de administração adotadas para os problemas e reivindicações da comunidade, a relação das pessoas entre si e com o espaço, e em que medida este espaço pode ajudar a qualificar a vida social e urbana do seu entorno imediato.

A análise crítica dos dados levantados a respeito de ambas as praças se apoiou num método comparativo. Para nortear e organizar esta comparação, foi elaborada uma matriz, onde os diversos elementos de análise estão dispostos. Este quadro, apresentado ao final da dissertação, facilitou as conclusões da pesquisa sobre em que medida esses elementos influenciam no jogo de forças e na rede de relações sociais que se estabeleceram em cada um dos espaços estudados, e contribuíram ou não para a construção dos significados a eles atribuídos por seus habitantes e usuários.

Tal quadro apresenta os seguintes elementos, investigados para cada uma das praças do estudo:

- **Entorno** – quem mais usa a praça? O que existe em volta também é residencial, ou é mais institucional? Há outras alternativas de lazer próximas?
- **Geografia local** – que influência têm os aspectos geográficos locais na percepção e fruição dessas paisagens? Qual a topografia local? Há a presença de águas e áreas verdes próximas?
- **Aspecto fundiário** – quantos edifícios compõem cada um dos conjuntos? Qual a relação da área de cada praça com a área total do respectivo conjunto residencial? Qual a origem e quem eram os proprietários originais da área do loteamento?
- **Histórico de ocupação** – definir como e quando foi o processo de loteamento, a urbanização da praça, a construção dos edifícios: em cada caso, foram construídos simultaneamente ou não? O que havia naqueles espaços antes?
- **Projeto** – caracterização das áreas em termos de projeto, dimensões, relação cheios/vazios, acessos.
- **Etnografia** – quem são os moradores e usuários do local? A que classe social pertencem? Que valores replicam ou elaboram ali, e que identidade projetam no lugar?
- **Usos/Atividades** – mapeamento dos usos formais e informais existentes e atividades sociais comunitárias, caso existam; investigação sobre a praça favorecer ou não a permanência ou somente o uso esporádico e “de passagem”. Em que horários esses usos acontecem? Quem usa a praça e com quais finalidades?

- **Fluxos** – se há pedestres que “atravessam” a praça, com qual objetivo o fazem? Em que sentido e direção? Em que horários o fluxo é mais intenso? Quem são essas pessoas que usam a praça como passagem?
- **Existência e atuação de Associação de Moradores e/ou outras entidades comunitárias** – que relações políticas estão estabelecidas? Qual o nível de influência das decisões da associação na vida cotidiana do local? Qual o grau de participação dos moradores nessas decisões? O que isso pode significar em termos do vínculo e do compromisso que esses moradores têm com o lugar?
- **Conflitos** – como se dá a definição de territórios? Quais os confrontos e tensões identificadas e como são administradas?

Tabela 2.1: Base da matriz a ser preenchida com os dados pesquisados

Aspectos pesquisados	Lauro Müller	Selva de Pedra
Entorno		
Vizinhança residencial		
Vizinhança não residencial		
Geografia		
Marco geográfico		
Projeto		
Área da quadra		
Área da praça		
Acessos		
Fundiário		
Proprietário original		
Empreendimento		
No. de edificações		
Nº de unidades		
Nº estimado de habitantes		
hab/ha na quadra		
relação hab/m ² na praça		
Histórico de ocupação		
Autor	PAL praça	
Data do PAL		
Data do projeto da praça		
Ocupação		
Etnografia		
Faixa etária predominante		
Estado civil predominante		
Ocupações predominantes		
Faixa de renda predominante		
Tipo de residência		
Tempo médio de residência		
Usos e atividades		
Principais usos		
Principais horários de uso		
Ocorrência de festas e eventos comunitários		
Fluxos		
Principais direções		
Quem cruza a praça		
Associação de Moradores		
Nome		
Avaliação segundo os moradores		
Grau de participação dos moradores		

2.5.2 Levantamento documental e iconográfico

Visitas aos arquivos da Secretaria Municipal de Urbanismo e da Fundação Parques e Jardins permitiram o acesso às plantas dos projetos aprovados de cada loteamento. Pesquisas em bibliotecas, acervos particulares e *sites* da internet forneceram material complementar como imagens e documentos acerca da história das duas quadras, para cuja memória também contribuíram relatos orais e depoimentos escritos de vários moradores.

2.5.3 Observação de campo

A observação foi feita através de visitas regulares, em variados dias da semana e horários a cada uma das áreas. Foram pelo menos três visitas em cada horário (manhã, tarde ou noite), variando o tempo de permanência, de cada vez, entre uma e quatro horas.

Na maior parte das vezes, apenas me sentei em algum dos bancos ou mesinhas existentes, com uma pequena caderneta, lápis e máquina fotográfica. Minha intenção não era passar totalmente despercebida pelos outros usuários, mas também não quis me identificar formalmente, para não causar o que Zeisel chama de “efeito Hawthorne”⁷, em que as pessoas que sabem que estão sendo observadas como parte de um experimento, freqüentemente mudam sua maneira de agir. Optei por assumir discretamente uma posição em que podia até ser confundida como mais uma usuária daquele ambiente. Mas o registro regular de imagens traía minha condição, e em algumas ocasiões fui abordada por moradores curiosos em saber exatamente qual era a natureza da minha atividade naquele lugar. Isso foi positivo, porque muitas vezes proporcionou a oportunidade para uma conversa rápida e informal, em que pude sondar as motivações e necessidades daqueles usuários.

⁷O nome deriva de uma experiência clássica, realizada em 1939, na fábrica da Western Electric Company, na cidade de Hawthorne, em Chicago, em que os pesquisadores demonstraram, pela primeira vez, que as pessoas mudam seu comportamento quando estão conscientemente sob observação.

Na maioria das outras vezes, apenas tomei notas a respeito do que via e ouvia. Procurei ser o mais objetiva possível nessas notas, apenas ocasionalmente desenvolvendo alguns comentários a mais, que expressassem minha tentativa de entendimento das situações observadas. Tomei nota também, muitas vezes, de meus próprios sentimentos e percepções como usuária em cada praça: o que agradava ou não, o ambiente percebido, enfim, tudo o que me fizesse sentir – ainda que temporariamente – um membro daquela comunidade.

Além das anotações e das fotografias, utilizei também mapas ou diagramas. Com esta técnica, procurei dispor graficamente quais são os principais fluxos existentes, e a distribuição espacial das pessoas em suas atividades, já que observar o comportamento disposto num desenho pode dar uma idéia melhor de como o lugar como um todo é utilizado. Alguns desses mapas são apresentados no Capítulo 5, em que são apresentados e analisados os vários usos e atividades realizados em cada praça.

2.5.4 Entrevistas informais e semi-estruturadas

As primeiras entrevistas foram conduzidas logo no início da pesquisa, e tiveram um caráter quase que exploratório. Foram, na verdade, conversas com duas moradoras da Selva de Pedra, com as quais entrei em contato através de conhecidos em comum, e com um ex-morador da Lauro Müller, que participou ativamente da fundação da Associação de Moradores local, a ALMA, e da reivindicação pela urbanização do espaço central da quadra, que estava então ocioso.

A partir de várias questões levantadas nessas conversas, pude orientar parte da investigação posterior, bem como estruturar melhor as entrevistas conduzidas mais tarde, com os presidentes das Associações de Moradores envolvidas com as comunidades em questão, o arquiteto autor do projeto da Selva de Pedra e outros residentes. Nestes casos, as perguntas foram elaboradas com a intenção de obter resposta para situações específicas, mas os entrevistados foram deixados à vontade

para acrescentar outras informações, e a conversa fluiu quase sempre de maneira bem informal.

Todas estas entrevistas foram gravadas e transcritas integralmente. A releitura dos textos das entrevistas, às vezes muito tempo depois de terem sido realizadas, com o tema já mais amadurecido, ou o texto já em elaboração, foi muito frutífera, e revelou aspectos nem sempre percebidos à primeira vista, sempre enriquecendo a argumentação, ilustrando conceitos e humanizando a narrativa.

2.5.5 Questionários

A conveniência da aplicação dos questionários nesta pesquisa já foi discutida, mais acima. Pretendo expor agora como isso foi realizado, e os critérios estatísticos utilizados. Por uma questão de tempo e de praticidade, foi utilizado o método do questionário auto-administrado, isto é, o questionário foi entregue nas caixas de correio dos moradores, com uma carta de apresentação, em que eu explicava os propósitos da pesquisa e pedia aos moradores que desejassem participar, que deixassem em seguida as folhas respondidas na portaria do edifício, que eu passaria dentro de uma semana para recolhê-las. Uma cópia do questionário, juntamente com a carta de apresentação estão disponíveis no Anexo A.

O questionário foi formulado levando em conta que os moradores o receberiam em casa, para responder longe das vistas do entrevistador, e procurou ser o mais claro e objetivo possível, evitando perguntas abertas e de difícil interpretação. Todavia, a última questão era aberta, oferecendo oportunidade aos respondentes de acrescentar suas próprias impressões e outros comentários que desejassem, o que muitos fizeram regidamente.

No total, foram feitas mil cópias dos questionários. Uma vez que cada quadra tem um número diferente de unidades residenciais, os questionários foram distribuídos em quantidades proporcionais para cada quadra.

O número total de questionários aplicados, a porcentagem de respostas obtidas e o que isso representa numericamente em termos do universo total de moradores em cada quadra estão apresentados na tabela a seguir.

Tabela 2.2 - Quantidade total de residências pesquisadas

	Lauro Muller	%	Selva de Pedra	%	Total
No. unidades residenciais	1600	41.8	2227	58.2	3827
Questionários	420	26.2	580	26.0	1000
Respondidos	57	13.6	87	15.0	144
% sobre total	-	3.5	-	3.9	-

3 – ANTECEDENTES HISTÓRICOS

Neste capítulo, procurarei mostrar como foi o processo de formação e constituição de cada área, os aspectos fundiários envolvidos e a legislação incidente sobre elas.

3.1 Lauro Müller

A gleba que viria a se constituir no projeto do Bairro Itapemirim⁸ era, no início da década de 40, um grande descampado, que uma planta provavelmente desta época⁹, porém sem data, identifica como sendo pertencente a Barbosa Albuquerque & M. Leal. Nesta época, a rua Xavier Sigaud chamava-se Travessa Assucareira, a Lauro Müller era Rua Itapemirim, e a rua Ramon Castilla não existia. Resquícios de um grande portão em estilo neo-colonial na rua Xavier Sigaud, que daria entrada para a área ocupada pelo Instituto Benjamin Constant, além de uma grande chaminé ainda hoje existente na praça¹⁰ nos permitem supor que existiu alguma instalação agroindustrial na região, em tempos anteriores. Mas não foi possível chegar a nenhum registro dessa ou de outra atividade que se realizasse aí.

⁸Nome original do loteamento

⁹ Há indícios que permitem estimar a data do levantamento, como a identificação do campus da Universidade ainda como Hospital Nacional, e a existência da Piscina e Ponte da Exposição, esta última já existente desde o século XIX, mas a primeira construída para a Exposição do Centenário em 1922, onde hoje é a área conhecida como “Quadrado da Urca”, entre outros.

¹⁰A chaminé permanece no local, apesar de todas as modificações sofridas pelo local ao longo dos anos, mas não é tombada nem protegida por nenhuma instituição ou medida de governo.

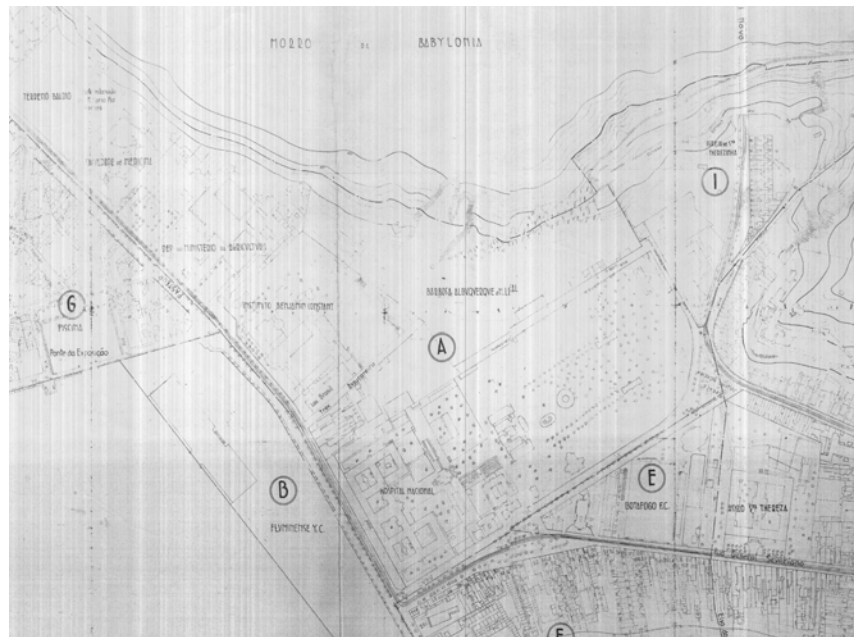


Figura 3.1: Área do Bairro Itapemirim antes do loteamento.

Acervo particular de um morador da Rua Lauro Müller,
cedido em maio de 2004

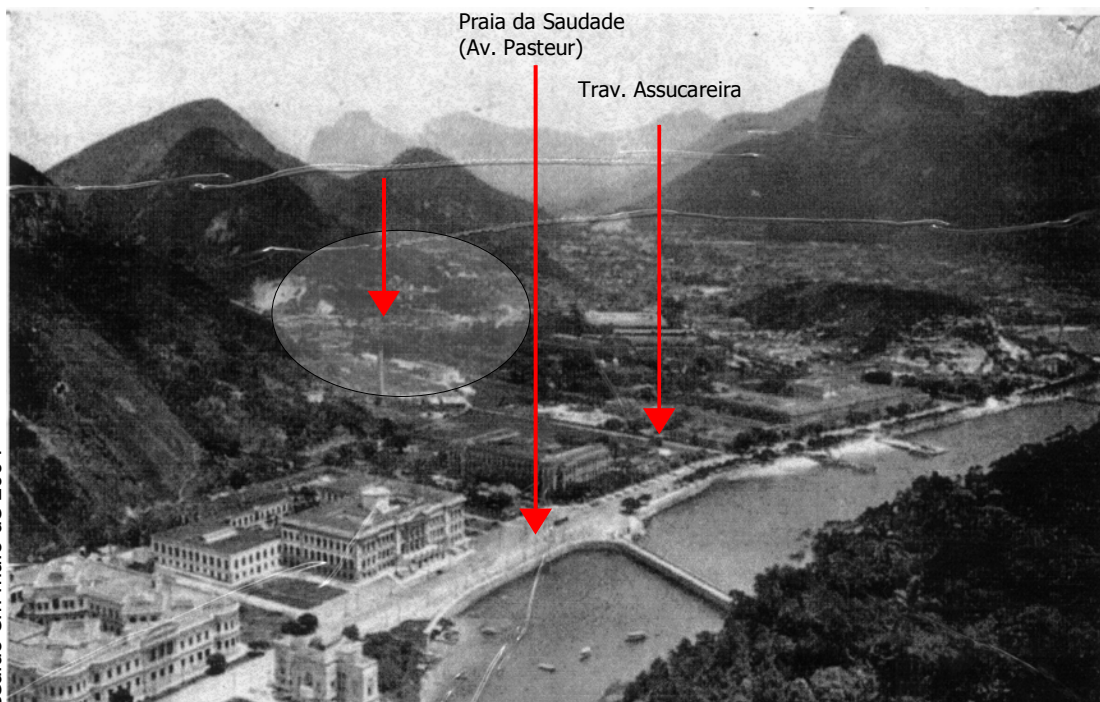


Figura 3.2: Vista da Urca no início do século XX. Pode-se ver a Praia da Saudade, atual Av. Pasteur, ainda sem o aterramento do Iate Clube, a Travessa Assucareira, atual Rua Xavier Sigaud e, ao fundo, a chaminé, marcando a área do projeto de loteamento.

Foto da autora, abril de 2004



Figura 3.3: Chaminé no interior da praça, hoje

Um antigo morador conta que a região passou a pertencer, em algum momento, a uma imobiliária, pertencente a um senhor de sobrenome Candinho. Este senhor, já falecido, empresta seu sobrenome a dois dos edifícios hoje construídos na rua Ramon Castilla, cujos lotes pertenceram desde então a sua família. Fato é que, no início da década de 40 o proprietário da gleba resolveu loteá-la, e contratou para a execução do projeto de loteamento o engenheiro José Octacílio de Saboya Ribeiro, que já havia feito outros estudos para a Urca, inclusive desenvolvendo as idéias de Alfred Agache para a implantação do campus universitário ao longo da Avenida Pasteur.

Em 1945, o urbanista apresentou seu projeto, conformando uma quadra residencial com o perímetro ocupado por 20 edificações, sem no entanto definir lotes da maneira tradicional. O desenho indica o limite de projeção da construção e apenas isto caracteriza a propriedade daquela porção de terra. Cada edifício é solto no terreno, sem colar divisas com nenhum outro, com uma distância de pelo menos 10 m entre blocos sucessivos e o centro da quadra é liberado para um grande jardim

público. O mesmo projeto prevê ainda a abertura da rua que viria a ser a Ramon Castilla, nessa ocasião chamada de rua Linda Morena (ver Figuras 3.4 e 3.5 nas páginas seguintes).

O Decreto 8617, de 11 de setembro de 1946, assinado pelo prefeito do Distrito Federal, Henrique Dodsworth, aprova o plano de urbanização proposto, e regulamenta as condições de zoneamento. Começa então o período de venda dos lotes à iniciativa privada, paralelamente a disputas judiciais envolvendo o direito de construção dos blocos 14 e 15, da rua Ramon Castilla, que foram alternadamente liberados e considerados *non-aedificandi* pela legislação.

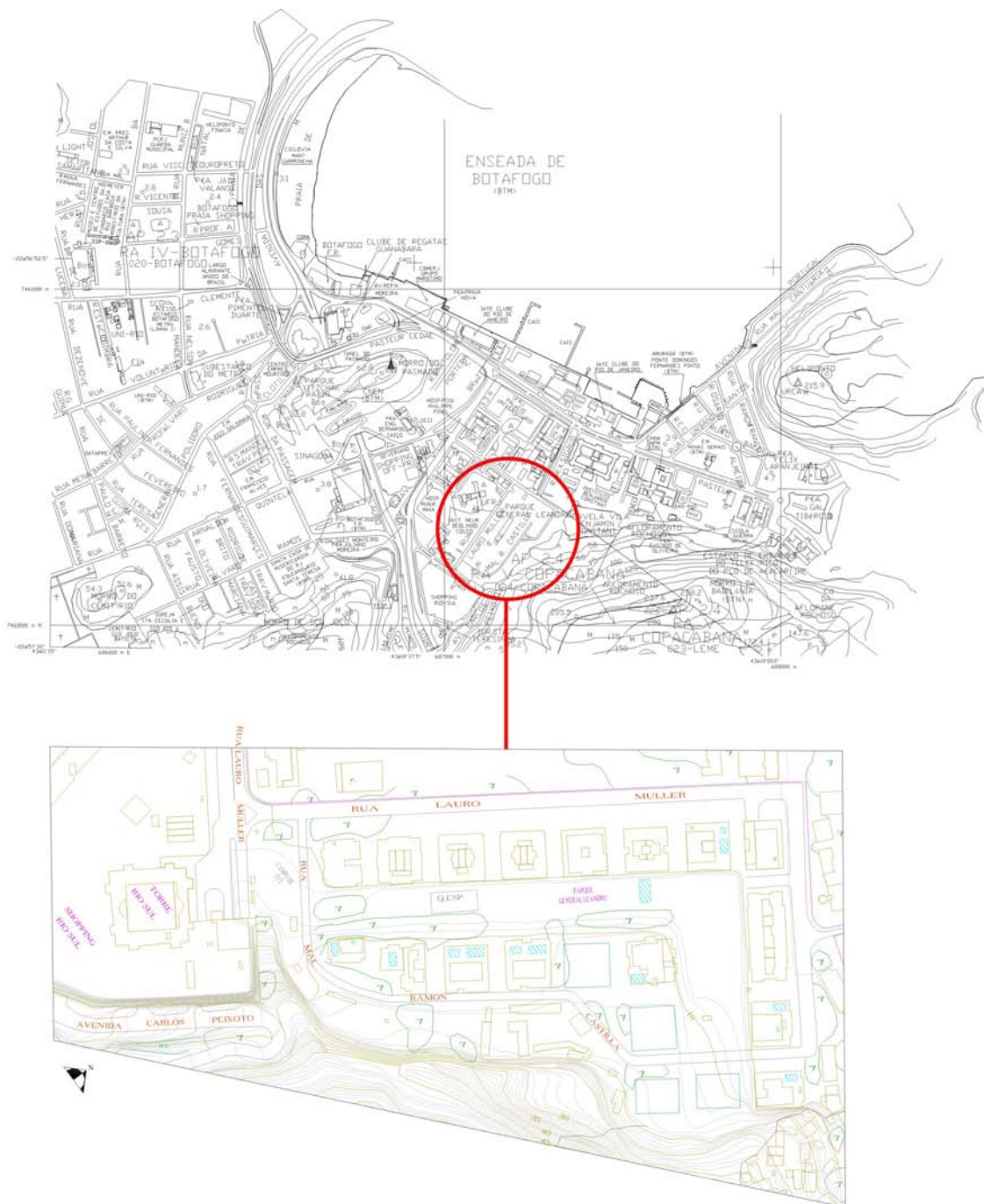


Fig 3.5 PA atual englobando a quadra da rua Lauro Müller, com detalhe ampliado

De qualquer maneira, o processo foi longo, e os primeiros prédios construídos foram o 16 e o 26¹¹, ainda no final da década de 50. A seguir vieram do 36 até o 66, e na virada para os anos 70, o 96, seguido alguns anos depois pelo 86, concluído em 1973. O edifício número 76 é um pouco mais recente, e foi construído já no final da década. Foi o primeiro com confortos modernos como piscina, sauna, suíte e vaga de garagem para todas as unidades residenciais. Seguiu-se um pequeno intervalo, e somente em meados dos anos 80 começaram a ser erigidos os prédios da rua Ramon Castilla. Os dois últimos blocos permitidos estão em fase final de construção e devem receber os primeiros moradores nos próximos meses.

Cada "lote" foi vendido a uma incorporadora ou construtora diferente, mas alguns deles, principalmente os primeiros, acabaram sendo adquiridos pela Carteira Hipotecária do Exército ou outras caixas de pecúlio e institutos ligados a empresas públicas como Banerj e Caixa Econômica Federal. Quase todos os apartamentos foram financiados por essas instituições a seus funcionários, e até hoje esse perfil pode ser sentido na quadra, onde há uma extensa comunidade de militares e de aposentados do serviço público. Some-se a isso o fato de o loteamento ficar muito próximo da Urca, onde estão estabelecidas diversas unidades do Exército como o Instituto Militar de Engenharia (IME), a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), a Escola de Educação Física e a Escola Superior de Guerra, estas últimas sediadas no Forte São João, e fica mais fácil entender por que até hoje esta é uma área muito procurada por militares em trânsito e seus familiares.

Apesar da construção dos prédios, até meados da década de 70 o miolo da quadra continuava sem urbanização. O que deveria ser um jardim, descrito no decreto de 1946 como "um espaço livre e contínuo, subordinado a uma composição

¹¹A numeração dos prédios da rua Lauro Müller segue de 10 em 10, começando pela ponta próxima ao Rio Sul, onde fica o edifício número 16 (correspondendo ao bloco 3 do projeto original). Na seqüência estão o 26, 36, 46, 56 e assim por diante até o 96, que é o edifício mais largo, perpendicular à rua Xavier Sigaud. O prédio seguinte, último da rua e mais recente, foge a esta lógica de numeração, e recebeu o número 128. Atravessando a rua está o prédio 134, que é o único do lado par da rua Ramon Castilla. Todos os outros prédios desta rua estão do lado ímpar.

paisagística adequada ao recreio dos moradores, amenização e embelezamento local”, não passava de um “*terreno baldio, com dois campos de pelada e muito carro estacionado e até abandonado aqui. E o Exército também usava muito. Todo dia Sete de setembro, eles estacionavam aqui com os cavalos e tudo, ficavam acampados na preparação para o desfile*”¹².

Nessa ocasião, estava em obras o que viria a ser o primeiro grande *shopping* do Rio de Janeiro, o Shopping Rio Sul, inaugurado em 1980. E surgiram boatos, acompanhados de um prospecto (mais tarde reputado como um equívoco pelo empreendedor), de que aquele espaço central se transformaria na grande avenida de entrada e saída para o estacionamento do *shopping*. Equívoco ou não, esta possibilidade disparou e acelerou o processo de fundação da Associação de Moradores da Lauro Müller e Adjacências, a ALMA, que teve como uma de suas primeiras atribuições lutar pela urbanização da praça e contra a apropriação do espaço pelo *shopping*.

Os moradores, através de sua recém-fundada associação, recuperaram os projetos de alinhamento e loteamento que regulamentavam o uso daquele espaço como praça, e encaminharam ao prefeito Marcos Tamoio um abaixo-assinado com esta reivindicação. Um dos moradores mais ativos e bem articulados nesse momento era um general da reserva, Leandro Figueiredo. Através dele, veio o apoio do então diretor de projeto da Fundação Parques e Jardins, Renato Primavera, que assinou o projeto de urbanização, transformando aquela área não mais no espaço decorado e ajardinado originalmente previsto, mas num pátio com um programa de lazer voltado para a comunidade, mobiliário diversificado, quadra de esportes e arborização condizente. Porém, como faz questão de frisar o antigo morador e atual vereador Pedro Porfírio¹³, o *Redondo* foi uma idéia dos moradores, acatada pelo projeto da FPJ. O general faleceu pouco tempo após a inauguração da praça, em 1978, e em sua homenagem, o local foi oficialmente nomeado Parque General Leandro.

¹²Depoimento de José Bezerra de Azevedo, conhecido como Dedé, zelador do edifício da Rua Lauro Müller, no. 96, desde 1973, colhido em entrevista realizada dia 01 de julho de 2004.

¹³Entrevista concedida em 27 de fevereiro de 2003.

4.1.1 Opções formais e parâmetros urbanísticos

O projeto de Saboya Ribeiro é bastante claro em suas prescrições. Ele cria uma circulação periférica, composta pelas ruas Lauro Müller e Linda Morena (Ramon Castilla), e dentro deste perímetro localiza 17 dos 20 blocos previstos. O loteamento tem a forma de um "L", e os três blocos restantes fazem o fechamento da "perna mais curta" deste "L", do outro lado da rua Linda Morena. Destes três blocos, apenas o número 13 foi construído, originando o edifício número 134. Os outros dois permanecem como área não edificável, de acordo com a legislação vigente.

Com relação aos usos, o projeto permite o uso comercial no térreo dos blocos 1, 2, 3 e 4¹⁴, e o restante é destinado exclusivamente para fins residenciais. Esses blocos se constituiriam num pequeno centro comercial que atenderia à quadra nas suas necessidades mais imediatas. Nesta extremidade do projeto, atravessando a rua, foi prevista a construção de uma praça e uma pequena estação de ônibus. Na outra extremidade, deveria ser construída uma escola primária.

Fora a escola, que nunca foi construída, e cuja área é hoje ocupada por uma unidade administrativa da COMLURB, o resto todo foi executado com impressionante fidelidade, como pode ser visto através da comparação entre as figuras 3.3 e 3.4. A destinação de Centro Comercial para a extremidade da quadra parece ter sido confirmada, anos mais tarde, com a construção do *shopping* Rio Sul, para onde migrou a "estação" de ônibus, mas a praça desenhada para aquele espaço está lá, ocupada quase inteiramente por uma grande quadra de esportes administrada pela prefeitura, que provê uma série de atividades comunitárias no local.

Os lotes, ou melhor, a área ocupada pelos blocos, também foi bastante respeitada. São quase todos blocos de base quadrada, com lado igual a 25 metros. As alturas máximas permitidas estão indicadas em cortes esquemáticos no projeto, e

¹⁴Na prática, apenas os blocos 3 e 4 (atualmente os edifícios número 16 e 26 da rua Lauro Müller) seguiram esta determinação, e abrigam uma grande variedade de pequenas lojas. Os blocos 1 e 2, na rua Ramon Castilla, se transformaram em edifícios exclusivamente residenciais.

dividem os blocos em três tipos: um com altura máxima de 35,70 m; outro com 38,40 m e o terceiro tipo podendo chegar a 49,40 m. Isso já incluindo as casas de máquinas e caixas d'água.

A área total do terreno era de 59.796,05 m², dos quais foram edificadas 10.694,40 m², numa taxa de ocupação de 17,88%, e o remanescente destinado a "logradouros, com passeios gramados e arborizados e os espaços compreendidos entre os blocos decorados e ajardinados (...) para o recreio dos moradores e embelezamento local"¹⁵. Nesta área edificada, estavam previstas cerca de 880 unidades de habitação, com área média de 141 m² cada uma, abrigando, ao final, uma população de 5000 habitantes. Na prática, há apartamentos variando de 50 a 100 m², sendo que os menores são de apenas um quarto, em alguns dos edifícios mais antigos, e a média fica em torno de 80 m². Com isso, o número de unidades dobrou, e somam hoje 1600, com uma população total de quase 8000 habitantes, o que elevou a densidade prevista de 830 habitantes por hectare para 1330 habitantes por hectare.

3.1.2 Legislação urbanística

Após o Decreto 8617/46, que aprovou o plano de urbanização do bairro Itapemirim, sob o PA 4299, e PAL 11628, algumas outras leis e decretos dispuseram sobre o zoneamento da área. A mais importante foi o Projeto de Estruturação Urbana nº 001 (PEU), aprovado pelo Decreto 1446, de 02 de março de 1978. Entre outras coisas, esse decreto altera algumas das disposições do Regulamento de Zoneamento de 1976 (Decreto 322/76), retirando a rua Lauro Müller da qualificação de Centro de Bairro 1 (CB-1), tornando assim os usos permitidos mais restritivos, e define a rua Ramon Castilla como Zona Residencial 2 (ZR2).

¹⁵Decreto 8617/46

Na esteira do PEU, veio o decreto 1861, de 06 de novembro de 1978, que desapropriou os lotes 13, 14 e 15 da rua Ramon Castilla, para fins de arborização da encosta do Morro, conforme previsto pelo projeto original.

A Lei nº 323/82 volta a definir a rua Ramon Castilla como ZR-3, o que toleraria a existência dos estacionamentos que ocupam seu lado par. Entretanto, no ano seguinte, ela é revogada pela Lei nº 434/83, que restabelece o zoneamento dado pelo PEU.

O efeito de desapropriação sobre o lote 13 é suspenso, ele é negociado, e no final da década é erigido ali o prédio número 134. Entretanto, os lotes 14 e 15 são declarados área *non-aedificandi* através da Lei nº 1216/88. Em seguida, a Lei nº 1327/88 a revoga. Mas volta a valer a interdição de edificar os lotes em 1990, com a aprovação da Lei nº 1579/90, em vigência até os dias de hoje. Além de proibir a construção nestes lotes, a lei também confirma a exigência de implantação de um parque arborizado em toda a extensão do lado par da rua Ramon Castilla, o que nunca foi executado.

3.2 Selva de Pedra

Desde seu início, há 85 anos, o Leblon caracterizou-se pelo uso majoritariamente residencial e por um contexto social com acentuada predominância da classe média, que chegou junto com o bonde, atraída pelos preços razoáveis dos lotes, pela praia e pela beleza paisagística. Mas muitos proletários acabaram também se instalando nas redondezas, atraídos, por exemplo, pela instalação de algumas indústrias no bairro vizinho da Gávea, que se viu servido mais cedo por transporte regular.

Por volta de 1935, a Cia de Terras do Leblon, da família Gomes de Mattos, loteou o terreno correspondente à Chácara do Céu, na encosta do morro Dois Irmãos, por trás do Hotel Leblon, e o aglomerado humano que vivia ali foi trasladado para

um sítio próximo à Lagoa e ao campo do Clube de Regatas do Flamengo, que viria a ser inaugurado em 1939, originando a favela da Praia do Pinto¹⁶. Na década de 60, esta viria a ser uma das três maiores do Rio de Janeiro, juntamente com as favelas da Catacumba, também na Lagoa, e a do Esqueleto, que ficava na Tijuca, onde é hoje a Universidade do Estado do Rio de Janeiro. As três foram alvo da política de remoções de favelas em voga naquela época, e seus moradores foram transferidos, quase todos, para conjuntos habitacionais construídos no subúrbio ou na Zona Oeste carioca.

De todas elas, o caso mais polêmico foi o da Praia do Pinto. Os moradores souberam dos planos da Prefeitura de acabar com a comunidade ainda na década de 50, mas houve forte resistência. Segundo dados do Censo de Favelas de 1949, pelo menos 20 mil pessoas moravam no local. A remoção só foi concluída após um incêndio, em 1969, durante o mandato do governador Negrão de Lima. Praticamente todos os barracos da Praia do Pinto foram destruídos pelo fogo. No dia seguinte, policiais colocaram abaixo as poucas casas que sobraram de pé. Até hoje ninguém confirma se foi acidente ou uma última tentativa do Governo de expulsar os moradores. Mas todos os indícios apontam para um remoção forçada¹⁷.

¹⁶ Texto extraído do livro de crônicas " O Antigo Leblon – uma aldeia encantada", publicado em 1999, por Rogério Suarez Barbosa Lima, e disponível em www.almacarioca.com.br/lbn08.htm. Acesso em agosto de 2003 e julho de 2004.

¹⁷Essas informações constam no site www.favelatemmemoria.com.br. Acesso em agosto de 2003 e julho de 2004.

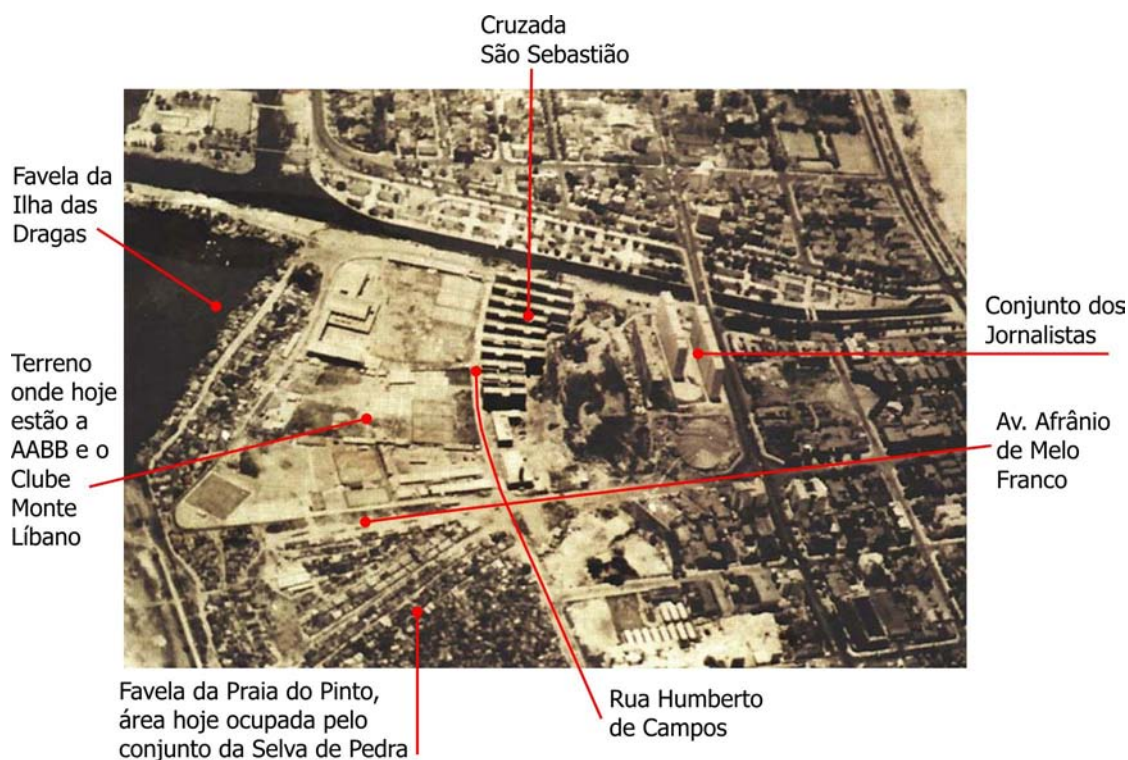


Figura 3.6: Esta foto, tirada no final da década de 50, mostra a Cruzada São Sebastião, o Conjunto dos Jornalistas (o último bloco ainda estava em construção) e as favelas erradicadas (Praia do Pinto, Ilha das Dragas e Pedra do Baiano).

Fonte: www.almacarioca.com.br

Antes disso, em março de 1966, havia sido criada, pelo Decreto nº 571/66, do governador Negrão de Lima, a Comissão Executiva de Projetos Específicos (CEPE), autarquia ligada à Secretaria de Governo. Seus principais objetivos eram a elaboração e execução de diversos projetos de urbanização e planos de financiamento, entre eles o projeto de urbanização da Avenida Presidente Vargas e adjacências. Alguns dispositivos legais foram estabelecendo sucessivas modificações na organização, ampliando sua área de atuação, até que, em junho de 1969, ela adotou sua nova denominação de Superintendência Executiva de Projetos Especiais (SEPE), agora submetida à Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral do governo do Estado.

Logo após sua criação, a SEPE recebeu a incumbência de urbanizar a área que era então ocupada pela favela da Praia do Pinto, que tinha próxima uma outra Favela, a da Draga, em condições igualmente precárias. Além dos objetivos manifestos, de dar melhores condições de vida àquela população tão miseravelmente instalada, acredito que havia também a intenção de liberar uma extensa área num trecho nobre, com vista para a Lagoa, de um bairro que já despontava como endereço elegante, portanto, com potencial de altíssimo valor imobiliário.

Tão logo o governo do Estado ultimou a transferência de moradia dos favelados para a Penha, Estrada da Água Branca e outros assentamentos, inclusive com alguns moradores indo para a Cruzada São Sebastião, essa área foi considerada sob jurisdição da SEPE. Segundo Marcos Konder Netto, autor do projeto, isso não implicou em desapropriação, visto que a posse do terreno já era do Estado.

Além de Konder Netto, constam como co-autores do projeto, através da Divisão de Estudos e Projetos da SEPE, os arquitetos Arnaldo Ferraz de Abreu e Mário Amorim Costa. Konder, entretanto, nega e afirma que os dois estavam apenas burocraticamente lotados na Divisão, mas que jamais participaram da elaboração deste projeto (KONDER NETTO, 2004).

Segundo o relatório constante do número especial do Boletim Informativo da SEPE, editado em 1973, o projeto ocupava uma área trapezoidal, dividida em duas partes: um grande quadrilátero onde foram dispostos 40 lotes residenciais, e uma parte triangular, separada da outra pela rua Fadel Fadel, reservada para um Centro Comercial Integrado, *“onde se previa a instalação de supermercados, lojas sofisticadas, e um prédio – que poderia ter até 12 pavimentos – onde ficariam consultórios médicos, dentistas, etc”* (KONDER NETTO, 2004). Esse prédio nunca foi construído, e esta parte triangular hoje é ocupada pela Cobal (que é o que corresponde ao Centro Comercial previsto), e a Praça Cláudio Coutinho, urbanizada em 1982. O espaço central da quadra residencial foi reservado, num primeiro momento, para a construção de uma escola, o que também não se concretizou (Conferir figuras 3.7 e 3.8 nas páginas seguintes)

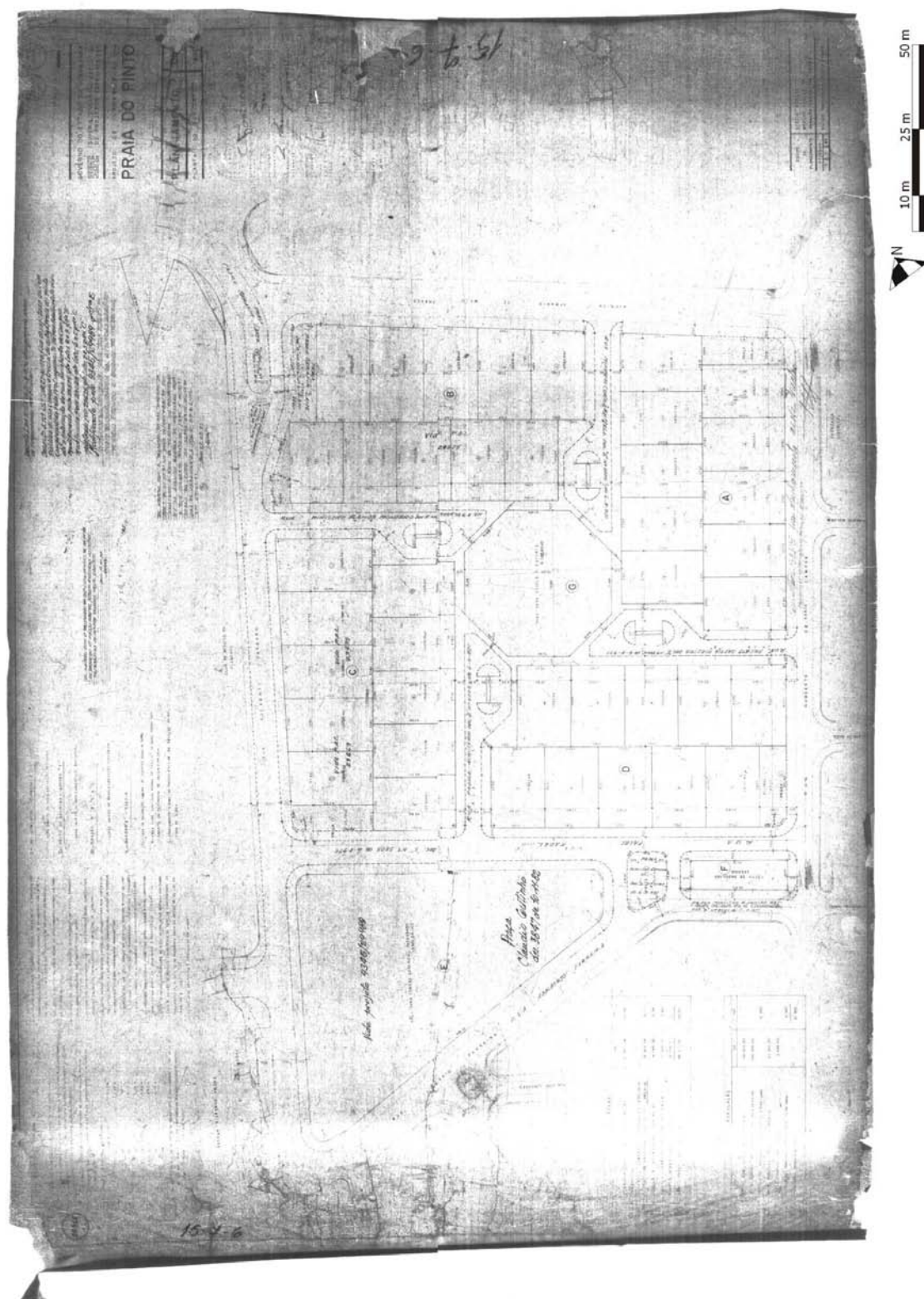


Fig 3.7 Planta original da SEPE, de autoria de Marcos Konder Neto, com o projeto de urbanização da Praia do Pinto, ainda com previsão de escola no centro da quadra. Traz anotações variadas sobre Pas posteriores, e a criação da praça Cláudio Coutinho em 1982.



Fig 3.8 PA atual, com detalhe ampliado

Em 1969 foi iniciada a venda desses lotes. Na primeira concorrência feita – a chamada IPV-69 – foram vendidos apenas dois dos 10 lotes postos à venda¹⁸, fato que levou muita gente a vaticinar o fracasso dessa iniciativa do Estado. Naquela ocasião, contudo, o aspecto do local ainda era muito parecido com o que se seguiu à retirada da favela, sem nenhum indício da urbanização que a SEPE pretendia realizar, o que, segundo o relatório, deve ter afastado os compradores.

Nas demais concorrências, realizadas em 1970 e 1971, venderam-se todos os lotes postos à venda. Foi marcada para o dia 2 de julho a licitação relativa aos três últimos lotes, despertando o interesse de inúmeras firmas do Rio e de São Paulo. Em entrevista concedida em fevereiro de 2004, o arquiteto Marcos Konder Netto lembra, a propósito da venda dos lotes que *“isso tinha que ser vendido para as cooperativas, inclusive a idéia que não foi executada era vender isso para cooperativas de classe média, para com o dinheiro fazer construções lá na Cidade Nova para pessoas de baixa renda. Claro que esse dinheiro sumiu, sumiu no mundo”* (KONDER NETTO, 2004). A venda prioritária para as cooperativas e fundos de pensão, tanto militares quanto de funcionários públicos, se deveu, segundo o arquiteto, à necessidade de se realizar o negócio num prazo relativamente curto, já que havia, dentro do próprio governo, algumas pressões para que o projeto fosse executado de maneira diferente, com blocos tradicionais: *“havia até umas correntes que diziam ‘não, ali tem que ser prédios fechados, murados, entra na rua um pelo outro, assim é ruim’...”* (KONDER NETTO, 2004).

¹⁸Desde 1967, através da Lei no. 1236, a CEPE passou a administrar “os recursos destinados aos empreendimentos que objetivassem a ação do Estado no campo habitacional e de urbanização”, com atribuições de “projetar e construir nas áreas e lotes de terrenos resultantes da execução dos projetos de urbanização (...) blocos ou conjuntos de edifícios residenciais destinados à venda mediante hasta pública”, “transferir, mediante hasta pública, o domínio dos lotes referidos na alínea anterior a pessoas de direito público e a outras entidades que, recebendo prioritariamente recursos ou financiamentos do Banco Nacional de Habitação, fossem agentes da política geral de habitação do Governo Federal” e “vender, em hasta pública, os lotes a entidades de direito privado, com idoneidade técnica e financeira comprovada para a execução dos serviços previstos na alínea “a” deste artigo”.

Ao contrário da Lauro Müller, em que a venda dos lotes foi gradativa, e a construção dos edifícios se estendeu ao longo de mais de quatro décadas, na Selva de Pedra o processo todo durou menos de 10 anos. Em 1980 todos os quarenta edifícios estavam erguidos, numa transformação da paisagem espantosamente rápida.

3.2.1 Opções formais e parâmetros urbanísticos

O Projeto da Praia do Pinto é constituído de quatro ruas pequenas, com cerca de 100 m de comprimento cada e que terminam em *cul-de-sac*¹⁹. Cada uma dessas ruas dá acesso a um dos quatro setores de que se compõe a quadra, setores estes compostos, por sua vez, de 10 lotes cada, num total de 40 lotes residenciais. Os quatro cantos da quadra foram destinados a pequenas praças, segundo Konder, “*para colocar banca de jornal, pra quebrar aquele negócio de esquina, de prédio na esquina, precisava quebrar esse troço*”. Infelizmente, estas quatro pracinhas estão hoje gradeadas e fechadas ao acesso público, uma delas inclusive tendo sido encampada pelo edifício que lhe faz frente, para servir de jardim de acesso à portaria.

A implantação da escola maternal foi logo descartada, e o centro da quadra foi ocupado por um grande pátio com, praticamente, a largura da Avenida Presidente Vargas, já que ali os edifícios distam, entre si, cerca de 90 m, dispondo de uma área total de 7400 m².

Resumidamente, as condições delineadas para este projeto eram:

- Todos os edifícios teriam acesso à praça central, caracterizada como área livre de uso coletivo e desenhada, especificamente, para a recreação de crianças e adolescentes;

¹⁹ São as ruas Prof. Sabóia Ribeiro, Ministro Correa de Melo, Ministro Ramos Monteiro e Padre Achotegui. As quatro ruas que conformam o perímetro da quadra, e às quais estas menores são perpendiculares, são, respectivamente, a rua Humberto de Campos, a Avenida Afrânio de Melo Franco, a rua Gilberto Cardoso e a rua Fadel Fadel.

- O conjunto não deveria ser cruzado por vias de tráfego, para resguardar a vida e a integridade física dos ocupantes dessa área de recreação;
- Os prédios deveriam ter fácil intercomunicação, e o uso dos pilotis deveria assegurar a contigüidade dos espaços e por conseguinte a livre circulação dos pedestres por toda a área, moradores e não-moradores. Da mesma maneira, o acesso visual à praça seria franqueado a todos, mesmo os que estivessem em área externa à quadra;
- Em cada esquina haveria uma banca de jornais, valorizando a permanência nas praças laterais. Além disso, haveria bancos para o descanso dos pedestres em circulação nos lotes de esquina.

O Boletim Informativo da SEPE relata que

"a fim de dar ao Projeto da Praia do Pinto características que o tornassem acessível às condições salariais dos que pretendessem residir no local, a Divisão de Patrimônio da SEPE fez os cálculos necessários para compatibilizar o tamanho, o valor e o tipo de aproveitamento que seria dado a cada lote". (BOLETIM INFORMATIVO, 1973:17)

Com isso, ficou determinado que a área de cada lote teria, em média, 1200 a 1300 m², e o índice de aproveitamento seria o de cinco vezes a área do terreno, o que independia de um gabarito definido, atingindo cada um dos lotes uma área total edificada entre 6000 e 6500 m².

Konder explica que fez este índice alto em função de uma opção pelo adensamento:

"Eu fiz cinco. E fixei uma área mínima de unidade habitacional de 70 m², que aliás nunca foi usada, sempre fizeram muito maior do que isso, e fixei afastamentos laterais de acordo com o gabarito. Se a pessoa fizesse prédios mais altos, mais finos; mais baixos, mais gordos. E foi o que aconteceu. Eu fiz isso conscientemente, porque eu não queria fazer aquela coisa uniforme, todos os prédios da mesma altura, eu queria que tivesse mesmo essa variedade". (KONDER NETTO, 2004)

Considerando-se os afastamentos laterais, cada pavimento teria cerca de 400 a 450 m², obtendo-se assim um gabarito que oscilava entre 13 e 17 pavimentos²⁰. Isto estabeleceu uma certa uniformidade de altura, embora não fosse preocupação da SEPE a obtenção dessa regularidade, porquanto a ela interessava a área construída, a fim de que se tivesse certeza de que a densidade populacional prevista não seria ultrapassada.

Dentro dos cálculos da SEPE, haveria uma média de construção, por lote, de 60 a 64 apartamentos, totalizando aproximadamente 2500 unidades, o que, multiplicado por cinco (número médio de componentes de uma família, segundo o IBGE, na época), resultaria em cerca de 12000 habitantes²¹. Nas palavras de Konder,

"isso significa entre 1200 e 1300 habitantes por hectare, índice à primeira vista considerado exagerado. É preciso, no entanto, que se dê ênfase ao fato de que o número de habitantes por hectare, isoladamente, não quer dizer grande coisa, já que 100 habitantes por hectare poderão viver de forma precária, enquanto que, em outros casos, 1000 habitantes por hectare podem morar em condições excelentes, como ocorre com os moradores da Selva de Pedra, que dispõem de áreas livres e de um perfeito atendimento dos serviços de infra-estrutura, distando os prédios, entre si, de no mínimo 15 a 18 m, o que lhes garante excepcionais fatores de insolação, ventilação e vista".

Esta alta densidade se justificaria também pela inserção do projeto em uma espécie de vazio demográfico, já que o entorno é constituído por áreas não dedicadas à habitação, conforme lembra Carlos Nelson. Os clubes (Paissandu, Flamengo, AABB e

²⁰ Numa média ótima de quatro apartamentos por pavimento, cada um acabou com uma área total de 90 a 100 m²

²¹Na entrevista, Konder disse não acreditar que o projeto tivesse sequer alcançado esse número, já que o censo do IBGE indica que o perfil demográfico das famílias de classe média hoje mudou, e essas famílias costumam ter entre três e quatro componentes. Além disso, é cada vez mais rara a existência de uma empregada doméstica habitando a mesma unidade residencial. A despeito de todas essas considerações, o presidente da Associação de Moradores local, a ADESPE, informa que segundo o último levantamento, havia no local 2227 apartamentos, e um total de 13342 moradores.

Monte Líbano), os supermercados, a Cobal, a Praça Cláudio Coutinho, a igreja Matriz de Santos Anjos, a estação da Telemar, as escolas públicas próximas e a delegacia policial reduziriam a densidade relativa a 343 hab/ha.

Convém ressaltar que, no índice de aproveitamento estabelecido, não estavam computados garagem em subsolo, garagem em pavimento eventual dentro do corpo do prédio, áreas correspondentes ao condomínio, entrada de moradores, caixas d'água, casas de máquina de elevadores e mais o pavimento em pilotis, caso este se situasse em nível elevado.

Como já assinalado, todos os prédios seriam sob pilotis, não sendo permitida a existência de muros nem "cercas-vivas" separando os blocos entre si. Dessa forma, o pavimento do nível da rua estaria dedicado, todo ele, à passagem de pedestres, em qualquer direção. Além disso, os condomínios dos prédios seriam obrigados a dar tratamento paisagístico a uma parte do lote, por meio de árvores, jardineiras floridas, e outros recursos do gênero.

Konder conclui sua entrevista dizendo que:

"hoje em dia, a Selva de Pedra, a meu ver, os moradores gostam muito de lá. É a única quadra aberta que existe, com jardim interno, que as pessoas podem cruzar. Melhor que aquelas quadras tradicionais, em que os terrenos se encontram nos fundos, ficam aqueles "puxados" nos fundos, aquela bagunça atrás dos prédios, não tem vegetação, ventilação..." (KONDER NETTO, 2004)

3.2.3 Legislação urbanística

O PA correspondente ao plano de urbanização proposto pela SEPE tomou o número 8765, com o PAL 28348. Esses projetos, por sua vez, foram aprovados pelo governador Francisco Negrão de Lima, através dos Decretos "E" nos. 2950/69 e 2951/69, de 18 de julho de 1969.

No que concerne a algumas críticas feitas à SEPE, com relação a certos aspectos da urbanização da Praia do Pinto, inclusive com respeito à exigência das garagens nos prédios ali edificadas, Konder argumenta que, como se pode verificar pela data, tais decretos precederam de quase um ano o Decreto 3800, de 21 de abril de 1970, que dispõe sobre parcelamento e uso da terra, bem como regula as condições das construções no Estado da Guanabara. Na realidade, ele diz, não houve conflito entre os documentos legais, já que em 1969 ainda se achava em vigência o Decreto nº 6000/37, o então "Código de Obras" da Cidade do Rio de Janeiro.

O Boletim também faz menção ao caso, ressaltando que "já nos projetos da Praia do Pinto havia a obrigação de serem reservados espaços para garagem, na proporção de um veículo para cada apartamento". (BOLETIM INFORMATIVO, 1973:19)

Além disso, o Decreto 2951/69 também determinou que o Departamento de Edificações continuaria a aprovar os projetos, como é de sua alçada, mas estabeleceu que os projetos referentes à Praia do Pinto que ali chegassem deveriam ser encaminhados à SEPE, para apreciação pela Divisão de Estudos e Projetos, "a fim de que se pudesse verificar a observância às normas constantes do planejamento inicial". O mesmo passou a ocorrer por ocasião do "habite-se", ao término das construções.

Segundo o Boletim, esta sistemática foi plenamente atendida, com todos os projetos atendendo integralmente às determinações fixadas pela SEPE. Um caso esporádico de desobediência (não atendimento às faixas de afastamento) foi objeto de um embargo por parte do Departamento de Edificações, a pedido da SEPE, encontrando-se como solução a cobrança de "mais-valia", conforme previsto em decreto federal em vigor.

No caso da Selva de Pedra, não houve controvérsias envolvendo a posse ou a destinação de uso dos lotes. As outras leis incidentes sobre o local fazem pequenas alterações em cotas ou raios na concordância de duas ruas, ou então regulamentam a

criação de novos espaços, como é o caso da Praça Cláudio Coutinho, criada pelo Decreto 3847/82, de 10 de novembro de 1982.

3.2.3 Outras questões construtivas

A implantação de serviços públicos na área, tais como redes de água, esgotos, luz, gás, telefone e força, foi fruto da conjugação de esforços da Divisão de Estudos e Projetos²² e da Divisão de Obras da autarquia junto às concessionárias. Diz o Boletim que, “talvez como iniciativa pioneira no Rio, toda a infra-estrutura de serviços foi implantada a um só tempo, obedecendo racionalmente ao número de habitações previstas para o local”.

Quase toda a infra-estrutura se localiza sob os passeios da área, em pedra portuguesa, o que tornou desnecessário o processo – usual, mas condenável, nas palavras de Konder – de se arrebentar o asfalto das ruas, quando de ligação, às redes públicas, de qualquer dos novos prédios construídos.

Outro aspecto que o Boletim aponta é a disparidade na altura do nível do pavimento térreo do projeto. Os prédios, por exemplo, voltados para a rua Gilberto Cardoso, encontram-se elevados cerca de 1,50 m a 1,80 m em relação ao meio fio. Isso decorreu de uma autorização dada pela SEPE, tendo em vista condições desfavoráveis do subsolo. Essa área, em outros tempos, fez parte da Lagoa Rodrigo de Freitas (a rua Adalberto Ferreira era a primitiva orla da chamada Praia do Pinto), e foi ganha à lagoa à custa de aterros e, principalmente, de colocação de lixo. De acordo com o relatório, “enquanto que nos lotes da rua Gilberto Cardoso a água do subsolo aparece entre 1,10 m e 1,20 m, em alguns lotes das quadras “B” e “D” foi possível abrir fundações até 3 a 4 m de profundidade, com um esgotamento de água extremamente sumário”.

²² Da qual Marcos Konder Netto era chefe.

3.3 Quadro-resumo comparativo

Tabela 3.1

Projeto			
Autor	PAL	José O. Saboya Ribeiro	Marcos Konder Netto
	praça	Fundação Parques e Jardins	A praça sofreu reformas posteriores e a configuração atual é de autoria da FPJ
Área do projeto*		59.796,05 m ²	98.911 m ²
Área da quadra		36.225 m ²	62.500 m ²
Área da praça		10.300 m ²	7.400 m ²
Área média dos lotes		625 m ²	1.200 a 1.300 m ²
Gabaritos médios previstos		12 a 16 pavimentos	13 a 17 pavimentos
Taxa de ocupação prevista		17,88%	26,50%**
Usos previstos		Misto em alguns edifícios e residencial nos outros	Exclusivamente residencial
Fundiário			
Proprietário original		Particular	O Estado
Empreendimento		Privado	Público
No. de edificações		16 (mais duas em edificação)	40
Nº de unidades		1.600	2.227
Nº estimado de habitantes		7.500	13.342
hab/ha na quadra		1.330 habitantes/hectare	1.300 habitantes/hectare
relação hab/m ² na praça		0,73 hab/m ²	1,80 hab/m ²
Histórico de ocupação			
Data do PAL		1945	1969
Data do projeto da praça		1978	1969 (a última reforma é de 2001)
Ocupação		Gradativa, com os prédios da Rua Lauro Müller construídos nas décadas de 60 e 70, e os da Ramon Castilla nas décadas de 80 e 90	Rápida, com todos os prédios construídos ao longo da década de 70.

* A área do projeto engloba as outras quadras previstas, com escolas, comércio e praças.

** Calculada usando-se como base a área total edificada de cada lote e o número médio de pavimentos dos edifícios

4 – ANÁLISE MORFOLÓGICA

A observação do espaço físico seguiu um critério adotado por Garcia Lamas, de analisar os vários elementos morfológicos que compõem o espaço urbano. Segundo Lamas, “sua identificação pressupõe conhecer quais as partes da forma e os modos como se estruturam nas diferentes escalas identificadas” (LAMAS, 2000:79). Os elementos que serão analisados aqui são o entorno, a fim de compreender como é o trecho da cidade em que se insere cada uma das quadras, e como eles – a quadra e o entorno – se relacionam; a quadra em si, e o lote, buscando suas relações de cheios e vazios, alturas e distâncias, os usos do solo e parâmetros urbanísticos vigentes; os edifícios, com sua tipologia e suas relações com a rua, o pátio e o todo; e por fim, o pátio em si, sua forma, seu programa, mobiliário, arborização e quaisquer outros elementos que nos ajudem a compreendê-lo.

Muitos desses outros elementos se inserem num roteiro de investigação que, segundo Lamas, faria parte de um outro “nível de leitura”. Mas constituem uma espécie de “check-list” nas recomendações de Whyte e Zeisel para a observação dos traços físicos, e encontraram bastante repercussão no nosso próprio trabalho de campo, justificando sua consideração.

4.1 Lauro Müller

4.1.1 O entorno

Sem dúvida, uma das características que favorecem um certo isolamento a este espaço é sua posição geográfica, encostada, ao longo da rua Ramon Castilla, no Morro da Babilônia. Além disso, a quadra está encravada num vasto complexo institucional e comercial que inclui o shopping Rio Sul, que está em uma das suas extremidades; a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que margeia toda a rua Lauro Müller; o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF) na outra ponta, junto com uma unidade

administrativa da Comlurb, e a favela Vila Benjamin Constant²³, com quem, aparentemente, os moradores da Lauro Müller não têm maiores problemas. Aliás, fora a quadra, só há uso residencial próximo nesta favela e em fragmentos de uma vila residencial ao longo de um dos lados da rua Xavier Sigaud, cujas casas são de usufruto de antigos funcionários e internos do Instituto Benjamin Constant, de educação para deficientes visuais.



Fonte: www.ibc.org

Figura 4.1 (acima): o campus da UFRJ margeando toda a Rua Lauro Müller;

Figura 4.2 (acima, à direita): o Instituto Benjamin Constant, na Av. Pasteur;

Figura 4.3 (ao lado): a entrada da Vila Benjamin Constant, pela Rua Xavier Sigaud

Fotos da autora, maio de 2003



²³ Só há dois portões de acesso para a Vila: um na esquina da rua Lauro Müller com a rua Xavier Sigaud, e outro na esquina da rua Lauro Müller com a rua Ramon Castilla.

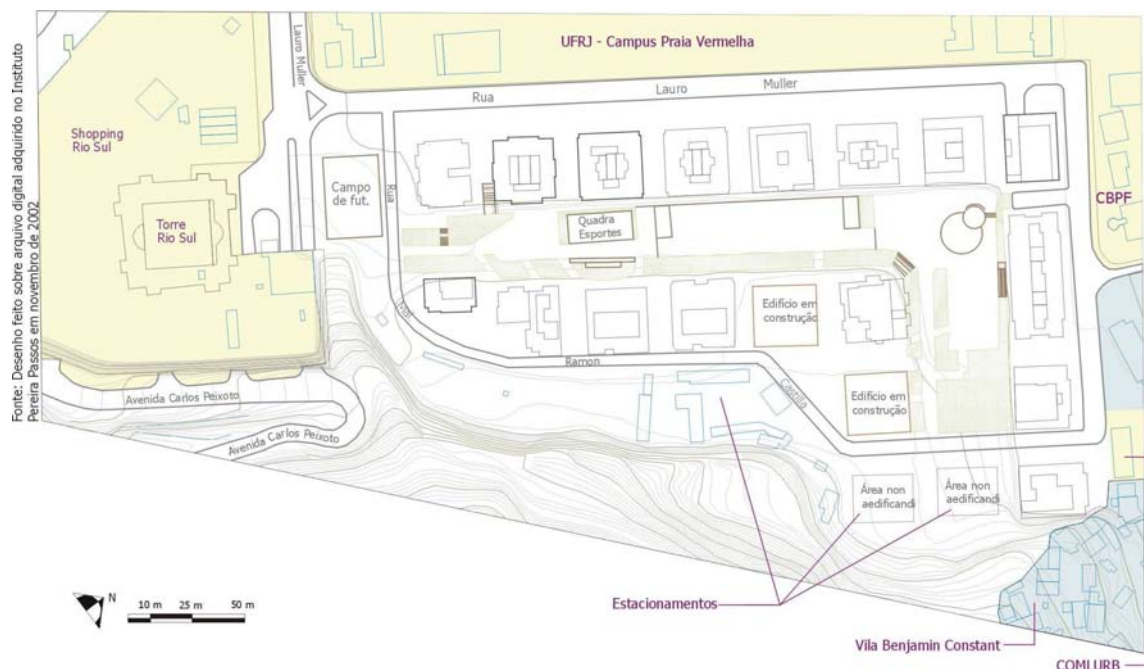


Figura 4.4: a quadra e os usos do entorno

De forma geral, o conjunto é bem atendido por serviços públicos, havendo um hospital municipal a um quarteirão dali (Hospital Rocha Maia) e boa quantidade de escolas e creches ao longo da Av. Pasteur, toda a Urca e Botafogo. Quanto a transportes, há uma enorme quantidade de linhas de ônibus que fazem ponto em frente ao Rio Sul, e que atendem, virtualmente, a quem segue para qualquer outro ponto da cidade. Na Av. Pasteur, em frente ao Iate Clube, também passam os ônibus que vêm da Urca, e existe, além disso, um ponto de táxi, que se soma a outro que funciona, ocasionalmente, na própria rua Lauro Müller, em frente ao número 96.

Apesar disso tudo, a população local se queixa da ausência de supermercados próximos, e lamenta que a estação de metrô há muito tempo prometida para a rua Álvaro Ramos, próximo ao Rio Sul, não tenha jamais saído do papel.

4.1.2 A quadra e o lote

A definição de quadra, em Lamas, tanto pode estar baseada em sua forma construída (contínuo de edifícios agrupados entre si em anel) quanto em seu processo de traçado (espaço delimitado pelo cruzamento de três ou mais vias) e divisão fundiária (subdivisível em parcelas de cadastro – lotes – para construção de edifícios). Muitas vezes, esses critérios são definidos a partir da conceituação adotada por esta ou aquela escola de pensamento urbanístico (LAMAS, 2000:88).

A quadra projetada por Saboya Ribeiro não se enquadra rigorosamente dentro do pensamento de nenhuma escola, embora utilize elementos de várias tendências. De Agache, aproveita a idéia do pátio central, embora não utilize nem as fachadas contínuas, dando preferência aos blocos soltos, nem a *loggia*, presente em muitos edifícios do centro da cidade. Dos conceitos do Modernismo, usou a quadra aberta, apesar da disposição um tanto linear dos edifícios, e da ausência de pilotis, uma das idéias mais caras a este movimento.

Uma outra idéia tipicamente modernista que vemos aqui é a ausência da definição de lotes, que se identificam com a própria delimitação dos blocos de edifício. Isso cria uma situação em que os interstícios entre os prédios já são áreas de uso público, que precisam ser mantidas e cuidadas pelo poder público. No caso da Lauro Müller, esses espaços são pequenas ruas, curtas e sem saída, que são utilizadas como estacionamentos pelos próprios moradores, já que a maioria dos edifícios não têm vagas suficientes nas garagens.



Figura 4.5: Ruas entre os prédios, usadas como estacionamentos

Para a pouca visibilidade que têm da praça os que passam pela rua, contribui uma questão topográfica: a quadra está constituída em três patamares diferentes, que decrescem em altura à medida que se afastam do morro. Os prédios da rua Ramon Castilla estão no nível desta rua; segue-se um talude até a praça, que fica num nível intermediário; e depois mais um declive até o nível da rua Lauro Müller. Os prédios desta rua têm, portanto, entradas em dois níveis diferentes: uma, num pavimento, voltada para a praça, e outra, num pavimento abaixo, voltada para a rua.

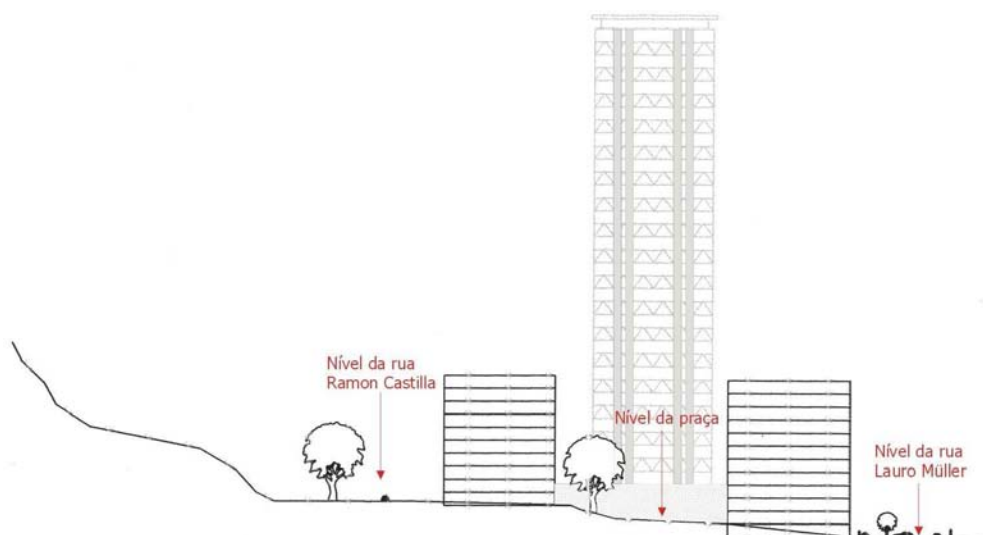


Figura 4.6: Corte esquemático da quadra, com os níveis das ruas

Embora seja uma área quase exclusivamente residencial, alguns dos edifícios da Lauro Müller, especificamente os mais próximos ao Rio Sul, oferecem pequeno comércio e serviços no pavimento térreo, em lojas voltadas tanto para a rua como diretamente para a praça. Esta flexibilidade de usos estava prevista já no projeto original, e faz com que a área hoje conte com açougue, mercearia, padaria, loja de ferragens, dois cabeleireiros, uma boutique, lanchonete, bar e uma copiadora. No curto caminho até o Rio Sul há ainda um quiosque de venda de flores, banca de jornal, um chaveiro e uma cabine de polícia, além de um ponto de kombis que fazem serviços de frete e algum ambulante ocasional, vendendo doces e frutas. Tudo isto confere um movimento moderado de pessoas durante todo o tempo na área.



Fotos da autora, agosto de 2004

Figura 4.7: Comércio no térreo do prédio no. 16 da rua Lauro Müller

Figura 4.8: Quiosque de flores a caminho do shopping Rio Sul

Ao longo da encosta do morro, na rua Ramon Castilla, existem alguns estacionamentos, e até uma oficina que, segundo a Associação de Moradores, são clandestinos, mesmo porque a rua está em zona que não permite o funcionamento desta atividade.



Foto da autora, setembro de 2004



Fotos da autora, junho de 2004

Figuras 4.10 e 4.11: Estacionamento e oficina clandestinos na rua Ramon Castilla.

Todo este quadro faz da praça não só um espaço de uso quase exclusivo desses moradores locais, mas também, paradoxalmente, de passagem constante para as pessoas que saem da universidade e dos próprios edifícios em direção ao Shopping Rio

Sul, ao comércio local situado nas proximidades e aos pontos de ônibus localizados em frente ao shopping.

4.1.3 Os edifícios

Dos vinte blocos previstos por Saboya Ribeiro, apenas dezoito foram construídos, já que dois deles foram considerados posteriormente, pela legislação, como áreas não edificáveis. Desses dezoito, como já foi dito, dois ainda não receberam moradores, por estarem em construção, e, nos dezesseis restantes, moram atualmente cerca de sete a oito mil pessoas, distribuídas em 1600 unidades residenciais.

Esses edifícios foram construídos ao longo dos últimos 45 anos, e essa história está refletida na diversidade dos programas, fachadas, materiais de construção e acabamentos utilizados. Fora a especificação dos limites do bloco, cuja projeção está quase sempre contida num quadrilátero de 25 x 25 metros, e do gabarito, que mesmo assim tem três variações previstas, não houve maior ingerência sobre os projetos dos prédios. Essas especificações já conferem ao loteamento um rosto bastante regular, dado que a volumetria está pré-definida. As diferenças de altura também se diluem com os níveis topográficos do terreno. Os prédios mais "altos", com mais pavimentos permitidos, são os da Lauro Müller, que está muitos metros abaixo da Ramon Castilla. Assim, os prédios da Ramon Castilla, com menos pavimentos, acabam tendo uma altura final parecida.

Isto foi ratificado pelo PEU, que em seu artigo 9º, inciso II, definiu que a altura máxima das edificações desta área seria a "altura definida por um plano horizontal situado a 40m acima do nível médio do mar". Mesmo assim, dois dos edifícios conseguiram burlar a legislação, e foram erigidos bem acima do limite permitido.



Foto da autora, setembro de 2004

Figura 4.12: Disparidade de altura de um edifício da rua Ramon Castilla. Há outro edifício "gêmeo" ao lado deste

O pavimento térreo, principalmente nos prédios da rua Lauro Müller, foi construído com um pequeno recuo em relação aos demais pavimentos, que ficaram, portanto, com um pequeno balanço em toda a volta. Esse balanço acaba fazendo as vezes de marquise, sob a qual se abrigam os transeuntes em dias de chuva ou sol muito forte, bem como, em algumas ocasiões, grupos de rapazes que ficam conversando e fumando à noite, ou até mesmo mendigos e meninos de rua. Provavelmente entendendo que, estando dentro dos limites da projeção do prédio, este espaço faz parte do "lote", e logo, é privado, há hoje um movimento para ocupar essa projeção inteira, e vários edifícios estão colocando aí canteiros e jardineiras que inibem ou inviabilizam a permanência das pessoas.

Todos os edifícios da rua Lauro Müller têm a entrada de serviço e o acesso a algumas vagas da garagem feitos pela praça, o que implica um pequeno e ocasional trânsito de veículos numa faixa junto aos prédios. A prioridade de circulação, de toda forma, mesmo nessas áreas, é claramente do pedestre, o que se verifica pela pavimentação em pedras portuguesas e pela existência de quebra-molas e sinalização. Já os edifícios da rua Ramon Castilla, todos mais modernos, fazem sua entrada de garagem pela frente, e os “fundos” são liberados diretamente para a praça, à qual os moradores têm acesso por escadas e rampas, já que a base desses prédios está cerca de 4 metros acima do nível do pátio.



Fotos da autora, setembro de 2004

Figura 4.13: Faixa de circulação junto à entrada de “fundos” dos edifícios. Observar as jardineiras que obstruem a permanência de pedestres.

Com relação aos programas, materiais e acabamentos, observamos que os edifícios mais antigos (o 16, o 26 e o 36, de finais da década de 50 e década de 60) têm pé-direito um pouco mais alto, e cômodos mais amplos, embora menos banheiros. Também não há vagas na garagem para todas as unidades, e o pavimento da garagem quase sempre ocupa o subsolo, e parte do térreo. As fachadas são em alvenaria simples,

emboçadas e pintadas, e as aberturas são menores. As portarias também são menores e menos luxuosas. Há um movimento nos últimos 10 anos para a remodelação das portarias, que estão sendo dotadas de equipamentos modernos de segurança, como circuito interno de TV, interfones e abertura automática dos portões de garagens, além da troca dos materiais de acabamento, com mármore nos pisos, espelhos e mobiliário novo.

Os edifícios da década de 70 e 80 quase sempre têm fachadas revestidas de pastilhas cerâmicas, e uma configuração mais de acordo com o Decreto 322/76, com dois ou três pavimentos de garagem, um pavimento de uso comum (PUC), e só a partir daí o pavimento-tipo. Diminui a área de serviço e dependências de empregada, e já começa a aparecer a suíte, mas ainda não há varandas. Na Lauro Müller há prédios com apartamentos de 1, 2 ou 3 quartos, quase sempre com armários embutidos, o que também não era comum em décadas anteriores.

Já os edifícios da rua Ramon Castilla, todos de finais da década de 80 para cá, além da conformação ao decreto 322/76, apresentam confortos como piscina e sauna; todos têm varandas praticamente nas quatro fachadas, para as quais se abrem amplas portas envidraçadas. Alguns usam materiais mais nobres nas fachadas, com algum granito, vidros fumê nos guarda-corpos das sacadas, e esquadrias em PVC.

Os dois últimos edifícios, com seus apartamentos já inteiramente vendidos, incorporaram as últimas tendências, e a propaganda anuncia sala de ginástica e spa, acesso à internet com banda larga em todos os apartamentos e o sistema "FlexHome", em que o cliente pode escolher entre três plantas possíveis para seu apartamento, todas com o quarto de empregada reversível e uma delas sendo duplex.



Figura 4.14 (à esquerda): Edifício típico do final da década de 60

Figura 4.15 (à direita): Edifício construído no início da década de 90, com varandas em todas as fachadas.

4.1.4 O pátio central

Dos quase 60 mil metros quadrados do empreendimento, segundo o projeto aprovado, apenas pouco mais de 17% seriam ocupados por edificações, sobrando cerca de 49100 m² de área livre pública. Desses, aproximadamente 10300 m² constituem o pátio central propriamente, e os restantes 38800 m² são de área residual entre os prédios, e uma larga faixa junto à rua Lauro Müller, que parece uma “pista dupla” da rua, mas que é usada como um grande pátio de estacionamento.



Foto da autora, setembro de 2004

Figura 4.16: Estacionamento ao longo da rua Lauro Müller

O pátio em si tem a forma de um "L", acompanhando o formato da quadra, e em sua articulação está situado o ponto forte da praça, que é o *Redondo*. Segundo Pedro Porfírio, que morou ali muitos anos e foi um dos co-fundadores da ALMA, o *Redondo* foi uma reivindicação dos moradores à equipe da FPJ que fez o projeto da praça, aproveitando um ficus sob o qual as pessoas já se reuniam espontaneamente, para ser, segundo ele, o lugar da aglutinação social (PORFÍRIO, 2003).

Com relação ao restante do espaço, observa-se, inicialmente, a existência de territórios mais ou menos delimitados pelo posicionamento do próprio mobiliário. Assim, há um espaço com mesas de jogos, na parte mais próxima ao Rio Sul, que concentra idosos e aposentados, além de homens desocupados e dos próprios comerciantes locais, em momentos de folga, em torno de partidas de dama ou baralho. Um poste de iluminação serve como referência para afixação dos resultados do jogo do bicho, que são atentamente conferidos pelo menos duas vezes por dia. Há também uma quadra polivalente gradeada, partilhada em diferentes horários por crianças, adolescentes ou

jovens mais crescidos jogando bola, ou de manhã cedo por mães com bebês aprendendo a andar, ou ainda, em algumas tardes por semana, por turmas de estudantes de escolas próximas, que usam a quadra para as aulas de educação física.

Foto da autora, setembro de 2003



Figura 4.17: Quadra de esportes gradeada.

Foto da autora, agosto de 2004



Figura 4.18: Jogo de cartas no sábado de manhã



Figura 4.19: Moça conferindo o resultado do jogo do bicho

Vários brinquedos infantis estão espalhados pela grande área de saibro. Os brinquedos menores (escorregas mais baixos, por exemplo) estão numa caixa de areia gradeada próxima à quadra. No restante da área há, além de brinquedos, aparelhos de ginástica, onde se concentram vários rapazes, principalmente nos finais de tarde.



Foto da autora, agosto de 2003

Figura 4.20: Alguns brinquedos da praça

A relação deste pátio com a rua é quase nula, em função da pouca visibilidade, o que é fator de causa da ambigüidade de percepção do espaço como público. Em contrapartida, fora dos limites da quadra, mas integrando, de certa maneira, todo esse grande conjunto, está uma outra praça, chamada "Praça da Cidadania Betinho". Esta praça se constitui de uma grande quadra de futebol, gradeada e mantida pelo Rio Sul²⁴, que abriga diversas atividades esportivas promovidas pela prefeitura, e uma outra área pavimentada, onde estão um quiosque de flores, uma cabine da PM, um telefone público, um quadro de avisos comunitários e alguns ambulantes, o que lhe confere sempre um grande movimento.

4.2 Selva de Pedra

4.2.1 O entorno

Do ponto de vista físico-geográfico, a Selva de Pedra está situada numa região peculiar da cidade. É um terreno relativamente plano, com desníveis provocados pelo aterramento continuado. Uma parte de seu território pertenceu originalmente – e literalmente – à Lagoa, e as seqüelas de uma drenagem mal executada se revelam ainda hoje em dias de chuva forte, com o alagamento da rua Gilberto Cardoso.

A Lagoa Rodrigo de Freitas, aliás, é um elemento visual muito forte e próximo, que oferece oportunidades de lazer (ciclovias, quiosques, quadras de esportes) que certamente atraem uma parcela da população mais jovem da Selva de Pedra.

²⁴ Há alguns anos, o Rio Sul ampliou sua área de lojas, diminuindo, para isso, o número de vagas de estacionamento. A Associação de Moradores argumentou que isso teria grande impacto na vizinhança, já que os funcionários e clientes do shopping teriam que estacionar na rua, utilizando vagas que já eram escassas para os próprios moradores. Foi feito então um acordo judicial, em que o Rio Sul se comprometeu, como compensação, a assumir a reforma e conservação permanente desta quadra, que hoje tem grama sintética, iluminação e redes de proteção financiadas pelo shopping.

A quadra em si é um enclave residencial num meio em que prevalecem os usos comercial e institucional. O terreno em frente à rua Gilberto Cardoso é todo ocupado pelo Clube do Flamengo; entrando pela rua Fadel Fadel os vizinhos de frente são a Cobal, o conjunto de espaços que compõem a Praça Cláudio Coutinho e algumas lojas. Virando à esquerda na rua Humberto de Campos encontramos os outros únicos dois edifícios residenciais da vizinhança, e em seguida um prédio da Telemar e a Delegacia de Polícia. Por fim, na esquina da Avenida Afrânio de Melo Franco está a Igreja Matriz de Santos Anjos, ao lado do Teatro Scala e bem na entrada da Cruzada São Sebastião e, exatamente em frente aos prédios da Selva de Pedra, os clubes Paissandu e Associação Atlética Banco do Brasil (AABB).



Figura 4.21: Áreas institucionais e comerciais do entorno (em amarelo), e residenciais (em azul)



Figura 4.22: Igreja Matriz de Santos anjos e Teatro Scala, ao lado da entrada da Cruzada São Sebastião



Figura 4.23: Delegacia na esquina das ruas Humberto de Campos e Afrânio de Melo Franco



Figura 4.24: clube Monte Líbano, na Lagoa, tendo ao fundo o conjunto da Selva de Pedra

Os moradores são muito bem atendidos em matéria de transportes, já que quase todos os ônibus que servem ao bairro do Leblon, Jardim Botânico e Gávea circulam pelas avenidas Ataulfo de Paiva e Bartolomeu Mitre, distantes cerca de 200 a 300 metros da área em questão. Ao longo do muro do Paissandu e AABB há também ponto final de outras linhas de ônibus, que seguem para o Centro e Zona Norte, via Copacabana. Além disso, há dois pontos de táxi no perímetro da quadra.

Um comércio de excelente qualidade atende aos moradores locais, contribuindo para a valorização da área, sendo complementado por supermercados e pelo mercado horti-granjeiro da COBAL, todos a curta distância do conjunto.

Na época da elaboração do projeto, a SEPE mostrou preocupação com a existência de escolas em número suficiente para absorver o contingente de crianças que viria morar ali. Sua expectativa era de que as escolas Georg Pfisterer (municipal) e

Gilberto Amado (estadual), localizadas muito próximo dali, não dessem conta de atender à nova demanda, em função de já estarem com sua lotação esgotada. Por isso a SEPE preconizava a criação de nova unidade escolar, na área remanescente da quadra "E", ou seja, ao lado da Cobal. Isso nunca aconteceu, e a área em questão é hoje ocupada pela praça Cláudio Coutinho, com quadra de futebol e mesas de jogos, além de quiosques e brinquedos infantis. A observação de campo mostrou que a maioria das crianças moradoras do conjunto da Selva de Pedra acabou sendo absorvida pela rede particular de ensino, com grande destaque para o Colégio Santo Agostinho, localizado no bairro do Leblon.

4.2.2 A quadra e o lote

Em sua concepção original, a quadra da Selva de Pedra podia ser considerada bastante alinhada com os princípios modernistas, principalmente por conta do uso dos pilotis em todos os edifícios, que assegurava um pavimento térreo aberto e acessível a todos, indistintamente. O desejo dos moradores de delimitar melhor os espaços, enfatizando a separação entre o público (a área do pátio) e o privado (a área dos lotes e dos prédios), além das questões de segurança que se fizeram preponderantes ao longo do tempo, levaram ao gradativo gradeamento e *estanquização* dos espaços. Esta medida teve como consequência formal imediata aproximar a quadra, antes aberta, de um perfil mais parecido com os das quadras mais convencionais. Além disso, antes mesmo de os lotes terem sido formalmente delimitados com as grades, deixando o acesso à praça restrito às ruas de acesso, as portarias também foram fechadas com painéis de vidro e outros materiais, isolando os edifícios da circulação de pedestres.



Figura 4.25: Selva de Pedra ainda sem as grades.

Este gradeamento foi facilitado, também, porque Konder, apesar de utilizar alguns elementos do receituário modernista, no aspecto fundiário foi mais tradicional, definindo os lotes dentro dos quais as edificações haveriam de ser construídas. O arquiteto argumenta que a ausência de lotes criaria muita área institucional, “terras de ninguém”, que, a seu ver, eram um dos equívocos do urbanismo modernista (KONDER NETTO, 2004).



Figura 4.26: A quadra, hoje, toda gradeada.

Ele se preocupou com a questão de gerenciamento desses espaços residuais, cuja manutenção oneraria o poder público desnecessariamente. Para Konder, *“quando você faz o lote, que é um conceito de propriedade, aquele condomínio vai ser dono do lote, e não dono de uma projeção, eu acho isso mais certo, mais correto, e dentro daquele lote, ele é o responsável”* (KONDER NETTO, 2004)

A quadra projetada por Konder teria um atrativo extra, se também não tivesse sido desvirtuado, que é a existência das quatro pequenas pracinhas, nos cantos da

quadra, eliminando o prédio de esquina. Elas deveriam servir como espaços públicos de lazer e permanência, com bancas de jornal, jardins e bancos onde os transeuntes poderiam se sentar para um descanso ocasional. Pelos mesmos motivos já expostos, esses espaços também foram gradeados e fechados ao uso público²⁵.

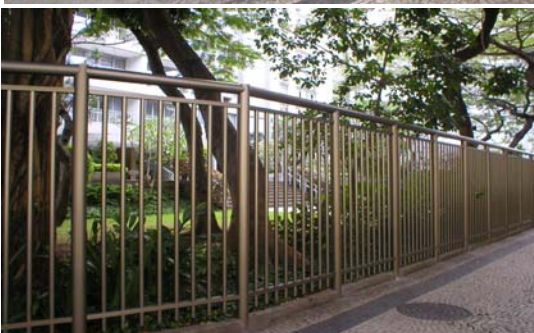


Figura 4.27 (ao lado): Esquina das ruas Gilberto Cardoso e Fadel Fadel.

Figura 4.28 (embaixo, à esquerda): Esquina das ruas Fadel Fadel e Humberto de Campos, apropriada pelo prédio em frente.

Figura 4.29 (embaixo à direita): esquina da rua Humberto de Campos e Av. Afrânio de Melo Franco.

Fotos da autora, abril de 2004



²⁵Na verdade, uma única dessas praças laterais continua aberta, sem grades, mas tornou-se um espaço morto, sempre vazio.

Uma dessas praças, na esquina das ruas Fadel Fadel e Humberto de Campos, foi literalmente incorporada ao lote do prédio que lhe faz frente. O portão de entrada, com interfone, foi instalado aí, na beira da calçada, e a praça serve como jardim de entrada ao edifício. As outras estão *apenas* fechadas a chave, e permanecem vazias e sem uso.



Figura 4.30: A única praça não gradeada, esquina da Av. Afrânio de Melo Franco com Rua Gilberto Cardoso

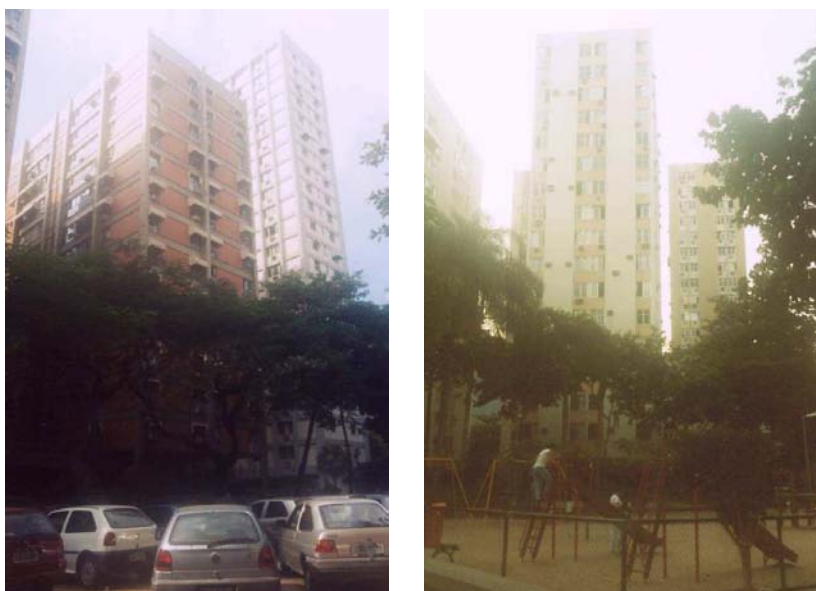
A Selva de Pedra foi projetada para um uso exclusivamente residencial e, em certo grau, isso também contribui para a menor quantidade e diversidade de movimento registrada em seu pátio interno. Algum comércio ou serviço atrairia uma maior circulação de pessoas e aumentaria seu potencial de utilização. Entretanto, diversos ambulantes se estabeleceram na periferia da quadra, atendendo principalmente às pessoas que se aglomeram nos pontos finais dos ônibus, no início da noite e da manhã. São kombis que vendem lanches e churrasquinhos, pipoqueiros e bancas de balas e bebidas, que servem aos empregados domésticos e outros funcionários que trabalham no comércio das redondezas. As bancas de jornal estão lá, ainda que do lado de fora das “pracinhas” laterais, e reúnem os motoristas de taxi que fazem ponto em frente.

Quanto à visibilidade que se tem da praça a partir da rua, enquanto na Lauro Müller é a topografia que dificulta a percepção, aqui é o próprio desenho dos lotes e

prédios. Os edifícios estão dispostos em ziguezague, isto é, os do anel interno estão desalinhados em relação aos do anel externo. Com isso, quem passa na rua simplesmente não pode adivinhar que, ali dentro, por trás daqueles prédios, haja um espaço de lazer, e muito menos que ele seja público.

4.2.3 Os edifícios

Nos quarenta prédios que compõem a Selva de Pedra, contabilizam-se 2227 apartamentos, onde residem 13342 moradores. Uma diferença muito grande em relação à Lauro Müller, com relação ao aspecto conferido à quadra por estes edifícios, está no fato de que, aqui, todos eles foram edificadas no espaço de dez anos. Isso conferiu uma grande uniformidade com respeito aos programas e materiais de construção adotados, e eles se assemelham um pouco com os prédios da Lauro Müller que foram construídos na mesma época.



Figuras 4.31 e 4.32: Alguns dos prédios da Selva de Pedra

O público-alvo visado era de uma classe média um pouco mais elevada, e os padrões de acabamento e outros detalhes estéticos terminam demonstrando isso. Há mais mármore e granito nas fachadas e portarias, cerâmicas mais nobres nos banheiros e cozinhas, e pisos das áreas sociais em tábua corrida. Os apartamentos também são, em média, maiores, tendo 2, 3 e alguns até 4 quartos.

O projeto da SEPE não definiu diretamente a volumetria, mas também não deixou de fazê-lo, ao estabelecer parâmetros de utilização, como afastamentos das divisas, taxa de ocupação do lote e índice de aproveitamento do terreno. Tudo contribuiu para a edificação de volumes prismáticos, com gabaritos entre 13 e 17 pavimentos, conforme se afastassem menos ou mais das divisas, respectivamente.

Ao contrário da Lauro Müller, em que todos os edifícios tem acesso direto à praça, na Selva de Pedra somente os prédios que compõem o anel interno, por assim dizer, têm saída imediata para este pátio central, e os outros estabelecem sua relação diretamente com a rua, da maneira como o fazem os edifícios das quadras convencionais da cidade.

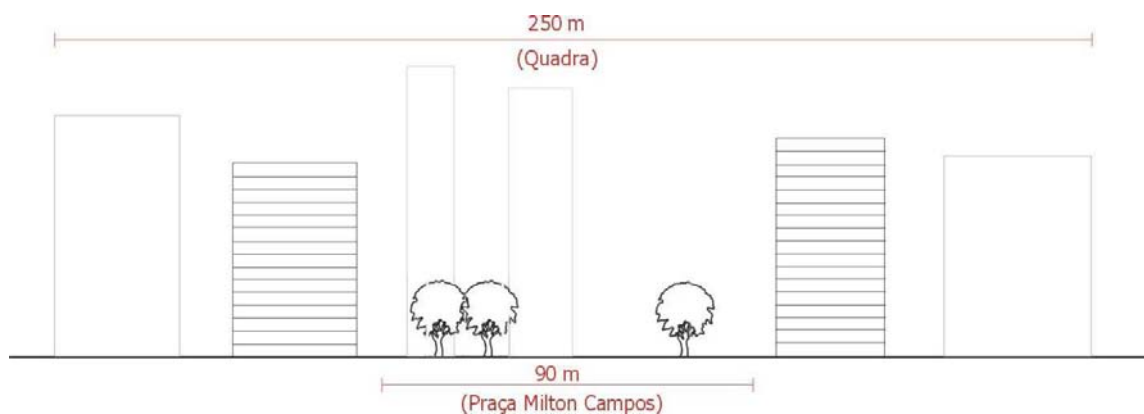


Figura 4.33: Corte esquemático da quadra

4.2.4 O pátio central

Com a definição dos lotes no projeto da Selva de Pedra, o que sobrou de área pública é basicamente o pátio central e as quatro ruas em *cul-de-sac* que lhe dão acesso.

A área octogonal deste pátio é de aproximadamente 4800 m²²⁶, e está relativamente bem cuidada, com mobiliário recém-reformado e vegetação em bom estado de conservação²⁷. Uma ciclovia circunda a praça, e há "postos de observação" dos quatro lados do quadrilátero central, ocupados por seguranças particulares pagos pelos moradores. O espaço que, no projeto original, foi destinado a uma quadra de esportes, é hoje uma caixa de areia gradeada, ocupada pelos brinquedos das crianças. Há vários bancos, mesas de jogos, uma cabine da PM e um telefone público, que se constituem nos principais elementos de mobiliário da praça.



Fotos da autora, fevereiro de 2003

Figura 4.34: A quadra que virou caixa de brinquedos

Figura 4.35: Guarita de observação

²⁶Se contarmos toda a área livre da quadra, incluindo os pequenos estacionamentos no final das ruas em *cul-de-sac*, teremos os 7400 m² mencionados no quadro-resumo do capítulo anterior.

²⁷Apesar disso, o estado de conservação da praça é a principal queixa dos moradores com relação a esse espaço, como veremos mais adiante.

Fotos da autora, fevereiro de 2003



Figura 4.36 (ao lado): Menino andando de patins na ciclovia que circunda a praça.

Figura 4.37: A cabine da PM, o orelhão e outras peças do mobiliário local

Foto da autora, março de 2004



Figura 4.38: Aspecto geral da praça, num dia de semana, à tarde



Figura 4.39: Distribuição de usos e mobiliário na quadra

A ausência de um comércio formal estabelecido não impede, antes pelo contrário, que se multipliquem os ambulantes que atendem às necessidades da garotada que ocupa a praça a maior parte do tempo. São carrocinhas de pipoca, picolé e água de côco, além de outros, que passam esporadicamente, com tabuleiros de cocada e pequenos brinquedos. Há também, ocasionalmente, alguns camelôs na entrada das ruas de acesso, vendendo produtos como roupas e acessórios.

A falta de uma quadra de esportes na praça acarreta um problema de convivência entre as crianças e os mais velhos, pois os menores utilizam qualquer pequeno espaço, principalmente os corredores formados pelas alamedas de árvores e bancos para jogar bola, e os idosos reclamam dos incômodos e pequenos acidentes que isso causa.

A quadra esportiva existente fica na praça Cláudio Coutinho, em frente à rua Fadel Fadel²⁸, mas o fato de ter que atravessar a rua impede que muitas das crianças menores possam usufruir mais deste espaço. A relação mais direta desta praça com a rua enfatiza seu caráter público, com maior circulação de pessoas “estranhas” aos moradores da Selva de Pedra e faz com que ela não tenha a ambiência de recato e proteção característicos do pátio interno. Ela é ocupada quase sempre por jovens, não moradores do conjunto, ou alunos das escolas públicas próximas, no final do período escolar. As mesinhas de jogos também estão sempre cheias de senhores, jogando cartas ou dominó, ao contrário das mesas do pátio, que ficam vazias a maior parte do tempo, ou são ocupadas por alguém que lê um jornal ou conversa.

²⁸Assim como acontece na Lauro Müller com a Praça da Cidadania Betinho, esta praça também está fora da quadra estudada, mas integra o conjunto projetado, estabelecendo com a quadra “principal” uma relação muito próxima e quase complementar.

Fotos da autora, maio de 2004



Figuras 4.40 e 4.41: Comércio ambulante na praça

Foto da autora, junho de 2004



Figura 4.42: Quadra de futebol na Praça Cláudio Coutinho

Foto da autora, junho de 2004



Figura 4.43: Mesas de jogos na Praça Cláudio Coutinho

4.3 Outros elementos morfológicos observados nas duas áreas

Alguns outros elementos puderam ser observados e analisados em ambos os projetos, e devem ser mencionados aqui. São elementos que falam das maneiras com que as pessoas se apropriam dos lugares e agem sobre eles, muitas vezes, para que se adaptem às suas necessidades.

Whyte atenta para o fato de que, em sua análise de pequenos espaços urbanos, o elemento que mais influenciou a utilização das praças pelas pessoas foi a quantidade de espaços para sentar. Ele diz que

"A área total de espaços para sentar nas praças mais usadas ficou entre 6 e 10% do total de espaço aberto... Nas praças mais populares, o total linear de espaço para sentar ficou próximo do perímetro da praça... A medida final recomendada ficou num meio termo: 10 cm lineares de bancos para cada m² de praça²⁹". (WHYTE, 1980:38)

Em nosso caso, foi observado que o total linear de espaços para sentar, na Lauro Müller, ficou em 90,10 metros, para um perímetro de 700 metros, dando um total aproximado de 1 centímetro linear de banco por metro quadrado de praça. Na Selva de Pedra, foram contados 145,70 metros de bancos para sentar, num perímetro de 256 metros, o que dá um relação de 3 centímetros lineares de banco para cada metro quadrado da praça. Essa contagem não levou em consideração os bancos em volta das mesas de jogos, nem as bordas de canteiros e jardineiras, mesmo que mais altas e largas, e utilizadas comumente como assentos. Também não considerou o *Redondo* da Lauro Müller, embora ele seja usado não só como espaço para sentar como para deitar e outras atividades. Isso teria elevado significativamente os números, especialmente na Lauro Müller, aproximando, ou talvez até ultrapassando as recomendações de Whyte.

²⁹As medidas que constam no livro estão em polegadas e pés quadrados, e foram convertidas para o Sistema Métrico.

Já Zeisel se concentra nos elementos que devem ser observados, para situar o cenário da ação no espaço. Ele cita, por exemplo, *barreiras* (elementos físicos que afastam ou reúnem as pessoas, em qualquer das dimensões sensoriais – visualmente, auditivamente, olfativamente, taticilmente ou simbolicamente). São paredes, painéis ou grades, como o cercado construído recentemente no Redondo, em torno da gola do ficus, com o intuito de estabelecer um território apenas para as crianças menores, longe dos cachorros e das crianças mais velhas; ou o “pipi-dog” instalado na Selva de Pedra, na tentativa de estimular os donos dos cachorros a utilizarem este espaço para as necessidades de seus animais.



Figura 4.44: Cercado para crianças pequenas em torno da gola do ficus

4.4 Quadro-resumo comparativo

Tabela 4.1

Entorno	Lauro Müller	Selva de Pedra
Vizinhança residencial	Vila Benjamin Constant e algumas casas na Rua Xavier Sigaud	Cruzada São Sebastião e alguns trechos de quadras residenciais
Vizinhança não residencial	Shopping Rio Sul, UFRJ, CBPF, COMLURB	Cobal, TELEMAR, Delegacia, Igreja dos Santos Anjos, C.R. Flamengo, AABB, Clube Paissandu
Geografia		
Marco geográfico	Morro da Babilônia	Lagoa Rodrigo de Freitas
Topografia	Em desnível	Plana
Quadra e lote		
Tipo de quadra	Aberta	Originalmente aberta, agora gradeada
Lote	Sem lote definido (projeção da edificação)	Com lote de 1.200 a 1.300 m ²
Comércio local	Bares, lanchonetes, mercados e outros	Ambulantes e alguns camelôs
Edifícios		
No. de edifícios	16 (18 contando com os dois em término de construção)	40
Volume*	Base de 25 x 25 m (625 m ²) e gabaritos de 12 a 16 pavimentos	Base variável, em média com 450 m ² , e gabaritos de 13 a 17 pavimentos
Relação com o pátio	Todos os prédios têm abertura direta para a praça	Somente os prédios do anel interno têm ligação direta com a praça
Pátio		
Área	10.300 m ²	4.800 m ²
Perímetro	700 m	256 m
Mobiliário da praça	Bancos de concreto e madeira, mesas de jogos, equipamento de ginástica, brinquedos, canteiros e quadra de esportes.	Ciclovia, postos de observação para vigilantes particulares, bancos de concreto e madeira, mesas de jogos, equipamento de ginástica, brinquedos, canteiros, cabine da PM, telefone público.
Espaço para sentar	90,10 metros lineares, sem contar bordas de canteiros, jardineiras e o <i>Redondo</i>	145,70 metros lineares

* Há algumas exceções ao padrão de 25 x 25 na Lauro Müller.

5 – ANÁLISE DAS RELAÇÕES SOCIAIS E CULTURAIS

5.1 Etnografia

5.1.1 Perfil da população moradora e usuária do lugar

A aplicação do questionário permitiu cotejar a avaliação feita pela observação de campo, sobre o perfil dos moradores em ambas as quadras. As tabelas e gráficos abaixo permitem uma melhor visualização das semelhanças e diferenças encontradas.

Tabela 5.1: Distribuição por sexo

Distribuição por sexo	Lauro Muller		Selva de Pedra	
	número	%	número	%
Mulheres	31	54.4	45	51.7
Homens	26	45.6	42	48.3

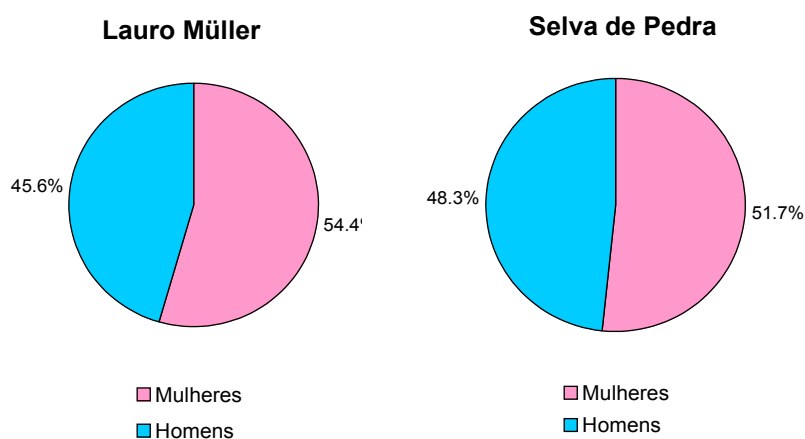


Gráfico 5.1: Distribuição por sexo

O perfil etário é o que apresenta as primeiras diferenças. A população da Selva de Pedra é composta em maior proporção, de pessoas mais velhas, sendo que mais de 60% dos respondentes têm 56 anos ou mais. Na Lauro Müller, há maior proporção de pessoas mais jovens, e o pico está no intervalo de 36 a 45 anos.

Sobre isso, alguns comentários podem ser feitos. Primeiro, esse perfil de idade se confirma no maior número de aposentados que se verificou na Selva de Pedra, em comparação com a Lauro Müller. Em segundo lugar, isso também tem relação com o perfil imobiliário dos loteamentos, e com o tempo de residência médio dessas famílias no local. Na Selva de Pedra, todos os prédios estão prontos há mais de 20 anos, alguns há quase 30. Pelo tipo de moradores que primeiro adquiriram os imóveis – militares e funcionários públicos, através de financiamentos – temos que muitos deles ainda residem aí, ou passaram o apartamento a herdeiros. O fato é que, como podemos ver pela tabela 5.3, praticamente metade da população mora na quadra há mais de 20 anos. Essa porcentagem cresce para 64% se considerarmos os que moram há mais de 10 anos, o que revela uma taxa de permanência muito alta.

A percepção sobre o envelhecimento da população da Selva de Pedra é evidente não só na observação diária – a quantidade de idosos que se reúne na praça, pela manhã – mas, eloqüentemente, neste depoimento de uma moradora. Eu perguntei a ela quais os grupos que mais freqüentavam a praça:

"Eu acho que quando eu frequentei a praça, eu identificava só crianças. Crianças e mães e babás, era uma grande coletividade e tal. Em vários horários. Então era muito mãe, babá, bebê e o pessoal do futebol, assim. Agora, hoje em dia, eu percebo uma coisa que, que eu me lembre, não havia. É uma enorme comunidade de idosos. Quando eu passo por dentro da praça me admira. Aí é assim: de manhã cedo, ou depois do entardecer, você passa lá você vê muita gente de cadeira de rodas, de pessoas até com acompanhante, senhoras, senhores, a terceira idade – a quarta idade – pessoas que estão mesmo precisando de cuidados. E acho que isso é interessante porque corresponde àquilo que eu te disse, o pessoal que veio morar aqui, da minha geração, não exatamente a minha idade, mas a minha geração, cujos filhos cresceram e cujos pais envelheceram. Não são moradores novos aqui. Acho que muita gente veio pra perto de filhos, por conta de estarem com dificuldades de fazer as coisas, de morar, problemas de saúde, e acho que isso é uma coisa que mudou muito ao longo do tempo. Isso não era significativo."

Na Lauro Müller, a própria história da edificação dos vários prédios permitiu uma constituição etária diferente. Os prédios mais antigos da Ramon Castilla têm 10 a 15 anos, e alguns têm menos do que isso. A população que veio morar neles é composta, quase sempre, de jovens casais, em plena idade produtiva. Nos prédios da Lauro Müller é possível encontrar esse perfil de moradores mais idosos, e às vezes, já há uma segunda geração da mesma família residindo no endereço. Acontece também, muitas vezes, dos filhos se casarem e optarem por comprar apartamento num prédio próximo, continuando sua história no conjunto. Isso dá um perfil um pouco mais eclético à quadra, e as tabelas 5.2 e 5.3 mostram isso, na distribuição por faixa etária, e no tempo de residência, respectivamente.

Tabela 5.2: Distribuição por faixa etária

Distribuição por idade	Lauro Muller		Selva de Pedra	
	número	%	número	%
até 10 anos	0	0.0	0	0.0
11 a 17 anos	1	1.8	0	0.0
18 a 25 anos	2	3.5	1	1.1
26 a 35 anos	5	8.8	4	4.6
36 a 45 anos	16	28.0	13	14.9
46 a 55 anos	12	21.1	15	17.2
56 a 65 anos	10	17.5	28	32.2
acima de 65	9	15.8	26	29.9
Não respondeu	2	3.5	0	0.0

Distribuição por faixa etária

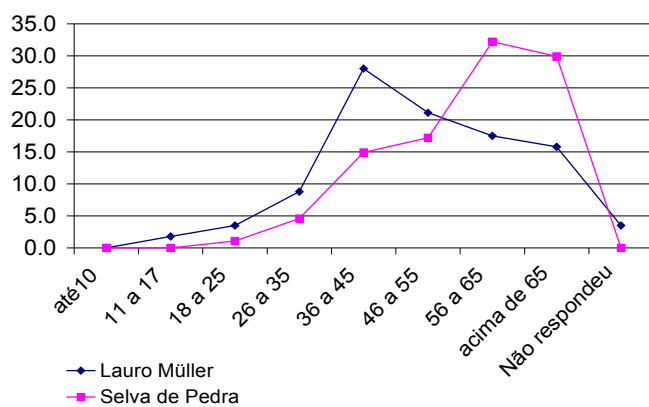


Gráfico 5.2: Distribuição da população por faixa etária

Tabela 5.3: Distribuição por tempo de residência

Tempo de residência	Lauro Muller		Selva de Pedra	
	número	%	número	%
menos de 1 ano	2	3.5	4	4.6
1 a 5 anos	12	21.1	7	8.0
6 a 10 anos	7	12.3	12	14.0
11 a 20 anos	17	29.8	21	24.1
mais de 20 anos	17	29.8	43	49.4
Não respondeu	2	3.5	0	0.0

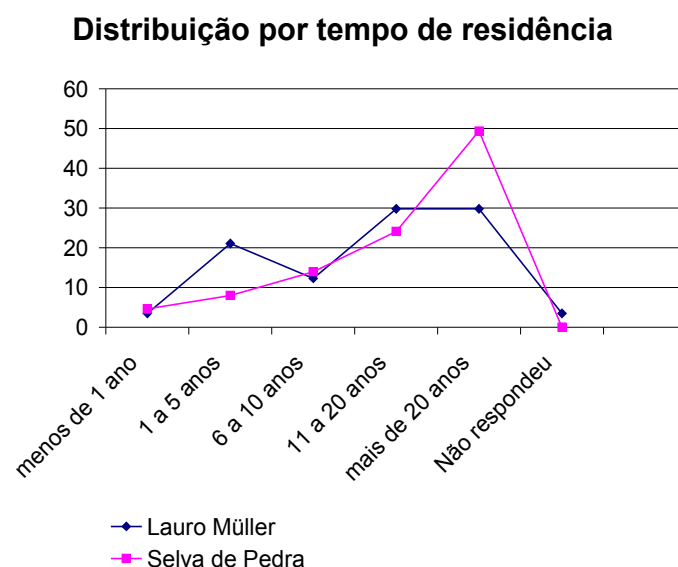


Gráfico 5.3: Distribuição por tempo de residência

Outro elemento ligado à faixa etária analisado foi o estado civil dos moradores. Em ambos os casos, a grande maioria é casada. Mas a Selva de Pedra, provavelmente em função da maior quantidade de idosos, revelou uma porcentagem maior de viúvos que na Lauro Müller. Esta, por sua vez, por ter uma população mais jovem expressiva, tem uma grande quantidade de solteiros.

Tabela 5.4: Distribuição por estado civil

Identificação	Lauro Muller		Selva de Pedra	
	número	%	número	%
Solteiro	13	22.8	5	5.7
Casado	33	57.9	59	67.8
Divorciado	5	8.8	9	10.3
Viúvo	4	7.0	11	12.6
Não respondeu	2	3.5	3	3.4

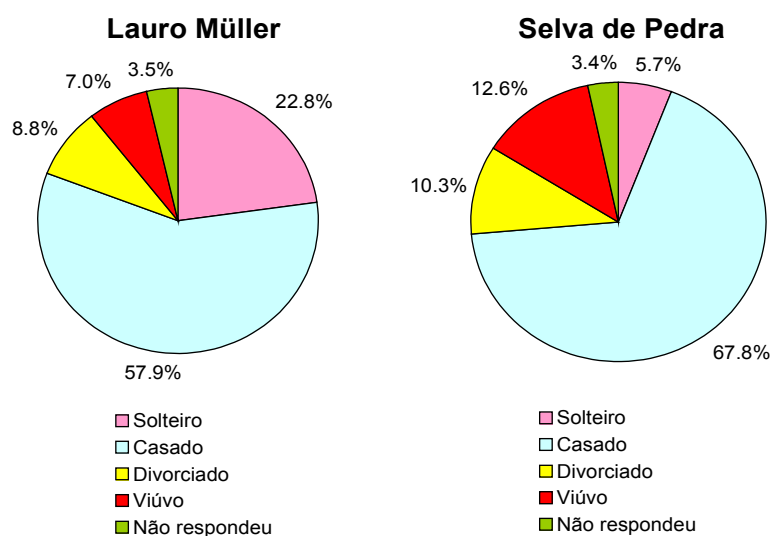


Gráfico 5.4: Distribuição por estado civil

Do ponto de vista da ocupação e renda, também percebemos algumas diferenças. De forma geral, a renda média, na Selva de Pedra, é maior, enquadrando a população num estrato econômico médio-alto. Há maior quantidade de profissionais liberais, aposentados e, na categoria "outros", uma quantidade significativa de empresários e artistas plásticos. Mais de 55% admitiu ter renda familiar acima de 20 salários mínimos, e quase um terço preferiu não declarar seus rendimentos³⁰.

Na Lauro Müller, embora a grande maioria também aufera rendimentos superiores a 20 salários mínimos, há maior equilíbrio entre esses e os que se situam nos patamares abaixo, com pequena diferença entre os que ganham no intervalo de 10 a 20 salários e os que têm renda entre 5 e 10 salários. Com respeito à ocupação,

³⁰É preciso esclarecer, entretanto que, entre os que não quiseram declarar rendimentos, pode haver um largo espectro de perfis e motivações. Desde aqueles que ganham nas faixas mais altas e não querem divulgá-lo, até os que ganham menos ou estão desempregados. Aliás, esta foi uma alternativa não incluída na questão. Não altera as conclusões da dissertação, mas poderia ter sido interessante na conjuntura atual do país.

há menos profissionais liberais que na Selva de Pedra, e a maior parte da população é de assalariados.

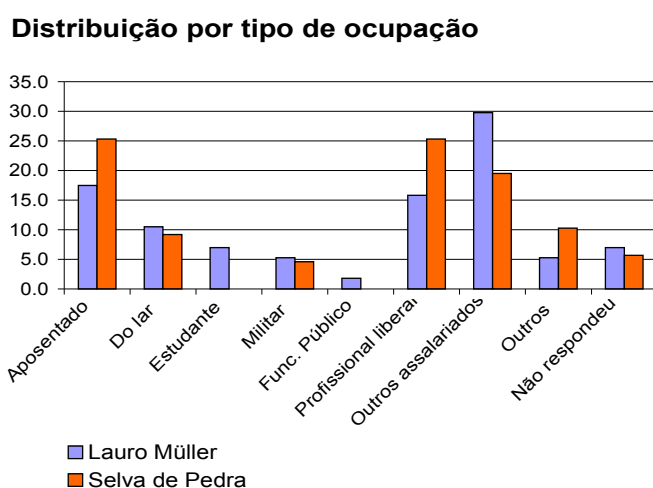


Gráfico 5.5: Distribuição por tipo de ocupação

Tabela 5.5: Distribuição por tipo de ocupação

Tipo de ocupação	Lauro Muller		Selva de Pedra	
	número	%	número	%
Aposentado	10	17.5	22	25.3
Do lar	6	10.5	8	9.2
Estudante	4	7.0	0	0.0
Militar	3	5.3	4	4.6
Func. Público	1	1.8	0	0.0
Profissional liberal	9	15.8	22	25.3
Outros assalariados	17	29.8	17	19.5
Outros	3	5.3	9	10.3
Não respondeu	4	7.0	5	5.7

Tabela 5.6: Distribuição por faixa de renda

Distribuição por renda	Lauro Muller		Selva de Pedra	
	número	%	número	%
até 2 SM	0	0.0	0	0.0
2 a 5 SM	7	12.3	0	0.0
5 a 10 SM	8	14.0	7	8.0
10 a 20 SM	9	15.8	6	6.9
acima de 20 SM	22	38.6	48	55.2
sem renda	1	1.8	1	1.1
não declarou	10	17.5	25	28.7

Distribuição por faixa de renda

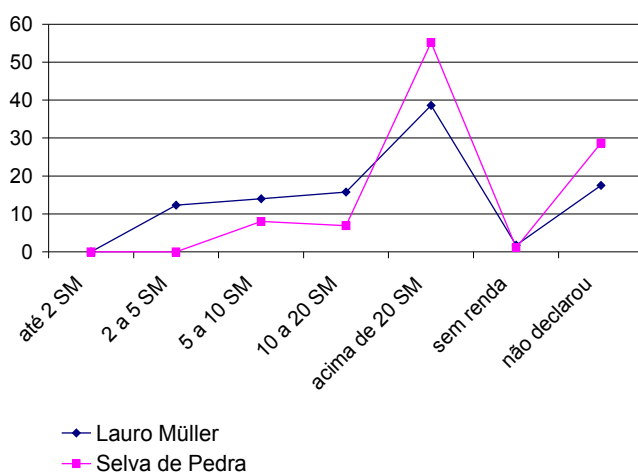


Gráfico 5.6: Distribuição por faixa de renda

Ainda sobre o aspecto da ocupação, foi interessante perceber uma discrepância entre o perfil original dos moradores, a maneira como eles se percebem ainda hoje, e os resultados obtidos na análise dos questionários. A pesquisa mostrou que a maioria dos moradores iniciais era de funcionários públicos e militares, já que foram estes os alvos da maioria dos financiamentos liberados, principalmente nos

anos 60 e 70 (quando se construíram todos os edifícios da Selva de Pedra, e a maior parte dos da rua Lauro Müller). O discurso dos moradores ainda demonstra uma percepção muito forte a esse respeito, tanto referindo-se a anos passados quanto agora.

Na Lauro Müller, descrevendo a população da época em que morou no edifício número 86, Pedro Porfírio diz o seguinte:

"Lá tinha o General Leandro, que foi o primeiro presidente, e aquela praça tem o nome dele. Tinha o general Cabral, que era cearense, da comissão do tomate, na época. Tinha o general Mário... Mário... o general Mário. Tinha uns cinco generais da reserva, tinha vários coronéis da reserva, tinha um capitão-de-mar-e-guerra da ativa, Ary Castro, que a mulher dele se chamava Regina, do 96, que era muito ativo. Muitos ali, jovens, daquela geração, se casaram ali mesmo".

Na Selva de Pedra, perguntada sobre o assunto, a Sra. Mariane, moradora na rua Humberto de Campos e funcionária do BNDES, relata que percebe haver uma extensa comunidade de militares e funcionários públicos nos prédios:

"Embora eu seja uma pessoa totalmente desvinculada, até sou filha de militar, mas meu pai infelizmente não tinha apartamento aqui. Mas eu percebo, sim. Com certeza, tem muito militar. A pessoa que morava aqui, que comprou meu apartamento no "tijolinho", era viúva de um militar. Aqui no prédio tem muito comandante, almirante, não sei o quê, tem um que já foi até candidato a presidente da República, o Almirante Fortuna. Realmente, eu não sei se é só militar... Sei que também através da carteira hipotecária do BNH na época, foi oferecido pras pessoas contribuírem e comprarem a preços – imagino – muito mais razoáveis e tendo um esquema de desconto nos seus salários, então eu acho que não é só militar. Quer dizer, eu acho que também aconteceu isso, muita gente ficou com os apartamentos, não houve uma mobilidade assim grande não, mas eu acho que teve muita gente que também comprou via BNH, Furnas, também tem aqui, eu acho que foi uma coisa de fundos de pensão talvez. E aí talvez os fundos de pensão mais organizados naquela época deviam ser os dos militares e desses funcionários".

Apesar disso tudo, o questionário não revelou uma quantidade tão expressiva de militares e membros do funcionalismo, em ambas as quadras. Possivelmente, até em função da idade, muitos estejam sob a rubrica "aposentados", já que estes, de forma geral, não disseram por qual função ou carreira se aposentaram.

Um último aspecto na caracterização sócio-econômica desses moradores diz respeito à propriedade da residência. Sendo compostas de moradores que adquiriram o imóvel há bastante tempo, e permanecem morando no mesmo endereço, as duas quadras se assemelham bastante neste quesito, com uma ampla maioria de proprietários, e muito poucos inquilinos.

Tabela 5.7: Distribuição por tipo de residência

Tipo de residência	Lauro Muller		Selva de Pedra	
	número	%	número	%
Proprietário	44	77.2	78	89.7
Inquilino	11	19.3	8	9.2
Outros	2	3.5	1	1.1

Esta análise preliminar do perfil etnográfico dos moradores revela características importantes acerca do grupo social predominante nas áreas de estudo. De forma geral, são membros de um estrato médio da sociedade carioca, mais conservador, até em função da idade e ocupação, e ambas as quadras apresentam baixa rotatividade, isto é, as famílias tendem a morar no mesmo lugar por muitos anos. Tudo isso influencia o tipo e intensidade dos vínculos que se estabelecem, e os usos que se verificam em cada uma das praças.

5.1.2 A auto-percepção dos moradores

Ferreira dos Santos diz que “todo grupo social tem uma versão de si mesmo, uma imagem que cultiva e difunde.” (FERREIRA DOS SANTOS, 1981:84). Neste sentido, a categoria “vizinhos” costuma ser entendida “como uma comunidade moral, no seio da qual as pessoas reconhecem um conjunto de expectativas e obrigações mútuas” (*Ibid*).

Nos discursos e até nos comentários feitos nos questionários, pode-se perceber que isso acontece de maneiras diferentes na Lauro Müller e na Selva de Pedra. O morador da Lauro Müller se considera mais tradicional, gosta de pensar em sua vizinhança como uma grande comunidade. Alguns chegam a se referir ao lugar como “uma zona norte na zona sul”, invocando um imaginário de subúrbio em que todos se conhecem e as relações sociais são próximas, informais, baseadas em camaradagem e no reconhecimento de que todos partilham de uma mesma situação social, cultural e econômica.

Na Selva de Pedra, um discurso aparentemente muito parecido encobre nuances diferentes. Não há tanta referência aos laços comunitários, embora os moradores também pensem em si mesmos como partilhando o mesmo nível de renda, o grau de instrução, os interesses, o acesso a determinadas instituições de ensino e lazer, ou mesmo, o enquadramento em determinadas categorias profissionais, conforme já havia percebido Ferreira dos Santos:

“Os moradores do projeto (como o conjunto era conhecido na época – 1981 – quando se rejeitavam as designações alternativas) apresentam uma grande homogeneidade, quanto ao nível sócio-econômico. Eles mesmos afirmam isso, quando dizem que todo mundo é da mesma classe”. (FERREIRA DOS SANTOS, 1981:114)

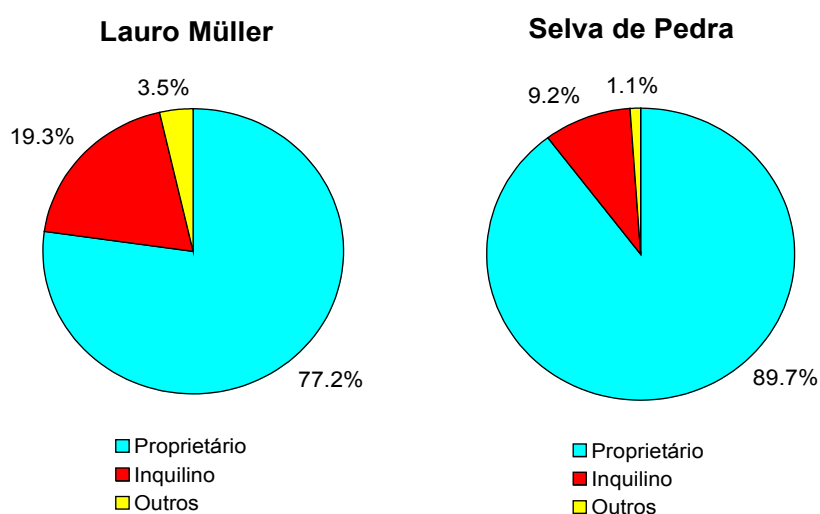


Gráfico 5.7: Distribuição por tipo de residência

No caso da Selva de Pedra, a identificação dessa homogeneidade serve para reforçar a distinção que eles fazem de si em relação à vizinhança. Nas palavras de uma moradora:

"Um coisa que eu acho curiosa é que eu achava que... eu morei perto de praça em Copacabana, quando era solteira, e na praça tinha um pessoal, muita gente, que eram empregados, de casa de família, paraíba de obra, etc. E é engraçado que aqui eu não vejo isso. É raro você ver um desnível grande, o pessoal é... não só morador, mas morador... sem ser de trabalho, entendeu? Os que freqüentam são daqui mesmo. Tem muita gente da Cruzada que passa, e você muito facilmente identifica".

Essa necessidade de se identificar em oposição a outrem, vem da própria história de um conjunto que ocupa o lugar de uma favela. É a necessidade de se diferenciar dos que estavam ali antes. Essa diferenciação começa na maneira com que os outros (os moradores da Favela da Praia do Pinto) são referidos no próprio discurso oficial. A própria SEPE, ao descrever o local, já reforçava o estigma:

"...Praia do Pinto, um dos piores aglomerados humanos com que a cidade contava. Num imenso charco, periodicamente devastado por incêndios, moravam milhares de pessoas, na situação mais precária que alguém possa imaginar. Próximo a essa favela, havia uma

outra, em circunstâncias idênticas – a Favela da Draga, o que dava à área um aspecto degradante, exigindo uma solução que conferisse àquelas criaturas condições mais humanas de vida”. (Boletim Informativo, 1973:16)

Os moradores atuais preferem ver longe este tempo:

“Aliás eu acho que aqui é um condomínio que começou com esse estigma de ter sido uma favela, não sei em que tempo... mas, eu não me lembro muito bem disso não, quando eu vim procurar apartamento já não tinha mais nada disso”.

Os não moradores também têm sua opinião a respeito da Selva de Pedra. Para Barbosa Lima, que descreve o Leblon em uma série de crônicas publicadas na internet, o bairro deixou há anos de ser um lugar prazeroso e agradável, entre outros motivos, pela “ocupação da Selva de Pedra, por forasteiros aspirantes à classe média”. Para ele, os novos ocupantes, “felizes proprietários das novas unidades” erigidas sobre os “escombros fumegantes” da favela incendiada, manifestaram, desde o princípio, uma “xenofobia às avessas, corrupta e insolente, que se manifesta pela injustificada e imediata rejeição da cultura local e se consolida mediante a imposição de novos ícones e ídolos” (BARBOSA LIMA, 1999).

No extremo oposto desta ácida posição, está a defesa feita pelo autor do projeto que originou a Selva de Pedra. Para Marcos Konder Netto, a Selva de Pedra é “o oásis do Leblon”, uma quadra diferente, na qual ele supõe que os moradores gostem muito de morar.

5.1.3 Relações entre nome e identidade do lugar

No capítulo 2, analisamos diversas questões envolvidas na nomenclatura oficial deste tipo de espaço em centro de quadra, descrevendo os conceitos estudados para praça, parque e pátio. Concluímos que, a despeito dos nomes adotados oficialmente pela Prefeitura, de parque, num caso, e praça, no outro, esses lugares, a rigor,

configuram pátios, dadas suas relações morfológicas e funcionais com a rua e o entorno³¹.

O caso do Leblon é fácil de entender. Sendo o pátio uma tipologia muito pouco usual em áreas residenciais em nossa cidade, e uma vez que este pátio, fora a ausência de relação com a rua, tem vários dos outros elementos que configuram uma praça, é compreensível que assim seja considerado. Além disso, conforme ressalta Macedo, nas cidades brasileiras, o termo praça está normalmente associado a quaisquer espaços ajardinados, sejam eles um canteiro central de avenida, uma área livre entre edifícios, ou qualquer outro espaço aberto gramado ou contendo vegetação de qualquer tipo (MACEDO, 2002:17).

Já o caso da Lauro Müller é mais incerto e não foi possível descobrir o motivo da denominação. Na planta original do projeto, o engenheiro Saboya Ribeiro apenas designou a área central da quadra como jardim, esboçando a existência de canteiros distribuídos geometricamente ao longo do espaço. O programa típico de praça, com mobiliário adequado, arborização e instalações de lazer, juntamente com o nome de Parque General Leandro só veio mais tarde, através da Fundação Parques e Jardins, responsável pela urbanização do terreno, que estava ocioso no final da década de 70.

Porém, um aspecto que cabe agora apresentar diz respeito às relações entre nome e identidade que se verificaram, e que são complementares à análise sobre a auto-percepção desses moradores. No caso da Lauro Müller, este tema não apresenta

³¹ A Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro denomina oficialmente o centro da quadra da Selva de Pedra como Praça Milton Campos, e o centro da quadra das ruas Lauro Müller e Ramon Castilla como Parque General Leandro. O interessante é que tanto praça quanto parque são considerados logradouros públicos, ou seja, capazes de gerar endereço, segundo as normas dos Correios, e este não é o caso em nenhum dos dois espaços.

A lista de abreviaturas para os vários tipos de logradouros públicos existentes está disponível no site www.correios.com.br/guiadeendecamentodecorrespondencia/grandesformatos.pdf. Esta listagem é adotada por diversas prefeituras e órgãos federais. O acesso foi feito em julho de 2004.

grandes problemas. Apenas vale mencionar que, originalmente, quando do projeto do loteamento, aquela área toda foi batizada de Bairro Itapemirim, que, por sinal, era o nome da principal rua daquela gleba encostada no morro, hoje rua Lauro Müller. Isso foi em 1945. Com o passar dos anos, a expansão vertiginosa do bairro de Botafogo, e a consolidação do bairro da Urca, aquela ficou sendo uma área de fronteira, e o nome Itapemirim caiu no esquecimento. Aliás, segundo o zoneamento expresso no Código de Obras da cidade do Rio de Janeiro, metade daquela quadra (os edifícios da rua Lauro Müller, da esquina com a Xavier Sigaud para a direita) é considerada pertencente a Botafogo, e a outra metade (os dois edifícios da rua Lauro Müller restantes, e todos os da rua Ramon Castilla) é parte da Urca.

Sendo a quadra vista como uma unidade pelos moradores, um lugar especial e distinto de outros na cidade, esse "racha" na consideração dos endereços causa um pouco de confusão entre os próprios moradores, e cada um se identifica como morador do bairro ao qual deseja, ou acredita, pertencer, seja Urca ou Botafogo, independentemente de em qual rua more. Pensando nisso, a Associação de Moradores local recentemente realizou uma enquete, sondando com os moradores qual o nome com que gostariam de ser conhecidos. Na ausência de probabilidade de que isso altere oficialmente a nomenclatura dada aos bairros da cidade, ou a sua delimitação, esse recurso deve ser entendido como uma tentativa de criar uma identidade própria para o loteamento, de forma que seus moradores possam ter como identificar melhor onde moram, e dizer "eu moro no lugar X", em vez de dizer, como acontece hoje, "eu moro ali, naquele conjunto atrás do Rio Sul", ou "eu moro ali naqueles prédios da Lauro Müller".

As alternativas propostas pela enquete foram: resgatar o nome histórico do bairro, e voltar a ser conhecido como Bairro Itapemirim, com 9.69% do total de 743 votantes; ser integralmente reconhecido como parte da Urca, com 18.44% dos votos; ser integralmente reconhecido como parte de Botafogo, com 21.13% das preferências; e ter uma identidade própria, com o nome de Nova Urca, com mais da metade dos votos, 50.74%. Apesar deste resultado, o nome "Nova Urca" ainda não é de conhecimento ou uso correntes.

O caso da Selva de Pedra é um pouco mais complicado, em função da maneira como o loteamento foi implantado, sobre as cinzas da favela da Praia do Pinto. Para começar, nota-se que eles oscilam entre se definir como conjunto, às vezes, ou outras vezes, como condomínio, traindo talvez o desejo de se constituir realmente como um loteamento fechado e privativo, nos moldes dos condomínios tradicionais.

Uma moradora, por exemplo, durante a entrevista, várias vezes ia trocando o termo que usava para definir o lugar em que mora, e não se sentia à vontade com nenhum deles. *“Quando foi lançado esse conjunto aqui - sei lá como é que se chama... é um conjunto...”*. E mais adiante: *“por que esse conjunto... aliás eu acho que aqui é um condomínio”*.

Essa dificuldade em se ver como conjunto foi detectada por Ferreira dos Santos, que afirmou que os moradores rejeitaram essa denominação, uma vez que *“conjunto é 'o lugar onde moram os pobres', onde moram os despejados ou removidos de favelas”* (FERREIRA DOS SANTOS, 1981:120). Ele identificou também que, no início, algumas pessoas de fora chamavam a Selva de Pedra de *“Favelão”*, lembrando dessa forma a caracterização original do lugar, o que constituía uma ofensa para os novos ocupantes do local.

O presidente da AMORABASE, Sr. Cláudio Evaristo de Souza, que mora na Cruzada São Sebastião há 40 anos, embora não fosse egresso da Praia do Pinto, lembra que *“no início, quando acabou a favela e começou a construção daqueles prédios, então os moradores daqui, a gente costumava chamar o pessoal da Selva de Pedra de ‘Favelão’, e eles não gostavam desse apelido. Maior Favelão... (ele ri), e eles não gostavam”*. Entretanto, parece que para alguns, especialmente entre os mais jovens, a denominação de Favelão não despertava tanta repulsa. Uma entrevistada conta o seguinte, que se passou em 1981, quando ela se mudou para a Selva de Pedra:

"A minha filha mais nova, a Cláudia, chamava aqui de Favelão, assim mas com um grande orgulho, que morava no Favelão. A gente achava supercurioso, a primeira vez que a gente ouviu ela falar no telefone isso, a gente falou "que isso?" e ela respondeu "ô, mãe, você não sabia não? O pessoal todo chama aqui de Favelão", aí a gente achou curioso, tanto tempo depois, podendo chamar de tanta coisa, é engraçado a escolha, uma opção de chamar de Favelão"

Mas o nome que se consagrou na denominação do conjunto foi mesmo o de Selva de Pedra. Na ocasião em que Ferreira dos Santos realizou sua pesquisa, ele acreditou que os moradores se relacionavam de forma ambivalente também com esta designação, por ela conter uma dimensão metafórica, associada à especulação imobiliária denunciada pela famosa novela que fora veiculada pela televisão alguns anos antes (FERREIRA DOS SANTOS, 1981:114). Apesar disso, os moradores reconheciam que era a melhor referência para indicar onde moravam, por exemplo, na hora de tomar um táxi. Passados mais de vinte anos, parece que esse vínculo foi desfeito, e não foi observada nenhuma resistência a nomear o conjunto como Selva de Pedra.

Como curiosidade, vale relatar ainda que o presidente da Associação de Moradores da Selva de Pedra, Sr. Wlender Carneiro Moreira nos contou que o nome da praça era para ter sido – por desejo dos moradores – Praça Guadalajara, por ter sido inaugurada no mesmo dia em que o Brasil ganhou o tricampeonato de futebol no México, na cidade de Guadalajara. Mas, segundo ele, por motivos políticos, o nome ficou sendo Milton Campos. Mas há registro da preferência dos moradores pela homenagem mexicana, como a existência de algumas máscaras astecas no desenho da pavimentação dos passeios ao longo dos prédios, feito em pedra portuguesa.

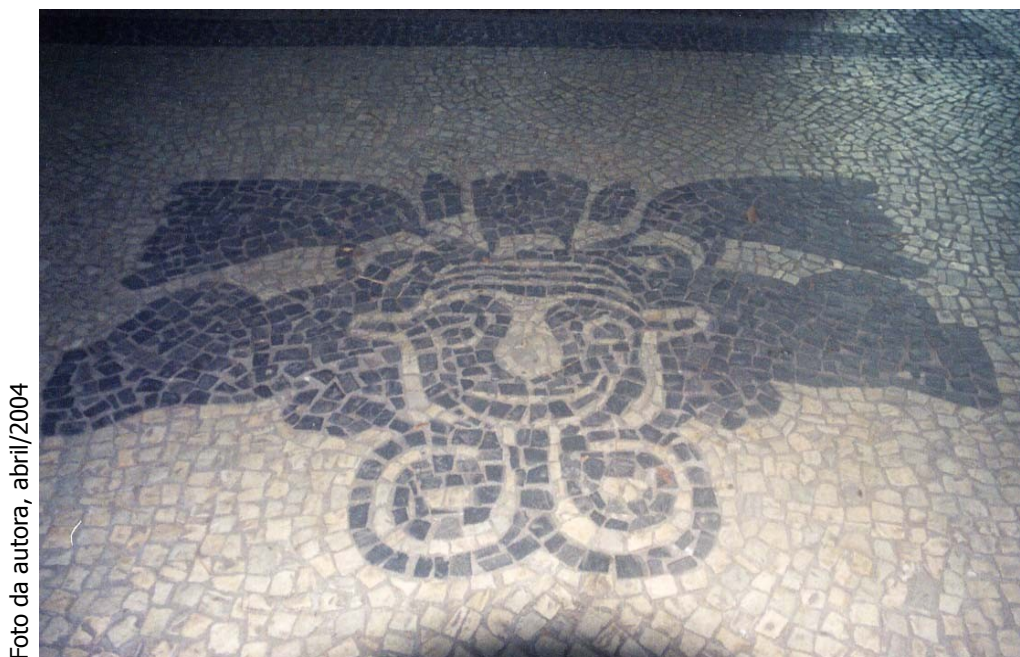


Figura 5.1: máscara asteca no desenho do piso em pedra portuguesa

5.1.3 As relações sociais estabelecidas

O uso cotidiano da praça é o mais potente instrumento de favorecimento à criação de uma rede de contatos sociais entre os moradores, tanto na Lauro Müller quanto na Selva de Pedra. Essas pessoas podem partilhar de uma mesma posição social e econômica, mas até para fortalecer esse conhecimento e essa identidade, é preciso que elas conversem, convivam, estabeleçam relações. Em ambos os casos, a praça é o palco principal desse convívio, o elemento articulador da vida social desse grupo que se enxerga distinto de outros no que concerne à moradia.

Por isso, a primeira condição de integração a essa rede é freqüentar a praça. Há o depoimento de uma moradora da Selva de Pedra que ilustra bem esse ponto de vista:

"Logo que eu vim pra esse prédio, a Cláudia gostava muito de ir para a praça, jogar vôlei e fazer capoeira, não sei o quê, que tinha um grupinho ali. Então várias vezes eu

descia e ia lá, ou dar uma chamada, ou dar uma olhada e tal. Mas passou esse período; ela já veio pra cá num período de crescimento. Ao passo que quando eu morava lá no que a gente chama de "tijolinho", que é um prédio chamado "Aquarius" – na Ministro Ramos Monteiro, 37 – a Carol foi pra lá com dois, a Cláudia nasceu lá, então era carrinho, e a praça o tempo todo. Então eu conhecia muito mais as pessoas, de vista, do que agora. Agora (que eu não frequento mais a praça) não, eu acho que conheço mais as pessoas do prédio".

Dentre os frequentadores da praça, surgem, às vezes, tipos que se destacam, e ganham alguma notoriedade na dimensão daquela comunidade, exercendo um papel importante na estrutura da rede social estabelecida. Whyte diz que o surgimento dessas figuras é mais freqüente nos lugares mais bem utilizados, e se refere a eles como "prefeitos" ou "gerentes" locais. Para Whyte, essas pessoas são "uma referência,...funcionam como foco de comunicação e facilmente percebem qualquer alteração na rotina do lugar" (WHYTE, 1980:64).

Na Lauro Müller acontecia algo semelhante, que hoje não é mais tão usual. Pedro Porfírio lembrou disso em sua entrevista: "*Tem umas senhoras lá, até hoje, não sei se você chegou a conhecer, se elas estão vivas ainda, tem umas que cuidam da praça. Elas vão todo dia lá ver se tem algum problema, não sei se elas estão lá ainda*". Uma das senhoras a que ele se refere é D. Dhalia, uma octogenária que hoje, já doente e mais fraca, necessita de cuidados especiais, de uma enfermeira que a acompanha nos banhos de sol pela manhã. Mas até há poucos anos, esta senhora passeava diariamente pela praça "fiscalizando" principalmente as crianças, em suas brincadeiras. D. Dhalia se sentia à vontade para repreender os mais jovens que estivessem danificando algum equipamento ou maltratando as plantas dos canteiros, até porque ela conhecia quase todos pelo nome. Nem sempre sua "bronca" era atendida, e nos últimos anos, algumas crianças mais novas até lhe faziam careta pelas costas, ou riam, mas ela era uma figura emblemática, conhecida e respeitada pela maior parte das pessoas. Esse tipo de personagem, por razões que não cabem ser exploradas aqui, já é cada vez mais raro, e não foi encontrado em nenhuma das duas praças.

Em compensação, em ambas ocorreu algo, da ordem das relações que os moradores travam com outras pessoas, para o qual tanto Whyte quanto Zeisel também haviam advertido. No trabalho de observação de campo, muitas vezes permaneci a um canto, ou flanei pelo ambiente, tomando algumas notas e ocasionalmente tirando algumas fotos. Embora eu não abordasse ninguém nessas ocasiões, fui mais de uma vez abordada por moradores que queriam saber o que eu estava fazendo ali. Algumas vezes confundida com uma funcionária da prefeitura, outras vezes (na Lauro Müller apenas) tomada por membro da Associação de Moradores, que estivesse "vistoriando" algum aspecto da praça ou dos prédios. Algumas vezes só me inquiriram sobre minha presença, outras vezes reivindicaram algum conserto ou melhoria. Quando eu explicava que se tratava de uma pesquisa acadêmica, de forma geral, havia um relaxamento na postura do morador, e uma demonstração de simpatia e expectativa de que o resultado da pesquisa pudesse se converter em algum benefício para a região.

O fato de moradores tomarem a iniciativa de me interpelar denota que, ao freqüentar regularmente a praça, eles passam a se conhecer, e reconhecer os elementos intrusos ao ambiente. Por se sentirem um pouco "donos" do lugar, se portam como anfitriões que devem identificar os convivas daquela circunstância social, e tomar alguma atitude em relação a eles.

Um outro tipo de rede social também identificada nos dois casos é a rede filantrópica. Há um movimento estruturado e organizado de ação social, principalmente através do recolhimento de doações e participação em campanhas beneficentes. Segundo a Sra. Mariane, moradora da Selva de Pedra, as relações sociais estabelecidas através do convívio na praça é que permitem, em grande parte, que esse outro círculo de atividades exista. Ela diz:

"Eu sei que a Selva de Pedra, por exemplo, tem uma boa rede de recolher doações... Tem o pessoal da Igreja dos Santos Anjos, e tem também o pessoal espírita, que faz a campanha do quilo, que é daqui da Selva de Pedra, recolhe basicamente aqui.

Um sábado por mês eles recolhem o que você quiser na sua casa, basta você avisar lá embaixo, ou deixar de véspera, desde um quilo de alguma coisa pra alguém, até livros, remédios que o prazo não esteja vencido, armação de óculos, qualquer coisa. É bacana, é legal. Mas não é demais. Tem uma frequência, uma periodicidade, mas não é um negócio que fique o tempo todo te chamando não”.

A grande diferença entre as ações filantrópicas promovidas na Selva de Pedra e na Lauro Müller está no agente que as promove. Enquanto na Selva de Pedra essas atividades e campanhas são quase sempre mediadas por instituições religiosas locais ou do bairro, na Lauro Müller, é a Associação de Moradores que as divulga, incentiva, e às vezes, até coordena, através de seus membros diretores. Isso não quer dizer que a comunidade não esteja no raio de ação de diversas instituições religiosas, como a Igreja de Santa Teresinha, localizada ao lado do Shopping Rio Sul, e freqüentada por grande parte dos católicos do conjunto. Mas a atuação da ALMA até nessa esfera da vida da comunidade não deixa de ser algo a se notar.

A grande atividade organizada por parte da população da Lauro Müller, nesse aspecto, é a realização de visitas regulares à Fundação Leão XIII, de acolhimento e amparo a moradores de rua. Nessa fundação, um grupo de moradores dá assistência especial a um senhor, que durante anos “residiu” sob as árvores, num banco próximo ao *Redondo*. A ALMA, através de seu boletim semanal, divulga com antecedência essas visitas, e coordena o recolhimento de doativos, que são encaminhados a este ex-morador da praça, bem como distribuídos entre os outros internos da instituição.

5.1.4 Os indesejáveis

Falamos das relações sociais que se estabelecem entre os iguais, co-habitantes da mesma quadra, e também sobre as relações que esses moradores estabelecem com grupos menos favorecidos, com os quais exercitam sua consciência social de classe média. Mas esses grupos, objeto de uma “benesse” ou caridade, não convivem cotidianamente com esses moradores, não dividem o mesmo espaço. Como são,

então, as relações com aqueles personagens que Whyte chama de "indesejáveis" (WHYTE, 1980:60), os mendigos, pedintes, tipos esquisitos, vizinhos da favela, consumidores de drogas ou simplesmente estranhos que freqüentam a mesma praça ?

Há os estranhos que são identificados como membros da mesma classe social, embora não sejam pessoas conhecidas formalmente. Esses não são, em princípio, indesejáveis. E há os que são estranhos por serem identificados como diferentes, membros de outro grupo social, normalmente com menos status. Essa identificação é feita a partir de uma série de signos sociais tais como vestimenta, linguagem, comportamento e pertencimento explícito a determinadas categorias profissionais.

Em 1981, Ferreira dos Santos já havia percebido, na Selva de Pedra, que:

"porteiros, faxineiros, peões de obra, empregadas domésticas, faxineiras, jornaleiros, biscateiros e ambulantes, desenvolvem suas atividades ou fazem ponto no projeto. Pouco numerosos, são possíveis interlocutores no espaço público, mas as barreiras sociais são marcadas entre eles e os moradores por uma evitação mitigada. São todos estranhos, em maior ou menor grau, e suas relações com os habitantes da Selva de Pedra são funcionais, e por isso mesmo, apresentam uma poderosa tendência à formalidade impessoal". (FERREIRA DOS SANTOS, 1981:115)

Nos dias de hoje, a observação de campo ainda não conseguiu verificar uma interação muito grande entre os moradores das duas comunidades e os "outros". Na Lauro Müller, quando perguntado sobre as mudanças ocorridas nos últimos anos na praça, o zelador de um dos prédios assim se expressou:

"Não sei se foram os prédios, ou a população. Em termos de segurança, está muito melhor agora, apesar de tudo. É que antigamente, aqui no Redondo, fim de semana juntava 50, 60 empregadas domésticas, e isso atraía os "namorados". Juntava paraíba de todo lado, e vira e mexe tinha uma briga de peixeira. Hoje está melhor, mais organizado, tem mais união, e isso se deve ao Abílio (presidente da ALMA), que é um cara que se dedica" (AZEVEDO, 2004)

Por conta da literatura que relata os conflitos existentes entre os moradores da Selva de Pedra e os da Cruzada São Sebastião, a pesquisa resolveu investigar cuidadosamente como são hoje as relações entre os habitantes de cada uma das quadras e seus vizinhos próximos e mais pobres. No caso da Selva de Pedra, a Cruzada, e no caso da Lauro Müller, a Vila Benjamin Constant.

Na Selva de Pedra, as entrevistas com duas moradoras revelaram, num caso, uma certa indiferença, causada talvez pelo fato de a moradora não freqüentar a praça; no outro caso, a constatação de que as relações se dão no âmbito da mediação da igreja:

"Eu posso te dizer que até é bom. Porque por exemplo, a gente conhece... eu conheço umas pessoas de lá por causa da igreja. Então quando elas passam aqui, é "oi, Marlene, tudo bem?" "tudo bem, e tal..." "Ah, você esteve lá na igreja?" E eu sei que elas moram ali na Cruzada e elas sabem que eu moro aqui. Então, o relacionamento é bom".

O presidente da ADESPE também faz questão de frisar que não há nenhum problema de relacionamento com os vizinhos: *"eu vou lá, participo das festas que eles fazem, Festa de São João, e outras festas, sem o menor rancor. Se a gente puder ajudar sempre a gente ajuda".*

O próprio presidente da Associação de Moradores da Cruzada, a AMORABASE, reitera que

"o convívio com a Selva de Pedra é harmônico, morador de lá vem pra cá, a gente vai pra lá. Tem crianças aqui da comunidade que vão naquela pracinha, ficam lá brincando, não tem problema nenhum, jogam bola, andam de skate, então o convívio é bem harmônico".

Entretanto, o que foi observado é que há, de fato, um convívio, isto é, grupos que partilham o mesmo espaço simultaneamente, sem atritos. O que não há é

interação. As mães das crianças da Cruzada não sentam junto com as mães das crianças da Selva de Pedra para trocar experiências, embora as crianças estejam no parquinho ao mesmo tempo. Na verdade, vários grupos se formam, consoante interesses ou características comuns. E isso acontece tanto numa praça quanto em outra. Há os grupos que vêm da Cruzada (ou da Vila), às vezes moradores, às vezes crianças e adolescentes que voltam da escola e param para uma brincadeira; grupos de funcionários dos estabelecimentos comerciais próximos, que se agregam em conversas na sombra, na hora do almoço; e diversos subgrupos de moradores, com variadas interseções: os que passeiam com cachorros, os que acompanham crianças pequenas, os idosos, os jovens.

Uma interação sistemática foi observada dentro desses subgrupos, e entre alguns deles, mas mais raramente entre grupos distintos de moradores e não-moradores.

As relações da Lauro Müller com os vizinhos da Vila são historicamente mais tranqüilas e menos permeadas de conflitos. Também aí se observa a mão da Associação de Moradores, que estimula esse contato através de diversas atividades para as quais os moradores da Vila são convidados e estabelece parceria com a AMOVILA na realização de alguns eventos, como a Festa Junina e caminhadas ecológicas, entre outros. São ocasiões em que as pessoas têm a chance de conversar informalmente, estender suas redes de contatos e criar novos laços que desmistificam as diferenças. É claro que isso não acontece sempre, ou com todo mundo, mas as pequenas pontes que surgem já ajudam a criar um ambiente mais leve e coerente com o caráter público do espaço.

Outro elemento que favorece esta diluição de diferenças na Lauro Müller – ainda que momentânea – é a quadra de esportes. Na hora do futebol, é comum a formação de times mistos, moradores de toda a vizinhança, a correr, sem camisa, atrás da bola, principalmente quando os jogadores são crianças.

A mesma condescendência não se verifica, entretanto, quando o assunto é o consumo de drogas. Nos dois conjuntos houve o relato de queixas quanto à existência de grupos de jovens que fumam maconha na praça. Na Selva de Pedra, essa foi uma das razões alegadas, na opinião de uma das moradoras, para o gradeamento dos lotes e instalação de guaritas e seguranças. Quando perguntada se, afinal, os consumidores eram moradores ou gente de fora, ela admitiu: *“Ah, era morador. Agora, é a tal coisa, podia ter entre os moradores, gente que viesse de fora também. Isso também acho que foi uma coisa mais de adolescente, do pessoal mais novo”*. Confrontada, então, com o fato de que era inútil gradear se o “problema” era interno, a moradora se rendeu:

“É. Claro, o problema não é tirar o sofá da sala, não é? Tirar a praça não vai adiantar nada. Mas, sem dúvida, a praça facilitava o ponto de encontro, e taí pra o que você quiser, desde tocar violão, até puxar um fumo, e se não tiver praça vai ser em outro lugar, não é um problema da praça”.

Uma vez tratado como questão de segurança, o problema do consumo de drogas se desloca para a esfera de responsabilidade da polícia. Na Selva de Pedra, depois que se contrataram os vigias e se estabeleceu uma política de vigilância e controle não só para este, mas qualquer outro tipo de delito, a opinião dos moradores é de que as ocorrências dessa natureza diminuiriam bastante. Já na Lauro Müller, o assunto segue figurando entre os principais problemas da comunidade, como se vai ver mais adiante.

A outra categoria de indesejáveis que se observou existir é a de mendigos, moradores de rua e pedintes em geral. Na Selva de Pedra, alguns moradores relataram que não se dão conta da presença de mendigos na praça, e acreditam que eles não existam por ali. Nas diversas ocasiões em que estive lá, mesmo à noite, também não encontrei nenhum. Apenas, uma vez, um senhor pedindo ajuda para comprar remédios. Provavelmente, como lembrou uma das entrevistadas, há algum tipo de repressão à permanência de mendigos na praça. Até porque, ela diz, *“não dá pra entender por que não teria (mendigos). É abrigado, razoavelmente público,*

silencioso, longe das vistas...". Apesar disso, no questionário, alguns moradores se queixaram, dizendo se sentirem incomodados e até ameaçados com a presença dessas pessoas na praça.

Na Lauro Müller o tema rende, de tempos em tempos, uma movimentação. Há um contingente mais ou menos regular de meninos de rua que se abrigam pelas redondezas. Alguns são engraxates, se alimentam da caridade dos donos e freqüentadores de padaria e botequins próximos, algumas vezes até jogam bola com as outras crianças na quadra. Sua presença é testemunha do abismo social que cinde nossa sociedade, e, na falta de uma solução mais definitiva para a questão, algumas pessoas prefeririam pelo menos afastá-los de suas vistas e de seu constrangimento.

Quando trata do assunto, estritamente do ponto de vista do desenho de espaços urbanos que funcionem ou não, que atraiam ou afastem as pessoas, Whyte lembra que "espaços projetados para manter afastados os indesejáveis – ladrões, mendigos, hippies – por exemplo, tendem a afastar outras pessoas também. Ao contrário, lugares que atraem pessoas tendem a ser relativamente livres de problemas" (WHYTE, 1980:7).

E ele arremata comentando que muitos executivos e planejadores têm um medo quase obsessivo de que, se um lugar for atraente para as pessoas em geral, poderá atrair também pessoas indesejáveis. Na opinião de Whyte, "lugares projetados com desconfiança têm exatamente o que se espera deles e são, ironicamente, os mais prováveis lugares onde encontrar exatamente o que se queria evitar" (WHYTE, 1980:60).

5.2 Percepção ambiental

5.2.1 A questão dos territórios

A demarcação de territórios, onde se verifica a prioridade ou hegemonia de uso deste ou daquele grupo é, no caso das praças em questão, principalmente uma função do desenho. No caso da Lauro Müller, a forma alongada, em “L”, bem como a disposição do mobiliário, ajudam a conformar espaços dedicados, em princípio, a determinadas atividades. Assim, temos os aparelhos de ginástica, no centro da área de saibro, freqüentados por jovens rapazes e alguns senhores; os brinquedos onde se divertem as crianças pequenas, acompanhadas de perto por suas mães ou babás; as mesas de jogos ocupadas por aposentados; a quadra de esportes; e o próprio *Redondo*, território democrático que abriga bebês, idosos, cachorros e garotos treinando *skate*.



Figura 5.2: Crianças jogando bola no *Redondo*

Em várias áreas da praça, a sensação de territorialidade se reveza no tempo, e o mesmo espaço pode ser território de um ou de outro grupo, que se sucedem conforme a hora do dia. Na Selva de Pedra isso é bastante freqüente, já que a forma

octogonal e a pequena dimensão do pátio (em comparação com o da Lauro Müller) não favorecem muito a configuração espacial de territórios.

Mesmo assim, alguns setores podem ser majoritariamente ocupados por alguns grupos em certos momentos. É o caso dos bancos próximos à cabine da PM, que ficam cheios de idosos de manhã, o que é facilmente percebido pelos próprios moradores. Um outro território, fora dos limites da praça em si, é apontado por uma entrevistada como sendo lugar de reunião dos jovens:

"Acho que também tem muita gente que não fica bem na pracinha, fica perto da pracinha, aqui nesse estacionamento. Uma forma também de um encontro, com essa calçada que liga esses prédios aqui dessa rua com a pracinha. Até acho que isso acontece só nessa rua".



Foto da autora, fevereiro de 2003

Figura 5.3: O estacionamento também pode ser usado como ponto de encontro para os jovens.

Além disso, evidentemente, o uso consagra o território. O melhor exemplo é a área usada pelos meninos da Selva de Pedra para o futebol, já que o pátio não dispõe de quadra específica para isso. Nas palavras de uma moradora:

"Depois também tem o seguinte, aquela coisa ali que seria a grande avenida da pracinha, é o lugar do futebol. Toda vez que rola o futebol, ali fica... você vê às vezes os bancos cheios de meninos, de todas as idades, desde garoto pequeno até rapaz feito, tudo parado ali assistindo, ou pra entrar..."

5.2.2 A praça como quintal: a idealização do discurso

Um fenômeno também observado do ponto de vista da percepção do ambiente, tanto em um caso quanto em outro, é a identificação da praça com um "quintal" de casa, ou até com um "picadeiro" onde se desenrolaria o espetáculo social cotidiano. Esses termos foram usados por vários dos entrevistados para descrever o espaço. Para o presidente da ALMA:

"Sim, é uma praça dedicada aos vizinhos. Sem comunicação com a rua, acaba que os frequentadores são os próprios moradores. Isso é positivo, porque os moradores sentem a praça como se fosse extensão de casa, um quintal. Eles acabam desenvolvendo um carinho pela praça. Ela serve como ponto de encontro e de socialização".

O mesmo se verifica na Selva de Pedra. O presidente da Adespe diz o seguinte:

"Essa praça realmente é atípica. Porque ela é como um picadeiro de um circo, povoada pelas crianças, paraplégicos, senhores. Porque em outras praças, aqui no Rio, os prédios estão todos no alongamento, eu não vejo nenhuma que seja um picadeiro como a nossa praça aqui... Por um lado isso é mais positivo, que congrega mais os

moradores. Então as pessoas não precisam andar muito... Aqui, os moradores saem de casa, estão na praça, é como um quintal mesmo”.

Até mesmo pessoas de fora têm essa percepção. Segundo o presidente da AMORABASE, uma praça com tal conformação tem características que a tornam especial. Ele enfatiza o aspecto do confinamento da praça na constituição de um ambiente mais “familiar” nesse espaço:

“Como é uma praça central dentro de um conjunto de prédios, fica uma praça mais só pra aqueles moradores, como se fosse um quintal. Isso aí não quer dizer que a gente também não use o espaço, mas fica mais centralizado só pra aqueles moradores dali daquele local mesmo. Fica uma praça mais familiar mesmo. Mais familiar do que uma praça tipo comum, como o Jardim de Alá, por exemplo, que todo mundo entra, todo mundo sai”.

A respeito dessa alegoria da praça como um picadeiro, há um fato que acontece há alguns anos, no *Redondo* da Lauro Müller, que confirma essa vocação. Duas vezes por ano, no início de cada semestre letivo universitário, os alunos da Escola de Comunicação da UFRJ, que funciona no campus da Praia Vermelha, utilizam o *Redondo* para a aplicação dos trotes nos calouros. Eles poderiam fazer isso dentro do campus, mas por algum motivo, elegeram o *Redondo* como seu picadeiro. Submetem os calouros a brincadeiras, fazem uma grande farra com ovos e farinha, pintam os rostos dos neófitos, cantam e batem palmas. Muitos moradores dos prédios mais próximos, de suas janelas, acompanham a cena exatamente como quem assiste a um espetáculo. E quando finda a cena, os estudantes voltam para a universidade ou se dispersam, e a rotina da praça volta ao normal.

5.2.3 Outras percepções

Vários outros fatores permeiam as maneiras com que os ambientes são sentidos e vivenciados, em ambas as quadras. Um deles é o paisagismo, através da

percepção do elemento vegetal, que altera radicalmente as formas de apreensão do espaço. Uma moradora da Selva de Pedra relata que, quando foi morar na quadra, há mais de 20 anos, os prédios já estavam todos contruídos, mas as árvores não tinham crescido ainda, e isso modifica inteiramente o ambiente, em seus aspectos estéticos e de conforto³²:

"É uma diferença enorme, porque, hoje em dia, é muito mais bonito, e muito mais agradável, até no quarto das meninas, a gente pode ver a praça, e hoje em dia a praça é um lugar muito mais aprazível do que era, inclusive em termos de calor, de tudo. Era assim, um pouco pelada..."

Um outro fator, de certa forma correlato, a ser considerado, é a percepção da praça, com todas as suas características de conforto, praticidade (por proximidade) e segurança, como um valor a ser agregado ao valor dos imóveis da quadra. É bem verdade que, no caso da Selva de Pedra, é mais fácil agregar esse valor aos apartamentos do anel interno, que se beneficiam mais imediatamente da praça do que os do anel externo que, como já vimos, se relacionam mais diretamente com a rua.

Já na Lauro Müller, a praça é especificamente incorporada como parte dos benefícios a serem adquiridos na compra de um apartamento nos novos prédios da rua Ramon Castilla, sendo inclusive oferecida, nas peças de propaganda da construtora, como "o playground onde seus filhos vão brincar".

³²É difícil avaliar até que ponto este fator influenciava a frequência e permanência na praça dos moradores da Selva de Pedra, na época em que Ferreira dos Santos fez sua análise (1981), até porque o autor não aborda essa questão em seu texto. Mas é nosso interesse sublinhar a importância do projeto paisagístico como parte da constituição dessa forma que estamos analisando, e a necessidade de uma perspectiva de tempo para sua melhor fruição e apreciação.

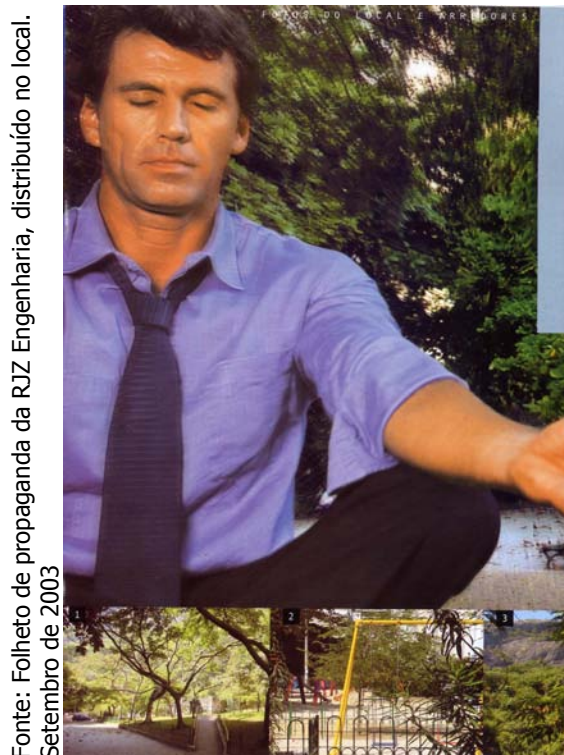


Figura 5.4: Parte do folheto de propaganda do lançamento do edifício Habitat Urca, anunciando a “pracinha” como uma das vantagens da compra

5.3 O uso do lugar

Chegamos a um ponto crucial de nossa análise. Já vimos quem são os moradores e freqüentadores de cada um dos espaços, como eles se relacionam entre si e como percebem o ambiente. Mas falta agora saber como é que esses freqüentadores, moradores ou não, se relacionam com o ambiente. Como eles efetivamente usam esses espaços. O que eles fazem **no** ambiente e **ao** ambiente (ZEISEL, 1981:100-109), através das atividades realizadas, das marcas deixadas, e das modificações empreendidas, de forma a adaptar esse ambiente ao seu conforto ou conveniência.

Esses usos foram observados em diversas visitas a campo, e levantados através das entrevistas e questionários. Dividimos essa apresentação em três partes.

Na primeira, vamos explorar os usos que já não existem, mas que estão de tal forma impregnados na memória coletiva, que contribuem para a constituição de uma percepção histórica do lugar, e para o fortalecimento dos vínculos dos moradores com seu espaço de habitar. Há vezes até em que esses usos são percebidos e relatados como presentes, numa mescla de tempos que só a subjetividade da memória pode explicar.

Uma segunda parte apresenta, dentre os usos registrados como atuais, as atividades que, realizadas com maior ou menor frequência, colocam em ação as engrenagens de um contato social mais amplo, em que a praça serve como palco de festas, rituais ou eventos comunitários que catalisam o estabelecimento de novas relações sociais ou o reforço das já estabelecidas. Na terceira parte nos debruçamos mais especificamente sobre os usos cotidianos, o pequeno cenário do dia-a-dia de cada uma das praças, com seus personagens e as várias esquetes sociais que eles apresentam em diário improvisado. A delicada tessitura social aí engendrada tem enorme peso na construção da vida desses espaços, de igual, ou talvez até, maior importância que aquela estabelecida através das grandes festas.

5.3.1 A memória na construção do passado e do presente

Na Lauro Müller, uma atividade que marcou profundamente a memória dos moradores mais velhos, e que colaborou para a construção da identidade comunitária, foi um mutirão que, na década de 70, se realizava semanalmente, para a compra e distribuição de produtos hortigranjeiros para os moradores. Os relatos reforçam a idéia de um esforço conjunto em prol da comunidade:

"Em 1979, os moradores se uniam, iam até o Ceasa de madrugada, compravam mercadoria direto dos produtores, e aqui em cima desse Redondo, eles embalavam as mercadorias, separavam em porções e repassavam para os outros moradores a preço de custo, num esquema de rodízio, e faziam isso todas as semanas" (TOZINI, 2004)

Um outro ex-morador lembra a importância que essa atividade tinha numa época de inflação alta, em que eliminar o atravessador fazia enorme diferença no orçamento da feira doméstica. Ele também enfatiza a organização e o espírito comunitário:

"A gente chegou a fazer um mutirão contra o custo de vida, que a gente ia no Ceasa, com dois caminhões, comprava umas 10 toneladas de alimentos, depois fazíamos um mutirão entre todos, inclusive com vários militares da reserva, que faziam parte. Tinha 14 comissões, era comissão de tomate, comissão de folhas, comissão de ovos, cada coisa tinha um grupo" (PORFÍRIO, 2003)

Na Selva de Pedra, as lembranças são mais pontuais e não evocam nenhum ato heróico ou espírito de equipe. Entretanto, soam um pouco como um lamento por algo de bom que, inexplicavelmente, foi desativado e não acontece mais. Uma moradora lembra de um evento promovido pela prefeitura, com o objetivo de tirar dúvidas legais sobre projetos. Outra recorda que havia aulas de capoeira e tai-chi-chuan na praça, de graça. Até a Copa do Mundo de Futebol de 1998 também era comum a instalação de um telão na praça para a exibição dos jogos do Brasil, o que já não aconteceu na última edição do campeonato, em 2002, segundo outros moradores.

Mas a principal confusão se refere à realização da Festa Junina. Muitas pessoas falam da Festa Junina como se ela ainda fosse realizada na Praça Milton Campos, embora o levantamento realizado não tenha indicado isso. O presidente da Associação da Cruzada São Sebastião conta o seguinte sobre essa festa:

"Eles organizavam antigamente, mas através da nossa paróquia, dos Santos Anjos, porque a igreja aqui também faz essas festinhas. Só que pra eles não... tipo assim, pra gente não fazer numa data e eles fazerem em outra, pra não ter problema de um atropelar o outro, eles preferiram usar o espaço da Selva de Pedra, fazer lá. Então eles faziam numa semana, a gente fazia na outra. Mas aí eu não sei qual o problema que

aconteceu com a associação da Selva de Pedra, que eles não estão mais fazendo. Eles (a igreja) agora fazem aqui dentro da própria Cruzada mesmo”.

5.3.2 Usos atuais: atividades e eventos realizados

A realização dessas atividades foi sondada junto aos presidentes das respectivas Associações de Moradores, com relação ao tipo de eventos promovidos, frequência e formas de realização. Posteriormente, essa informação foi cruzada com a obtida através das respostas dos moradores ao questionário, em que se fazia a mesma pergunta.

O resultado foi muito interessante. Na Lauro Müller, as respostas dadas pelos moradores espelharam, com grande congruência, o relato do presidente da ALMA, revelando consonância entre as atividades empreendidas pela Associação de Moradores e a percepção dos moradores sobre o assunto. Já na Selva de Pedra, essa comparação foi bastante mais desencontrada. Eventos mencionados pelo presidente da Associação não foram consistentemente lembrados pelos moradores, e estes, por sua vez, relatam a existência de atividades não listadas na resposta do presidente, além de recorrerem mais à memória do que os moradores da Lauro Müller, na hora de citar eventos.

Vale a pena comparar as respostas dadas por cada um dos presidentes. Pela ALMA, falou Abílio Tozini:

“Existe um calendário regular de eventos comunitários, que são bastante espaçados, pra respeitar os moradores que não gostam de barulho. Todo evento comunitário, de alguma forma gera barulho, algazarra, são raros os que são silenciosos. Então nós temos os eventos clássicos que são: a Festa das Mães, que é feita no sábado véspera do Dia das Mães, e coincide com a posse da nova diretoria todos os anos (...) Outro evento é a... tem um evento sempre no fim de semana próximo ao Dia Mundial do Meio Ambiente, uma caminhada ecológica, que a Alma faz junto com as outras associações,

justamente na área da APA do morro da Babilônia, São João e Leme, e tem plantio de mudas ali. (...) Depois vem a Festa Caipira, que tem um período de organização, com ensaios. É o evento, digamos assim, mais agitado e ruidoso que nós temos. (...) Sempre vem muita gente de fora, porque apesar da divulgação ser local, todos os que já moraram aqui nunca se esquecem da Festa Caipira e acabam voltando. E voltam sempre com um convidado. Depois tem um outro evento que nem sempre a gente consegue fazer, quando a gente consegue a gente faz, que é a homenagem aos pais. Quando a gente consegue a gente faz também a homenagem às crianças. Em geral na semana da árvore tem alguma atividade, e depois tem a festa de final de ano, em dezembro. Sempre tem uma Missa de Ação de Graças e alguma apresentação artística de pessoas da própria comunidade. Tirando isso, a associação de moradores também apóia eventos que os moradores queiram fazer. Tem moradores que são da religião A, B ou C e querem fazer um culto ou uma atividade religiosa então a associação de moradores apóia. O Conselho Gestor restringiu a 6 eventos religiosos por ano. Com som. Sem som pode fazer à vontade. A turma do Johrei (da Igreja Messiânica), por exemplo, todo quarto domingo faz aqui uma sessão de ministrar johrei (bênção mediante imposição das mãos). E tem também eventos religiosos que não utilizam som amplificado que também acontecem e às vezes a associação nem fica sabendo. Agora tem também esse sacolão que acontece toda 5ª. feira de manhã³³, por iniciativa de um dos conselheiros. Agora nós fizemos, com o patrocínio do Rio Sul, um piso resistente no lugar onde o ônibus estaciona, pra não afundar a pedra portuguesa” (TOZINI, 2004)

Perguntado sobre as atividades desenvolvidas pela ADESPE, o Comandante Wlander respondeu o seguinte:

“Atividade mais social. A gente tem feito muitas serestas, que agradam muito aos moradores. Elas acontecem na praça Milton Campos. E é muito bem recebido, são 600 pessoas, 700, com artistas contratados, vem gente de fora. E o resto... a gente tenta fazer alguns torneios, mas como a praça estava em reforma (refere-se à praça Cláudio Coutinho, externa ao conjunto, e que foi reinaugurada, dentro de um programa de recuperação de praças da prefeitura, no sábado dia 19/06/04), optamos por fazer a

³³Ônibus com uma feira volante, que vem ao bairro uma vez por semana para a venda de frutas e verduras, e se instala no meio da praça entre 7 hs e 13 hs, aproximadamente. Sempre junta, por acréscimo, outros ambulantes como vassoureiro, amolador de facas e alicates, e um senhor que vende redes, tapetes e mantas de tear.

parte social, e a parte de atendimento psicológico, digamos assim, nós temos uma diretora psicóloga, que faz atendimentos informais aí pela praça, conversa com as pessoas, as famílias que estão com algum problema...” (MOREIRA, 2004)

Quando insistimos sobre o calendário de eventos, o Comandante foi evasivo: *“É o que eu disse, Dia das Mães, Dia dos Pais, Dia da Criança, é... Namorados. Com as serestas. São muito boas as serestas”*.

De fato, essas serestas são a atividade mais lembrada pelos moradores, embora não necessariamente associada a nenhuma data festiva. Uma moradora diz que *“eles contratam às vezes um conjuntozinho, fazem serenata... Serenata é até bom, porque vai às vezes até duas horas da manhã, com mesinhas, e montam barraquinhas”*. Perguntada se essas serenatas são eventos públicos ou exclusivos para moradores, a entrevistada disse que intencionalmente são feitas para os moradores, mas *“se vier alguém de fora entra de graça, porque você só vai pagar o que você comer”*. Outra moradora confessa que *“de vez em quando eu escuto aqui umas serestas que o pessoal monta lá, mas eu não sei nem direito quem é que monta, nem por quê”*.



Figuras 5.5 e 5.6: Baile de carnaval para as crianças, com banda e fantasias

Fotos da autora, fevereiro de 2003



Figura 5.7: Preparativos para a Festa das Mães



Figura 5.8: O ônibus do "Sacolão" de verduras às quintas-feiras de manhã



Figura 5.9: O presidente da ALMA ensaiando as crianças para a quadrilha da Festa Junina

Todas as outras fotos desta página foram tiradas por mim, na Festa de julho de 2003



Figura 5.10: A banda de forró no palco do Redondo, animando a Festa Junina da praça

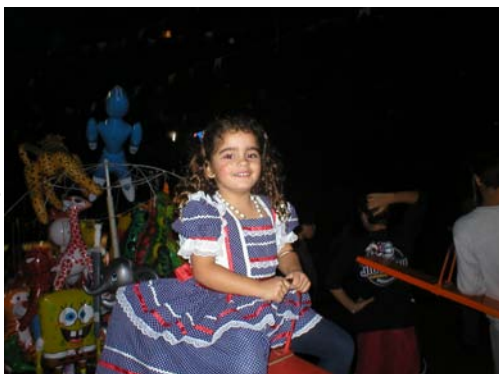


Figuras 5.11 e 5.12: cenas da Festa Junina. À esquerda, as barraquinhas típicas; à direita, as crianças brincando com fogos de artifício



Figura 5.13: A praça como pista da dança parao forró.

Fotos da autora, junho de 2004



Figuras 5.14 e 5.15: A menina vestida para a dança da quadrilha, e a moradora da Vila Benjamin Constant "vendendo" maquiagem típica, num posto improvisado

Fotos da autora, julho de 2003



Figuras 5.16 e 5.17: Festa de reinauguração da Praça Cláudio Coutinho, em frente à Selva de Pedra.

Foto da autora, maio de 2004



Figura 5.18: Na Selva de Pedra, uma kombi estaciona uma vez por semana para vender frutas e verduras

As tabelas e gráficos a seguir apresentam a tabulação das respostas dadas pelos moradores sobre o assunto. Primeiramente procuramos confirmar a existência e regularidade de realização dessas festas e eventos. Depois, procuramos levantar, junto aos moradores, uma lista desses eventos, a fim de compará-la com a lista citada pelos presidentes das Associações. O objetivo dessa comparação era sondar o grau de sintonia entre as comunidades e as instituições que teoricamente as representam, o que tem implicações na análise de gestão que faremos no próximo capítulo. Por fim, desdobramos um dos itens da resposta anterior, para descobrir que outros eventos acontecem na praça, além dos oferecidos nas alternativas do questionário. É onde se confirmou, especificamente, a realização das serestas da Selva de Pedra.

Tabela 5.8: Festas e eventos comunitários

Existência de festas	Lauro Muller		Selva de Pedra	
	número	%	número	%
Sim, várias (mais de 3/ano)	43	75.4	17	19.5
Sim, poucas (1 a 3/ano)	11	19.3	61	70.1
Não que eu saiba	0	0.0	9	10.3
Não respondeu	3	5.3	0	0.0

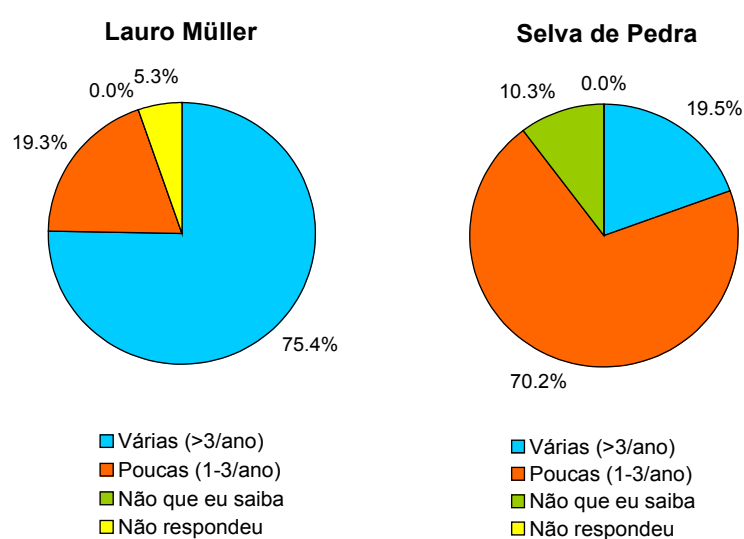


Gráfico 5.8: Festas e eventos comunitários

Tabela 5.9: Tipo de festas e eventos comunitários

Tipos de festas	Lauro Muller		Selva de Pedra	
	número	%	número	%
Carnaval	11	19.3	3	3.4
Religiosas	42	73.7	26	29.9
Mães	38	66.7	22	25.3
Crianças	28	49.1	15	17.2
Festa junina	54	94.7	49	56.3
Natal	27	47.4	3	3.4
Festas cívicas	1	1.8	0	0.0
Esportes e artes	19	33.3	8	9.2
Saúde e cidadania	22	38.6	9	10.3
Outras alternativas*	0	0.0	17	19.5
Não respondeu	0	0.0	13	14.9

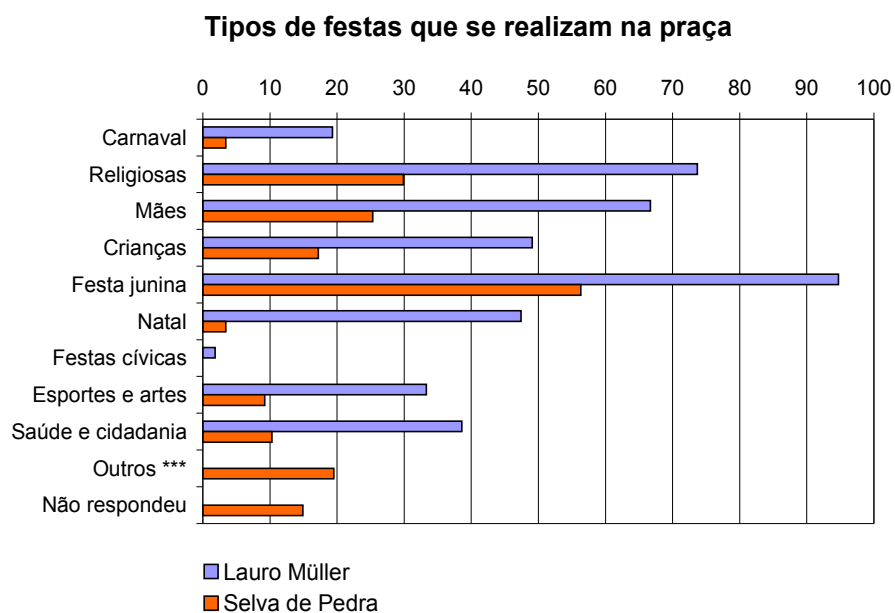


Gráfico 5.9: festas e eventos comunitários

Tabela 5.10: Outras alternativas citadas dentro da categoria

"tipos de festas e eventos na praça"

* Outras alternativas	Lauro Muller		Selva de Pedra	
	número	%	número	%
Serestas	0	0.0	13	14.9
Políticos em eleição	0	0.0	2	2.3
Quermesse da igreja	0	0.0	2	2.3
Capoeira	0	0.0	1	1.1
Festas da Adespe	0	0.0	1	1.1

5.3.3 Usos atuais: o dia-a-dia das praças

Os diários de campo foram um poderoso instrumento para o registro das atividades diárias desses espaços. Acrescidos de fotos e pequenos mapas esquemáticos de disposição e fluxos dos grupos de usuários, permitiram o desenho de um panorama muito rico e consistente.

Nas próximas páginas, um quadro ilustrativo apresenta o relato de um dia, em cada praça, juntamente com o respectivo mapa de usos.

Lauro Müller - Domingo, 04 de abril de 2004.

14 às 19:30 hs

Tarde nublada. A praça esteve mais ou menos vazia durante o horário de almoço e agora as pessoas vão chegando. Pequenos grupos se formam, a maior parte das pessoas só passa, quase sempre em direção ao shopping. A quadra está cheia, com dez rapazes jogando futebol, e pelos menos mais doze na arquibancada assistindo e/ou esperando para jogar a próxima partida. O morador do apartamento mais baixo do prédio em frente também assiste, da janela.

No meio da tarde, o movimento aumenta. Há crianças andando de bicicleta e alguns rapazes passeiam com cachorros.

Por volta de cinco e meia, um mapeamento da praça é o seguinte (acompanhar numeração com localização dos grupos pelo Mapa 1).

1 – Dois caras conversando

2 – Casal namorando

3 – Moça andando com cachorro

4 – Outra moça sentada no banco, também com um cachorro

(Às 18 hs passam dois caras que param para bater papo, por cerca de 15 minutos)

5 – Um velhinho lendo um livro. Às 18:30 ele se levanta e vai embora. (Pouco depois, dois senhores sentam no mesmo local e conversam)

6 – Três moças conversam animadamente, e seus três cachorros brincam em volta. Uma menina também parece fazer parte do grupo

7 – Quatro moças jogam cartas. Quando começa a escurecer, uma delas se levanta e vai em casa (entra em um dos prédios próximos) para pegar um prato de salgados e bebidas, a pedido das outras. As outras aguardam, conversando, e quando a primeira retorna, o jogo recomeça. Elas só se levantam depois das 19 hs, já noite.

8 – Quatro crianças pequenas brincam em torno da gola da árvore

9 – Mais um casal namorando

10 – Um casal e seus dois filhos brincam na gangorra

11 – Quatro meninos conversam

12 – Dois caras conversam, de pé, por cerca de meia hora. Um deles tem um cachorro, preso pela coleira, que aguarda sentado.

13 – Uma jovem senhora, sua filha e um filhinho menor brincam. Após algum tempo, chega o pai.

14 – Um homem e dois meninos jogam bola no saibro, por cerca de 20 minutos. Depois, o homem sai, e os meninos ficam conversando

15 – Casal conversando

16 – Mais dois homens conversando

17 – Um rapaz faz exercícios na barra, enquanto dois cachorros andam em volta

18 – Três meninos conversam e brincam por cerca de meia hora

19 – Na quadra, o jogo segue. Durante toda a tarde, o número de pessoas na arquibancada oscilou de 2 a 12 pessoas. Um dos rapazes disse que o grupo todo era de Botafogo, e não residia ali, mas frequentam a praça todo domingo de tarde, para jogar bola.

20 – Quatro caras fumam, com dois cachorros por perto

21 – Um casal de adolescentes namora, enquanto, na mesma mesa, um outro adolescente está sentado de costas para eles.

22 – Três meninas conversam e riem

23 – Um mendigo está deitado.

3 meninos andam de bicicleta o tempo todo pela praça

Total de pessoas na praça neste momento: 82, sendo 33 adultos, 12 adolescentes (mais 20 na quadra), 17 crianças, além de 10 cachorros.

Além disso, neste mesmo período (entre 17:30 e 19 hs) houve o seguinte fluxo de pessoas, algumas voltando do shopping, com sacolas na mão, outros indo em direção ao Rio Sul, descendo para a rua, entrando em outros prédios da praça:

Passou um casal com uma criança, em direção ao Rio Sul; 3 adolescentes; 1 casal; 1 senhor idoso; 1 senhora, que pára e cumprimenta as moças que jogam cartas; 1 pai com a filhinha no colo; 2 garotos; 1 senhora; mais 3 adolescentes; 1 moça; 1 rapaz; outro rapaz; 2 moças; mais um rapaz; 1 senhora; 3 meninos; 1 casal adolescente; 1 moça com cachorro; um pai de mãos dadas com filho pequeno; 1 senhor; 1 senhora com carrinho de bebê; outro senhor; 1 rapaz; 1 senhora com um menino de velocípede; 1 casal de meia idade, de mãos dadas.

Durante toda a tarde, o comércio local esteve fechado.

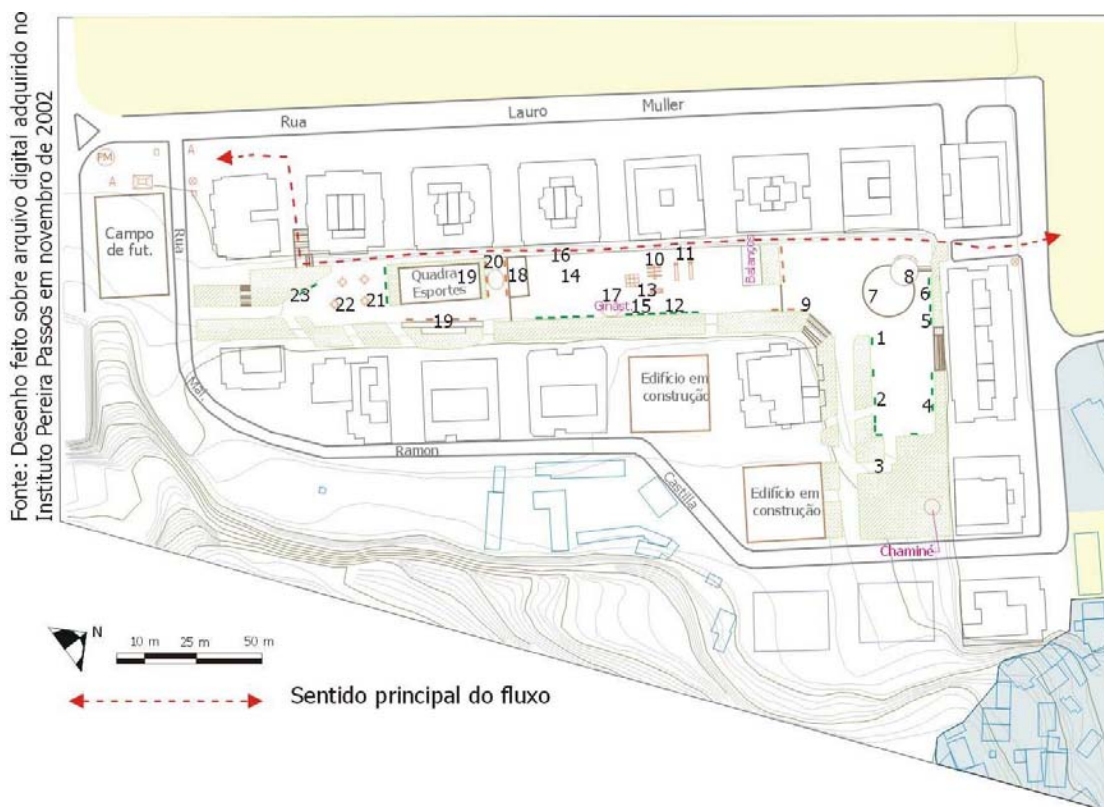


Figura 5.19: Mapa de usos referente ao dia 04/04/2004 na praça da Lauro Müller

Selva de Pedra - Quarta-feira, 16 de maio de 2004.**9 às 13 hs**

Hoje a manhã é de sol. Comecei andando em torno da quadra, da Gilberto Cardoso em direção à Fadel Fadel. O Edifício Flamingo, na esquina com a rua Humberto de Campos, se apropriou inteiramente da praça lateral, fazendo por aí sua entrada principal e colocando interfone na grade e porteiro de plantão.

1 - Há algum movimento próximo aos pontos de táxis (taxistas fumando e batendo papo, senhores de bermuda passando o tempo) e das bancas de jornal. Algumas pessoas passeiam com o cachorro, algumas vão para o trabalho, outras, de roupa de ginástica, atravessam a rua em direção à Lagoa, onde provavelmente vão correr ou caminhar.

2 - Do lado de dentro da quadra, o movimento da praça ainda é pequeno. Só aumenta entre 9 e meia e 10 hs. Há 7 crianças entre 1 e 3 anos dentro do parquinho cercado, e um igual número de mães e/ou babás junto.

3 - No cantinho da PM e numa faixa que vai até a carrocinha de água de côco há outras 10 crianças, sendo alguns bebês. Há 6 carrinhos de bebê, 7 babás e 4 cachorros com suas donas.

4 - Mais para o lado há 3 senhoras idosas, com suas respectivas acompanhantes.

5 - Num dos bancos em torno do cercado foram deixados restos de comida e descartáveis. Uma senhora passa e comenta com outra que foi um churrasco feito pela "garotada aí dos prédios" na noite anterior. Várias outras pessoas também fazem comentários reprovando o desleixo dos jovens, mas em ninguém há um tom de indignação ou revolta com o fato, só uma certa tolerância conformada.

6 - Três garis da Comlurb varrem o piso.

7 - Os mesmos três caras da última vez (ver transcrição anterior) conversam no mesmo banquinho, na sombra.

8 - Os donos de cachorro socializam mais uns com os outros. Páram, se cumprimentam, conversam.

9 - Duas senhoras idosas lêem, sentadas. Ao longo dos bancos entre a água de côco e o cercado há 9 pessoas. Em torno da PM, mais 4. No "cantinho" outras 12, além de mais duas num banco mais à esquerda. 10 - Uma senhora está no telefone público.

11 - Um grupo de 8 pessoas, entre babás e crianças se alinha com a grade do cercado, em frente à PM. O trânsito é constante, tanto através da praça quanto em torno, sendo impossível contar.

Os cachorros dão vida ao cenário. Há 3 que brincam, correndo e latindo. Os que estão presos latem também, querendo participar. As crianças adoram e riem. Todo mundo que passa olha e sorri ou faz algum comentário.

As acompanhantes dos velinhos quase sempre se vestem de branco, e ficam sentadas em silêncio, lado a lado com seus idosos. As pessoas ficam em pequenos grupos ou duplas. Raramente sozinhas. Muitos se cumprimentam ao passar. Nesse momento, eu diria que a maior parte é de moradores locais.

10:30 hs. Aumenta o trânsito. Há crianças que voltam do judô, com seus quimonos, ou da natação, com suas toucas e roupões. 3 senhoras voltam de algum mercado próximo, com sacolas de verduras. 3 jovens adultos com roupa de ginástica param para conversar no meio da praça. Mais dois jovens passam ao largo.

Um senhor pára e conversa com o gari, que agora está limpando os restos do churrasco.

Os 3 caras do banco se mudam para uma mesa de damas, ao sol. Chega mais um senhor e se junta a eles. Eles lêem jornal e conversam.

Agora, há mais meninos de 3-8 anos na praça, antes eram principalmente bebês. Mas estes continuam. Dois meninos maiores passeiam de bicicleta por ali. O senhor que parou para falar com o gari também parou para outras breves conversas com pelo menos outros 4 grupos variados.

Há muitos idosos na praça. No cantinho onde havia carrinhos de bebê agora há 5 cadeiras de roda. A conversa das babás e algumas acompanhantes é animada, com risadas e voz alta. Os 3 caras saem do sol e voltam para o banco na sombra.

Ao lado da água de côco, em frente ao posto de observação, há hoje uma kombi, com a traseira aberta, vendendo frutas e verduras. O movimento em torno é discreto, mas constante.

Não há ninguém nas janelas. Havia uma velhinha olhando o estacionamento interno quando cheguei, mas logo se retirou. A grande quantidade de árvores impede a visibilidade.

Um rapaz que estava sentado numa mesa próxima à minha, tomando água de côco, passa e me cumprimenta. Ele está me observando há algum tempo, e parece querer juntar coragem para perguntar o que eu estou fazendo ali.

Às 10:45 chega uma barraquinha de cuscuz. O dono cumprimenta várias pessoas e se estabelece próximo ao "cantinho". Várias babás com crianças acorrem, e o ambulante vende vários doces. O PM chega e abre a cabine.

Na hora em que eu cheguei, vi uma senhora negra, mais humilde, passando com um menino na direção das Sendas. Agora, às 11, ela voltou, com sacolas do mercado. Ela senta afastada, sob uma árvore, e o menino vai para o cercado, brincar de balanço com outras crianças.

Há muito movimento agora. Algumas babás com carrinhos de bebê e idosos em cadeira de rodas começam um ritual de despedidas, se movimentando para sair. As pessoas estão mais bem distribuídas por todo o espaço da praça, e não tão concentradas só em alguns pontos. Nas portarias dos prédios há mais gente que pára para um cumprimento e uma conversa rápida. Nesse instante (11 hs) há 97 pessoas na praça, sendo 33 crianças pequenas.

Passa um ambulante vendendo quinquilharias. Aborda as pessoas educadamente, contando uma história pungente sobre a necessidade de comprar remédios muito caros para um tratamento de saúde. Oferece produtos como tesouras, talheres, conjuntos de cutelaria e manicure, agendas. As pessoas ouvem com atenção, mas ninguém compra nada.

O rapaz do cuscuz dá uma volta, mexe com algumas crianças, pára por alguns instantes do outro lado da praça, depois vai embora.

11:15 hs. Desde a hora que eu cheguei, o movimento não pára. Algumas pessoas vão embora, outras chegam, incessantemente. O trânsito de gente se dá em todas as direções e sentidos.

O sol vai embora, fica nublado e frio. Um camelô vende estalinhos e bolhas de sabão, expostos sobre uma folha de jornal em um banco perto do cercado. Faz mais sucesso que o ambulante dos talheres, porque há várias crianças estourando estalinhos ali em volta.

O movimento diminui em torno de 11 e meia. Já não há cachorros, somente 8 pessoas no cercado e 3 velinhos com suas acompanhantes, no cantinho. No meio da praça, num banco ao sol, 5 pessoas conversam. Na verdade são dois grupos, um de 3 e outro de 2 pessoas. 2 mães estenderam um pano no chão e ali se sentaram para brincar com seus filhos pequenos, cheios de chocalhos e carrinhos.

Os garis conversam num canto há meia hora, seus carrinhos e vassouras deixados encostados em vários cantos da praça. Chega a carrocinha de picolé e se instala no cantinho, próximo à PM. O vendedor de estalinho cumprimenta, e junta suas coisas para ir embora. Parece que a praça prepara seu novo cenário para o turno da tarde. O que mais se escuta é "vem!", "tchau" e "até amanhã".

Um menino passa de skate. Há uma ciclovia em torno da praça, usada pelas crianças para skate ou bicicleta, e por alguns velinhos para caminhar.

Perto de meio-dia os garis retomam o trabalho. Há pouca gente na praça. O sorveteiro fuma um cigarro, enquanto aguarda o movimento. Fora 5 crianças no cercado, com suas mães/babás, só há outros dois grupos. Num deles, 6 pessoas (4 adultos sentados, uma acompanhante empurrando a cadeira de rodas de uma velhinha) conversam num banco, no sol fraco do dia nublado. No outro agrupamento, há 8 pessoas (3 idosas, cada qual com sua acompanhante, e mais duas senhoras), sentadas na sombra, à esquerda do sorveteiro.

Passa uma senhora levando um menino com uniforme da escola municipal. Outras crianças e jovens de uniforme e mochila às costas começam a cruzar a praça.

São 12:30. Grupos de adolescentes que não parecem pertencer ao universo de moradores passam também. Um ambulante anuncia empadas. O cercado está vazio. Todos os carrinhos e cadeiras de rodas foram embora.

O fluxo de alunos uniformizados segue, aumentando gradativamente. Alguns, quase sempre acompanhados por um adulto, são de escolas particulares, e passam na periferia da praça, em direção aos estacionamentos, onde grande quantidade de vans de transporte escolar começa a estacionar. A maioria, andando quase sempre em grupos e sem adultos, atravessa a praça com uniformes de escolas públicas.



Figura 5.20: Mapa de usos referente ao dia 16 de maio de 2004, na praça da Selva de Pedra

Em relação à frequência de ida ou uso da praça, procuramos saber que outras pessoas da casa, além do respondente, freqüentavam a praça. E por fim, indagamos em que horários e com quais finalidades a praça era utilizada pelas pessoas da casa.

Tabela 5.11: Regularidade de uso

Frequência à praça	Lauro Muller		Selva de Pedra	
	número	%	número	%
mais de 1 vez/semana	13	22.9	22	25.3
aproxim. 1 vez/semana	3	5.3	8	9.2
aproxim. 1 vez/mês	2	3.5	4	4.6
só em festas e eventos	19	33.3	13	14.9
só usa como passagem	20	35.0	38	43.7
Nunca usa	0	0.0	2	2.3
Não respondeu	0	0.0	0	0.0

Em primeiro lugar, observamos que na Selva de Pedra há uma maior porcentagem de pessoas que nunca usam a praça ou só a utilizam como passagem. Em compensação, aí também um número ligeiramente maior de pessoas declararam freqüentar a praça pelo menos uma vez or semana, ou mais. Já na Lauro Müller, mais do que o dobro de respondentes disse freqüentar a praça em dias de festa. Até porque, como vimos, há muito mais festas aí do que na Selva de Pedra.

Tabela 5.12: Outros freqüentadores da mesma residência

Freqüência à praça	Lauro Muller		Selva de Pedra	
	número	%	número	%
Crianças (0 a 10 anos)	9	15.8	14	16.1
Adolescentes (11 a 18 anos)	7	12.3	8	9.2
Outros adultos	12	21.0	14	16.1
Idosos (acima de 65 anos)	3	5.3	2	2.3
Empregados	4	7.0	7	8.0
Nenhuma outra pessoa	26	45.7	47	54.0
Não respondeu	0	0.0	4	4.6
Total	61		96	

Há um dado interessante aqui. Os respondentes declaram, em grande número, que nenhuma outra pessoa da casa freqüenta a praça. Outras respostas igualmente numerosas marcam a freqüência de outros adultos, seguida pela de crianças pequenas e adolescentes, depois empregados e só então idosos. A leitura dos diários de campo, em dois únicos dias, aponta para um cenário um pouco diferente, com muitas crianças e idosos. A resposta de uma das moradoras da Selva de Pedra, durante uma entrevista também confirma a experiência de campo:

"Eu estou te dizendo, de manhã, se você der uma passada, você vai ver lá uma velharia danada e uma criançada danada. Porque tem um parquinho, é uma praça toda arborizada. De manhã... Nessa hora (eram duas ou três da tarde, na hora da entrevista) tá batendo mais sol, até umas quatro, cinco horas da tarde tá batendo sol. Mas daqui a pouco, umas cinco, seis horas, aquilo tá infestado de criançada, por causa do parquinho, e dos idosos, que ficam por ali, com as enfermeiras. Muita gente já em cadeira de rodas, que precisa passear de manhã. Muito bercinho... aqui mesmo tenho uma vizinha, aqui do meu lado, que ela tem um nenem ainda, acho que ainda não fez nem um ano, todo dia de manhã a babá desce com a criança lá pra pracinha".

Foto da autora, junho de 2004



Foto da autora, maio de 2004



Figuras 5.21e 5.22: Senhoras conversando na Praça Milton Campos de manhã

Por que então, as respostas dos questionários parecem contraditórias com essa situação? Talvez a maioria dos respondentes, sendo os membros economicamente ativos da família, passem o dia todo fora e não tenham muita noção da rotina doméstica da casa.

Tabela 5.13: Horários de uso da praça

Horários de frequência	Lauro Muller		Selva de Pedra	
	número	%	número	%
manhã	36	63.2	39	44.8
tarde	21	36.8	43	49.4
noite	15	26.3	15	17.2
madrugada	1	1.8	1	1.1
Não respondeu	0	0.0	25	28.7

Tabela 5.14: Finalidades do uso

Finalidades	Lauro Muller		Selva de Pedra	
	número	%	número	%
Recreação e/ou esportes	19	33.3	24	27.6
Descanso	9	15.8	12	13.8
Passeio com cachorro	8	14.0	16	18.4
Usa só como passagem	42	73.7	51	58.6
Encontros com amigos	16	28.1	14	16.1
Outros	3	5.3	4	4.6
Não respondeu	0	0.0	17	19.5

OBS: Não foi pedido para especificar "outros" na pergunta sobre com que finalidades frequenta a praça. Mesmo assim, duas pessoas responderam espontaneamente que iam levar crianças pequenas para tomar sol.

Com relação aos usos declarados nas respostas, é natural que, sendo a praça um miolo de quadra, seja muito utilizada por seus moradores e outros vizinhos como passagem para outros lugares. Para muitos trajetos, é mais prático, e muitas vezes mais agradável e seguro, cortar caminho por dentro da quadra do que dar a volta toda, a caminho do trabalho, da escola ou do comércio. Em seguida aparecem a recreação, a confraternização com amigos, o descanso e os passeios com cachorros, todas elas atividades coerentes com o que se observou em campo.

De resto, a análise dos diários de campo mostra que as duas praças têm muitas semelhanças no que diz respeito à maneira com que são utilizadas por seus freqüentadores. Em ambas há o mesmo ritmo diário: a praça fica cheia de manhã, esvazia um pouco perto da hora do almoço e início da tarde, horário em que funciona mais como passagem para não-moradores, depois volta a ter intenso movimento no fim da tarde, quando as crianças voltam da escola. À noite, há movimento moderado, com adolescentes, alguns jovens e um ou outro casal que aproveita as noites mais frescas para um passeio ou bate-papo com amigos.

Esse ritmo flutua não apenas ao longo das horas do dia, mas também dos dias da semana. Aos sábados e domingos a freqüência de pais é bem maior, ao contrário dos outros dias em que se vê mais mães e babás. A movimentação começa mais tarde um pouco e encolhe menos ao longo do dia. As noites também são mais animadas. Na Lauro Müller, nos períodos de férias, é comum grupos de 15 a 20 rapazes ficarem até depois da meia-noite em barulhentas confraternizações, quase sempre perto do Redondo, o que não acontece durante o período letivo.

Outra coisa comum a ambos os espaços é a dinâmica do uso. Os grupos que se sucedem se cumprimentam, param para conversar, se conhecem pelo nome, principalmente entre os vários subgrupos: velinhos, mães, donos de cachorros.



Figuras 5.23 e 5.24: Grupos de moradores conversando na Lauro Müller. À esquerda, senhores e donos de cachorros; à direita, grupo de jovens num fim de tarde de domingo

Ao contrário do que se imaginava encontrar a princípio, as pessoas não ficam muito nas janelas, “vigiando” o movimento, como descreve Jane Jacobs, que relaciona o hábito das pessoas acompanharem o movimento das ruas pela janela com uma característica de maior segurança dessas ruas (JACOBS, 2001:35). Alguns motivos são bastante prováveis. Em primeiro lugar, a tipologia de edifícios com dois, três, às vezes quatro pavimentos com garagem, depois um PUC e só então o pavimento-tipo afastou muito a janela do primeiro andar residencial da rua. Há um problema de escala envolvido. Em edifícios muito altos, o contato com a rua se dilui, perde o atrativo e o sentido. Isso é sentido principalmente nos prédios da Ramon Castilla, os mais novos da Lauro Müller (86 e 76), mas também em vários dos da Selva de Pedra.

Um outro aspecto é que a vegetação encobre em grande parte a vista que se poderia ter da praça em si. Por último, o que se percebe é que, onde as janelas são baixas o bastante para permitir acompanhar o que se passa, e a vista é desobstruída, sempre haverá gente quando houver alguma coisa interessante e diferente acontecendo: uma festa, um movimento inusitado, mesmo que seja uma briga de vizinhos.

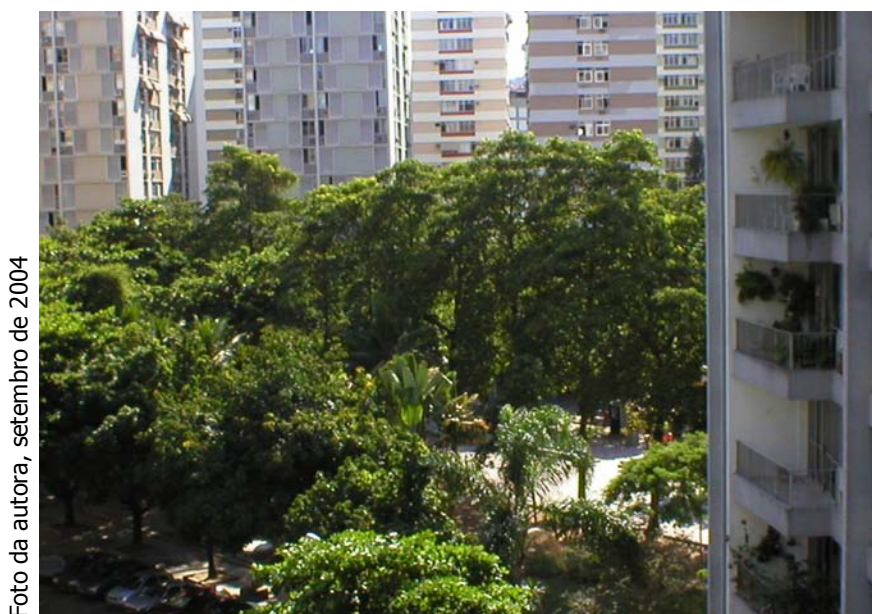


Foto da autora, setembro de 2004

Figura 5.25: Vista da janela de um apartamento do 5o. Andar em um dos edifícios da Selva de Pedra. A vegetação encobre a vista que se teria da praça.

Outra coisa digna de nota é a polaridade que as praças que complementam essas quadras exercem. Refiro-me à praça Cláudio Coutinho, externa à Selva de Pedra, porém complementar ao projeto, e à praça da Cidadania Betinho, externa à quadra da Lauro Müller, mas de certa forma integrante do mesmo complexo. Talvez por serem mais visíveis, portanto mais públicas; talvez por oferecerem um equipamento de lazer muito apreciado pela cultura carioca, que é a quadra de esportes; talvez – no caso da Lauro Müller – por integrar um programa de atividades municipal, com aulas de esportes, torneios e escolinha de futebol, o fato é que, de forma geral, são freqüentadas por uma maior variedade e quantidade de pessoas. Seu ritmo é diferente do que se verifica na praça do miolo da quadra, e, mesmo em horários em que a praça interna está vazia e silenciosa, há movimento e atividade nessas praças. O interessante é que parecem ser atividades de natureza diferente, e esses espaços não parecem competir entre si, e sim, complementarem-se.



Foto da autora, fevereiro de 2003

Figura 5.26: A quadra de esportes ao lado do Rio Sul

Apesar das várias similitudes no que toca à dinâmica de uso das duas praças, podemos encontrar também algumas especificidades. Na Lauro Müller, a praça é muito usada por funcionários do Rio Sul em hora de almoço. É comum vermos grupos de funcionários uniformizados que vêm comer suas marmitas nos bancos da praça, onde ficam conversando enquanto seu horário de descanso permite. O pequeno comércio local também contribui na configuração desse fluxo de pessoas pela praça. Na Selva de Pedra, por outro lado, há o trânsito bastante grande das crianças e jovens a caminho das escolas próximas.

Na Lauro Müller há meninos de rua, que interpelam às vezes algumas pessoas. Alguns são engraxates e oferecem seus serviços, outros apenas pedem algum dinheiro. Ficam convenientemente postados próximo à padaria e ao mercadinho local, de onde podem também acompanhar o movimento da quadra de esportes gradeada, e assim descolar uma vaga para jogar, de vez em quando. Como já foi dito, não foram vistos mendigos ou meninos de rua na Selva de Pedra durante as visitas.

Ainda com relação ao comércio local, Whyte ressalta que “se você quer ver atividade numa praça, coloque comida... Ambulantes têm bom faro para lugares que funcionam... e se o negócio der certo num lugar, logo haverá um ajuntamento de barraquinhas. Isto atrairá mais pessoas, e logo mais barraquinhas” (WHYTE,

1980:50). Isso é fácil de perceber, por exemplo, em torno da Selva de Pedra, onde os vários pontos de ônibus ficam lotados de kombis e tabuleiros vendendo desde cachorro-quente e churrasquinho até os mais variados doces e bebidas, sempre nos finais de tarde, quando os trabalhadores estão retornando para casa.

Por fim, Zeisel aponta para alguns outros sinais que não podem deixar de ser observados. Dentre eles, destacamos os *subprodutos do uso*, que refletem o que as pessoas fazem no ambiente, como lixo deixado para trás, por exemplo; as *adaptações no uso*, que mostram o que as pessoas fazem ao ambiente, adicionando ou retirando coisas de um lugar para acomodá-lo às suas necessidades; a *personalização*, em que os moradores mudam um ambiente para deixar sua marca sobre eles, como se dissessem: "isto é meu, e diz algo sobre mim"; e as *mensagens públicas* (ZEISEL, 1981:100-109). Todos esses tipos de sinais foram encontrados nas praças estudadas.

Dentre os subprodutos de uso temos as erosões no piso, objetos deixados que indicam atividades que ali aconteceram. É o caso de restos de festa e churrasco encontrados na Selva de Pedra, por exemplo³⁴. Já na Lauro Müller, há muitos exemplos de adaptações de uso. Um dos mais recentes foi a retirada de uma pista de skate que havia nos fundos do prédio 128, a pedido dos moradores, que alegavam que ali era ponto de encontro de consumidores e até traficantes de drogas. Mas pode-se considerar uma adaptação também quando os freqüentadores discriçionam espaços para determinadas atividades. Foi o que aconteceu na Selva de Pedra, com a criação de uma área de "pipi-dog", onde os cães deveriam fazer suas necessidades; e na Lauro Müller, com o gradeamento e pavimentação da gola do ficus próximo ao *Redondo*, com o objetivo de se tornar um lugar mais específico e seguro para crianças bem pequenas. É preciso dizer que, pelo que parece, nenhuma das duas iniciativas foi muito bem-sucedida, no sentido de que as atividades que supostamente deveriam passar a acontecer ali continuam acontecendo em outras áreas da praça.

³⁴Para os detalhes a respeito, ler o quadro do diário de campo da Selva de Pedra, na página 174



Figura 5.27 (à esquerda): Na Selva de Pedra, restos do churrasco dos jovens, realizado na noite anterior

Figura 5.28 (à direita): Na Lauro Müller, lugar onde ficava a pista de skate

Ainda nessa categoria de adaptações de uso, Zeisel cita a ação de conectar espaços antes separados. Essa é uma atividade menos comum em ambientes públicos, onde a tendência é cada vez maior pela compartimentalização das atividades. Pelo menos do ponto de vista do que se considera legítimo ou adequado às normas. Já burlando as normas, é mais fácil observar esse comportamento, por exemplo, quando alguns arrancam o portão de uma quadra que supostamente deveria estar trancada em determinados horários, a fim de ocupá-la exatamente nesses horários.

Os freqüentadores personalizam um lugar quando colocam placas que identificam o uso prioritário de certos grupos em determinado lugar. É o caso das placas de estacionamento só para moradores, por exemplo, ou só para deficientes. Por último, temos a categoria das mensagens públicas. Para Zeisel, elas podem ser oficiais, talvez as mais freqüentes, como placas de logradouros, nomes de estabelecimentos comerciais, placas de aviso sobre o que é ou não permitido fazer em determinado local, placas educativas etc. Mas há também as não-oficiais, ou informais, que anunciam eventos de curto prazo ou duração, como anúncios de objetos perdidos, ou cartazes em que se procura este ou aquele profissional. Ou mesmo faixas conclamativas para festas comunitárias, ou anunciando a presença de

determinada autoridade num evento. Por fim, há as mensagens ilegítimas³⁵, ou que não são aprovadas pelo regulamento da comunidade, como pichações e grafittis.

5.4 Quadro-resumo comparativo

Tabela 5.15

Etnografia		
Faixa etária predominante	36-45 anos	56-65 anos
Estado civil predominante	Casado (solteiros em segundo lugar)	Casado (viúvos em segundo lugar)
Ocupações predominantes	Assalariados e aposentados	Aposentados e profissionais liberais
Faixa de renda predominante	Acima de 20 SM, mas com boa distribuição nas faixas abaixo	Acima de 20 SM, inexpressivo nas outras faixas
Tipo de residência	Própria	Própria
Tempo médio de residência	Igualmente distribuído nos intervalos de 11 -20 anos e acima de 20 anos	Mais de 20 anos
Usos e atividades		
Principais usos cotidianos	Recreação, descanso e lazer de crianças e idosos; passeio com cachorros, trânsito para outros lugares	Recreação, descanso e lazer de crianças e idosos; passeio com cachorros, trânsito para outros lugares
Regularidade de uso (resposta mais citada)	Em festas e eventos	Só como passagem
Principais horários de uso	Manhã e tarde	Tarde e manhã
Ocorrência de festas e eventos comunitários	Muitos, ao longo do ano: carnaval, Festa das Mães, Festa Junina, Dia das Crianças, festas religiosas, festa de fim de ano.	Poucos e irregulares: Serestas
Fluxos		
Principais direções	Longitudinal	Diagonal
Quem cruza a praça	Moradores, vizinhos, funcionários dos estabelecimentos próximos	Moradores, vizinhos, crianças indo ou voltando das escolas próximas

³⁵ Ilegítima aqui não implica um juízo de valor. Apenas designa as atividades que não têm aprovação oficial da comunidade.

6 – ANÁLISE DO ELEMENTO GESTÃO

A questão da gestão vem sendo tangenciada em vários dos tópicos já analisados. Juntamente com a forma e a análise das relações sociais estabelecidas no uso dos espaços, este é um fator que, segundo nossa hipótese inicial, deve ser seriamente considerado ao se tentar entender como funciona essa tipologia de quadra.

Achamos importante, antes de mais nada, retomar aqui o conceito de gestão adotado neste trabalho, e que implica mais do que uma abordagem meramente administrativa. Analisar a gestão, em nosso caso, significa investigar em que grau a comunidade se sente responsável pelo lugar em que vive, e que maneiras encontra de se organizar para melhor zelar por seus interesses no que diz respeito a esse ambiente. Como se relaciona com as instituições encarregadas da conservação e manutenção dos espaços físicos, como lida com as questões de segurança e controle, e como administra os conflitos que inevitavelmente surgem na condução das ações decididas.

Em ambas as comunidades estão constituídas Associações de Moradores com jurisdição específica sobre a quadra e um pequeno entorno. São elas a ALMA – Associação de Moradores da Lauro Müller e Adjacências, e a ADESPE – Associação de Moradores da Selva de Pedra. Curiosamente, as comunidades mais pobres, vizinhas dessas duas quadras, também estão organizadas em associações próprias, que são a AMOVILA – Associação de Moradores da Vila Benjamin Constant e a AMORABASE – Associação de Moradores do Bairro São Sebastião do Leblon.

Essas instituições foram consideradas legítimas representantes de suas comunidades, na ausência de indícios em contrário, e foram interlocutoras importantes nesse estágio do trabalho. A AMOVILA e a AMORABASE foram ouvidas como contraponto, para a avaliação das tensões e relacionamentos existentes entre as comunidades, e os presidentes da ALMA e da ADESPE foram entrevistados para que se pudesse conhecer um pouco mais sobre as respectivas associações, seu histórico, formas de atuação, organização formal, relação com os moradores e outros atores sociais, atividades desenvolvidas, além das discrepâncias e ressonâncias na

informação prestada quando comparada com outros discursos e com as observações feitas *in loco*.

6.1 As associações de moradores

6.1.1 A ALMA

A entrevista com o presidente, Sr. Abílio Tozini se realizou no *Redondo*, numa noite logo após o ensaio da quadrilha das crianças, para a Festa Junina, conduzido por ele mesmo. Durante a conversa houve algumas interrupções, principalmente dos dois policiais militares que fazem a ronda comunitária, para resolver pendências de acordos feitos entre a Associação e o comandante do Batalhão, além de vários moradores que paravam para cumprimentar, ou reivindicar alguma coisa.

A história da ALMA se confunde com a própria história da constituição da praça. A associação foi fundada em 30 de setembro de 1976, por quase 200 moradores que se reuniram na cobertura do prédio 96 da Lauro Müller, numa época em que não havia ainda nenhum edifício na rua Ramon Castilla, e nem sequer todos os lotes da Lauro Müller já estavam ocupados. Na verdade, segundo conta o presidente, nesta época “não tinha nem a praça, nem nada. Era um descampado, alguns prédios já tinham feito trechos de calçamento para parar carros, mas era um descampado”.

Foram três os motivos para a fundação da Associação: o ideal de luta pela moradia, exemplificada por Abílio pela adoção do caracol como símbolo da ALMA, a tentativa de organização para implementar a “feira” da CEASA (ver capítulo anterior), e a necessidade de brigar contra a transformação do seu “descampado” em avenida de acesso ao estacionamento do Rio Sul, então em construção (ver capítulo 3).

Após experimentar várias composições, hoje a diretoria da ALMA é formada por um presidente, um vice, um tesoureiro e um secretário. Além disso, há um Conselho Gestor constituído por representantes de cada prédio, num total de 26

moradores, e pelos síndicos de cada condomínio. Este Conselho é, na prática, o órgão responsável pela tomada de decisões. Ele se reúne semanalmente, em reuniões abertas a todos os moradores, e com pauta divulgada através de um pequeno boletim distribuído através das caixas de correios dos prédios. As eleições da ALMA são anuais, com renovação de 100% dos conselheiros e da diretoria, e manutenção dos síndicos no exercício de seu mandato. Todos os moradores podem votar.

Entretanto, nos últimos anos, tem havido chapa única, com a reeleição seguida da atual diretoria. O próprio Sr. Abílio faz parte dessa diretoria desde 1987, com passagens pela presidência e algumas diretorias, e está atualmente em seu sexto mandato como presidente da Associação. Ele explica a situação: *"Acaba sendo até difícil de fazer uma renovação porque todo mundo se acomoda. Ah, o Abílio cuida bem da parte da associação, ele é dedicado, continua assim como tá, e vai ficando"* (TOZINI, 2004).

A área de abrangência da Associação engloba, além das ruas Lauro Müller e Ramon Castilla, a rua Xavier Sigaud, que liga a Lauro Müller com a Av. Pasteur. Mas, conforme garante o presidente, a atuação acaba ultrapassando esses limites, já que há uma série de ações executadas em conjunto com outras associações. Abílio lembra especificamente da AMOVILA, que fazia parte da ALMA em sua fundação, e se desmembrou em 1992, da AMOUR, Associação de Moradores da Urca, e da AMAB, Associação de Moradores de Botafogo. A ALMA participa ainda do Conselho Gestor da APA dos Morros da Babilônia, São João e Leme, instituição em que atua junto às Associações de Moradores do Chapéu Mangueira e da Babilônia.

Apesar de uma história e uma organização sólidas, a ALMA não tem sede própria. As reuniões são realizadas por rodízio nos salões de festa dos vários prédios da quadra, e o endereço para correspondência, é, por tradição, o endereço do presidente.

A falta de recursos de uma forma geral faz parte de um cenário partilhado por muitas outras associações, como aponta o entrevistado. Também nesse aspecto a

ALMA já experimentou diversas modalidades de arrecadação, como cobrança de doações de porta em porta e distribuição de carteirinhas para os sócios, com pagamento de mensalidades. Abílio conta que

"teve uma época que a ALMA não tinha arrecadação nenhuma. Não conseguia fazer uma faixa, não conseguia rodar um folheto pra convocar os moradores, não conseguia, por exemplo, constituir um advogado, num momento que tinha um acirramento mais forte, e a ALMA perdeu algumas causas por isso" (TOZINI, 2004).

A forma encontrada foi a contribuição espontânea, sob a forma de doação coletiva, dos condomínios. Alguns condomínios contribuem mensalmente com meio salário mínimo, outros até com quatro salários, permitindo a sobrevivência financeira da Associação. Essa doação, de pessoa jurídica para pessoa jurídica, é aprovada em assembléia condominial, e rateada entre os condôminos e hoje, dos 16 condomínios instalados, apenas três optaram por não contribuir, os números 26, 76 e 128 da Lauro Müller, por razões exploradas mais adiante, quando falaremos da gestão dos conflitos.

A comunicação da Associação com os moradores se dá, principalmente, através da distribuição do boletim Almanaque, semanal, colocado nas caixas de correios dos moradores e afixado nos quadros de avisos. Além da pauta para as reuniões seguintes, o boletim traz um resumo dos assuntos em andamento, conclama para campanhas de interesse comunitário, divulga projetos e avisos e, ocasionalmente, faz propaganda de produtos e serviços oferecidos por moradores.

6.1.2 A ADESPE

O presidente da ADESPE é o Sr. Wlander Moreira Carneiro, conhecido como Comandante Wlander, e mora na Selva de Pedra há 32 anos. Quando contactado para a realização da entrevista, ele optou por marcar o encontro na praça Cláudio Coutinho, externa ao conjunto. Lá chegando, embora eu sugerisse a realização da

entrevista na Praça Milton Campos, ele preferiu sentar-se num bar da Cobal, mesmo sem consumir nada, no desconforto do sol, barulho e vento.

A ADESPE foi fundada em 1980, com o nome de Associação para o Desenvolvimento da Selva de Pedra, como tentativa de organizar os moradores do conjunto que estava em processo de consolidação, com os últimos prédios em fase de acabamento. O comandante lembra que, embora todos os prédios estivessem construídos, a taxa de ocupação ainda não havia se completado.

A atual diretoria se constitui de um presidente, um vice-presidente, um diretor social, um diretor de eventos, e um tesoureiro, embora já tenha sido mais extensa. O comandante Wlander explica que:

"era muito extenso, não funcionava. Como ficava realmente só no pilar do presidente, vice-presidente e dos diretores que realmente atuavam, então nós fomos reduzindo porque não adiantava botar pessoas que só queriam botar o nome e não ajudavam" (CARNEIRO, 2004).

O mandato é de dois anos, e o atual presidente ocupa o cargo há dezesseis anos, porque, segundo ele, "ninguém quer assumir". A eleição é feita por um colegiado de síndicos, no qual podem votar os síndicos dos prédios que contribuem financeiramente para a Associação. A informação dada pelo presidente é de que essa contribuição está fixada em R\$ 1,00 (um real) por apartamento, por mês, de forma que a média de contribuição, por prédio, é de R\$ 55,00 por mês. A arrecadação, porém, mingua um pouco considerando que, dos 40 edifícios do conjunto, cerca de 20% nunca colaboraram, alegando dificuldades de caixa. Uma moradora descreve o processo eleitoral da seguinte maneira:

"Tem, tem eleição sim. Essa associação é o seguinte. Tem esse, que é o presidente. Ele com o grupo dele. Mas fazem sim. Quem vai é o síndico de cada prédio, quando eles fazem a eleição. O síndico, o subsíndico de cada prédio, que aqui tem muitos. E mais um ou outro que eles chamam, não sei se aí tem... dependendo lá do grupo deles. Mas é feita uma eleição sim".

Assim como a ALMA, a ADESPE também não tem sede própria, embora esteja tentando construir uma numa das praças laterais do conjunto. Na opinião do comandante, não adianta adotar uma sistemática de reuniões regulares, porque não há frequência que justifique, e os resultados não compensam. As reuniões acontecem *“quando é necessário realmente, pra decidir alguma coisa”*, sempre num esquema de revezamento entre os prédios, como também acontece na Lauro Müller.

Qualquer um dos moradores, ou um dos membros da diretoria, pode convocar uma reunião, se julgar que há algum acontecimento importante ou decisão a ser tomada, mas é preciso ter a autorização do presidente para isso. As reuniões são abertas para todos.

Com relação à área de jurisdição da ADESPE, o comandante Wlander conta que abrange um pouco mais que a quadra em si, chegando a englobar a quadra da Cobal e mais alguns trechos que ele não pôde descrever com precisão.

O comandante descreve as atribuições da Associação como sendo

“Manter um contato sempre que possível com as autoridades, prefeitura, autoridades policiais, tentar manter sempre com a Prefeitura um elo de boa vizinhança, pra reformar as praças, pra problemas de limpeza, problemas de policiamento” (CARNEIRO, 2004).

Ele invoca constantemente o amparo com que conta na atual administração municipal, não só através de sua amizade pessoal com o prefeito, mas também pela atuação da Secretária de Habitação Sra. Solange Amaral e do vereador Sr. Índio da Costa, que apóiam as reivindicações feitas pela Associação, como foi o caso da instalação das guaritas de segurança na entrada das ruas internas e a remodelação da praça Cláudio Coutinho, reinaugurada este ano. Para outras atividades, não são estabelecidas parcerias, nem com o comércio local, nem com outras instituições, e as serestas, por exemplo, são bancadas com recursos próprios, provenientes da contribuição dos prédios.

A comunicação da ADESPE com os moradores da Selva de Pedra é feita através da publicação de um informativo, a cada dois meses, em que se conta o que está em andamento e os planos de ação. Há também algumas propagandas, convites para cerimônias e mensagens do presidente da Associação. Fora isso, o comandante assegura que outras pendências são resolvidas *"aqui na rua mesmo, porque a gente tá sempre aqui, no vai e vem"*.

O relacionamento com os síndicos dos edifícios e com outras associações é considerado bom, na opinião do presidente da ADESPE. Todavia, o presidente da AMORABASE, Cláudio Evaristo de Souza, deixa entrever que as coisas podem não ser bem o que parecem: *"a gente não tem nenhum contato com a Associação da Selva de Pedra. Eu conheço o presidente, mas não tenho contato nenhum, a gente não desenvolve nenhuma atividade em conjunto"*.

6.1.3 A percepção das Associações pelos moradores

As informações prestadas pelos presidentes da ALMA e da ADESPE foram importantes para dar uma idéia inicial sobre a constituição, organização e atuação dessas associações, mas para avaliar melhor de que maneira a gestão interfere na percepção e vivência dos espaços era necessário também conhecer as impressões que os próprios moradores tinham acerca de seus órgãos de representação. Isso foi feito de duas maneiras. Primeiramente, por sondagem direta. No caso da Selva de Pedra, perguntando aos entrevistados sua opinião específica sobre a associação. No caso da Lauro Müller, a tarefa foi facilitada porque a própria associação tem conduzido essa pesquisa nos últimos dois anos, através de uma votação realizada juntamente com as eleições para a diretoria. A segunda forma de avaliação foi a análise das respostas a algumas das questões propostas em nossa própria pesquisa, e que apontam indiretamente para o grau de satisfação ou insatisfação com a maneira de gerenciar determinados temas, bem como para os tópicos de ação que deveriam ser prioritários na opinião desses moradores.

Mas ainda antes disso, em nosso questionário, procuramos saber se as associações eram pelo menos familiares aos respondentes. Como podemos ver pela tabela abaixo, enquanto na Lauro Müller mais de 90% declaram conhecer bem, participando ou acompanhando o trabalho da Associação, na Selva de Pedra, apenas 54% estão na mesma situação, contra 46% que assumem não saber nada a respeito ou nem sequer ter ouvido falar nisso, o que demonstra, no mínimo, que a comunicação da Associação com os moradores não está ocorrendo de forma satisfatória. O seguinte depoimento de uma moradora ilustra essa suposição:

"Durante muito tempo teve um jornalzinho. Agora, pra falar a verdade, faz muito tempo que eu não recebo. Então eu não sei, pode ser até que tenha terminado a associação, mas eu não acredito. Ela chama-se Amigos da Selva de Pedra, uma coisa assim, ADESPE".

Tabela 6.1: Conhecimento sobre a existência da Associação

Associação de Moradores	Lauro Muller		Selva de Pedra	
	número	%	número	%
Sim, e participo dela	3	5.3	6	6.9
Sim, não participo mas acompanho o seu trabalho	49	86.0	41	47.1
Já ouvi falar mas não sei nada a respeito	5	8.7	34	39.1
Nunca ouvi falar	0	0.0	6	6.9

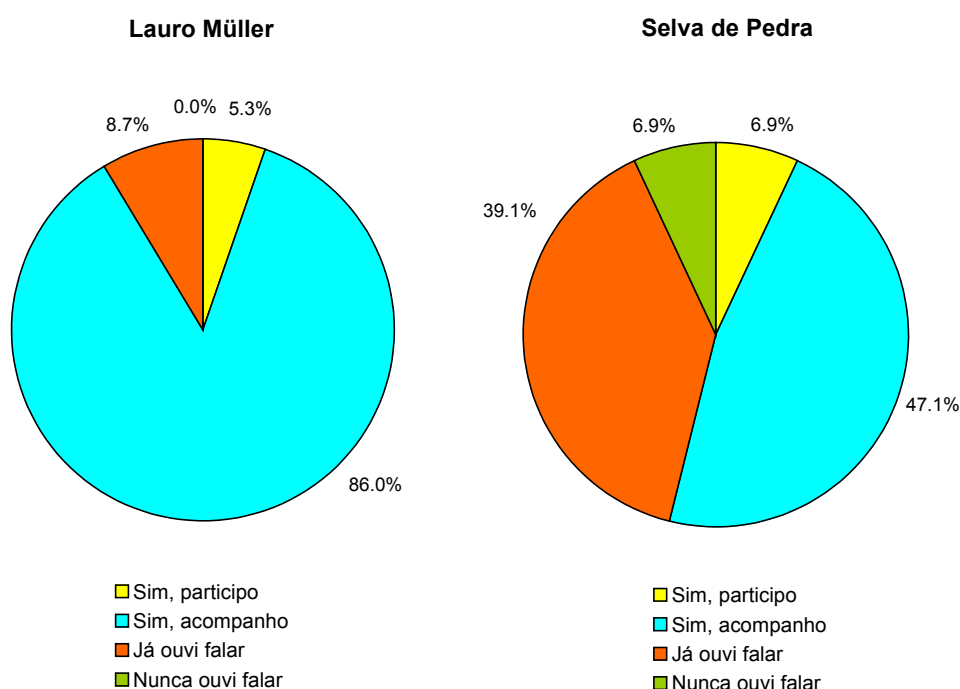


Gráfico 6.1: Conhecimento sobre a existência da Associação

Os moradores entrevistados na Selva de Pedra associaram a ADESPE ou com a realização das serenatas ou com a solução de problemas relacionados com serviços públicos, conforme as respostas dadas por alguns moradores:

"Tem, tem uma associação, que se chama ADESPE, Associação dos Moradores da Selva de Pedra. Então essa associação, às vezes uma vez por mês, ou de dois em dois meses, ou dependendo das épocas festivas, por exemplo, Páscoa, Dia das Mães, Dia dos Pais, Dia da Criança, Natal, Festa Junina, essa associação, dependendo dessas datas, eles programam uma festa ali, fazem um almoço, que é feito pelas próprias moradoras, ou eles contratam às vezes um conjuntozinho, fazem serenata..."

"Tem contato com a polícia, contatos com a prefeitura, teve época que era negócio de luz, de problemas de luz que a gente tinha aqui, problemas de trânsito, era sempre coisas voltadas pra serviços públicos, mas eu acho que sempre tinha um caráter meio repressor, assim, meio... acho que é porque funcionava muito na base da reclamação".

Na Lauro Müller, há dois anos a ALMA conduz uma espécie de auto-avaliação na época da eleição. Junto com a cédula de votação, é entregue um papel em que o morador é solicitado a dar uma nota para a associação, que expresse a avaliação global que o morador faz de sua atuação. Mesmo moradores de prédios que não contribuem financeiramente podem dar seu voto e fazer sua avaliação. No boletim seguinte, em que se divulga o resultado da eleição, é divulgada também uma tabela, em que os moradores podem ver quais e quantas notas foram dadas, por prédio, e a média final. Em 2003, a média ficou em 8,26, num total de 496 votos. A ALMA perguntou também quais as prioridades de ação, dentre uma lista apresentada. Cada morador podia votar em até duas das opções. Os resultados dessa enquete estão apresentados no final deste capítulo. Em 2004, cresceu o número de votantes, para 645, mas a média das notas teve um ligeiro decréscimo, ficando em 7,92.

Tabela 6.2: Notas dadas na avaliação da ALMA em 2003

Endereço	10	9	8	7	6	5	4	3	2	1	0	Total	Média
Lauro Müller 16	14	6	7	9	1	2	0	1	0	0	0	40	8.30
Lauro Müller 26	4	1	2	6	2	0	1	0	0	0	0	16	7.69
Lauro Müller 36	11	6	6	0	1	1	1	0	0	0	1	27	8.41
Lauro Müller 46	3	1	3	1	1	0	1	0	0	0	0	10	8.00
Lauro Müller 56	28	6	11	4	3	0	0	0	0	0	0	52	9.00
Lauro Müller 66	21	9	10	11	2	2	0	0	0	0	0	55	8.55
Lauro Müller 76	10	4	6	3	0	1	1	0	0	0	0	25	8.56
Lauro Müller 86	19	3	10	5	0	1	2	0	0	0	0	40	8.63
Lauro Müller 96	18	3	24	13	2	3	1	2	0	1	1	68	7.76
Lauro Müller 128	3	4	15	9	0	0	0	1	0	0	0	32	7.88
R. Castilla 134	5	0	6	2	0	1	0	0	0	0	0	14	8.36
R. Castilla 117	8	2	5	5	3	1	0	0	0	0	0	24	8.17
R. Castilla 251	4	0	2	4	3	0	0	0	0	0	1	14	7.29
R. Castilla 265	3	5	5	5	2	2	0	0	0	0	0	22	7.82
R. Castilla 141	6	1	7	4	2	1	0	0	0	0	0	21	8.10
R. Castilla 25	1	0	6	3	0	3	0	0	0	0	0	13	7.23
Xavier Sigaud	10	9	2	0	0	1	1	0	0	0	0	23	8.96
Total de notas	168	60	127	84	22	19	8	4	0	1	3	496	8.26

Tabela 6.3: Notas dadas na avaliação da ALMA em 2004

Endereço	10	9	8	7	6	5	4	3	2	1	0	Total	Média
Lauro Müller 16	15	4	13	7	1	0	0	0	0	0	2	42	8.21
Lauro Müller 26	7	8	15	8	5	6	2	1	2	2	2	58	6.81
Lauro Müller 36	7	4	3	4	1	2	0	0	0	0	0	21	8.29
Lauro Müller 46	13	7	13	9	6	5	1	1	2	1	1	59	7.31
Lauro Müller 56	16	7	8	2	1	3	3	1	0	0	1	42	8.02
Lauro Müller 66	22	10	10	6	7	5	0	0	3	0	2	65	7.77
Lauro Müller 76	8	7	7	8	3	3	0	0	0	0	1	37	7.78
Lauro Müller 86	12	2	17	4	3	0	0	0	1	0	1	40	8.05
Lauro Müller 96	36	13	18	6	2	1	1	0	1	0	0	78	8.81
Lauro Müller 128	7	5	9	9	0	4	0	0	0	0	0	34	7.94
R. Castilla 134	9	9	8	7	3	3	0	0	2	0	3	44	7.29
R. Castilla 117	4	7	6	1	1	1	0	0	0	0	0	20	8.45
R. Castilla 251	5	3	8	3	4	2	1	1	0	0	1	28	7.25
R. Castilla 265	6	8	12	12	3	0	0	0	0	0	0	41	8.04
R. Castilla 141	5	1	3	2	0	0	0	0	0	0	0	11	8.82
R. Castilla 25	1	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	3	7.33
Xavier Sigaud	14	5	2	1	0	0	0	0	0	0	0	22	9.45
Total de notas	187	100	153	89	40	35	9	4	11	3	14	645	7.92

6.2 Gestão e conservação

Um dos aspectos que conferem o caráter público ao espaço, conforme a conceituação de Hertzberger vista no capítulo 2, é a questão da responsabilidade sobre sua manutenção e conservação. Nas quadras estudadas, esta responsabilidade, em princípio, é do poder público e suas concessionárias. Mas diferem as formas com que as respectivas comunidades, através de suas associações de moradores, gerenciam o assunto.

Há uma série de verificações e providências a serem tomadas continuamente para o bom funcionamento das praças, considerando-se aqui sua dimensão física: poda de árvores, plantio e manutenção de canteiros, reparos em pisos, equipamentos, grades, brinquedos, bancos, troca de lâmpadas queimadas, retirada de entulhos, consertos em vazamentos de água e esgoto na rede pública, entre outros. Essas funções são de competência de órgãos diversos, às vezes da esfera municipal, outras da esfera estadual. Os moradores esperam que suas respectivas Associações de Moradores zelem para que todas essas coisas funcionem devidamente, e, quando algo não está em ordem, que elas acionem o órgão responsável, e garantam, de certa forma, a execução do serviço.

Em cada uma dessas praças, essas tarefas são conduzidas de maneira distinta. Na Lauro Müller, a ALMA adotou a manutenção dos canteiros e gramados do Parque General Leandro, da Lauro Muller, Ramon Castilla e Xavier Sigaud, através da assinatura de um termo de adoção junto à Fundação Parques e Jardins, de forma que é a própria associação de moradores que faz a manutenção dos canteiros, apara os gramados e faz as pequenas podas.

Para a execução desta atividade, bem como outros pequenos reparos, a Associação mantém três funcionários, com carteira assinada, "*pagando todos os encargos trabalhistas, férias, 13º e hora extra*", como fez questão de frisar o presidente Abílio Tozini. A COMLURB é responsável pela limpeza e a RIOLUZ se encarrega da troca de lâmpadas, mas Abílio lembra que o *shopping* Rio Sul também

tem uma participação no projeto de iluminação, como parte de uma política de compensação e boa vizinhança. Segundo ele, *“com a cessão de parte do estacionamento para expansão das lojas, houve um impacto negativo na vizinhança, e eles agora contribuem com a praça como parte dessa compensação”* (TOZINI, 2004)

Na Selva de Pedra, por outro lado, a manutenção e conservação da praça é função de uma política regular da prefeitura e seus órgãos, cabendo à ADESPE, principalmente, informar às instâncias responsáveis quando da necessidade de se efetuar algum conserto, ou solicitar alguma melhoria. O Comandante Wlander, entretanto, lembra que a associação, em contrapartida, colabora, às vezes *“até financeiramente, comprando tinta, mandando pintar”*.

6.3 Gestão e segurança: o policiamento

Um dos aspectos que se pretendeu averiguar nessa pesquisa é o do reconhecimento (ou não) da existência de um controle social sobre o que acontece na praça, favorecido pela configuração espacial e pelas janelas voltadas para a área central da quadra, a que Jacobs e Ferreira dos Santos chamam de “olhos da rua” (JACOBS, 2001:35-36; FERREIRA DOS SANTOS, 1981:91). Para Jacobs, esses olhos vigilantes seriam elementos fundamentais na garantia de uma maior segurança para os usuários do espaço, juntamente com o movimento constante³⁶.

Já Ferreira dos Santos afirma que:

“O que une os olhos vigilantes de uma rua é esse sentimento de serem seus ‘proprietários naturais’. O espaço que supervisionam é, de certa forma, o espaço de todos. Nesse sentido, é mais do que público, ou não é apenas público. Pertence a todos

³⁶É importante ressaltar que o trabalho de Jacobs se refere ao uso do espaço da rua. Eu estendi sua argumentação ao espaço destes pátios centrais por entender que a tipologia favorece igualmente esse tipo de vigilância, e me interessava verificar se o fenômeno ocorreria da mesma maneira.

em comum, em função das relações que mantêm com ele, ou dentro dele, e graças a ele. Por isso, o exercício do controle é um poder e um dever. Mais do que simples usuários, os 'proprietários naturais' da rua são cúmplices". (SANTOS, 1981:93)

A despeito destas considerações teóricas, na prática, o que se verificou foi que esses "olhos" não estão atuantes, nem em uma praça, nem em outra. Falando da Selva de Pedra, Ferreira dos Santos já havia denunciado isso contundentemente, há mais de 20 anos:

"O depoimento revela o caráter precário do controle do espaço que, aliado ao temor de represálias e ao grau elevado de impessoalização vigente, são os grandes responsáveis pela insegurança. Mesmo quando há olhos que vêem, falta-lhes a convicção para intervir, garantindo a tranquilidade e a ordem. Diante do dilema instilado pela ambigüidade da situação, não resta senão reclamar mais policiamento". (SANTOS, 1981:121)

Mais policiamento foi exatamente o que os moradores reivindicaram, e acabaram conseguindo. No meio da praça Milton Campos há uma cabine da PM, encomendada, paga e doada à Polícia Militar pela ADESPE, a pedido dos moradores, que acreditavam assim estar resolvendo problemas de consumo de drogas, depredação e pequenos furtos.

O gradeamento dos lotes também pode ser entendido dentro de uma discussão sobre segurança e controle de acesso, para "corrigir" uma situação anterior em que os fluxos eram inteiramente liberados, já que, atualmente, os bairros de classe média estão acuados com o medo de arrastões, assaltos e vandalismos. Após um momento inicial de estranhamento com a nova paisagem, como conta uma moradora, a situação de "encerramento atrás das grades" foi bem assimilada, e hoje a grade é considerada uma benfeitoria. Na descrição de uma entrevistada:

"Não sei se em todos os prédios é igual ao nosso, um que outro sofreu mudanças. Então, a grade. A gente tinha um outro tipo de grade, a gente agora já está com uma

grade mais moderna, essa de alumínio, a gente botou até uma grade bonita, você viu? Dourada, né?"

Além da presença da PM, e das grades, há também cancelas com guaritas na entrada de cada uma das quatro ruas internas da quadra. Essas cancelas fazem uma espécie de triagem informal nos veículos que entram para estacionar no *cul-de-sac* do final da rua, já que a rigor a rua é pública e eles não poderiam impedir a entrada de ninguém, mas não interferem com o trânsito de pedestres. O presidente da Associação explica que essas guaritas funcionam como uma vigilância para os carros, já que muitos moradores têm dois carros, enquanto as vagas das garagens comportam apenas um automóvel por apartamento.

Há ademais quatro postos de observação, dispostos próximos aos estacionamentos internos, onde vigilantes pagos pelos condomínios dão plantão dia e noite, também com o intuito de oferecer segurança aos moradores, coibindo práticas delituosas e desordens. Ao contrário das cancelas, estes vigilantes são uma iniciativa dos condomínios e não estão vinculados à Associação. Como disse o Comandante Wlander, *"cada rua paga seu vigilante. Nós demos só a orientação. Quem instalou, quem propôs à prefeitura foi a Associação, depois eu entreguei tudo pras ruas"* (CARNEIRO, 2004)

Mas não é só o pátio central que preocupa a ADESPE no que concerne a segurança. O presidente conta que seu maior desgosto, nos últimos anos, foi o abandono em que se encontrava a praça Cláudio Coutinho, *"tendo havido até três assassinatos aqui, esses cadáveres jogados pra dentro do antigo Detran, que era aqui, aí a praça começou a aparecer com muito vagabundo, muito pivete, jogo, carteadado noturno"*. Na ocasião da entrevista, o comandante estava comemorando a remodelação e reinauguração da praça, com o acréscimo de brinquedos para as crianças, novo gradeamento para a quadra de futebol e policiamento mais ostensivo e atuante.

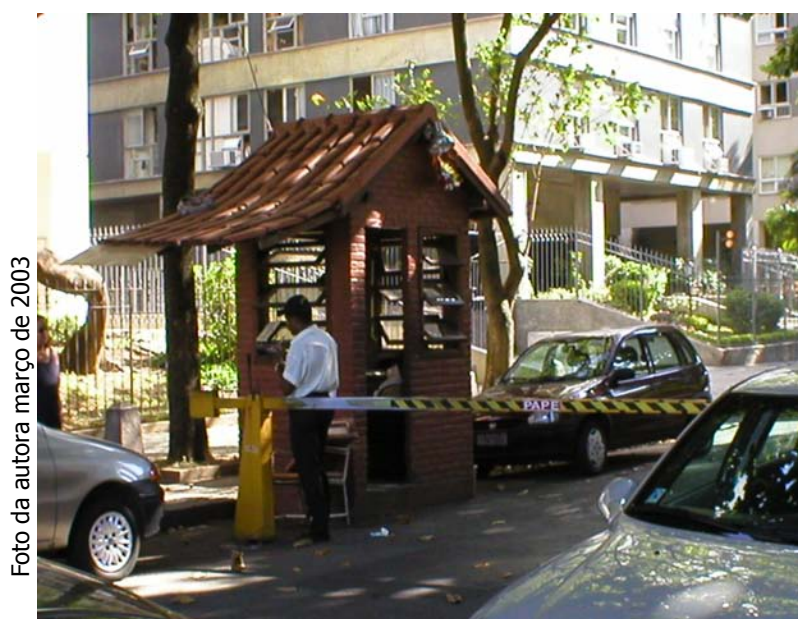


Figura 6.1: Guarita de acesso à rua interna do conjunto

Na Lauro Müller, a questão da segurança é um ponto nevrálgico, e tem se tornado, recentemente, a grande “pedra no sapato” da associação. O número de ocorrências de furtos de toca-fitas, roubo de automóveis e assaltos a pedestres é crescente na área, e os moradores pressionam a ALMA para que esta cobre mais incisivamente das autoridades as providências possíveis. Há acordos constantemente renovados com o comandante do Batalhão próximo, para o destacamento de uma dupla de policiais para a ronda noturna. A ALMA já comprou para os policiais aparelhos de telefonia móvel e rádiocomunicação, divulgando os números para os moradores e dispondo-se a assumir o pagamento dessa conta, desde que a população possa ter acesso aos serviços do policiamento nos momentos de necessidade. Mas regularmente surgem notícias de problemas nessa parceria. Ora por divergências na apresentação da conta telefônica; ora porque a população se queixa de que os telefones estão inacessíveis quando se precisa deles para uma denúncia ou um pedido de socorro; ora porque o Batalhão desloca os homens para outras atividades, deixando a comunidade sem cobertura policial.

Há cerca de dois anos, começou também uma campanha pela instalação de cancelas de acesso, nos mesmos moldes do adotado na Selva de Pedra. O projeto

passou por uma fase de consulta popular, em que, segundo o presidente da Associação, houve uma adesão muito boa, com mais de 75% assinando, em cada prédio, a favor da cancela. O boletim da ALMA apresenta a configuração das cancelas da seguinte forma:

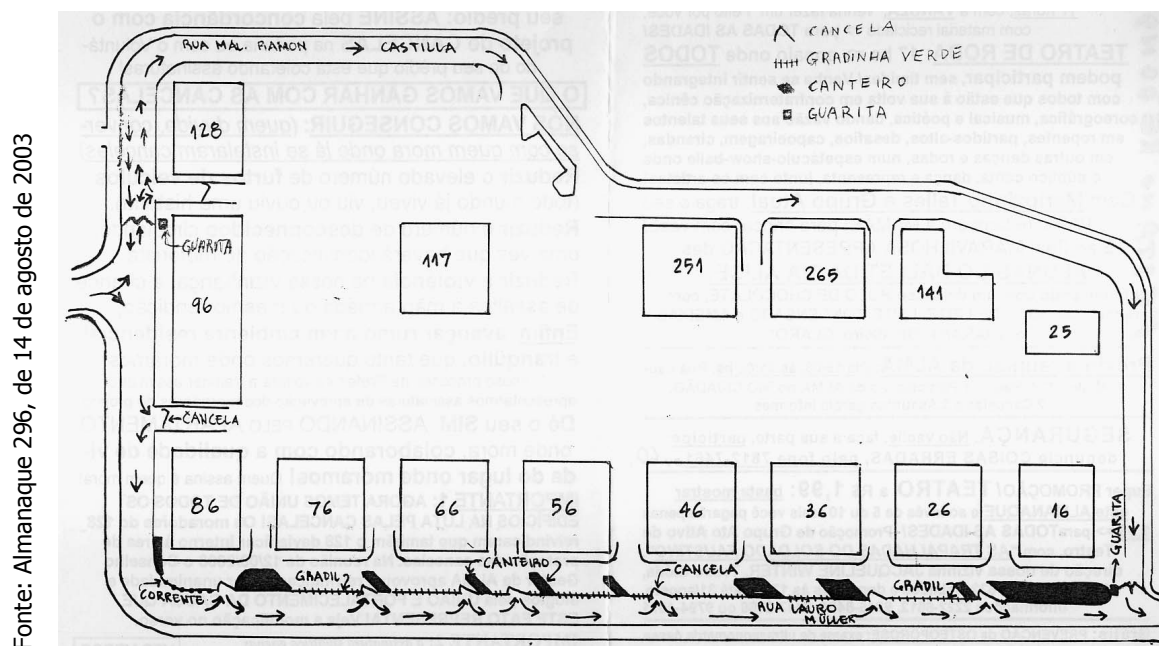


Figura 6.2: Croquis do projeto de cancela conforme apresentado à população da Lauro Müller em boletim da ALMA

O discurso a favor das cancelas acena com a almejada segurança para os carros dos moradores – que ficam, em grande número, estacionados nas calçadas ao redor da quadra, já que os edifícios antigos não têm vagas suficientes de garagens – sem impedir o livre trânsito de pedestres. No momento, o projeto está parado na CET-Rio, “*porque os donos dos estacionamentos clandestinos conseguiram que um político desse parecer contrário... Claro, se ficar mais seguro na rua eles temem perder clientes...*”, é o que diz o presidente da ALMA. Quase todas as semanas têm havido assembléias com os moradores e diversas autoridades do Legislativo e do Executivo municipal, a fim de aprofundar a discussão e conseguir novas adesões ao projeto. É uma batalha que ainda está longe de terminar.

6.4 Conflitos e negociações

É inevitável que, em toda essa diversidade de usos e articulações administrativas, surjam muitos conflitos, uma dimensão crucial quando se trata da apropriação de espaços, nas palavras de Ferreira dos Santos. A respeito dos conflitos, ele diz:

"Sua existência não deve surpreender, pois difícil seria imaginar qualquer processo de apropriação de um bem coletivo sem dissensões e discordâncias. Sem choques, resultantes da própria dinâmica do sistema. Os espaços não vêm acompanhados de folhetos contendo instruções de como utilizá-lo". (SANTOS, 1981:105)

Para facilitar a organização da análise, dividimos esta exposição em duas partes, em que analisamos sucessivamente os conflitos externos (que surgem entre os moradores e não-moradores), e os internos (existentes entre os próprios moradores). Na primeira categoria estão as eventuais dissensões com vizinhos de quadras próximas, sejam eles outros moradores ou vizinhos não residenciais. Na segunda, estão as brigas internas, divergências e situações polêmicas que surgem no interior da comunidade. A idéia é não só procurar entender as origens e desenrolar desses conflitos, mas saber também que recursos cada comunidade utiliza para lidar com esses conflitos e negociar soluções.

6.4.1 Conflitos entre moradores e não moradores

No caso da Lauro Müller, os vizinhos mais próximos são os moradores da Vila Benjamin Constant. Não foram observados enfrentamentos entre as duas comunidades, e a convivência cotidiana é aparentemente muito pacífica. O discurso que se construiu a respeito do relacionamento com a Vila é bastante idealizado, e permeado de relatos em que se destacam a harmonia e o entendimento entre as duas comunidades.

Pedro Porfírio, um dos fundadores da ALMA e ex-morador do bairro, conta o seguinte a respeito do desmembramento das duas associações:

"A Vila é um dos pilares da ALMA. A Vila foi todo um trabalho que nós fizemos... A Vila inclusive é uma história muito bonita também. Havia sempre uma integração, mas era uma integração em que havia uma certa resistência silenciosa de algumas pessoas. Não existia a Ramon Castilla ainda, aqueles prédios melhores, com pessoas de maior poder aquisitivo. Eu acho que houve um desequilíbrio. Aí o pessoal da Vila achou que a ALMA não entendia totalmente sua problemática, que era da urbanização, e eles acharam que tinham melhor condição se constituíssem entidade própria. Mas o Abílio, por exemplo, vai muito lá, tem muito contato lá. Mas não foi a ALMA que expeliu a Vila, foi a Vila que chegou à conclusão que a situação legal deles era diferente da nossa" (PORFÍRIO, 2003).

Os principais focos de conflito externo enfrentados pela ALMA, em nome dos moradores, são o Bingo Botafogo e as festas promovidas no campus da UFRJ. Com relação ao Bingo, o problema está temporariamente sanado, em função de decisão federal que suspende o funcionamento destes estabelecimentos. Mas a ALMA defende, na justiça, a reintegração da posse do terreno à universidade, para impedir que a área seja utilizada para outros fins que não os previstos no zoneamento do município, invocando, para isso, o Decreto Municipal 322/76, que proíbe o funcionamento de casas de shows em ZR-2, e o Decreto Municipal 1446/78, que retira da rua Lauro Müller a condição de Centro de Bairro, estabelecendo seu lado par como ZR-2 e o lado ímpar como ZR-3.

Com relação à universidade, as negociações até agora têm envolvido reuniões com a prefeitura do campus, a fim de expor as queixas e solicitações dos moradores para que seja respeitado o silêncio noturno em área residencial durante a semana, pelo menos.

Na Selva de Pedra, a identificação dos moradores da Cruzada como fonte da violência, do delito e da estranheza por excelência, foi negada tanto por uns como por outros. A explicar esse fator, temos a perspectiva de mais de 20 anos, que já se

passaram desde a análise feita por Ferreira dos Santos, e o acirramento da violência urbana, agora identificada mais fortemente com as favelas e o tráfico de drogas, deslocando o alvo dos temores para outros suspeitos. Além disso, nesse período, a Igreja Católica, principalmente, atuou no sentido de amenizar as diferenças e promover uma maior confraternização entre as duas comunidades, organizando por muito tempo, festas e atividades que reunissem os dois grupos. O sucesso dessas festas, como a Festa Junina, por exemplo, que era realizada na praça Milton Campos, foi tão grande, que mesmo hoje, quando ela já não acontece mais ali, os moradores continuam se referindo a ela como existente. Porém, ainda se ouvem ecos das vozes que preconizam o isolamento da Selva de Pedra num condomínio exclusivo e fechado, o que transparece em alguns dos depoimentos de moradores, escritos espontaneamente nas folhas do questionário aplicado.

Entre os que foram entrevistados pessoalmente, todos negaram qualquer tipo de conflito. O presidente da AMORABASE diz que:

"O convívio com a Selva de Pedra é harmônico, morador de lá vem pra cá, a gente vai pra lá. Tem crianças aqui da comunidade que vão naquela pracinha, ficam lá brincando, não tem problema nenhum, jogam bola, andam de skate, então o convívio é bem harmônico" (SOUZA, 2004).

Já as duas moradoras entrevistadas disseram que a freqüência do "pessoal da Cruzada" acontece mais em função de eles utilizarem a praça como passagem para outros lugares e para as escolas públicas próximas. Curiosamente, nenhuma das duas admitiu ver a presença de moradores da Cruzada como freqüentadores da praça, seja por não distingüí-los dos outros freqüentadores, seja por negar, inconscientemente, essa presença.

6.4.2 Conflitos entre os moradores

São os que, de fato, mobilizam mais a população local. Há as pequenas disputas internas, inerentes a qualquer processo decisório que se pretenda democrático, e há os episódios e temas polêmicos que suscitam reclamações, campanhas, reivindicações as mais diversas.

As pequenas disputas foram minimizadas pelo presidente da ALMA, que as considera parte normal da dinâmica de reuniões da Associação:

"Como a Associação é muito aberta e as reuniões são abertas aos moradores, e as demandas são encaminhadas de forma bem democrática. Por mais que às vezes surjam atritos e descontentamentos, eles são passageiros. Quando um grupo de conselheiros perde uma votação eles ficam chateados, às vezes um fala num tom mais áspero com outro, mas isso acaba em geral se acomodando, mesmo que a pessoa não volte a ser amigo, mas aquilo se supera e fica no âmbito dos interesses da comunidade" (TOZINI, 2004)

Para Abílio, há outros entraves mais graves, porque feririam o bem-estar coletivo. Esses entraves se refletem não só nas relações interpessoais, mas afetam também a própria sustentação financeira da entidade:

"É lógico que a ALMA tem pessoas que são contrariadas em seus interesses, por conta da sua atuação. Tem moradores que são, por exemplo, donos daqueles estacionamentos clandestinos da Ramon Castilla; tem moradores que eram amigos do Conde Caldas, que queria construir aqui de forma irregular; tem moradores que eram amigos do Antônio Sanchez Galdeano, que queria construir aqui de forma irregular. Os donos dos comércios que colocam mesas nas calçadas das praças também moram aqui; tem gente que trabalhava no Bingo e também é contrariado... Então essas pessoas fizeram movimentos pra que os prédios onde eles moram parassem de contribuir com a ALMA. E também teve condômino que, por não gostar do presidente, ou de determinado diretor ou conselheiro, entrou na justiça tentando anular essas assembléias que aprovaram essas doações" (TOZINI, 2004).

Outros conflitos comuns citados por Abílio envolvem pedidos para a poda de árvores, alegando que os galhos obstruem a entrada de luz nos apartamentos, ou que são criadouros de mosquitos. Esses pedidos, nas assembléias, são contrapostos pela argumentação de vizinhos sobre o valor de refrigeração que a sombra das árvores proporciona. Há também reclamações contra o trânsito ocasional de motos no espaço interno da quadra, onde não deveria haver veículos; o barulho dos adolescentes que ficam até mais tarde na quadra durante as férias, e, principalmente, os usuários de drogas, descritos por Abílio como *"uma garotada que se reúne à noite principalmente, e aí ficam exaltados, falam alto"*. A questão das drogas, hoje, é, sem dúvida, a preocupação mais assídua e contundente dos moradores, que a associam quase sempre com questões de segurança e policiamento.

Um episódio que gerou grande polêmica foi a remoção de uma pista de skate que havia numa das pontas da praça. Em 1985, a construtora Concal, ao concluir um dos prédios da Ramon Castilla, deu a pista de presente para a comunidade. Como a pista foi projetada por praticantes do esporte, foi, por algum tempo, considerada uma das melhores do Rio, e, naquela época, era uma das poucas, também. Por isso, atraía muita gente de fora, que vinha praticar, e depois dormia na própria pista, com sua mochila nas costas, o que preocupava os moradores. A área virou, além disso, ponto de referência para o comércio de drogas, segundo contam vários moradores. Após muitas discussões, em 1995 os moradores optaram pela retirada da pista, que foi substituída apenas por mais um canteiro, que vive praticamente ocioso.

Uma outra situação que chegou a gerar um processo judicial envolveu a instalação de tendas em frente à padaria. A idéia original era beneficiar os aposentados que passam muitas horas por dia jogando por ali. Instalou-se então uma tenda, onde eles poderiam ficar sem estarem expostos ao sol forte ou ao sereno. Mas, pelo que conta o presidente Abílio, não deu muito certo: *"O pessoal fazia churrasco, bebia cerveja, fazia xixi, batucada. Passou a abrigar outros equipamentos também e os moradores exigiram a remoção, mas deu briga até judicial, essa história"* (TOZINI, 2004).

O quadro é bastante diferente na Selva de Pedra. Os relatos de 20 anos atrás dão conta de conflitos que acabaram por encontrar rebatimento na forma e na disposição física dos elementos da quadra. Assim nos conta Ferreira dos Santos:

"Os problemas pertinentes ao uso do espaço comum provocaram, desde o início, desentendimentos. Por causa deles, algumas idéias do projeto foram modificadas, no decorrer do tempo. As queixas referiam-se a três tipos de usos inapropriados, na opinião dos moradores. Em primeiro lugar, a "anarquia" e a "sujeira" que os banhistas promoviam no local, utilizando a passagem entre os pilotis de outros edifícios que não os seus. Depois, a invasão dos "cruzadenses", usando os halls e playgrounds quando atravessavam a Selva de Pedra para ir à Cobal ou à escola. Finalmente, a descida de jovens moradores do local, com seus carros, não pelas rampas destinadas a esse fim, mas pelo terreno em declive que morria na calçada". (FERREIRA DOS SANTOS, 1981:120)

Os resultados imediatos desses desentendimentos foram a adoção de um conjunto de intervenções que acabaram por desfigurar o projeto, a partir da construção de barreiras físicas que impedissem ou diminuíssem radicalmente essa circulação livre: no princípio, jardineiras, depois anteparos que isolavam as portarias, culminando nas grades que cercam hoje todo o conjunto.

Hoje, quaisquer conflitos – que seriam naturais e esperados – se encontram escamoteados no discurso do presidente da Associação, que apenas se queixa da falta de participação e compreensão por parte dos moradores, ao mesmo tempo em que elogia a postura do poder público, eleito claramente como seu interlocutor privilegiado.

Mas o sintoma dessa negação transparece no intrigante fato de que quase um terço dos moradores da Selva de Pedra deixou em branco o item do questionário que perguntava sobre as situações que mais desagradam na praça. Ao contrário da Lauro Müller, em que os moradores não se furtaram a listar suas queixas, ou então recorreram a artifícios como escrever, claramente, que não havia situações

desagradáveis em sua opinião, na Selva de Pedra as silenciosas folhas em branco traduzem, no mínimo, uma imensa dificuldade em sequer problematizar o tema.

Mesmo assim, alguns conflitos reais surgem na análise dos comentários oferecidos pelos moradores nos questionários aplicados, e apontam – não surpreendentemente – para a própria relação entre os moradores e a associação, com inúmeras queixas sobre a omissão da ADESPE e cobrança de transparência, renovação e por mais atividades.

Vozes que seguem pedindo o fechamento total da quadra, transformada em condomínio exclusivo, também não são tão raras, indicando a dificuldade que alguns moradores têm de lidar com as experiências coletivas que têm lugar no espaço público.

Há um tema, entretanto, comum às duas quadras, sobre o qual ninguém se furtou a falar: a difícil relação com a grande quantidade de cachorros e seus donos. A queixa principal diz respeito à sujeira deixada pela falta de cidadania dos proprietários dos animais, já que não recolhem as fezes de seus cães, que ficam espalhadas no mesmo espaço em que convivem crianças e idosos. Com relação a isso, ambas as associações têm realizado constantes campanhas, com a distribuição de folhetos educativos e sacos e luvas plásticas para facilitar o trabalho de quem deseja colaborar. Além disso, há também queixas sobre a ameaça que os cachorros de maior porte ofereceriam, principalmente às crianças, quando andam soltos pela praça. Porém, a julgar pela continuidade das reclamações, essas campanhas são de eficácia questionável.

O presidente da ADESPE defende o uso mais rigoroso da lei:

"De uns meses pra cá, nós fizemos uma campanha muito grande durante um ano, um ano e pouco, e tem melhorado muito. Agora, a maioria dos cachorros estão atrelados a uma corrente – mesmo porque existe uma lei, os cachorros têm que ficar atrelados mesmo, até com focinheira, mas aqui ninguém usa focinheira. Mas tem melhorado. E hoje a gente vê muitas madames, muitas senhoras, muitas empregadas até, após o

cãozinho fazer as suas necessidades, que elas vão e recolhem no saquinho, o que não acontecia antes, não” (CARNEIRO, 2004).

Como uma síntese dos principais pleitos e queixas dos moradores, apresentamos a seguir as tabelas com as opiniões destas duas comunidades sobre diversos dos temas aqui debatidos, obtidas através das respostas ao questionário. Na primeira delas, aparece o resultado da questão que procurava investigar o julgamento do morador sobre limpeza, segurança, conforto, tamanho e estado de conservação da praça, bem como o tipo de freqüentadores e o convívio com vizinhos.

As principais diferenças aparecem nos quesitos de segurança – principal queixa dos moradores da Lauro Müller, mas que é um assunto mais bem resolvido na Selva de Pedra; estado de conservação – em que ocorre o inverso (os moradores da Lauro Müller não reclamaram tanto, enquanto os da Selva de Pedra consideram mais problemático), e tipo de freqüentadores da praça, considerados entre bom e excelente pela Selva de Pedra, e apenas regular pela Lauro Müller.

Um item correlato, que é o convívio entre os vizinhos, teve uma avaliação interessante. Na Lauro Müller, 85% o consideram entre regular e bom, com apenas 7% de avaliações marcando excelente. Na Selva de Pedra, há 69% que consideram esse convívio entre regular e bom, com peso bem maior para o bom, e o dobro de avaliações excelentes (14%). Entretanto, igualmente expressivo foi o número de respondentes que deixou esse item em branco.

A limpeza, ligada de certa forma ao estado de conservação, também apresentou mais queixas na Selva de Pedra. O tamanho, embora tenha quantidades semelhantes de respostas se somadas as alternativas bom e excelente, tem uma maior proporção de excelentes na Lauro Müller.

Quando analisado o que mais agrada na praça, além da proximidade de casa, que foi o item mais apontado em ambos os locais, foram valorizados, em ordem decrescente de importância, a tranquilidade, a realização das festas e a privacidade,

na Lauro Müller; e a tranquilidade, a segurança e a privacidade, na Selva de Pedra. Na categoria "outras alternativas", apenas dois respondentes da Selva de Pedra responderam, citando a arborização como elemento que mais agrada.

Entre os aspectos que mais desagradam estão as maiores diferenças, à parte o fato, já mencionado, de que um terço dos moradores na Selva de Pedra não respondeu a esta pergunta. Na Lauro Müller, o consumo de drogas foi, de longe, o item mais marcado, tendo sido citado em mais de 70% dos questionários. O mesmo item mereceu apenas 12% das menções na Selva de Pedra. Os outros aspectos desabonadores, na opinião dos moradores da Lauro Müller, são a insegurança, seguida de perto pelo barulho excessivo e o vandalismo. Na Selva de Pedra, nenhum item se destacou tanto, mas houve 32% de votos para a falta de conservação, seguidos pelo vandalismo, com 24%. O campeão na categoria "outras alternativas", nos dois casos, foi o problema com as fezes de cachorros, seguido por queixas com relação à sujeira e presença de mendigos nas praças.



Figura 6.3: Parte da campanha da ALMA pela limpeza da praça

Tabela 6.4: opinião dos entrevistados sobre alguns aspectos da praça

Temas		Lauro Muller		Selva de Pedra	
		número	%	número	%
Limpeza	Péssimo	2	3.5	3	3.4
	Ruim	6	10.5	16	18.4
	Regular	25	43.9	30	34.5
	Bom	21	36.8	34	39.1
	Excelente	1	1.8	1	1.1
	Não resp.	2	3.5	3	3.4
Segurança	Péssimo	4	7.0	3	3.4
	Ruim	11	19.3	6	6.9
	Regular	17	29.9	20	23.0
	Bom	20	35.0	52	59.8
	Excelente	1	1.8	3	3.4
	Não resp.	4	7.0	3	3.4
Conforto	Péssimo	0	0.0	1	1.1
	Ruim	2	3.5	5	5.7
	Regular	25	43.9	30	34.5
	Bom	26	45.6	40	46.0
	Excelente	2	3.5	7	8.0
	Não resp.	2	3.5	4	4.6
Estado de conservação	Péssimo	0	0.0	3	3.4
	Ruim	3	5.3	19	21.8
	Regular	20	35.0	27	31.1
	Bom	30	52.7	33	37.9
	Excelente	2	3.5	2	2.3
	Não resp.	2	3.5	3	3.4
Tipo de freqüentadores	Péssimo	1	1.8	1	1.1
	Ruim	3	5.3	1	1.1
	Regular	26	45.6	13	14.9
	Bom	23	40.3	60	69.0
	Excelente	2	3.5	8	9.2
	Não resp.	2	3.5	4	4.6
Tamanho	Péssimo	0	0.0	0	0.0
	Ruim	0	0.0	1	1.1
	Regular	3	5.3	7	8.0
	Bom	25	43.9	55	63.2
	Excelente	28	49.0	21	24.1
	Não resp.	1	1.8	3	3.4
Convívio com vizinhos	Péssimo	1	1.8	0	0.0
	Ruim	2	3.5	2	2.3
	Regular	20	35.0	9	10.3
	Bom	29	50.9	51	58.6
	Excelente	4	7.0	12	13.8
	Não resp.	1	1.8	13	14.9

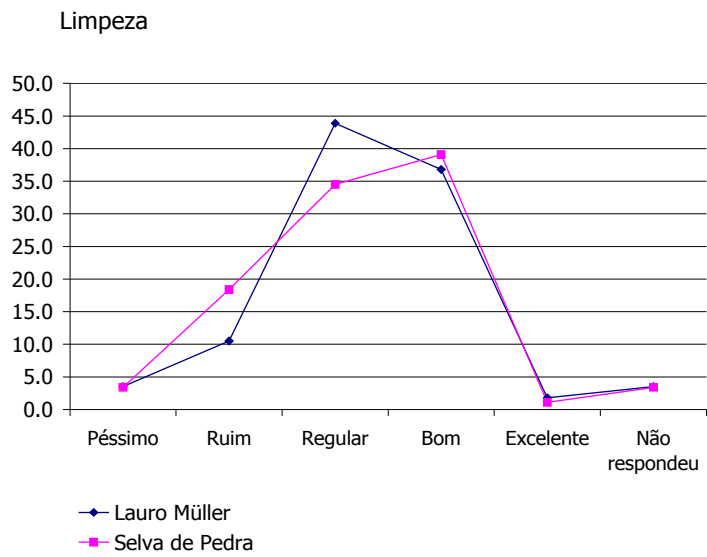


Gráfico 6.2: Opinião dos respondentes sobre a limpeza na praça

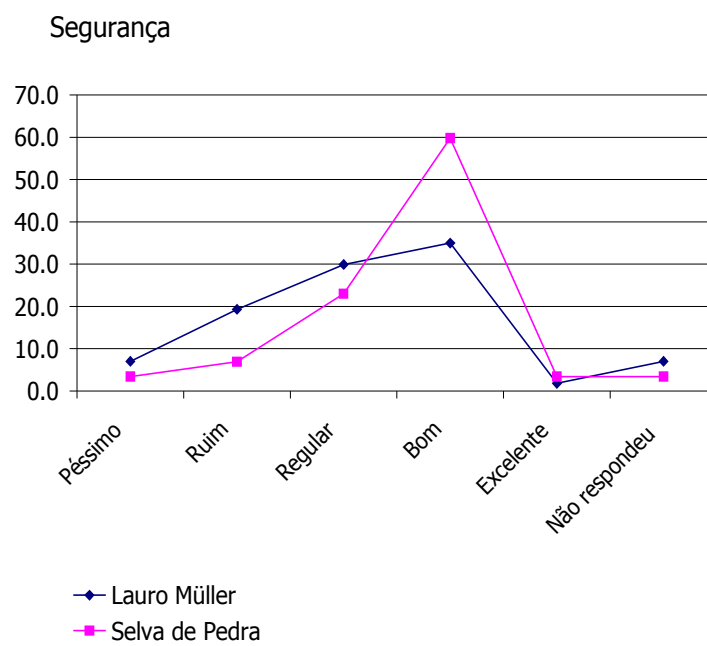


Gráfico 6.3: Opinião dos respondentes sobre a segurança na praça

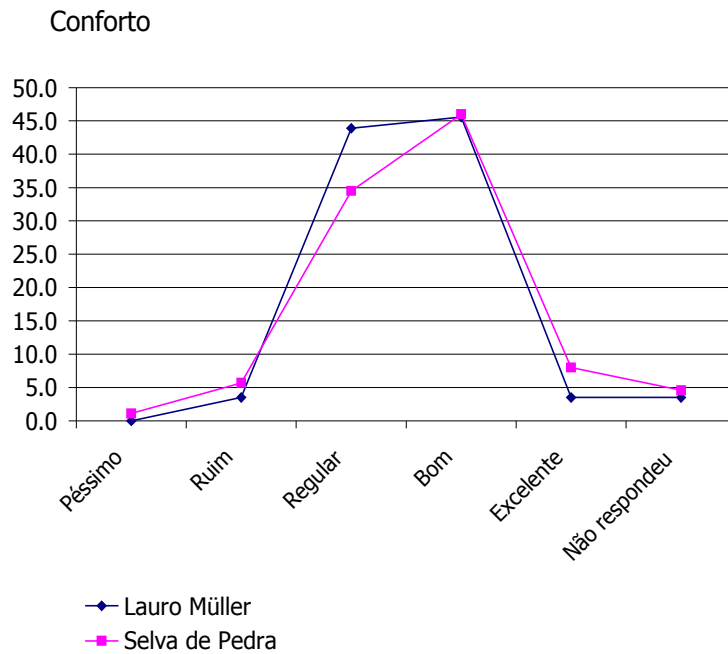


Gráfico 6.4: Opinião dos respondentes sobre o conforto na praça

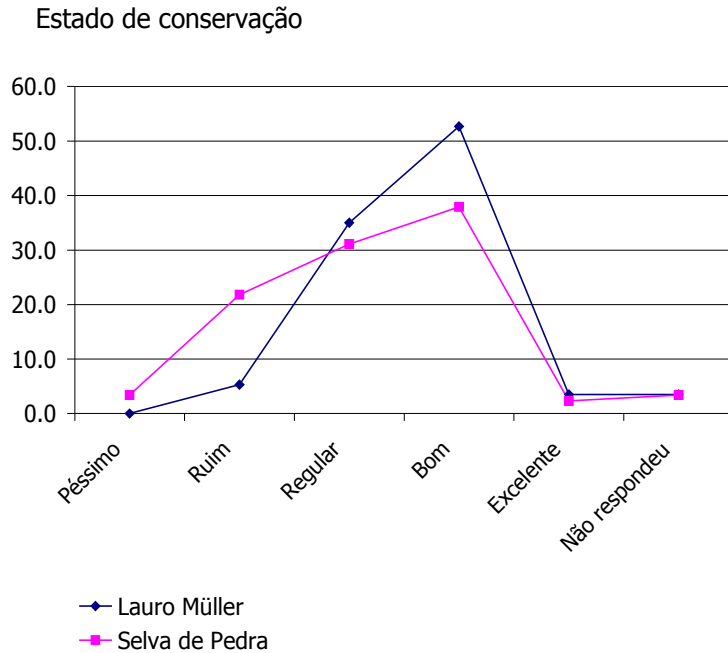


Gráfico 6.5: Opinião dos respondentes sobre o estado de conservação da praça

Tipo de freqüentadores

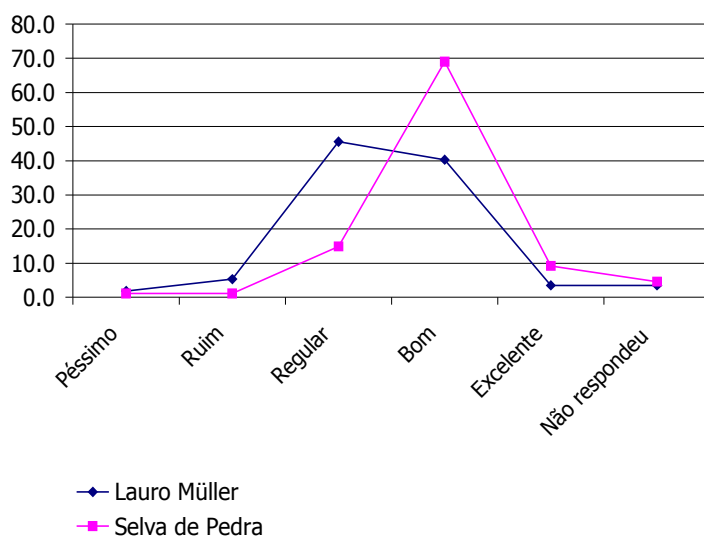


Gráfico 6.6: Opinião dos respondentes sobre o tipo de freqüentadores da praça

Tamanho da praça

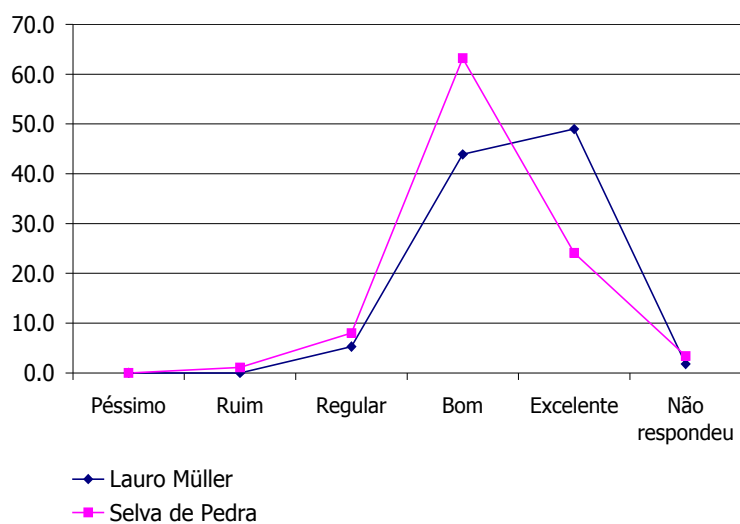


Gráfico 6.7: Opinião dos respondentes sobre o tamanho da praça

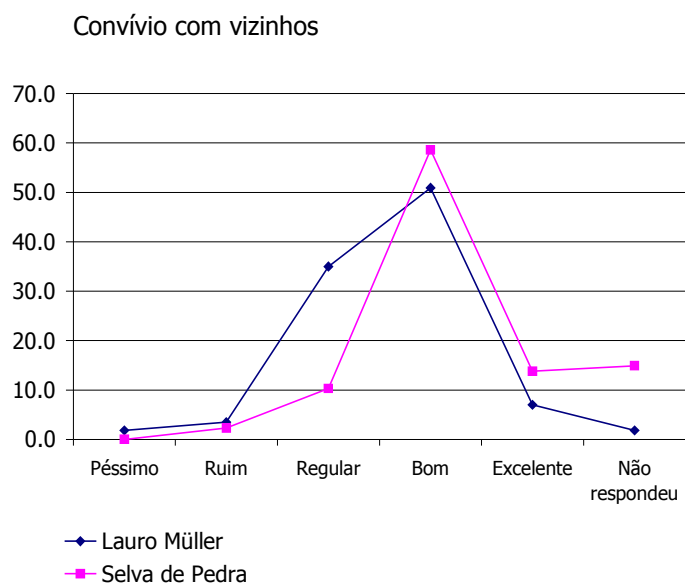


Gráfico 6.8: Opinião dos respondentes sobre o convívio com os vizinhos

Tabela 6.5: Aspectos que mais agradam na praça

O que mais agrada	Lauro Muller		Selva de Pedra	
	número	%	número	%
Proximidade de casa	50	87.7	66	75.9
Segurança	9	15.8	38	43.7
Tranquilidade	27	47.4	49	56.3
Privacidade	17	29.8	33	37.9
Limpeza	6	10.5	12	13.8
Convívio social	7	12.3	16	18.4
Festas e eventos sociais	21	36.8	13	14.9
Alternativas de lazer	11	19.3	24	27.6
Outras alternativas	2	3.5	2	2.3
Não respondeu	0	0.0	6	6.9

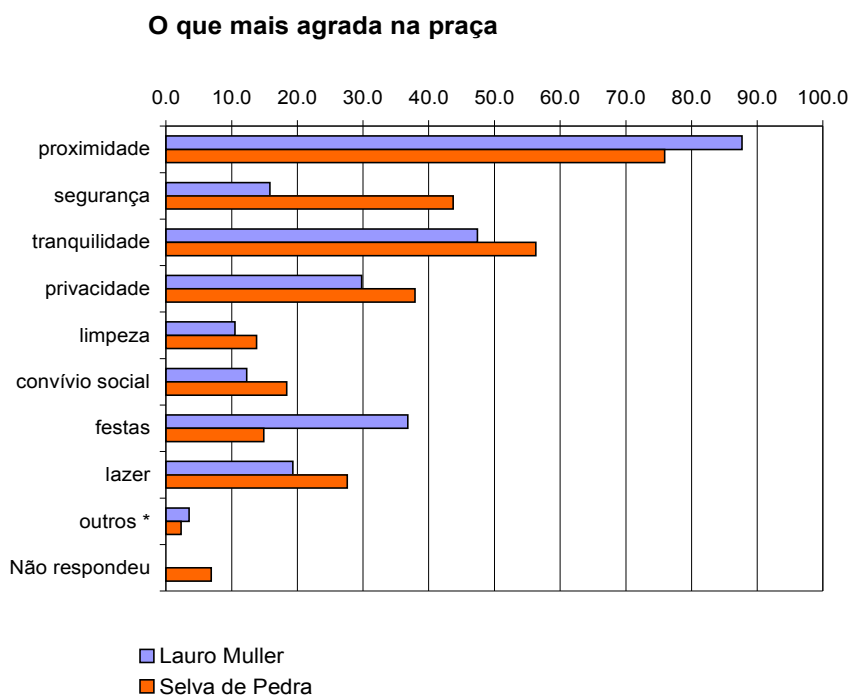


Gráfico 6.9: Aspectos que mais agradam na praça

Tabela 6.6: Aspectos que mais desagradam na praça

O que mais desagrada	Lauro Muller		Selva de Pedra	
	número	%	número	%
Insegurança	27	47.4	5	5.7
Vandalismo	11	19.3	21	24.1
Barulho excessivo	26	45.6	9	10.3
Áreas de consumo de drogas	40	70.2	11	12.6
Falta de conservação	4	7.0	28	32.2
Falta de entrosamento	0	0.0	5	5.7
Falta de privacidade	1	1.8	0	0.0
Conflitos com outros	6	10.5	3	3.4
Outras alternativas**	10	17.5	19	21.8
Não respondeu	0	0.0	28	32.2

Tabela 6.7: Itens citados em "outras alternativas"

** Outras alternativas	Lauro Muller		Selva de Pedra	
	número	%	número	%
Fezes de cachorro	7	12.3	9	10.3
Cachorros bravos soltos	2	3.5	2	2.3
Presença de mendigos	2	3.5	1	1.1
Churrascos barulhentos	1	1.8	1	1.1
Sujeira	1	1.8	4	4.6
Falta de educação na praça	1	1.8	0	0.0
Nada é desagradável	1	1.8	0	0.0
Joqatina até tarde	0	0.0	1	1.1
Futebol das crianças	0	0.0	1	1.1
Oualauer um poder passar	0	0.0	1	1.1

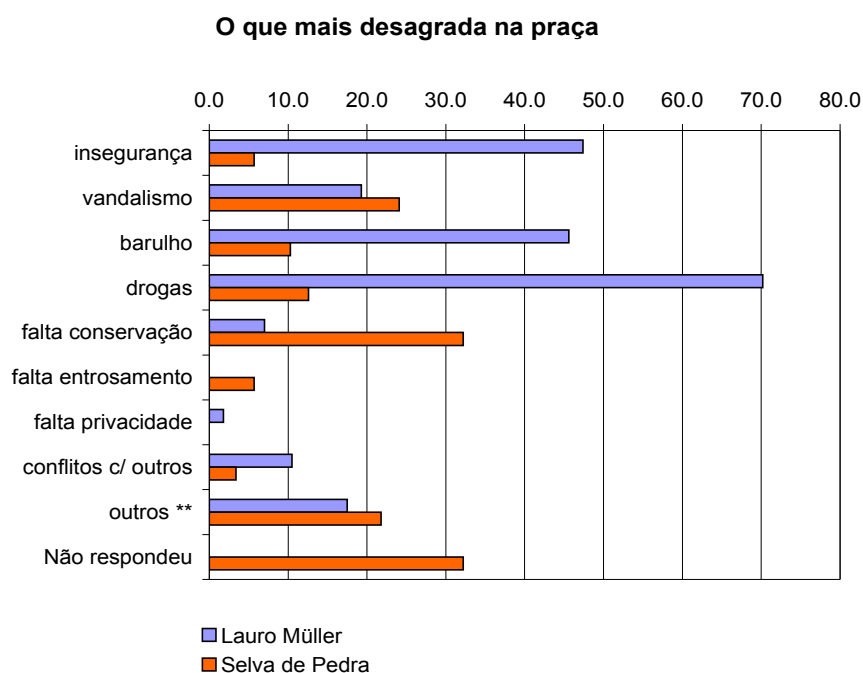


Gráfico 6.10: Aspectos que mais desagradam na praça

Fora essas questões, apontadas pelo questionário aplicado, há também dados sobre que ações devem ser prioritárias na atuação da associação de moradores, na opinião da população local. Esses dados referem-se apenas à comunidade da Lauro Müller, já que foram resultado de um enquete promovida pela ALMA, durante as eleições de 2003. É interessante notar que são resultados perfeitamente coerentes com os obtidos nesta pesquisa, como podemos ver a seguir:

Tabela 6.8: Apuração das prioridades da ALMA, com número de votos por edifício

Prioridade	16	26	36	46	56	66	76	86	96	128	134	117	251	265	141	25	XS	Total	%
Melhorar a segurança do bairro	20	14	17	26	38	37	11	21	57	20	6	13	16	8	16	6	34	360	60.10
Resgatar a qualidade de bairro residencial	28	3	16	14	23	27	14	10	22	14	6	11	11	6	9	9	12	235	39.23
Implantação do Parque Arborizado da Ramon Castilla	7	3	11	6	17	22	5	7	21	9	7	20	14	9	7	7	24	196	32.72
Implantação das cancelas de controle do acesso	16	12	10	19	12	30	4	15	20	11	3	5	7	9	3	1	3	180	30.05
Lutar contra a invasão dos carros nas calçadas	4	4	11	11	25	10	0	5	14	2	2	1	6	8	2	1	1	107	17.86
Realização de obras de contenção nas encostas	4	1	3	6	4	2	2	4	13	3	3	2	4	2	3	5	0	61	10.18
Outras	0	1	2	1	1	4	1	4	4	0	1	1	2	2	2	1	0	27	4.53
Total de votantes	41	21	35	41	63	67	20	37	76	29	15	26	31	22	23	15	37	599	

6.5 Quadro-resumo comparativo

Tabela 6.9

Associação de Moradores	Lauro Muller	Selva de Pedra
Nome / Data de fundação	ALMA / 1976	ADESPE / 1980
Grau de conhecimento que os moradores têm acerca da Associação	Alto (91.3%)	Relativamente baixo (54%)
Eleições	Participam todos os moradores	Participam os síndicos dos edifícios que contribuem para a entidade
Avaliação segundo os moradores	Boa (resultado medido na enquete promovida pela própria Associação)	Ruim (Resultado inferido através dos depoimentos dos questionários)
Gestão e conservação		
Conservação dos espaços	Adoção dos canteiros da praça. Mantém 3 funcionários	Responsabilidade da Prefeitura e seus órgãos. Ajuda eventual da Associação
Gestão e segurança		
Policiamento	Ronda noturna de soldados da PM	Cabine da PM na praça e postos de vigilância pagos pelos condomínios
Acessos	Sem nenhum controle de acesso	Guaritas de controle ao acesso às ruas internas
Avaliação da praça		
O que mais agrada	Proximidade, tranquilidade, realização de festas, privacidade	Proximidade, tranquilidade, segurança, privacidade
O que mais desagrada	Consumo de drogas, insegurança, barulho	Falta de conservação, vandalismo, outras alternativas (Cocô de cachorro)

7 – CONCLUSÃO

*Sentimos que, mesmo depois de serem respondidas
todas as questões científicas possíveis,
os problemas da vida permanecem completamente intactos.*
(WITTGESTEIN, in SANTOS, 1989:121)

Ao longo deste trabalho, procurei estudar dois exemplos de quadra com pátio central, com o objetivo de melhor entender as relações entre forma e uso aí existentes. Comecei minha pesquisa perguntando por que alguns espaços funcionam melhor do que outros, e me perguntando se haveria elementos de projeto – ou outros – que contribuíssem para isso.

Aos poucos, fui aprofundando os questionamentos e definindo melhor a abordagem teórico-metodológica, a fim de buscar compreender os diversos conceitos subjacentes a esta investigação. Assim, no capítulo 2, expliquei de que maneiras seriam entendidas e tratadas aqui idéias como espaço e forma, percepção, apropriação, gestão, as nuances que distinguem espaços públicos e privados, e diversas outras categorias de análise, que ajudariam a preparar o terreno sobre o qual eu deveria fundamentar minha argumentação. Apresentei também um breve estudo tipológico dessa configuração de espaço, ao longo da história, e procurei entender os pressupostos teóricos que nortearam a concepção dos projetos em estudo.

Parti do princípio de que haveria três fatores a serem considerados no trabalho. Três aspectos que, entrelaçados, ajudariam a responder à minha pergunta inicial: como funcionam essas quadras tão peculiares e pouco comuns na paisagem urbana do Rio de Janeiro? Como são percebidas e usadas? E por quê? Os três aspectos que fundamentaram minha hipótese de trabalho foram a forma, o perfil sócio-cultural dos moradores, e a gestão.

Embora eu tenha criteriosamente analisado um por um esses fatores, juntamente com uma apresentação da constituição histórica de cada uma das quadras, logo percebi que eles não tinham o mesmo peso nesta avaliação. Não representavam igualmente um terço da explicação. Há uma espécie de hierarquia entre eles.

O primeiro destes fatores a ser analisado foi a forma. Não apenas o desenho em si, a aparência ou estrutura física, mas a forma sob o conceito mais abrangente adotado por Lynch, que engloba as pessoas, suas atividades e fluxos, que, em conjunto, configuram o espaço. Como a forma dessas quadras e respectivos pátios suportam questões de vitalidade, adequação, acesso?

Vimos que o desenho destes pátios, espaço público percebido ambigüamente como privado por muitos, conformado por um anel de edifícios residenciais e isolado do trânsito de automóveis, enseja um uso cotidiano muito parecido. O dia-a-dia dessas quadras é semelhante, com as crianças e velinhos de manhã, os adolescentes que vão e voltam da escola, os jovens que se reúnem à noite, a circulação de moradores e vizinhos que cortam caminho em direção ao comércio que existe ao redor.

Esse uso mais "doméstico" talvez seja até mais intenso na Selva de Pedra, por razões formais: o desenho da quadra, com seus dois anéis de edifícios, hoje gradeados, acentua ainda mais a percepção do espaço como privado. Para um estranho, é fácil imaginá-lo como espaço de lazer de um condomínio particular. Além de a praça ser mais resguardada, o espaço é mais compacto, em sua forma octogonall, e suas dimensões favorecem a concentração das atividades aí realizadas. Entretanto, a meu ver, o duplo anel enfraquece essa forma, porque esgarça os vínculos dos prédios "de fora" com a praça. Estes prédios estabelecem relações apenas com a rua, e passam a se comportar como prédios de uma quadra convencional. E isso acaba tendo reflexos na maneira com que esses moradores se apropriam (ou não) do lugar em que moram, nos vínculos que estabelecem com esse espaço, e até nas relações com seus vizinhos.

Durante a pesquisa, pude perceber que o vínculo dos moradores deste conjunto com sua praça é um pouco menos estreito do que o verificado na Lauro Müller, e crivado, por sua vez, de ambivalências que se reportam à história de sua constituição, como conjunto que veio a ser construído em área antes ocupada por favela. Isto influenciou a maneira como esses moradores construíram a imagem que

têm de si mesmos (principalmente porque a maioria é de moradores antigos, que aí se estabeleceram desde o início, há cerca de 30 anos), e a maneira como se relacionam tanto com este espaço como com seus vizinhos imediatos, da Cruzada São Sebastião, alguns dos quais eram moradores da mesma favela que foi daí removida.

Esta situação explica, em parte, as contradições de discurso encontradas, em que ora se revelam laços afetivos semelhantes aos encontrados na comunidade da Lauro Müller, e ora se percebem indiferenças e até mesmo ressentimentos velados. Mesmo assim, os termos “tranquilo”, “sossegado” ou “protegido” também foram muito usados na descrição do local, com o mesmo sentido de “resguardado do movimento mais intenso do restante da cidade”.

Na Lauro Müller, ao contrário, a forma favorece a dispersão. A praça mais alongada, em “L”, permite a criação de muitos territórios, nichos que privilegiam usos distintos ao longo o dia. A existência de pontos de comércio no pavimento térreo de alguns dos edifícios também contribui para um fluxo mais intenso e variado de pessoas, sugerindo um caráter mais público a esse espaço. Sem falar na existência do *Redondo*, com sua vocação para palco de atividades as mais variadas, quase sempre atraindo gente para bem além dos limites da quadra.

As praças que estudamos são públicas, mas como estão confinadas no interior das quadras e, a rigor, nem a visibilidade – e por conseguinte – nem o acesso a elas é totalmente franqueado, pode-se dizer que são espaços factíveis de serem percebidos como privados. Isto fortalece a demarcação por parte do usuário desta área aos olhos dos outros. Os moradores, por se darem conta de que são largamente majoritários entre os freqüentadores, rapidamente identificam os “de fora”, e alguns chegam a senti-los como intrusos. Ou se apropriam do espaço a ponto de se sentirem com mais direitos sobre ele do que os outros. Estes outros, por sua vez, partilham quase sempre da mesma percepção, e se portam muitas vezes como visitas, referindo-se ao espaço como “esta praça *de vocês...*”. Ferreira dos Santos também já havia apontado para isso, quando, falando da Selva de Pedra, disse que:

" (...) a praça central, contida pelo anel de edifícios, apresenta-se como um espaço ambíguo. Sendo pública, a maneira como a Selva de Pedra a envolve, encapsulando-a, confere-lhe uma conotação de espaço privativo dos edifícios e de seus moradores". (SANTOS, 1980:120)

Além do desenho em si, outros elementos formais também contribuem para o entendimento de como as praças são usadas. A existência de um programa adequado e a disposição de um mobiliário condizente com esse programa, por exemplo, é um desses fatores. Neste aspecto, o desenho mais rígido da praça da Selva de Pedra, com suas fileiras de árvores e bancos, aliado à carência de uma quadra de esportes, não é muito favorável. No Mapa de Usos apresentado no capítulo 5, juntamente com trechos dos diários de campo, vemos que os usuários da praça (especialmente os mais idosos e as crianças pequenas, com seus respectivos acompanhantes) tendem a se concentrar num determinado trecho, onde a disposição mais informal dos bancos, assim como a proximidade dos brinquedos, da carrocinha da água de côco e a sombra das árvores criam um ambiente mais agradável, ao mesmo tempo com visibilidade para toda a praça, e afastado do trânsito mais intenso.

Lembramos que Lynch sugere que a plasticidade e a variedade são elementos de desenho fundamentais para o sucesso de um projeto (LYNCH, 1990:61)

Cabe dizer ainda que, de qualquer modo, as várias modificações implementadas na Selva de Pedra desfiguraram bastante a concepção original do projeto, atuando no sentido de uma maior privatização dos espaços. Neste aspecto, vale perguntar que conseqüências na percepção e dinâmica de uso do espaço haverá, a longo prazo, na Lauro Müller, caso seja aprovado e implementado o projeto das cancelas.

A forma, então, é um elemento preponderante, embora não tenha autonomia. Ela não responde sozinha pelo estabelecimento de relações sociais, de nenhum tipo ou qualidade, mas pode colaborar para o estreitamento dessas relações, ou literalmente, dar as costas a elas. O fato de que alguns lugares encorajam as trocas

sociais está no princípio do argumento de Whyte, por exemplo, de que são justamente esses lugares que funcionam melhor, e exatamente por esse motivo.

Mas não é só a forma que conta. O fato de esses loteamentos terem sido ocupados majoritariamente por um determinado grupo social, que, por motivos vários – sociais, culturais, econômicos – acabou permanecendo no local por tantos anos, sem a rotatividade que caracteriza muitos outros assentamentos, também colaborou no estabelecimento dessas relações. Famílias que se conhecem há anos, gerações que se sucedem no mesmo apartamento, ou migram para o edifício do lado, são fenômenos comuns de se encontrar nos dois casos.

Mas a grande diferença desses lugares, juntamente com a forma, está na gestão, fator que se mostrou fundamental para a compreensão das relações entre forma e uso. É o elemento que potencializa o uso e promove o estreitamento dos vínculos, fortalecendo o sentido de comunidade. A gestão, neste caso, pressupõe uma ação coletiva de zelo e responsabilidade pelo lugar onde se vive. Teoricamente, a expressão desse zelo pode se manifestar de várias formas, das mais espontâneas e informais, às mais organizadas e institucionais. Usar o espaço de forma a conservá-lo, não depredando suas instalações e elementos, é uma forma de se manifestar responsável por ele. Interferir educativamente quando se presencia um ato de vandalismo, é outra. Decidir, em conjunto, delegar essas ou outras tarefas a terceiros e supervisionar sua atuação, também. Ou seja, nesta concepção, a gestão está diretamente ligada à cidadania, que, segundo Ferreira dos Santos,

" (...) é a convicção da autopertinência a um universo social que compartilha um conjunto de representações e relações sociais. A cidadania, mais que um estatuto formal, é o exercício da responsabilidade com relação ao que é comum". (SANTOS, 1981:130)

Outras maneiras de gerir o espaço e a vida pública, certamente haverá. Estas duas comunidades optaram por constituir Associações de Moradores para os representar e cuidar de seus interesses, neste aspecto. E segundo Lynch,

"As pessoas que controlam um local devem ter os motivos, as informações e o poder para o fazerem bem, um compromisso com o local e com as outras pessoas e criaturas que aí habitam, uma disposição para aceitar o fracasso e corrigí-lo". (LYNCH, 1981:200)

Todavia, o que pudemos observar foram realidades nem sempre consoantes com esses ideais. Aparentemente, a Associação de Moradores da Lauro Müller cumpre seu papel, a despeito da tensão contínua para acomodar as dissensões internas, o que não só é comum como enriquecedor para o processo de gestão como um todo. Com as devidas ressalvas metodológicas, o resultado das enquetes promovidas pela própria associação aponta para um grau de satisfação bastante razoável dos moradores com sua associação.

Na Selva de Pedra, porém, verificou-se um descontentamento maior da população a esse respeito, e, durante o período de observação e entrevistas, o panorama contemplado foi realmente de pouca participação da Associação na vida da comunidade. A ADESPE, muitas vezes, se exime de levar a cabo diversas ações que, não só contribuiriam para difundir sua imagem como parceira e representante da comunidade, como também ajudariam a promover boas relações e convívio entre os vizinhos. Por exemplo, através de uma agenda de eventos culturais, esportivos e sociais mais assídua. Como está, a associação é mais um braço normativo do poder público dentro da comunidade do que voz da comunidade junto ao poder público. Ela intermedeia a atuação da administração municipal na área, e o faz competentemente, zelando principalmente pela ordem e segurança do conjunto, mas falha no diálogo com os moradores, esvaziando seu papel na comunidade e tornando-se alvo, no mais das vezes, de demandas burocráticas.

A pouca alternância na cúpula dessas entidades também sugere uma baixa disposição para a vida política e comprometimento com a coletividade, por parte desses moradores, o que, por outro lado, dificulta ainda mais a atuação das associações. Não cabe aqui discutir os motivos para esse pouco engajamento, mas é

importante sublinhar que a formação de novos gestores sociais é uma tarefa social das mais úteis, o que Lynch também já havia dito (LYNCH, s/data:200).

Voltando às perguntas mais iniciais, agora um pouco reformuladas: por que alguns espaços funcionam melhor do que outros? O que é (ou como é) um espaço que funciona bem? Para Lynch, “o aglomerado bom é o que melhora a continuidade de uma cultura e a sobrevivência do seu povo, o que aumenta o sentido de ligação no espaço e no tempo, e permite ou encoraja o crescimento individual” (LYNCH, 1981:116).

Ao longo deste trabalho concluí que há, sim, elementos de projeto que induzem, ou favorecem o uso dos espaços, e que, conjugados a uma experiência de gestão mais participativa, engendram espaços mais democráticos e plenos de vitalidade, sentido e identidade. No caso específico desta forma de quadra com pátio central, pude observar que o desenho do projeto foi fundamental para que os moradores se percebessem como um grupo, uma comunidade distinta das outras, o que, por sua vez, fortaleceu a necessidade de se criar mecanismos de gestão para administrar seus interesses. Apesar das nuances que diferenciam a experiência da praça em cada um dos casos, estes espaços cumpriram seu papel de aglutinadores das relações sociais, permitindo senão a interação sistemática entre grupos distintos, pelo menos um convívio cotidiano saudável entre eles. Por seu turno, a gestão pode arrefecer estas qualidades da forma, ou reforçá-las, contribuindo para o estabelecimentos de relações mais sólidas e inclusivas.

A proposta foi de discutir e tentar entender as relações entre forma e uso em dois espaços urbanos no Rio de Janeiro, analisando seus atributos físicos, mas sem deixar de considerar as pessoas que usam esses espaços, e a dinâmica de relações que aí se estabelecem, que por sua vez, modificam o espaço, e assim por diante. Os projetos são muito importantes, mas ainda mais importantes são os lugares, com seu conjunto de elementos, pessoas e significados.

Não quero propor modelos, seja de formas urbanas, seja de maneiras de usufruir da vida em espaços públicos ou gerí-los. Como diz Henri Lefebvre, “a reflexão crítica tende a substituir a construção de modelos pela orientação, que abre vias e descortina um horizonte” (LEFEBVRE, 1999:68). Mas, a partir destas reflexões, procuramos apontar algumas direções, no sentido de contribuir para a elaboração de projetos de espaços livres públicos melhores e mais significativos na vida da cidade.

7.1 Sugestões para pesquisas futuras

Esta pesquisa demonstrou que esta tipologia de quadra residencial funcionou bem para este grupo social, comprovando conceitos de vários autores a respeito dos atributos da forma, uso das praças e apropriação dos espaços (FERREIRA DOS SANTOS, 1981; JACOBS, 2001; LYNCH, 1981; WHYTE, 1980). Além disso, trouxe à luz um terceiro fator, que foi a análise da gestão, isto é, as formas de organização da comunidade para administrar seus interesses no que diz respeito ao ambiente em que vivem.

Porém, pode-se perguntar em que medida seria lícito supor que algumas formas urbanas são mais adequadas a determinados grupos sociais do que a outros. Nesse sentido, uma linha complementar de pesquisa poderia tentar investigar se esta forma de quadra, com pátio central público, se comportaria da mesma maneira em áreas carentes, por exemplo. As formas de percepção e apropriação seriam as mesmas? Que especificidades surgiriam nos usos e mecanismos de gestão? Esta forma teria poder para se sobrepor – ou se conjugar – a outros fatores na construção de identidade desse grupo?

Uma outra possibilidade de pesquisa que também se abre é procurar investigar que outras formas urbanas favorecem essa atribuição de sentido, e contribuem para a criação e fortalecimento dos laços sociais que sustentam o cotidiano da cidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Livros, revistas e anais

APUR. Les Espaces Verts de Paris. Situation et Projets. Paris: *Atelier Parisien d'Urbanisme*, 1981

ARGAN, *Giulio Carlo*. História da Arte como História da Cidade. São paulo: Ed. *Martins Fontes*, 1984

BABBIE, *Earl*. Métodos de pesquisa de survey. Belo Horizonte: *UFMG*, 2003

BACHELARD, *Gaston*. A Poética do Espaço. São Paulo: Ed. *Martins Fontes*, 2000

BOLETIM Informativo, número especial. Rio de Janeiro: *Superintendência Executiva de Projetos Especiais*, 1973

BROADBENT, *Geoffrey*. Emerging Concepts in Urban Space Design. London: *E & FN Spon*, 1996

CARR, *S.*, FRANCIS, *M.*, RIVLIN, *L.* and STONE, *A.* Public Space. Cambridge: *Cambridge University Press*, 1992

COSTA, *Lúcia*. Popular Values for Urban Parks: a case study of the changing meanings of Parque do Flamengo in Rio de Janeiro. *Ph.D. Thesis.* Londres: *University College of London*, 1993

GROTH, Paul. "Frameworks for Cultural Landscape Study". In: GROTH, Paul and BRESSI, Todd W. Understanding Ordinary Landscapes. Yale University Press, 1997

HALPRIN, Lawrence. "The Collective Perception of Cities: We Reflect Our Urban Landscapes" In: Urban Open Spaces. Londres: Academy Editions, 1981

HAYDEN, Dolores. Redesigning the American dream. New York: W.W. Norton & Company, 1986

HEIDEGGER, Martin. Ensaio e Conferências. Petrópolis: Editora Vozes, 2002

HERTZBERGER, Herman. Lições de Arquitetura. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1999

JACOBS, Jane. Morte e Vida de Grandes Cidades. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2001

KOSTOF, Spiro. The City Shaped – Urban Patterns and Meanings Through History. London: Thames&Hudson Ltd., 1991

KRIER, Rob. Urban Space. London: Academy Editions, 1991

LAMAS, José M. R. Garcia. Morfologia Urbana e Desenho da Cidade. Fundação Calouste Gulbekian, 2000

LE CORBUSIER. Urbanismo. São Paulo: Martins Fontes, 1992

LEFEBVRE, Henri. A Revolução Urbana. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999

LEME, Maria Cristina da Silva. Urbanismo no Brasil 1895-1965. São Paulo: Studio Nobel, FAUUSP, FUPAM, 1999.

LERUP, Lars. Building the Unfinished – Architecture and Human Action. California: Sage Publications, 1977

LYNCH, Kevin. The Openness of Open Space (City sense and City Design – Writings and projects of Kevin Lynch). Edited by Tridib Banerjee and Michael Southworth; Cambridge: The MIT Press, 1990

_____. The Image of the city. Cambridge: The MIT Press, 1960

_____. A boa forma da cidade. Edições 70, Lisboa, s/ data

MACEDO, S. S.; ROBBA, F. Praças Brasileiras. São Paulo: EDUSP, 2002

MACEDO, S. S.; SAKATA, F. G. Parques Urbanos no Brasil. São Paulo: EDUSP, 2002

MARCUS, Clare Cooper and FRANCIS, Carolyn. Design Guidelines for Urban Open Spaces. New York: John Wiley & Sons, Inc., 1998

MEINIG, D. W. (editor). The Interpretation of Ordinary Landscapes. Geographical Essays. New York: Oxford University Press, 1979

MOUGHTIN, Cliff. Urban Design: Street and Square. Oxford: Architectural Press, 1999

MUMFORD, Lewis. A Cidade na História. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1961

RELPH, Edward. Place and Placelessness. London: Pion Limited, 1976

REZENDE, Vera F. "Evolução da produção urbanística na cidade do Rio de Janeiro, 1900-1950-1965". In: LEME, Maria Cristina da Silva. Urbanismo no Brasil 1895-1965. São Paulo: Studio Nobel, FAUUSP, FUPAM, 1999.

_____. Refazendo caminhos: o pensamento urbanístico a partir da produção do engenheiro Saboya Ribeiro. Belo Horizonte: Anais do Encontro Nacional da Anpur, 2003.

_____. O Urbanismo Moderno no Rio de Janeiro, a contribuição de Saboya Ribeiro. Salvador: Anais do VII Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, 2002.

ROSSI, Aldo. The architecture of the city. New York: Oppositions Books, 1992

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. Quando a rua vira casa. Rio de Janeiro: IBAM/FINEP, 1981

SANTOS, Boaventura de Souza. Introdução a uma Ciência Pós-Moderna. Rio de Janeiro: Graal, 1989

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. Quando a rua vira casa. Rio de Janeiro: Convênio IBAM/FINEP, 1981.

SENNETT, Richard. O declínio do homem público: as tiranias da intimidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TUAN, Yi-fu. Topophilia: a study of environmental perception, attitudes and values. New York: Prentice-Hall, 1974.

TURKIENICZ, Benamy e MALTA, Maurício (editores). Anais do II Sedur – Seminário sobre Desenho Urbano no Brasil. São Paulo: PINI; Brasília: CNPq; Rio de Janeiro: FINEP, 1986

VIEIRA, Mariana Dias. A Poética do Largo. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ/PROURB, 2001

WHYTE, W. H. El paisaje final. Buenos Aires: Ediciones Infinito, 1972

_____. The Social Life of Small Urban Open Spaces. Washington D.C: The Conservation Foundation, 1980

ZEISEL, John. Inquiry by Design. Cambridge: Cambridge University Press, 1984

2. Artigos e textos em meio eletrônico

LIMA, Rogério Suarez Barbosa Lima. O Antigo Leblon – uma aldeia encantada. 1999. Disponível em www.antigoleblon.com.br/cronicas. Acesso em: agosto/2003.

RODRIGUES, Ana Luiza Brandão. A Urca de ontem e de hoje: o "Quadrado da Urca". Disponível em <http://members.fortunecity.com/sp2vw/amourabr2001>. Acesso em: julho/2004.

TAHCHIEVA, Galina. New Urban Ideas for São Paulo. 2002. Disponível em http://www.spsitecity.com.br/english/megalopole/e_intern_c.htm. Acesso em julho/2004.

<http://www.afaerj.org.br/legiszon/L434/lei434.htm> Acesso em: julho/2004

www.sindegtur.org.br/2004/a5.pdf Acesso em: julho/2004

www.favelatemmemoria.com.br Acesso em: junho/2003

www.almacarioca.com.br/lbn08.htm Acesso em agosto/2003

3. Entrevistas

AZEVEDO, José Bezerra de. Zelador do edifício no. 96 da rua Lauro Muller. Rio de Janeiro: Entrevista realizada em 01 de julho de 2004.

CARNEIRO, Wlander Moreira. Presidente da Associação de Moradores da Selva de Pedra (ADESPE). Rio de Janeiro: Entrevista realizada em 22 de junho de 2004.

KONDER NETTO, Marcos. Autor do projeto de loteamento do conjunto Selva de Pedra. Rio de Janeiro: Entrevista realizada em 20 de fevereiro de 2004.

PORFÍRIO, Pedro. Vereador pelo PDT, antigo morador da Rua Lauro Muller, e co-fundador da Associação de Moradores local (ALMA). Rio de Janeiro: Entrevista realizada em 27 de fevereiro de 2003.

SOUZA, Cláudio Evaristo de. Morador da Cruzada São Sebastião e presidente da Associação de Moradores do Bairro São Sebastião do Leblon (AMORABASE). Rio de Janeiro: Entrevista realizada em 21 de junho de 2004.

SUSSEKIND, Mariane Sardenberg. Funcionária do BNDES, moradora do conjunto Selva de Pedra, Rua Humberto de Campos, 480/1502. Rio de Janeiro: Entrevista realizada em 15 de março de 2003.

TOZINI, Abílio. Presidente da Associação de Moradores da Lauro Muller e Adjacências (ALMA). Rio de Janeiro: Entrevista realizada em 23 de junho de 2004.

WINTER, Marlene. Dona de casa, moradora do conjunto Selva de Pedra, Rua Afrânio de Melo Franco, 353/504. Rio de Janeiro: Entrevista realizada em 25 de fevereiro de 2003

4. Legislação mencionada

<i>Decretos</i>	<i>Leis</i>	<i>PA's e PAL's</i>
Decreto 6000/37	Lei 1236/67	PA 4299
Decreto 8617/46	Lei 323/82	PA 8765
Decreto 571/66	Lei 434/83	PAL 11628
Decreto 3800/70	Lei 1216/88	PAL 28348
Decreto 322/76	Lei 1327/88	
Decreto 1466/78 (PEU 001)	Lei 1579/90	
Decreto 1861/78		
Decreto 3847/82		
Decreto "E" 2950/69		
Decreto "E" 2951/69		

ANEXO A: O questionário aplicado

Modelo do questionário que foi aplicado, com a carta de apresentação que o acompanhou:

Rio de Janeiro, 17 de junho de 2004.

Prezado(a) morador(a),

Gostaria de pedir 30 segundos de seu tempo. Meu nome é Ana Paula Medeiros, sou arquiteta e faço mestrado em Urbanismo na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Estou na fase final de minha pesquisa e sua colaboração será preciosa para mim.

Estou estudando as relações entre as formas urbanas e os diversos aspectos sociais e culturais que contribuem para que determinados lugares sejam percebidos e utilizados de um determinado jeito ou de outro.

Nesta pesquisa, escolhi duas áreas específicas e muito particulares para estudar mais de perto: uma é a quadra conhecida como **Selva de Pedra**, no Leblon, e a outra é a quadra existente entre as ruas **Lauro Muller e Ramon Castilla**, na Urca, perto do Rio Sul. Meu interesse principal é o uso das praças que existem no interior dessas duas quadras.

Como você pode ver, você está recebendo estes papéis porque você é morador em um desses locais. E é aí que sua ajuda é fundamental para mim. Junto com esta apresentação está um questionário (todo de múltipla escolha, bem fácil e rápido), que eu gostaria muito que você respondesse. Ao final, peço, por favor, que você o deixe com o porteiro do seu prédio, que eu passarei dentro de uma semana para buscá-lo.

Asseguro que o conteúdo de suas respostas será considerado apenas estatisticamente, no conjunto de todos os outros questionários que seus vizinhos também estão respondendo, e o conteúdo de suas respostas não será utilizado de nenhuma forma que possa expô-lo ou prejudicá-lo. Para quaisquer esclarecimentos adicionais, por favor sinta-se à vontade para me contactar pelo e-mail pesq-ufRJ@ig.com.br.

Desde já, muito obrigada!

QUESTIONÁRIO**I - Identificação**

a) Nome (opcional):

b) Sexo: M ____ F ____

c) Idade:

- () até 10 () 36-45
() 11-17 () 46-55
() 18-25 () 56-65
() 26-35 () acima de 65

d) Ocupação:

e) Estado civil:

f) Faixa de renda familiar (Observação: considerar 1 salário mínimo = R\$260,00):

- () até 2 SM (salários mínimos) () acima de 20 SM
() de 2 a 5 SM () sem renda
() de 5 a 10 SM () não quis declarar
() de 10 a 20 SM

g) Tempo de residência nesta quadra:

- () menos de um ano () entre 11 e 20 anos
() entre 1 e 5 anos () mais de 20 anos
() entre 6 e 10 anos

h) Tipo de residência:

- () Proprietário () Inquilino () Outros (especificar):

i) Quantos moradores habitam esta residência?

- ____ adultos ____ crianças entre 0 e 10 anos
____ adolescentes entre 11 e 18 anos ____ empregados

II - Relação com a praça

a) Você frequenta a praça?

- Mais de uma vez por semana
- Em média, uma vez por semana
- Pelo menos uma vez por mês
- Só quando há festas comunitárias e eventos sociais
- Não, apenas a utilizo como passagem para algum outro lugar
- Não, nem como passagem

b) Além de você (ou caso você não frequente), há outras pessoas da casa que frequentem a praça?

- Sim, filhos pequenos (0-10 anos)
- Sim, filhos adolescentes (11-18 anos)
- Sim, filhos mais velhos, cônjuge e/ou companheiro(a) de moradia
- Sim, pessoas idosas
- Sim, empregados
- Não

c) As pessoas de sua casa que frequentam a praça fazem isso com quais finalidades? (pode marcar mais de uma opção):

- Recreação e/ou prática de esportes
- Descanso
- Passeio com cachorro
- Passagem / trânsito para outros lugares (comércio, escola, ponto de ônibus etc)
- Encontro com amigos e/ou vizinhos
- Outros

d) Quais os principais horários de utilização da praça:

- manhã tarde noite madrugada

e) Qual a sua opinião sobre:

Limpeza da praça: () Péssimo () Ruim () Regular () Bom () Excelente

Segurança da praça: () Péssimo () Ruim () Regular () Bom () Excelente

Conforto: () Péssimo () Ruim () Regular () Bom () Excelente

Estado de conservação: () Péssimo () Ruim () Regular () Bom () Excelente

Tipo de freqüentadores: () Péssimo () Ruim () Regular () Bom () Excelente

Tamanho da Praça: () Péssimo () Ruim () Regular () Bom () Excelente

Convívio social na praça:() Péssimo () Ruim () Regular () Bom () Excelente

f) Que aspectos da praça mais lhe agradam?

() proximidade de casa

() segurança

() ambiente tranquilo

() privacidade (ser um lugar pouco visível da rua e mais resguardado)

() limpeza e ordem

() convívio com os vizinhos

() as festas e eventos sociais que acontecem

() as alternativas de lazer (mesas para jogos, brinquedos, espaço para andar de bicicleta, jogar bola, etc)

() Outros (especificar):

g) Caso existam, que situações mais lhe desagradam?

() insegurança (furto de veículos, toca-fitas, assaltos a transeuntes etc)

() vandalismo (destruição de patrimônio, pichações etc)

() barulho excessivo (badernas noturnas, festas com som muito alto, etc)

() existência de pontos de consumo de drogas

() falta de conservação dos brinquedos e canteiros

() falta de entrosamento entre os vizinhos

() falta de privacidade

() conflitos com outros frequentadores que não são moradores da quadra

() Outros (especificar):

h) Há festas comunitárias e eventos sociais na praça ao longo do ano?

- Sim, vários (mais de três por ano)
- Sim, poucos (de um a três por ano)
- Não que eu saiba

i) Caso existam, que tipos de festas comunitárias e eventos acontecem com mais frequência? (Pode marcar mais de uma opção)

- Baile de carnaval
- Festas religiosas, missas, cultos
- Dia das mães
- Dia das crianças
- Festa junina
- Natal
- Festas cívicas, solenidades
- Atividades esportivas, gincanas, oficinas de artes
- Atividades ligadas à saúde e cidadania (distribuição de donativos, exames de saúde gratuitos, postos móveis para emissão de documentos, etc)
- Outros (especificar):

j) Você sabe que existe uma Associação de Moradores específica desta quadra e adjacências?

- Sim, e eu participo dela
- Sim, eu não participo diretamente mas acompanho seu trabalho
- Já ouvi falar a respeito, mas não sei nada sobre ela
- Não, nunca ouvi falar

l) Por favor, acrescente no verso outras informações e comentários que desejar. Se mais de uma pessoa na casa quiser responder, por favor, tire uma cópia e participe. Mais uma vez, muito obrigada por sua colaboração

ANEXO B: Reflexões preliminares sobre o questionário aplicado

As respostas dos questionários foram tabuladas, e os resultados suscitaram imediatamente uma série de reflexões. As contribuições dadas pelos moradores através de depoimentos, desabafo e comentários escritos também foram muito importantes, e muitas vezes ilustram, melhor do que exaustivas análises, determinados conceitos e idéias apresentados teoricamente. Alguns trechos dessas reflexões foram utilizados na composição do texto da dissertação, mas elas compõem um quadro em si mesmas, descrevendo o processo de aplicação e análise dos questionários, e apresentando um resumo das contribuições dos moradores, com suas queixas, reivindicações e até elogios.

Foram distribuídos de 26 a 27 questionários por prédio, na Lauro Müller, sendo 16 o número total de prédios da quadra. Na maior parte deles, a receptividade dos próprios porteiros foi muito boa, e tive acesso à caixa de correio, onde pude eu mesma distribuir os folhetos, segundo um método aleatório (colocar em uma caixa, pular duas ou três, colocar em outra, pular mais duas, assim por diante). Procurei verificar antes com cada porteiro se havia apartamentos vazios, de forma a não desperdiçar questionários. Procurei observar também que todos os andares e todas as colunas fossem contempladas, de forma que tanto moradores que residem em apartamentos com janelas para a praça quanto moradores que residem em apartamentos com janela para a baía – na Lauro Müller – ou janela para o Morro da Babilônia - na Ramon Castilla – pudessem receber questionários.

No prédio 16 da Lauro Müller, o porteiro informou que não havia caixa de correio, e, seguindo sua orientação, eu deixei os questionários sobre o balcão, para que os moradores fossem apanhando à medida que chegassem do trabalho. Nos prédios da Ramon Castilla não tive acesso às caixas de correio, e precisei confiar que os porteiros distribuíssem os folhetos. Mesmo assim, a julgar pelo resultado obtido¹,

¹ *Dos 57 questionários respondidos nesta quadra, 34, ou 60%, vieram dos prédios da rua Ramon Castilla. Apesar disso, observa-se pelas respostas dadas que os moradores desta rua*

eles foram, de forma geral, muito simpáticos à pesquisa. Foi difícil apenas convencê-los a distribuir os folhetos aleatoriamente, e não “escolher” propositadamente os moradores que eles sabiam de antemão que freqüentavam a praça. Houve inclusive um que pediu para também responder um dos questionários, já que ele residia ali, como zelador do edifício, com a mulher e a filha, há alguns anos. Suas respostas foram bem-vindas e tabuladas junto com todas as outras.

Nenhum prédio ficou sem receber sua cota de questionários. Na semana seguinte, conforme combinado e anunciado na própria carta de apresentação à pesquisa, anexa ao questionário, passei nas portarias para o recebimento das eventuais respostas. Procurei ir no mesmo dia e horário da semana anterior, na esperança de encontrar os mesmos porteiros, de forma a facilitar e economizar as explicações. Entretanto, nem sempre isso ocorreu, e algumas vezes o porteiro de serviço não tinha idéia sobre o que eu estava falando. Mesmo assim, somente em dois prédios não houve nenhum tipo de resposta, ambos na Lauro Müller. Dos 420 questionários distribuídos, houve 57 respostas, correspondendo a 13,4% do total de questionários. Essa amostra corresponde ainda a 3,5% do total de unidades residenciais da quadra. Embora quantitativamente não seja um número muito expressivo, é suficientemente significativo para ser considerado, do ponto de vista das metodologias estatísticas. Além disso, houve um retorno muito grande na qualidade das respostas. Muitos moradores aproveitaram a folha para escrever desabaços, depoimentos e comentários variados, alguns de críticas, outros de elogio, tanto à praça em si, tomada em seus aspectos físicos, quanto à vida social e cultural que nela se desenrola. Aliás, é importante salientar, essas diferenças entre os aspectos morfológicos, sociais, e de gestão são na maioria das vezes transparentes aos olhos das pessoas. Para eles, “a praça” é uma entidade só, em que esses vários aspectos se mesclam e contribuem para a formação de uma opinião ou percepção geral. De

freqüentam menos a praça que os moradores da rua Lauro Müller. São de forma geral mais jovens, moram na quadra há menos tempo, e têm nível sócio-econômico mais alto. Isto se explica facilmente pela constituição imobiliária da rua, que tem prédios mais novos (começaram a ser construídos a partir de meados da década de 80), mais modernos e confortáveis, e mais caros que os da rua Lauro Müller, tanto em seus valores para compra e venda quanto em valores de aluguéis e custos condominiais.

qualquer maneira, essa rica contribuição escrita me possibilitou vislumbrar um panorama bastante mais detalhado e completo da dinâmica de vida nestas duas quadras.

Na quadra da Lauro Müller os moradores pareceram mais articulados e engajados na vida social da vizinhança, comparados com os moradores da Selva de Pedra, conforme analisaremos adiante. Praticamente não houve respostas em branco em nenhum item. Os moradores demonstraram ter opinião consistente a respeito dos diversos aspectos perguntados, e foram muito incisivos com relação a vários temas como segurança e atuação da associação de moradores. É interessante notar que eles se manifestaram em maior número para apontar as características negativas do que as positivas, porém, quando analisamos os questionários em função da frequência à praça, percebemos que as avaliações são mais positivas entre aqueles que declaram freqüentar a praça do que entre os declaram não freqüentá-la. Evidentemente, pode-se interpretar como sendo uma consequência lógica: se você freqüenta regularmente um lugar, é porque gosta dele. Porém, o tipo de comentários adicionais escritos, aliado às observações colhidas em entrevistas ou nas observações de campo, nos permite fazer uma constatação extra, comprovação de um fato já amplamente estudado: quando uma pessoa conhece melhor um lugar, vencida às vezes uma resistência inicial, ele se lhe torna familiar, e a pessoa cria com o lugar um laço, um vínculo, fruto de sua apropriação do local. Tanto ela sente pertencer àquele lugar, como sente que ele lhe pertence, de alguma forma. As avaliações que essa pessoa possa, porventura, fazer desse lugar, são freqüentemente, mais positivas do que aquelas feitas por pessoas que não o conhecem, ou que pouco estão por ali. São avaliações intermediadas por um afeto e um conhecimento que somente a vivência cotidiana pode trazer. O que não as exime das críticas, muitas vezes ásperas, e possibilitadas pelo mesmo carinho e conhecimento do lugar que a familiaridade traz. Essas pessoas sabem melhor o que está faltando, o que não funciona direito, o que piorou nos últimos tempos, e se sentem investidas de todo o direito de reclamar daquilo que não é ou não está bom. E isto se vê sobrando nas contribuições espontâneas recebidas nestes questionários. Para ilustrar, seguem alguns destes depoimentos:

- Uma senhora se justifica, com relação ao pouco uso que faz da praça, argumentando que seu edifício possui *playground* e piscina, mas ressalta que acha a praça fundamental para o lazer infantil;
- Um morador se queixa da insegurança, apesar da cabine da PM próxima ao Rio Sul, segundo ele, de nenhuma utilidade para os moradores. Ele conta que já foi assaltado duas vezes na rua Lauro Müller e, ao recorrer aos guardas de plantão, ouviu deles que nada poderiam fazer. Curiosamente, menciona ainda os moradores de rua cada vez mais numerosos, ressaltando que estes **não** incomodam ninguém, mas deveriam receber assistência do poder público;
- Outro morador faz questão de frisar que ter uma Associação de Moradores contribui muito para a melhoria da qualidade de vida do local; essa opinião é corroborada por um outro que faz rasgados elogios à ALMA, por sua atuação no que concerne aos problemas da vizinhança;
- Segundo um outro morador, a prefeitura deveria cuidar melhor da conservação. Ele se queixa de que os políticos se proclamam autores de todas as benesses concedidas ao bairro, quando essas “benesses” não constituem nenhum favor, e não são mais que o cumprimento de obrigações do poder público;
- Alguém sugere a criação de um local específico para os cachorros fazerem suas necessidades²;
- Um senhor explicita que ele, pessoalmente, utiliza o espaço mais como passagem de e para o trabalho, já que toma ônibus em frente ao Rio Sul. Porém, acrescenta que a empregada desce diariamente com o cachorro, e que os netos, que regularmente o visitam nos fins de semana, fazem uso constante da praça, que ele qualifica como “excelente espaço para passeios, lazer e atividades esportivas”;
- Uma senhora denuncia que, às quintas e sextas-feiras, o bar da esquina vira ponto de consumo de álcool e drogas, com muita baderna e usuários urinando nos canteiros. Ela diz que estudantes da UFRJ e da UNI-Rio estão entre os protagonistas destas cenas. Reclama também da falta de segurança e da falta de educação dos donos de cachorros que deixam suas fezes espalhadas pelo chão;

² Este recurso foi utilizado recentemente, por exemplo, na Selva de Pedra, aparentemente sem nenhum resultado satisfatório.

- Uma outra senhora esclarece que usa a praça sempre que seus netos e sobrinhos a visitam;
- Um morador reivindica a instalação de um banheiro público na praça. Reclama também do mau comportamento dos motoristas que buzina e andam em alta velocidade na rua, principalmente à noite;
- Outro morador gostaria que se cumprisse a lei da mordaca que obriga os donos de cães ferozes a andarem com seus animais na coleira e portando focinheira. Ele admite que se sente inseguro com a presença de cachorros de grande porte soltos na praça, e não gosta de expor sua família a esse risco;
- Alguém reclama da desativação da cabine da PM em frente ao Iate Clube, diminuindo assim o patrulhamento da região, pois acredita que este fato contribuiu para o aumento dos índices de criminalidade do bairro. Ele sugere a instalação de uma cabine na praça, para regular o comércio local e coibir o uso de drogas;
- Um senhor diz que, no passado, freqüentava bem mais a praça, mas não esclarece por que deixou de fazê-lo;
- Um morador que marcou a opção “barulho excessivo” no item “o que mais desagrada na praça”, especificou que o barulho a que ele se refere vem do campus da UFRJ, e ressaltou que as eventuais situações desagradáveis ocorridas na praça são pouco relevantes.

Como podemos observar, alguns desses comentários refletem situações sobre as quais já foram feitas perguntas específicas no questionário. Ainda assim, as pessoas fazem questão de reiterar a marcação que fizeram nos itens correspondentes, adicionando um texto pessoal que reforce a relevância que elas acreditam que o tema possui, ou que registre sua opinião individual, acrescentando, muitas vezes, um fato ou relato ilustrativo.

Uma outra observação interessante diz respeito aos atores mais implicados nos discursos dos moradores: políticos, órgãos públicos, as associações de moradores, às vezes como instituição, às vezes na pessoa de seus presidentes, e os vizinhos “mal-educados”. Os culpados pelo mau estado e o mau uso do espaço são sempre os

outros. Ninguém **se** implicou, assumindo que a comunidade da qual faz parte é co-responsável pelo que acontece na praça.

Uma situação bastante semelhante – sob certos aspectos – pôde ser constatada na Selva de Pedra, onde 87 questionários foram respondidos, dos 580 distribuídos, o que perfaz 15% das unidades residenciais amostradas, ou 3.9% do total de unidades residenciais da quadra. O perfil dos edifícios é mais parecido com o que se verifica na rua Ramon Castilla, do ponto de vista do aparato de segurança e formalidade dos porteiros. Ainda assim, dos 40 edifícios que compõem a quadra, apenas em dois não foi possível distribuir o material, porque o porteiro argumentou que isso só seria possível com a autorização do síndico, que não estava presente no momento.

Foram distribuídos cerca de 15 questionários em cada um dos 38 edifícios restantes. É verdade que raramente tive acesso eu mesma aos escaninhos de correio, e precisei deixar instruções com os porteiros para que eles procedessem à distribuição dos papéis segundo uma metodologia que assegurasse uma boa cobertura de todos os andares e colunas dos prédios, assim como foi feito na Lauro Müller. O resultado obtido, entretanto, teve algumas diferenças, embora a porcentagem total de respostas tenha sido equivalente. Enquanto na Lauro Muller apenas 2 prédios não apresentaram nenhuma resposta (12.5% do total de edifícios da quadra), na Selva de Pedra não havia nenhum questionário respondido em 12 edifícios, ou seja, 30% do total. É preciso lembrar que a quadra da Selva de Pedra é composta por duas fileiras concêntricas de prédios, sendo que os prédios da fileira mais externa têm suas portarias abertas diretamente para a rua, com muito pouco contato visual ou acesso ao pátio central. A maior parte dos edifícios cujos moradores não responderam ao questionário está situada neste anel externo. A suposição que se faz é de que estes moradores tenham estabelecido vínculos mais fracos com a praça, e, em se tratando de um espaço que não lhes diz muito respeito, não se sentiram suficientemente motivados – ou talvez até sem conhecimento ou opinião suficientes – para responder a tais perguntas. Houve mesmo um (des)caso em que, ao retornar para recolher as

respostas na semana seguinte, ouvi do porteiro que ele havia se esquecido de distribuir os questionários, se comprometendo a fazê-lo “assim que possível”.

Apesar disso, nos outros 28 edifícios em que havia respostas, registrei igualmente uma grande contribuição dos moradores ao debate sobre a percepção e os usos da praça, através de bilhetes, depoimentos e comentários. Ademais, todas as análises feitas acima, a respeito dos textos escritos pelos moradores da Lauro Müller – concernentes à contribuição qualitativa dessas respostas; à percepção “total” que os moradores parecem ter da praça, sem distinção dos aspectos morfológicos e sociais; ao fato de as avaliações mais positivas serem mais frequentes entre os que usam regularmente a praça, e o vínculo afetivo que isso denota; à necessidade de imprimir uma identidade à sua participação através de um texto pessoal, mesmo que ele esteja apenas repetindo opções já marcadas no questionário – são igualmente pertinentes neste caso. Inclusive os atores sociais implicados nas queixas dos moradores são os mesmos (políticos, poder público, associação de moradores, outros vizinhos), diferindo apenas, no caso da associação, na avaliação que se faz de sua atuação junto à comunidade. Enquanto, na Lauro Müller, houve basicamente elogios à conduta da associação, na Selva de Pedra os comentários penderam mais para as críticas, especialmente para a falta de oportunidades de participação e de abertura democrática da atual gestão, que se perpetua no cargo há bastante tempo.

Uma outra diferença foi no número de respostas deixadas em branco, sintomaticamente maior nas questões ligadas à qualificação dos moradores quanto à renda, às finalidades e horários de utilização da praça e ao convívio social aí estabelecido. Também intrigante é o fato de que quase um terço dos moradores deixou em branco o item que perguntava sobre as situações (caso existam) que mais desagradam na praça. Negação dos conflitos? Talvez. Alguém poderia, por exemplo, lançar mão do expediente de que se serviu um dos respondentes na Lauro Müller, que, sem marcar nenhuma das categorias propostas neste item, acrescentou, ao lado da resposta “outros”, em letras maiúsculas e garrafais: “NÃO EXISTEM SITUAÇÕES DESAGRADÁVEIS NA PRAÇA”. Evidentemente que existem, e elas saltam sem pudor dos outros questionários. Talvez esse morador tenha cedido a um momento de

idealização da praça, ou à tentação de aparecer, aos olhos do pesquisador, como membro de uma comunidade ordeira e respeitável. Mas na Selva de Pedra, não. Apenas uma grande quantidade de folhas em branco, silenciosas e impassíveis, na negação não só do que é factualmente desagradável, mas também da própria problematização do tema.

Uma hipótese para esta posição numericamente tão expressiva emerge da entrevista com o presidente da Adespe, Wlander Moreira Carneiro, quando ele admite que “o sentido comunitário aqui não é muito como deveria ser”. Carlos Nelson já havia apontado para esta característica em 1981:

"Ninguém tentou nos vender a imagem da 'grande família' ou da 'comunidade onde todos se conhecem'. E alguns dos nossos informantes falavam dessa ausência de integração e interação como quem se refere a um déficit grave e lamentável (...) A idéia de uma 'vida comunitária' parece despertar, no mínimo, uma forte ambivalência" (SANTOS, 1981:114)

Ou seja, a suposição que se faz aqui é que a ausência de um vínculo comunitário mais forte enfraqueça também a importância que se dá aos acontecimentos e situações de interesse coletivo, aí incluídas as relações que se estabelecem no espaço público por eles partilhado. O que acontece na esfera privada, da sua casa e da sua família, tem tanto mais valor, que as pessoas já não percebem, não se interessam tanto, ou não dão importância, ao que diz respeito à esfera pública, no caso, à praça, ao bairro. E por que deixar de responder especificamente a umas categorias e não a outras? Como já apontamos, as categorias que mais ficaram sem resposta dizem respeito às finalidades de uso da praça e à avaliação da interação social que nela acontece, ou seja, aquelas que implicam um envolvimento pessoal com o espaço e a coletividade.

Com relação especificamente ao uso, vale ressaltar que quase metade dos respondentes assinalou que usa a praça só como passagem ou que não a usa nunca (apenas dois nesta última categoria, contra nenhum no caso da Lauro Müller). E se

não usa, não há como dizer com que finalidades. Apesar do que muitas pessoas – tanto numa praça como na outra – assinalaram nesta pergunta a opção “uso só como passagem”, confirmando a resposta à pergunta anterior “com que frequência usa a praça”.

Já para o silêncio em relação a quais situações ou aspectos da praça que mais desagradam, vamos começar pelo seu oposto. Quando se pergunta “que aspectos mais agradam”, também se supõe algum envolvimento pessoal, mas muito menor, já que é mais fácil listar agrados sem se comprometer. Quando instadas a mencionar, e ainda antes disso, a refletir sobre o que mais desagrada numa determinada situação, as pessoas se vêem na incômoda posição de ter que lidar com o desconforto, o mal-estar, as dissensões e o conflito, presentes ainda que ocasionalmente em qualquer relação social. E esse conflito ainda por cima é tantas vezes tácito, o que o torna ainda mais difícil de detectar. O grau de comprometimento pessoal com a comunidade numa resposta como essa é bem maior, o mesmo acontecendo quando se pede para qualificar o convívio social na vizinhança. E o número de respostas a esses itens, nesta comunidade, foi significativamente menor que as respostas a outros itens, ou a esses mesmos itens, na outra comunidade avaliada.

Um outro dado que contribui para essa hipótese é que não houve praticamente nenhuma resistência a dar opinião às questões de cunho mais objetivo, ou que avaliam aspectos de gestão que supostamente cabem a terceiros, como o poder público ou Associação de Moradores. São as questões que pedem opinião sobre limpeza, segurança, estado de conservação ou tamanho da praça, e que dependem menos da intensidade dos laços que a pessoa eventualmente tenha com aquele espaço.

Em todo caso, merece ser averiguado por que o sentido comunitário na Selva de Pedra, e o vínculo dos moradores com o espaço parecem menores do que, por exemplo, na Lauro Müller. Dois fatores se apresentam para tentar responder a essas questões. O primeiro fator diz respeito ao desenho do projeto. As duas fileiras, ou anéis, de prédios não favorecem muito a circulação e o franco acesso de todos os

moradores à praça. Especialmente após o gradeamento ostensivo que ocorreu nos últimos 15 anos, alegadamente por motivos de segurança, isolando os edifícios³. Enquanto os prédios da fileira mais interna fazem sua entrada e saída diretamente para a praça, proporcionando pelo menos um mínimo de contato visual e oportunidades de relacionamento com o espaço e as pessoas que aí estão, os prédios das fileiras mais externas, como já mencionado, se abrem diretamente para a rua. Uma pessoa pode viver aí e jamais sequer ver, que dirá passar, pela praça. Ou, como diria William Whyte, “se as pessoas não vêem um espaço, não o usarão” (WHYTE, 1980:58). Nas palavras de uma entrevistada, moradora da rua Humberto de Campos, de frente para a rua:

*“Quando eu vim pra cá em 1981, eu morava **dentro** da Selva de Pedra, que era ali, em frente à praça, quando as meninas eram pequenas. E aí, lá, eu sentia efetivamente que fazia parte de uma parte especial do Leblon, a Selva de Pedra. Aqui já é um pouquinho diferente. Aqui eu dificilmente digo para um motorista de taxi que eu vou para a Selva de Pedra, porque dá um pouco de confusão. Os prédios que ficam por dentro têm uma relação mais próxima (com a praça). Eu acho. Inclusive porque você vê muito mais as pessoas, porque você cruza por dentro, e aqui não necessariamente.”*

Segundo esta moradora, morar nos prédios “de fora” é como morar numa quadra “normal”, isto é, tradicional. Ou quase, porque ainda por cima, dado o entorno fortemente comercial e institucional, o morador quase nunca terá outros moradores do bairro como vizinhos do outro lado da rua, mas apenas shoppings, clubes ou mercados.

³ Como já explicado, no projeto original, de filiação marcadamente modernista, as torres se dispunham na quadra quase sempre sobre pilotis, liberando o acesso e a livre circulação por todo o pavimento térreo, de forma que os moradores – ou qualquer outra pessoa, já que o espaço era público – poderiam cruzar a quadra de um lado a outro “por baixo” dos prédios, cujo térreo estava visualmente e espacialmente ligado à praça. Isto causou muitos desentendimentos entre os moradores, que gradativamente impuseram a criação de barreiras físicas e normas estritas quanto ao uso desses espaços, que foram subtraídos à coletividade.

A confirmar essa sensação de não pertencer ao conjunto, de estar *fora* da Selva de Pedra, está o fato de que vários moradores, notadamente destes prédios externos, completaram o questionário considerando em suas respostas a praça Cláudio Coutinho, que fica do outro lado da rua Fadel Fadel, em frente à rua Padre Achotegui, ou então se queixaram de ocorrências externas à quadra.

Uma outra característica formal que enfraquece a posição da praça como elemento articulador da vida social é a baixa diversidade de usos prevista no projeto original. Todos os prédios foram destinados ao uso exclusivamente residencial. Não há bares, uma padaria, um pequeno comércio que favoreça os contatos e as trocas sociais, ou que estimule a permanência na praça. Assim, a maior parte do público se restringe a bebês, crianças, idosos, babás e algumas (poucas) mães. Apesar disso, esse aspecto tem sido contornado com o estabelecimento dos diversos ambulantes, que oferecem desde água de côco e picolé até estalinhos e canequinhas de fazer bolhas de sabão, em tabuleiros improvisados estrategicamente sobre os bancos próximos aos brinquedos infantis. Em torno deles sempre se junta um pequeno grupo que conversa, trocando idéias, informações ou experiências.

Mas, em nossa avaliação, um fator que tem um peso muito grande no esgarçamento das relações sociais da Selva de Pedra é a gestão. Mais especificamente, o fraco desempenho da Associação de Moradores como entidade aglutinadora ou catalisadora da vida comunitária. Sua baixa representatividade se manifesta no expressivo número de moradores que declarou, no questionário, já ter ouvido falar de sua existência, desconhecendo, porém, seu trabalho. Além disso, um em cada 10 moradores diz que nunca ouviu sequer falar em sua existência. A Associação se exime de levar a cabo diversas ações que, não só contribuiriam para difundir sua imagem como parceira e representante da comunidade, mas também ajudariam a promover boas relações e convívio entre os vizinhos. Por exemplo, através de uma agenda de eventos culturais, esportivos e sociais mais assídua. Como está, a associação é mais um braço normativo do poder público dentro da comunidade do que voz da comunidade junto ao poder público. Ela intermedeia a atuação da administração municipal na área, e o faz competentemente, zelando

principalmente pela ordem e segurança do conjunto, mas falha no diálogo com os moradores, esvaziando seu papel na comunidade e tornando-se alvo, no mais das vezes, de demandas burocráticas.

Por outro lado, diversos moradores revelaram um estreito vínculo com o espaço da praça, que prescinde da mediação de uma associação de moradores ou qualquer outra instituição, e é fruto de uma vivência quase sempre antiga e permeada de boas conexões sociais. Nos moldes já apresentados no caso da Lauro Müller, essa vivência e intimidade com o espaço avaliza-os como vozes do afeto, nostálgico ou não, por este lugar, e das críticas e cobranças em relação ao que não funciona direito. Esses depoimentos e comentários contribuíram enormemente para a compreensão da dinâmica de usos e formas de apropriação da praça pelos moradores:

- Um senhor explica que, dependendo do horário, mudam os freqüentadores, e conseqüentemente a qualidade do convívio social. Em alguns horários há consumo de drogas e até vandalismo, mas ele lembra que isso não é muito comum atualmente. Na contramão de outras opiniões, ele diz que paga a Adespe e garante que as coisas melhoraram muito com sua maior atuação;
- Uma senhora reclama que só há movimento na praça perto das eleições. Ela diz que não sai à noite por medo, porque a praça fica "infestada" de mendigos⁴;
- Um outro senhor lamenta que as serestas agora são raras, apenas umas duas vezes por ano. Ele pede que haja mais festas com música, como

⁴ *Durante a observação de campo, estive na praça pelo menos três vezes à noite, por períodos mais ou menos longos, uma das vezes passando por lá após as 23 hs. Em nenhuma das vezes observei a presença de mendigos ou população de rua, apenas alguns grupos de jovens em recantos mais discretos, conversando e fumando. Segundo uma moradora que foi entrevistada, "Acho que deve ter algum tipo de repressão, porque não dá pra entender por que que não teria. Porque é abrigado, razoavelmente público, silencioso, longe das vistas..."*

boleros, tangos, valsas e sambas para alegrar a comunidade, já que a maioria dos moradores tem mais de 60 anos;

- Uma moça sugere que a Adespe promova palestras e distribua mais panfletos educativos para os donos de cachorros⁵;
- Um morador reclama da falta de atividade da associação de moradores, que ele, aliás, julga péssima, e da falta de renovação de seus quadros. Reclama também da falta de manutenção do mobiliário e canteiros da praça;
- Uma moradora faz uma reclamação veemente sobre o descompasso existente entre os altos valores de IPTU pagos naquela quadra e o descaso da prefeitura com o conjunto. Ela lista a sujeira, os canteiros mal cuidados, as calçadas esburacadas e os alagamentos constantes como os principais problemas;
- Outra moradora acha que as festas com políticos e até as serestas são desnecessárias, mas gostaria que houvesse mais festas juninas e gincanas para as crianças, bem como atividades ligadas à promoção de saúde e cidadania;
- Outro gostaria que houvesse recantos mais aconchegantes, com bancos mais confortáveis, longe das bicicletas e skates;
- Uma senhora reclama especificamente do descuido com jardins e canteiros, e da falta de conservação dos brinquedos. Ela diz ainda que o traçado adotado na última reforma da praça prejudicou a circulação dos idosos, pois agora é preciso passar bem no meio da área onde as crianças costumam jogar bola⁶. Uma outra senhora, bastante idosa, marcou

⁵ *Há inúmeros cartazes, espalhados por toda a praça, instando os donos de cachorros a recolherem as fezes de seus animais, e o presidente da associação me forneceu um dos últimos – dentre os incontáveis – folhetos que a associação tem distribuído entre os moradores, com exortações e advertências a propósito da necessidade de manter a praça limpa, senão como demonstração de educação, pelo menos como respeito à lei.*

⁶ *Essa reforma a que ela se refere tem mais de 20 anos, e já tinha sido mencionada por Carlos Nelson, como fruto da rejeição dos moradores à livre circulação entre e sob os prédios. Na ocasião, foram criadas barreiras físicas às portarias como jardineiras e panos de vidro, e*

especificamente este fato no item "outros" da pergunta "o que mais desagrada na praça";

- Uma senhora deu uma contribuição atenta e bastante carinhosa à pesquisa, inclusive com sugestões quanto à elaboração do questionário (!!). Ela afirma que, como passagem, a praça é segura e confortável. Enfatizou a arborização e iluminação noturna como algumas das coisas que mais lhe agradam, e afirmou que o conjunto de forma geral é bem desenhado e urbanisticamente bem concebido, com bom afastamento entre os prédios e muitas qualidades na praça central. Ela lamenta, entretanto, a colocação das grades, fechando os jardins, embora reconheça que é uma característica recente e inevitável nos bairros de classe média;
- Já um outro senhor advoga o fechamento completo das quatro ruas de acesso à praça pela prefeitura, ficando o acesso e o estacionamento restritos apenas aos moradores. Argumenta que são eles que pagam pela segurança e defende que os moradores banquem também os custos com limpeza e manutenção, a fim de justificar a privatização do espaço;
- Uma moradora, ex-síndica, reclama que paga pela segurança, além da cota condominial e do pagamento à Adespe⁷, e lembra que vários prédios não pagam porque acham que a associação não faz nada. Ela lamenta que os eventos na praça eram em maior número (cita vários em seu depoimento) e há muito tempo estão escasseando. Chega a sugerir vários outros,

redesenhada parte da praça, com uma alameda de árvores à qual se refere uma entrevistada: "Depois também tem o seguinte, aquela coisa ali que seria a grande avenida da pracinha, é o lugar do futebol. Toda vez que rola o futebol, ali fica... você vê às vezes os bancos cheios de meninos, de todas as idades, desde garoto pequeno até rapaz feito, tudo parado ali assistindo, ou pra entrar, ali que eu me lembre tinha muito futebol."

⁷ Segundo o presidente da Adespe, o valor da contribuição à Associação é de R\$ 1,00 por mês, por apartamento, e vários edifícios se recusam a pagar, alegando "que faz falta, que estão no vermelho". Os seguranças, tanto das guaritas na entrada das ruas de acesso quanto os vigias em cada ponta de estacionamento são pagos em cota extra, administrada pelos próprios condomínios, sem a participação da associação de moradores, que apenas orientou e intermediou a instalação junto à prefeitura.

invocando a colaboração de patrocinadores privados. A propósito, reclama muito do dinheiro aplicado na associação, que estaria parado em aplicações financeiras. Segundo ela, as iniciativas individuais são barradas e desincentivadas pela administração atual da Adespe, e o que resta de sociabilidade na praça é o que surge informalmente, sem o apoio ou iniciativa da associação;

- Alguém lembra que tudo fica melhor e mais limpo em épocas de eleição. Fora disso, pode passar semanas sem varredura da praça e sem atenção de ninguém;
- Uma moradora diz que faz falta uma bica ou chafariz para molhar a mão das crianças, depois que brincam na areia, ou quando se sujam de doces e balas;
- Mais um senhor deseja que a Selva de Pedra vire um condomínio fechado, que proíba o acesso de pessoas estranhas à praça, que se tornaria assim área privativa dos moradores.

Por fim, um depoimento que vale a pena transcrever na íntegra, porque demonstra bem o que se quer dizer por vínculo afetivo a um lugar, fundado na experiência cotidiana e na construção de uma rede de relações sociais que têm esse lugar como elemento comum e articulador. É de uma senhora, casada, dona de casa, com mais de 65 anos, que hoje apenas usa a praça como passagem para outros lugares, mas que diz o seguinte:

“Moro aqui há 32 anos. O local era árido e cheio de preconceito. Favela, etc. Meus filhos, hoje adultos e casados, freqüentaram a praça. Ali aprenderam a brincar, andar de patins, bicicleta, e fizeram amigos. É um núcleo familiar, parece que todos se conhecem, os idosos jogam damas, baralho, etc. Pessoas em cadeiras de rodas tomam sol e fazem amigos.

A praça é bonita, arborizada e foi imprescindível – e ainda é – para a valorização e até a socialização da região. Minha neta hoje não mora mais aqui perto, ela era apaixonada pela praça.

Dei aulas (e quantas!), de português e inglês, para muita gente daqui, e a praça servia até de meio de divulgação. Fiz a PUC em São Paulo, morei em Ipanema, mas aqui finquei minhas raízes."